

**Organizadores**

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Glauciana Alves Teles

# A CIDADE MÉDIA DE SOBRAL/CE

**Entrelaçando olhares, experiências e saberes**



Editora  
**SER  
TÃO  
CULT**

Edições UVA

*Attila Reis*  
09/2015

O livro *A cidade média de Sobral-CE: entrelaçando olhares, experiências e saberes vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - PROPGEO/UVA*, está estruturado em 15 capítulos, os quais versam sobre pesquisas e produtos desenvolvidos por seu corpo docente e discente. Iniciativa importante que contribui para o fortalecimento e sustentabilidade da interiorização da pós-graduação no semiárido cearense.

Os textos, conforme anunciado nas notas introdutórias e confirmado na leitura dos capítulos, apresentam potencial contributivo para desvendar os meandros e tessituras políticas, econômicas, sociais e ambientais, expressas nas relações sociais que produziram e produzem o espaço urbano da cidade de Sobral. Ademais, é possível perceber a necessária indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas produções apresentadas. Outrossim, o rigor metodológico se faz presença no desenvolvimento do texto sem perda da fluidez da escrita.

Trata-se de um livro de leitura indicada para diferentes interessados, não se limitando a estudiosos do município de Sobral.

Parecer do Conselho Editorial - Edições UVA



# A CIDADE MÉDIA DE SOBRAL/CE

Entrelaçando olhares, experiências e saberes



**Organizadores**

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Luiz Antonio Araújo Gonçalves

Glauciana Alves Teles

# A CIDADE MÉDIA DE SOBRAL/CE

**Entrelaçando olhares, experiências e saberes**

Sobral - CE  
2025

Editora

**SER  
TÃO  
CULT**

Edições UVA



## A CIDADE MÉDIA DE SOBRAL/CE: Entrelaçando olhares, experiências e saberes

© 2025 copyright by Virginia Célia Cavalcante de Holanda, Luiz Antonio Araújo Gonçalves, Glauciana Alves Teles (Orgs.)

Impresso no Brasil/Printed in Brazil



Editora  
**SERTÃO CULT**

Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138  
Renato Parente - Sobral - CE  
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222  
contato@editorasertaoocult.com.br  
sertaoocult@gmail.com  
www.editorasertaoocult.com.br

**Coordenação Editorial e Projeto Gráfico**  
Marco Antonio Machado

**Coordenação do Conselho Editorial**  
Antonio Jerfson Lins de Freitas

**Conselho Editorial**  
Antonio Adílio Costa da Silva  
Carlos Alberto de Vasconcelos  
José Luis Gonçalves Moreira da Zêzere  
Luís Filipe Gonçalves Mendes  
Marcelo de Oliveira Moura  
Maria Rita Vidal  
Otávio José Lemos Costa  
Paulo Rogério de Freitas Silva  
Ricardo Alexandre Cipriano Coscurião  
Sandra Liliana Mansilla

**Revisão**  
Antonio Jerfson Lins de Freitas  
Este livro foi revisado e aprovado pelos autores de cada capítulo. As informações são de responsabilidade dos autores.

**Diagramação**  
João Batista Rodrigues Neto

**Arte da capa**  
Arthur Rodrigues Feijão

**Catálogo**  
Leolph Lima da Silva - CRB3/967



Av. da Universidade, 850 - Campus da Betânia - Sobral-CE  
CEP 62040-370 - Telefone: (88) 3611.6613

Filiada à



**Reitora**

Isabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque

**Vice-Reitor**

Francisco Carvalho de Arruda Coelho

**Diretora das Edições UVA**  
Maria Socorro de Araújo Dias

**Conselho Editorial**  
Maria Socorro de Araújo Dias (Presidente)  
Isabelle Mont'Alverne Napoleão Albuquerque  
Alexandra Maria de Castro e Santos Araújo  
Ana Iris Tomás Vasconcelos  
Carlos Augusto Pereira dos Santos  
Clarissa Sousa de Carvalho  
Claudia Goulart de Abreu  
Eliany Nazaré Oliveira  
Elisa Lacerda-Vandenborn  
Eneas Rei Leite  
Francisco Helder Almeida Rodrigues  
Israel Rocha Brandão  
Maria Adelane Monteiro da Silva  
Maria Amélia Carneiro Bezerra  
Maria José Araújo Souza  
Maria Somália Sales Viana  
Maristela Inês Osawa Vasconcelos  
Miguel Basto Pereira  
Raquel Oliveira dos Santos Fontinele  
Sara Sofia Fernandes de Lima  
Simone Ferreira Diniz  
Susana Pedras  
Renata Albuquerque Lima  
Tito Barros Leal de Ponte Medeiros  
Virginia Célia Cavalcante de Holanda



Apoio



C487 A cidade média de Sobral/CE: entrelaçando olhares, experiências e saberes. /  
Organizado por Virginia Célia Cavalcante de Holanda, Luiz Antonio Araújo  
Gonçalves, Glauciana Alves Teles. - Sobral CE: Sertão Cult; Edições UVA, 2025.

372p.

ISBN: 978-65-5421-217-5 - E-book em pdf (Sertão Cult)  
ISBN: 978-65-5421-216-8 - papel (Sertão Cult)  
ISBN: 978-65-87115-77-1 - papel (UVA)  
ISBN: 978-65-87115-76-4 - E-book em pdf (UVA)  
Doi: 10.35260/54212175-2025

1. Geografia urbana – Sobral (CE). 2. Cidades médias – Aspectos sociais.  
3. Planejamento urbano. 4. Estudos regionais – Sobral (CE). I. Holanda,  
Virginia Célia Cavalcante de. II. Gonçalves, Luiz Antonio Araújo. III. Teles,  
Glauciana Alves. IV. Título.I.Título

CDD 307.76 -Comunidades urbanas  
CDD 911.8116 – Geografia do Ceará

# SUMÁRIO

**Prefácio** ..... 9

**Sobral - olhares, experiências e saberes** ..... 19

**Capítulo 1** Doi: 10.35260/54212175p.21-48.2025

**Hierarquia urbana e regiões de influência das cidades: uma análise dos marcos teóricos e metodológicos com enfoque em Sobral-CE** .....21

*Samuel Antônio Miranda de Sousa*

**Capítulo 2** Doi: 10.35260/54212175p.49-72.2025

**Ações institucionais e reestruturação da cidade média de Sobral-CE ...** 49

*Virginia Célia Cavalcante de Holanda*

*Luiz Antonio Araújo Gonçalves*

**Capítulo 3** Doi: 10.35260/54212175p.73-88.2025

**O papel das transformações urbanas na prevenção à violência em territórios vulneráveis: a experiência de Sobral-CE** ..... 73

*Marília Gouveia Ferreira Lima*

*Andréia Coelho Cela*

*Yvo Gabriel Sousa Galvão*

**Capítulo 4** Doi: 10.35260/54212175p.89-112.2025

**A contribuição acadêmica para a construção coletiva da cidade – uma experiência no interior do Ceará - Brasil** ..... 89

*Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic*

*Adilson João Tomé Manuel*

*Eloise de Brito Mudo*

**Capítulo 5** Doi: 10.35260/54212175p.113-128.2025

**Mobilidade no espaço intraurbano: a perspectiva do ciclista na cidade de Sobral-CE** ..... 113

*Luciana de Andrade Catunda*

*Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic*

**Capítulo 6** Doi: 10.35260/54212175p.129-156.2025

**O microcrédito institucional em Sobral-CE e a captura dos trabalhadores autônomos pelas finanças..... 129**

*Sara Heline Rodrigues de Brito Silva*

*Luiz Antonio Araújo Gonçalves*

*Nilson Almino de Freitas*

**Capítulo 7** Doi: 10.35260/54212175p.157-178.2025

**Um olhar geográfico dos processos do planejamento urbano de Sobral-CE..... 157**

*Wellington Galvão Alves*

*Maria do Carmo Alves*

**Capítulo 8** Doi: 10.35260/54212175p.179-202.2025

**Erguem-se os muros, abrem-se os negócios: loteamentos fechados na produção do espaço urbano em Sobral-CE ..... 179**

*Jailson Lopes Albuquerque*

*Francisco Clébio Rodrigues Lopes*

**Capítulo 9** Doi: 10.35260/54212175p.203-224.2025

**Jardins biofiltrantes do riacho pajeú, Sobral-CE: análise da eficiência operacional e a manutenção sustentável..... 203**

*Úrsula Priscyla Santana Nóbrega*

*Kemmison Luiz Paula de Sousa*

*Fernanda Elias Fernandes*

*Cícera Sarah Moura Farias*

**Capítulo 10** Doi: 10.35260/54212175p.225-246.2025

**Conforto térmico e corredores verdes na cidade de Sobral-CE: uma análise termohigrométrica do período seco a partir do uso de transectos móveis ..... 225**

*Jander Barbosa Monteiro*

*Isabela Gomes Parente*

*Maria Antônia Xavier Soares*

**Capítulo 11** Doi: 10.35260/54212175p.247-264.2025

**Imigrantes venezuelanos em Sobral-CE ..... 247**

*Luz Maritza Mantilla Chanagá*

*Aldiva Sales Diniz*

*Virgínia Célia Cavalcante de Holanda*

**Capítulo 12** Doi: 10.35260/54212175p.265-288.2025

**Manifestação do campo na cidade: um olhar a partir da feira livre nos arredores do mercado público de Sobral-CE ..... 265**

*Thaysslorranny Batista Reinaldo*

*Virgínia Célia Cavalcante de Holanda*

**Capítulo 13** Doi: 10.35260/54212175p.289-314.2025

**Implicações da mobilidade geográfica da força de trabalho a partir da empresa calçadista grendene na cidade média de Sobral-CE .. 289**

*Maria da Penha dos Santos Costa*

*Glauciana Alves Teles*

**Capítulo 14** Doi: 10.35260/54212175p.315-336.2025

**O acesso e o consumo cultural discente na Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE, Brasil ..... 315**

*Luiz Antonio Araújo Gonçalves*

**Capítulo 15** Doi: 10.35260/54212175p.337-362.2025

**Os circuitos da economia urbana: algumas mudanças no pequeno comércio de produtos alimentícios em Sobral-CE ..... 337**

*Joffre Fontenelle Filho*

**Sobre os organizadores ..... 363**

**Sobre os autores ..... 365**



# PREFÁCIO

No contexto do desenvolvimento capitalista, a expansão da racionalidade e a lógica da reprodução do capital estão em movimento constante, do qual as cidades, enquanto espaços importantes para esse movimento, participam paulatinamente, merecendo destaque as metrópoles, grandes cidades e as cidades médias. Essa participação promove mudanças socio-territoriais de grande expressividade, motivo pelo qual se faz necessário, que novas interpretações sejam efetuadas, objetivando o discernimento dos processos desencadeados, os quais conduzem não somente a novas formas urbanas, mas, principalmente, a novos conteúdos.

Aguçados por essa realidade, docentes e egressos do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - PROP GEO/UVA e os demais docentes, pesquisadores no urbano na leitura da Cidade de Sobral-CE, orientada pelo entrelaçamento de olhares, experiências e saberes, cujos resultados estão delineados nos textos constituintes da coletânea que ora é disponibilizada a todos os interessados em desvendar os meandros e tessituras políticas, econômicas, sociais e ambientais, expressas nas relações sociais, que produziram e produzem o espaço urbano da cidade de Sobral.

Justifica-se, portanto, o convite que fazemos ao leitor, de mergulhar no conteúdo dos textos apresentados ao longo da coletânea. Isso porque o leitor terá a oportunidade de ampliar os seus conhecimentos acerca da cidade média e particularmente da cidade de Sobral-CE.

Entretanto, a ênfase dada à cidade de Sobral não imprime na coletânea a marca do conhecimento exclusivo como uma obra específica para os estudiosos da cidade de Sobral. Muito pelo contrário, os textos recorrem, sistematicamente, a teorias importantes, indispensáveis à

compreensão da cidade, do urbano, da sustentabilidade ambiental, não se limitando, portanto, ao estudo do empírico. Sendo assim, convido a todos a fazerem uma imersão nos diversos assuntos tratados, resumidamente apresentados na sequência, e assim melhor compreender as dinâmicas socioespaciais que se traduzem no entrelaçamento dos olhares, das experiências e dos saberes, a partir de Sobral.

Iniciamos o percurso apresentando o texto produzido por Samuel de Sousa, que se dedicou à discussão sobre a “**Hierarquia urbana e Regiões de influência das cidades: uma análise dos marcos teóricos e metodológicos com enfoque em Sobral-CE**”. Para tal, a proposta do autor é analisar os estudos de hierarquia urbana realizados no âmbito do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e as bases teóricas que respaldam os referidos estudos, com vistas ao entendimento da intervenção do Estado, por meio das políticas públicas, colocando em evidência a centralidade urbana da cidade de Sobral. A análise processual foi o caminho percorrido, por meio do qual o autor busca compreender as transformações urbanas que ratificaram a centralidade urbanorregional de Sobral no decorrer de sua história.

Corroborando o propósito de Samuel, a professora Virgínia Holanda e o professor Luiz Antonio Gonçalves, no artigo “**As ações institucionais e reestruturação da cidade média de Sobral-CE**”, oferecem ao leitor uma proposta de reflexão do processo de reestruturação da cidade média de Sobral, embasado por ações provedoras de infraestrutura urbana de circulação, de moradia e de novos equipamentos sociais na área de educação e saúde, as quais nortearam o período de gestão municipal capitaneado pelo grupo político liderado por Cid Ferreira Gomes, que assumiu a gestão municipal em 1997. Enaltecendo o discurso da boa governança, as políticas públicas implementadas pelas gestões desse grupo político que se sucederam até 2024, obtiveram segundo os autores, êxitos consideráveis dentre os quais se destacam os bons resultados alcançados na educação, segundo avaliações realizadas pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Para além das políticas públicas, os autores também fazem referência aos investimentos atraídos para a cidade, os quais, adicionados às políti-

cas públicas, colocam Sobral entre as principais cidades médias do sertão Nordeste. A síntese desse somatório de ações públicas e privadas é uma dinâmica socioespacial expressa por um crescimento econômico e um desenvolvimento urbano, que se renova constantemente, orientados para a melhoria da qualidade de vida e promoção da cidadania.

Sequenciando os estudos sobre a dinâmica de Sobral-CE, o texto assinado por Marília Lima, Andréa Cela e Yvo Galvão traz para a discussão **“O papel das transformações urbanas na prevenção á violência em territórios vulneráveis: a experiência de Sobral-CE”**. Os autores consideram a escassez de políticas públicas como um vetor que contribui para o aumento das desigualdades socioespaciais, sendo estas entendidas como resultado do processo de globalização inerente ao avanço do capitalismo que se apropria do território, enquanto recurso, com possibilidades de ampliar a sua reprodução. Essa realidade favorece a fragmentação socioterritorial e, por conseguinte, a violência. A partir de dados específicos, os autores delimitam áreas municipais, contempladas com intervenções com vistas à prevenção da violência.

Gabrielle Okretic, Adilson Manuel e Eloise Mudo trazem para a discussão o texto **“A contribuição acadêmica para a construção coletiva da cidade – uma experiência no interior do Ceará - Brasil”**. Essa contribuição, segundo os autores, reflete o engajamento da academia, na perspectiva da produção do saber, de sua circulação e de sua disseminação. Consideram a cidade como palco de disputa pelo espaço urbano. Sendo assim, a participação do saber acadêmico, em conjunto com a participação da sociedade, coloca-se como uma estratégia importante na construção de uma cidade democrática e cidadã.

Outro destaque do texto é a contribuição específica do grupo de Estudo UrbColab, que nos mais diferentes espaços de discussão sobre a cidade procura contribuir, a partir de uma visão crítica, com os estudos sobre as formas de apropriação do território, por meio de ideias e ações que transmitam aos habitantes da cidade melhorias no ambiente urbano. O sentido de pertencimento e da identidade com o lugar, por meio da apropriação do espaço, é analisada no contexto das disputas de terras

inerentes à lógica da disputa de poder. A discussão proposta se apoia no urbanismo colaborativo, enaltecido com a participação do grupo nas discussões da revisão do Plano Diretor da Cidade.

O debate e reflexões sobre a cidade de Sobral, contemplando a mobilidade urbana, é tratado no artigo **A mobilidade no espaço intraurbano: a perspectiva do ciclista na cidade de Sobral-CE**, de autoria de Luciana Catunda e Gabrielle Okretic, que anunciam de forma explícita os avanços ocorridos na cidade de Sobral em prol de melhores condições de mobilidade. No caso específico do uso da bicicleta, não apenas a mobilidade está em destaque, mas também as condições de reprodução social, em bases sustentáveis, bem como para a produção de situações de sociabilidade.

Todavia, na contemporaneidade marcada pela presença do capital nas mais diversas dimensões da vida, a financeirização se coloca como imperativo à reprodução da sociedade em sua totalidade. É sob essa lógica dominadora que o artigo **“O microcrédito institucional em Sobral-CE e a captura dos trabalhadores autônomos pelas finanças”**, de Sara Silva, em coautoria com Luiz Antonio Gonçalves e Nilson de Freitas, coloca em discussão o processo de financeirização no contexto de Sobral, enquanto uma expressão da mundialização do capital. Assim, o texto traz esclarecimento sobre a importante condição da cidade de Sobral-CE, seja de centralidade no contexto urbanorregional, seja como espaço de reprodução do capital financeiro. Para tal, a discussão sobre o microcrédito estabelece uma relação com os espaços periféricos, nos quais se realiza a captura dos territórios ocupados por populações de baixa renda. Para a materialização do crediamigo, diversos condicionantes são instituídos, os quais muito bem analisados no texto. Entretanto, tais condicionantes em nenhum momento se colocam como entraves à participação da população pobre do sistema financeiro. Contrariamente, as estratégias utilizadas reafirmam as condições de subordinação das populações pobres ao capital financeiro. Em síntese, trata-se de um texto antenado com a realidade vivenciada nas economias capitalistas emergentes, o que denota a sua importância para

a compreensão das cidades em suas dinâmicas espaciais, especificamente as cidades médias dos espaços periféricos.

Considerando os problemas socioespaciais evidenciados nas cidades, em decorrência de diversos fatores, dentre os quais as formas indevidas do uso do território, Wellington Galvão e Maria do Carmo Alves chamam a atenção para a importância do planejamento urbano e dos planos urbanos, enquanto instrumento da política urbana. Na discussão proposta no artigo “**Um olhar geográfico dos processos do planejamento Urbano de Sobral-CE**, os autores também procuram enaltecer o papel da ciência geográfica para as discussões e ações que envolvem o planejamento e a política urbana, ressaltando as demandas que as cidades apresentam face ao processo de urbanização que, ao assumir graus de complexidade cada vez mais elevados, passam a exigir dos gestores e da sociedade reflexões mais aprofundadas e especializadas, reflexões dos aspectos estruturais que envolvem a cidade – político, social, cultural e econômico. Para atingir o objetivo proposto, os autores, sem desconsiderar a diferença de escalas, traçam um paralelo entre o planejamento municipal e as tendências do planejamento nacional, a partir do qual os autores dão relevo à importância da Geografia no processo de planejamento urbano, uma vez que propicia a apreensão do território, indispensável à implementação do planejamento que tenha em sua essência o direito à cidade.

Assim como nas grandes cidades, a produção da moradia ganha novos conteúdos nas cidades médias, visto ser por meio da produção imobiliária que a cidade se reproduz e, por conseguinte, reproduz o capital. Os condomínios fechados se colocam como uma morfologia urbana que se faz presente nas grandes, médias e até em algumas pequenas cidades. Em Sobral, essa tipologia residencial se faz presente, sendo então analisada no texto **Erguem-se os muros, abrem-se os negócios: loteamentos fechados na produção do espaço urbano em Sobral-CE**, de autoria de Jailson Albuquerque e Francisco Clébio Lopes. A análise feita pelos autores considera a produção da moradia sob a ótica do condomínio fechado, como uma nova forma assumida pelo capital no

exercício de sua reprodução, que, ao se reproduzir, promove também a produção/reprodução das desigualdades socioespaciais, visivelmente constatada nas paisagens, que dialeticamente se apresentam como espaços de moradia de populações com maior poder aquisitivo no meio do visível, isto é, da paisagem, através da qual as contradições da sociedade capitalista são expostas. Nessa exposição, pode ser constatada a dialética da produção do espaço, moradias pobres e precárias que se contrapõem às moradias de alto padrão de construção. Com intuito de desvelar os meandros de construção dessa realidade, os autores apresentam uma periodização do processo, no qual destacam o período, quando foi criado o Estatuto da Cidade, que, dentre as principais orientações, está o cumprimento da função social da terra, sendo este o foco principal a ser seguido pela política urbana, por meio do seu instrumento central que é o plano diretor participativo.

A dimensão ambiental também está contemplada nesta coletânea. É relevante a contribuição dada por Úrsula Nóbrega, Kemmison Sousa, Fernanda Fernandes e Cícera Farias, com o texto **“Jardins biofiltrantes do riacho Pajeú, Sobral-CE: análise da eficiência operacional e a manutenção sustentável”**, no qual é analisada a eficiência das Soluções Baseadas na Natureza (SBNs), que buscam nos próprios ecossistemas soluções para os problemas socioespaciais que emergem em decorrência do processo de reprodução da sociedade. É nesse sentido que está no escopo da análise do projeto Jardins Biofiltrantes do Riacho do Pajeú, efetuado pela Prefeitura Municipal de Sobral-CE. Os autores apresentam o funcionamento do projeto, fazendo uso de ilustrações esclarecedoras sobre o funcionamento do sistema em sua totalidade. Ainda que o projeto seja apontado como uma tecnologia importante para o enfrentamento de problemas ambientais no âmbito da cidade de Sobral-CE, nas considerações finais os autores chamam a atenção para a necessidade de requalificação dos sistemas convencionais para que as SBNs possam apresentar os resultados esperados.

Dando seqüência às discussões de caráter ambiental, o texto intitulado **“Conforto térmico e corredores verdes na cidade de Sobral-CE:**

**uma análise termohigrométrica do período seco a partir do uso de transectos móveis**”, assinado pelos autores Jander Monteiro, Isabela Parente e Maria Antônia Soares, contempla a discussão da sustentabilidade no contexto urbano, ressaltando estratégias importantes a serem efetuadas. Nesse sentido, os autores discutem a relação entre conforto térmico e corredores verdes, tomando Sobral como referência, a partir da caracterização termohigrométrica. Diante dos resultados obtidos, os autores fazem inferências importantes, as quais apontam não apenas à importância dos corredores para o conforto ambiental urbano, mas também para a criação de espaços de práticas sociais importantes na produção de uma cidade saudável.

O texto **“Imigrantes venezuelanos em Sobral-CE”**, além de atual, responde à demanda clássica dos estudos de migração, que sempre se fizeram presente na produção da Geografia. O fenômeno da migração não apenas nos permite analisar o ir e vir das pessoas, mas também nos ajuda a compreender as dinâmicas espaciais que se colocam como necessária à análise desses movimentos que impactam os espaços que acolhem da mesma forma que impactam a vida daqueles que são acolhidos. É essa a perspectiva analítica apresentada pelas autoras Luz Chagnagá, Aldiva Diniz e Virgínia Holanda no texto em apreço, uma vez que contempla não apenas os deslocamentos, mas principalmente as transformações espaciais decorrentes desse processo. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa, associada a questões teóricas e conceituais trabalhadas, destacou os conceitos de território em rede e de territorialidade que iluminaram a compreensão e a análise da realidade dos imigrantes em Sobral graças à pesquisa qualitativa efetuada junto aos migrantes, bem como propiciaram uma análise centrada na dinâmica do espaço acolhedor dos migrantes.

No artigo **Manifestação do campo na cidade: um olhar a partir da feira livre nos arredores do mercado público de Sobral-CE**, as autoras Thaysslorranny Reinaldo e Virgínia Holanda tomam como referência a feira livre que ocorre nos arredores do mercado público de Sobral-CE. Embora vista como um espaço comercial tradicional, a feira estabelece

um diálogo com as práticas comerciais que se modernizam ao mesmo tempo em que potencializa a relação cidade-campo, que acontece no contexto atual da reprodução do capital. A análise feita envolvendo a relação cidade-campo explicita as várias dimensões dessa relação, que embora aparentemente contraditórias, se complementam.

**Implicações da mobilidade geográfica da força de trabalho a partir da empresa calçadista Grendene na cidade média de Sobral-CE** trata-se de um artigo no qual as autoras, Maria Penha Costa e Glauciana Teles, discutem a indústria calçadista como um fator importante para as transformações territoriais que ocorreram no Brasil a partir de 1990, quando essa indústria passou a atuar no Nordeste brasileiro, e de modo especial no estado do Ceará. Analisam a indústria calçadista no Brasil, colocando em destaque as diferenças do processo no que diz respeito às formas de produção que ocorrem nas áreas tradicionais de produção de calçado – São Paulo e Rio Grande do Sul – e as áreas de produção moderna, no caso o Nordeste brasileiro, configurando dois padrões de organização da produção de calçados no Brasil.

Com relação ao estado do Ceará, as autoras destacam o papel dessa indústria nas transformações que se desencadearam no território cearense e sua importância para a economia, não apenas dos municípios em que se encontra instalada, mas para o contexto regional, como acontece com o município de Sobral, bem como na produção dos espaços urbanos e na geração do emprego formal, tornando-se assim importante vetor de crescimento urbano.

O artigo assinado pelo professor Luiz Antonio Gonçalves, intitulado **“O acesso e consumo cultural discente na Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE, Brasil”**, traz uma leitura sobre a dimensão da cultura, apoiada em dados empíricos, analisados segundo a perspectiva do seu papel na democratização e promoção da cidadania. Nesse sentido, articulando dados empíricos e leituras teóricas, ao final do texto o autor encaminha críticas às ações culturais desenvolvida pela UVA e aponta caminhos com vistas à promoção de uma política de cultura que promova

a participação universal de seus discentes, independentes das condições sociais e econômicas de cada um e, portanto, democrática e cidadã.

Joffre Fontenelle Filho presta a sua contribuição com a análise da organização do espaço urbano na perspectiva de compreender a sociedade que produz esse espaço, a partir das relações entre os agentes econômicos de diferentes graus de organização, capital e tecnologia. Para tanto, após recuperar dados importantes da história de Sobral, o autor, ao discutir **“Os circuitos da economia urbana: algumas mudanças no pequeno comércio de produtos alimentícios em Sobral-CE”**, coloca em destaque as mudanças ocorridas no comércio de alimentos em pequenos estabelecimentos comerciais, destacando as interações entre os pequenos comerciantes e as grandes redes de supermercados, expressas pela complementaridade de um lado e, do outro, pela subordinação do circuito inferior ao circuito superior, essenciais ao processo de mudanças do segmento varejista de alimentos em ampla expansão no território sobralense.

Embora seja uma cidade sertaneja, que se desenvolveu sob os ditames de economias tradicionais, como a pecuária extensiva e o algodão, Sobral-CE sempre se apresentou como uma cidade do futuro. E esse futuro, que hoje se faz presente, nos mostra uma Sobral e seus avanços, expressos por movimentos importantes que se colocam no cotidiano, orientados pela busca de melhor qualidade de vida, para a sua população.

Este foi o entendimento construído a partir dos diversos temas tratados nos textos constituintes desta coletânea, que, apesar do contexto espacial de referência ser a cidade de Sobral-CE, sua leitura vai conduzir o leitor, sem sombra de dúvidas, para outras paragens, onde a condição de cidade média se faça presente.

Em cada texto, a análise efetuada nos aponta caminhos teóricos e metodológicos, que os estudos da cidade média requisitam e que são indispensáveis à compreensão dos papéis por elas desempenhados na intermediação entre as grandes cidades e as pequenas.

Portanto, convido a todos a fazer uma imersão nos diversos assuntos tratados e assim melhor compreender o entrelaçamento dos olhares, saberes e experiências, que tem como ponto de partida, e não de chegada, a cidade de Sobral no estado do Ceará. A caminhada em busca do conhecimento é longa e diversa. Então, caminhemos...

Agradeço aos organizadores pela oportunidade que me foi dada de iniciar esse caminhar. Meu muito obrigada, com carinho e com afeto.

Sobral-Ceará, quadra invernososa de 2024

Rita de Cássia da Conceição Gomes

## **SOBRAL - OLHARES, EXPERIÊNCIAS E SABERES**

A coletânea intitulada *Sobral-CE: entrelaçando olhares, experiências e saberes* surgiu da elaboração do Seminário Internacional Cidades Médias e Planejamento Urbano, realizado em Sobral-CE-Brasil, no período de 27 a 30 de maio de 2024. Nos momentos de reunião, ao pensar os nomes dos conferencistas e palestrantes, o formato do evento, os percursos e os lugares para que os convidados tivessem a experiência de viver a cidade, fomos percebendo o quanto Sobral se tornava esse elo que reunia as distintas visões, saberes e experiências de pesquisadores e residentes dessa urbe cearense.

Alegra-nos, sobretudo, ter a certeza de que essa mobilização também nos conduziu a conhecer e a ouvir mais uns aos outros, a percorrer a cidade, os espaços institucionais da Prefeitura local, adentrar ali as Instituições de Ensino Superior, com destaque para a Universidade Estadual Vale do Acaraú, Centro Universitário Inta e Faculdade Luciano Feijão. A realização de reuniões descentralizadas agregou, paulatinamente, outros colaboradores e incentivou nossos estudantes que saíssem de suas instituições e se entranhassem na riqueza do diálogo interdisciplinar com outros cursos e unidades de demanda acadêmica.

Desse modo, como resultado do que foi debatido e deliberado, guardar como ideias para servir de subsídios a mais textos universitários, no âmbito local, nacional e até do Exterior, juntaram-se nesta coletânea produções escritas de geógrafas, geógrafos, arquitetas e arquitetos urbanistas, em colaboração com orientandos e, muitas vezes, em parceria com colegas esquadrihadores de feitos da Ciência. Estes escritos procedem de demandas científicas, reflexões e relatos acurados de pro-

fissionais participantes da Gestão Pública Municipal e elaboradores de políticas públicas, implementadas em Sobral nas duas últimas décadas.

Reconhecemos o comprometimento dos investigadores que, lançando mão de variadas metodologias, revelaram a Cidade sob exame em distintas perspectivas. Manifestamos gratidão, pela desdobrada atenção, aos convidados que estiveram conosco durante todo esse evento, particularizando os parceiros da Rede de Pesquisadores sobre as Cidades Médias (ReCiMe).

Nossa expectativa, pois, é de que leiam esta obra, debatam e contribuam ao enriquecimento da matéria que conduz Sobral, crescentemente, como cidade média de expressão regional e nacional.

Boa leitura!

Os organizadores

# CAPÍTULO I

## **HIERARQUIA URBANA E REGIÕES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES: UMA ANÁLISE DOS MARCOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS COM ENFOQUE EM SOBRAL-CE**

Doi: 10.35260/54212175p.21-48.2025

*Samuel Antônio Miranda de Sousa*

### **Introdução**

A compreensão da hierarquia das cidades é um desafio constante para os pesquisadores que se dedicam ao estudo das redes urbanas no Brasil, face a sua grande heterogeneidade de formações socioespaciais regionais, engendrando os mais diversos padrões e topologias.

No que tange a essa realidade, os estudos da rede urbana brasileira tiveram por base ênfases teóricas distintas ao longo do tempo, entretanto tendo como tônica principal a influência da Teoria das Localidades Centrais, de Walter Christaller. Tais estudos começaram a ser desenvolvidos por agências e organismos estatais, sendo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE o seu maior expoente, precisamente a partir da segunda metade do século XX. Esse período ficou marcado por uma maior preocupação dos governos com o entendimento do território nacional, visando, entre outros objetivos, subsidiar políticas de desenvolvimento econômico e social. Esses estudos que visavam o conhecimento do território nacional subsidiaram as conhecidas ações de controle dos espaços de maior concentração populacional, sobre-

tudo durante o período dos governos autoritários (1964-1985). Para a execução dessas políticas, foi necessária a adoção de ações voltadas ao planejamento, seja ao planejamento estratégico, seja para a adoção de políticas setoriais e regionais, quase sempre objetivando inserir o território nos circuitos modernos demandados pela economia de então.

As várias propostas elaboradas pelo IBGE, ao longo de mais de cinquenta anos, visavam à regionalização do espaço brasileiro e obedeciam, para efeito estatístico, as fronteiras político-administrativas, ou seja, a divisão federativa em estados e a base de recorte municipal (Pereira, 2012), de modo que tal recorte não dava conta de forma mais detalhada das interações espaciais entre cidades e entre estas e as regiões, que nem sempre são apresentadas de formas contínuas espacialmente. Vale reforçar que esses estudos se inscrevem em uma lógica de planejamento que subsidiava políticas de desenvolvimento nacional, políticas essas inseridas em uma ótica capitalista.

Nesse contexto, este artigo propõe analisar, do ponto de vista das bases teóricas e operacionais, como foram elaborados os estudos de hierarquia urbana conduzidos no Brasil pelo IBGE desde a década de 1970. De forma conjunta, propõe-se ainda a verificar o papel da centralidade exercida por Sobral, cidade localizada na região noroeste do Ceará. Buscou-se destacar sua evolução e inserção nas redes urbanas ao longo do tempo, a partir dos estudos de hierarquia urbana analisados.

Tal recorte se justifica, pois se deve levar em conta que a urbanização do Ceará é fortemente concentrada em Fortaleza, fazendo com que as pequenas cidades sejam extremamente dependentes dos centros locais e regionais, promovendo um desequilíbrio na rede urbana do Ceará. Estudos como o aqui proposto podem fornecer subsídios para o reconhecimento dessas centralidades locais e regionais e dos impactos na rede urbana em que estão inseridas. Assim, buscou-se proporcionar um olhar mais específico sobre a região e identificar as particularidades que contribuíram para a consolidação de Sobral como uma centralidade no noroeste do Ceará. Ao abordar a trajetória da cidade, desde os primeiros estudos que tratam da rede urbana no Brasil e no Ceará até os dias

atuais, pretendeu-se não apenas traçar um panorama histórico, mas também compreender as transformações que moldaram sua posição na rede urbana cearense.

A metodologia adotada para este estudo abrangeu pesquisas bibliográficas, documentais e de campo realizadas no município de Sobral. A combinação dessas abordagens permitiu uma análise abrangente, enriquecida pela interação direta com a realidade local. Na parte principal do artigo, serão apresentados os estudos de rede urbana em âmbito nacional, contextualizando a importância dessas análises para a compreensão das dinâmicas urbanas no país.

Assim, este trabalho não apenas contribuirá para o avanço dos estudos de rede urbana no Brasil, mas também proporcionará uma análise aprofundada do caso de Sobral, evidenciando sua crescente centralidade no contexto da região em que está inserida.

## **Referencial teórico: Rede Urbana, Hierarquia, Centralidade**

A efetivação de um estudo geográfico acerca da centralidade exercida por uma cidade, a exemplo de Sobral, bem como de suas interações espaciais, demanda uma fundamentação teórica e explicitação metodológica que o fundamente e possibilite a sua realização. Os estudos clássicos de rede urbana passam a figurar na literatura acadêmica, sobretudo europeia, nas primeiras décadas do século XX, logo após o período Pós-Primeira Guerra Mundial, “[...] tal como se fora uma “conscientização” do capitalismo quanto à cristalização de uma economia mundial, através da produção, circulação e consumo, que ocorre via redes urbanas” (Ipea, 2002, p. 35). No Brasil, não foi diferente, pois o IBGE, que já existia desde a década de 1930, a partir da década de 1960 começa a empreender esforços para a compreensão da hierarquia urbana brasileira,

culminando com a publicação do estudo “Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas”, de 1972<sup>1</sup>.

Observa-se já, desde esse primeiro levantamento, que o “marco de referência” para os estudos de rede urbana no Brasil foi, sem dúvida, a Teoria dos Lugares Centrais – TLC, proposta por Walter Christaller em 1933. Isto porque, como assinala Corrêa, é com esse trabalho “[...] que emerge uma explícita e bem consolidada teoria sobre a rede urbana” (2018, p. 58), pois ao procurar propor a ordem de tamanho e distribuição dos povoamentos, acaba por criar uma ordem hierárquica dos lugares centrais, da qual se pode derivar a hierarquia e consequentemente uma rede urbana hierarquizada. O que se observa é que essa teoria exerceu, e exerce ainda, como será tratada ao longo da discussão, uma influência teórica que, embora receba muitas ponderações e tentativas de atualização, não foi ainda completamente abandonada nos estudos de rede e hierarquia urbana no Brasil.

Segundo a periodização proposta por Corrêa (1989), é a partir de 1956, com o Congresso Internacional de Geografia da União Geográfica Internacional – UGI, realizado no Rio de Janeiro, que a TLC chega ao Brasil, e é quando começam a ser desenvolvidas pesquisas relacionadas à rede urbana, a hierarquia de cidades e suas hinterlândias. O contato com nomes como Pierre George, Jean Tricart e Michel Rochefort promovem toda uma renovação da geografia urbana brasileira, antes focada apenas nos estudos intraurbanos e que pensavam a cidade de forma isolada, conforme relata Corrêa (1989):

Os estudos sobre hierarquia e área de influência das cidades foram, em primeiro lugar, influenciados pelos geógrafos franceses. De 1956 a 1968 a influência deles foi marcante, ainda que não exclusiva. É através deles que a teoria das localidades centrais de Christaller é, em seus traços mais significativos, introduzida no país. Em se-

---

1 O geógrafo Pedro Geiger publicou em 1963 o livro *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Apesar da forte influência de Geiger no IBGE e da contribuição de seu livro nos estudos de rede urbana no Brasil, consideraremos neste artigo apenas os estudos produzidos pela agência oficial, ou seja, o IBGE.

gundo lugar foram, e mais intensamente, influenciados pelos geógrafos anglo-saxões, fazendo-se sentir a influência deles ainda ao final da década de [19]80. Entretanto, desde o Congresso de Fortaleza, realizado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB em 1978, novos vetores de interpretação foram introduzidos, influenciados inclusive por geógrafos brasileiros (Corrêa, 1989, p. 116, grifos nossos).

Nesse período, difunde-se no Brasil as proposições de Christaller, haja vista que sua difusão já ocorria nos países da Europa. Rochefort, como já salientamos, passa a trabalhar com Corrêa, que mais tarde se tornou o principal expoente da TLC entre os geógrafos brasileiros. De modo que começam a ter destaque os estudos sobre centralidade urbana, fluxos e área de influência das cidades, como bem salientou Abreu:

[...] na década de [19]70 predominam os estudos sobre hinterlândias e redes urbanas, polos de crescimento, centralidade urbana, fluxos interurbanos e inter-regionais, regionalização, etc., em sua maioria apoiados na fenomenal base de dados que foi o Recenseamento Geral do Brasil de 1970, a mais completa ‘radiografia’ até então realizada do país (1994, p. 237, grifos nossos).

Esses estudos se apropriam, sobretudo, da parte conceitual da publicação de Christaller, que se apresenta de uma forma muito simples. Para o autor, as cidades trazem, em sua gênese e essência, a característica centralista, sendo que algumas com maior e outras com menor poder gravitacional sobre as demais, pois considera que “[...] para a criação, desenvolvimento e declínio das cidades, é necessário que exista uma demanda pelas coisas que a cidade pode oferecer” (Christaller, 1966). Em sua teoria, o autor defende os lugares centrais como sendo as grandes, médias e pequenas cidades, e até mesmo núcleos semirrurais, destacando que a vocação de uma cidade é ser o centro de uma região. Sendo as-

sim, para ele, a ordem centralista está presente em uma série de aspectos que ordenam todas as coisas, inclusive as cidades.

Christaller entende então a centralidade como significando “[...] a importância de um lugar com relação à região circundante, ou o grau em que a cidade exerce funções centrais” (1966, p. 29). O conceito se funda na premissa de que as cidades exercem maior ou menor grau de influência a partir da força da sua centralidade. O conceito de centralidade tem uma destacada importância na Teoria das Localidades Centrais, pois ela aporta às cidades características que as diferenciam uma das outras e, em consequência, estabelece-se uma hierarquia entre elas.

Christaller aponta ainda que a centralidade não é meramente a soma dos aspectos econômicos de uma cidade, mas a complexa combinação entre eles. Essa centralidade é medida pelo volume de funções centrais, ou seja, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa residente na região complementar desses centros. De uma forma bem simples, a centralidade nada mais é do que o excedente de importância que um determinado lugar central concentra. Esse excedente só pode existir face ao déficit de importância dos lugares dispersos em sua área de influência. Sendo assim, Christaller arremata a explicação da centralidade da seguinte forma: “[...] quanto maior a importância do excedente do lugar central, tanto maior será o tamanho de sua região complementar” (p. 29). Por dedução, a diferenciação entre os núcleos urbanos, e por consequência a hierarquia, vai se dar a partir da articulação entre circulação e consumo nestes núcleos urbanos. Para Corrêa (1989), quando se trata da hierarquia urbana, está se tratando na verdade de diferenciar a natureza da rede urbana segundo um ângulo específico, ou seja, o papel que uma determinada cidade desempenha numa rede urbana. O conceito em si de rede urbana só é possível a partir dos conceitos mais caros à TLC: centralidade e hierarquia.

Entretanto, há que se considerar o lapso temporal entre a concepção da TLC (em 1933) e período nos anos pós-Segunda Guerra. Desta forma, os avanços do meio técnico-científico-informacional alteraram a forma como se dão as interações espaciais nas mais diversas escalas,

assim, avançou-se sobre o conceito de centralidade, ultrapassando-se as abordagens calcadas estritamente na funcionalidade urbana, indo-se além ao se levar em conta que a cidade não está isolada em si ou em sua hinterlândia, devendo ser pensada considerando-se sua articulação com a sociedade global e, ainda, considerando-se a organização política, as estruturas de poder da sociedade, a natureza e a repartição das atividades econômicas e das classes sociais (Carlos, 2005).

Corrêa (1989), já plenamente imbuído pela TLC, mas já ciente de suas limitações, define rede urbana como um conjunto de centros articulados do ponto de vista funcional, que se estruturam territorialmente objetivando a criação, apropriação e circulação do valor excedente, sendo este tipo de rede o mais acabado, mais conhecido e o mais estudado na perspectiva geográfica. Corrêa ressalta ainda que não se pode compreender a rede urbana fora do sistema capitalista de produção, onde três condições são requeridas para a existência de uma rede urbana: economia de mercado, a existência de pontos fixos no território onde os negócios da economia de mercado se realizem e articulação entre esses pontos mediada pela circulação e consumo. Nesse sentido, Corrêa (1994, p. 8) resume que a rede de cidades na atualidade “[...] reflete e reforça as características sociais e econômicas do território, sendo uma dimensão socioespacial da sociedade”.

As novas relações em diferentes níveis escalonares (regional, nacional e global) inserem-se na lógica da expansão e dos fluxos de capital. A atual fase da expansão capitalista marca profundamente os lugares, haja vista as diversas escalas da organização espacial, que se caracteriza pelo processo de globalização e dominada por poderosas corporações. Esse processo subverte a lógica vertical de hierarquia entre cidades proposta inicialmente por Christaller, caracterizando-se por um processo dinâmico e poli-hierárquico. Assim, as cidades passam cada vez mais a estabelecerem relações à longa distância, de capitais, informações e comando, mas também de bens, pois se intensifica a divisão territorial do trabalho, ao mesmo tempo em que se mantêm também as relações hierárquicas tradicionais, gerando, nas palavras de Santos, uma rede

urbana curto-circuitada ou, ainda, na contribuição de Catelan (2012), uma heterarquia urbana.

Tantas mudanças nos padrões de rede urbana só se concretizam porque “[...] a globalização causa vigoroso impacto sobre as esferas econômica, social, política e cultural, mas também, e simultaneamente, sobre a organização espacial que tanto reflete como condiciona aquelas esferas” (Corrêa, 1999a, p. 44). Na esteira desse pensamento, o citado autor destaca que “[...] a rede urbana é afetada pela globalização tanto por intermédio de *criações urbanas recentes* [...] como da *refuncionalização* dos centros preexistentes, imposta ou induzida pelas corporações globais” (Corrêa *op. cit.* Grifos do autor).

É dentro desse complexo contexto teórico, econômico e político que os estudos e publicações, analisados a seguir, tentaram, cada uma a seu modo e a seu tempo, clarificar a rede urbana brasileira. Tal rede, nos princípios do século XXI, reflete uma intrincada teia de interações espaciais que se desdobram em diversas escalas, revelando uma complexidade que se desenvolveu ao longo de sua história. Essa rede não é apenas um produto do presente, mas também carrega as marcas profundas de um passado moldado pelos ciclos econômicos que elevaram ou relegaram cidades brasileiras ao longo do tempo.

Ao observar a atualidade, percebe-se uma rede urbana dinâmica, conectada e pulsante, influenciada por fatores como globalização, tecnologia e mudanças no cenário econômico. Grandes centros urbanos emergem como nós cruciais nessa rede, desempenhando papéis estratégicos em setores como finanças, tecnologia, cultura e serviços. Essas cidades são pontos de convergência, cujos fluxos de informação, capital e pessoas se entrelaçam, transcendendo fronteiras geográficas.

No entanto, ao analisar mais de perto essa rede urbana contemporânea, torna-se evidente que sua estrutura é, em parte, um reflexo dos ciclos econômicos que marcaram o desenvolvimento do Brasil. Desde o período colonial, o país testemunhou ciclos econômicos impulsionados por atividades como a extração do ouro, a produção açucareira, o

ciclo do café e a industrialização. Cada um desses ciclos deixou suas marcas nas cidades, elevando algumas ao status de centros econômicos, enquanto deixava outras em declínio.

Cidades como Ouro Preto, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro são exemplos emblemáticos desse legado. Ouro Preto, outrora o epicentro da corrida do ouro, hoje preserva sua arquitetura colonial como testemunho de sua importância histórica. Recife, com suas conexões comerciais durante o ciclo do açúcar, mantém uma influência cultural e econômica significativa. São Paulo e Rio de Janeiro, por sua vez, prosperaram durante diferentes fases da industrialização e continuam a ser protagonistas na rede urbana contemporânea.

Essas cidades, ao mesmo tempo em que se adaptam às demandas do século XXI, carregam consigo as cicatrizes e os traços deixados pelos processos do passado. A desigualdade socioeconômica, a concentração de poder e recursos, bem como as disparidades regionais, são reflexos das transformações econômicas ao longo do tempo.

## **Os estudos sobre Região de Influência das Cidades (REGIC/IBGE) e a posição de Sobral**

O IBGE publicou, em 1972 (com dados de 1966), o estudo *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas*, primeiro nesta seara no Brasil. O estudo tinha por objetivo “[...] servir de modelo tanto para uma política regionalizada do desenvolvimento, como para orientar a racionalização dos suprimentos dos serviços de infraestrutura urbana através da distribuição espacial mais adequada” (IBGE, 1972, p. 9). Percebe-se nesta proposta um compromisso com uma visão mais abrangente do ideário de desenvolvimento nacional, até então mais focado nas regiões Sul e Sudeste.

Apoiando-se teoricamente no conceito de centralidade, as divisões regionais urbanas adotaram como metodologia de análise a organização dos fluxos, que, no caso da *Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas* (1972), considerou os seguintes aspectos: fluxos agrícolas e distri-

buição de bens e serviços à economia e à população. Desse modo, os fluxos vão estabelecer a relação entre as cidades, de modo a determinar as suas áreas de influência e hierarquia dos centros urbanos (IBGE, 1972).

A metodologia da pesquisa foi desenhada a partir do modelo proposto por Hagget e Chorley<sup>2</sup>, que privilegiou o uso de “[...] uma estrutura simplificada da realidade que apresenta, supostamente, características significativas ou relações de forma generalizada”. Para Lima (2000), tal metodologia se aproxima dos parâmetros da geografia quantitativa ou teórica, muito arraigada aos modelos e interpretações estatístico-matemáticos da realidade. Para este autor, a pesquisa buscava “[...] indicadores que exprimissem os relacionamentos urbanos, através da rede viária e fluxos de passageiros e das relações entre cidades, com o levantamento de distribuição de bens e serviços à economia e à população” (Lima, 2000, p. 209).

Na metodologia do estudo, foram considerados os municípios com população superior a 10 mil habitantes, resultando num total de 731 municípios pesquisados. O estudo confirmou alguns centros de primeira ordem do estudo anterior e incluiu Goiânia como cabeça de rede, conforme podemos verificar no Quadro 1.

**Quadro 1** - Estrutura da Hierarquia Urbana Brasileira - 1972

Grande metrópole nacional: São Paulo
Metrópole nacional: Rio de Janeiro
Centros metropolitanos regionais: Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Centros macrorregionais: Curitiba, Fortaleza, Belém e Goiânia.
Centros 2a: 29 cidades.
Centros 2b: 37 cidades.
Centros 3a: 72 cidades.
Centros 3b: 98 cidades.
Centros 4a: 141 cidades.
Centros 4b: 329 cidades.

**Fonte:** IBGE, 1972; Lima, 2000.

2 Cf. HAGGET, P; CHORLEY, R. J. *Socio-economic models in geography*. University Paperbacks, London, 1967.

Nesse estudo, Fortaleza é detentora de uma grande área de influência, incluindo todo o Estado do Ceará e a metade norte dos estados do Maranhão e Piauí. Sobral, enquanto centro urbano, aparece na categoria de centro 2b (Centro Regional), que:

Compreende os centros que se ligam diretamente aos do nível 1 e se destacam na distribuição de bens e serviços à economia, sobretudo no abastecimento do atacado e do varejo, no estabelecimento de filiais e na venda de máquinas agrícolas. No setor de serviços à população fornecem o varejo especializado e, por vezes, o varejo fino e serviços de médicos especialistas (IBGE, 1972, p. 15).

Outra característica do Centro Regional 2B é que sua influência não tem atuação extrarregional, relacionando-se apenas com municípios limítrofes ou muito próximos. Chama atenção também o fato de não existirem centros 2A com os quais Sobral se relacione, estando diretamente vinculado à capital, Fortaleza, exprimindo desde já os desequilíbrios da rede urbana cearense.

Para esse estudo, Sobral tem em sua zona de influência direta os municípios de Ipu, Camocim, Massapê, São Benedito e Ubajara. Somando-se a estes, estão uma série de outros pequenos municípios, sendo 34 o total sob a influência de Sobral para o REGIC de 1972.

Em 1987, a Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas foi retomada a partir da atualização deste estudo, culminando com o documento Região de Influência das Cidades – REGIC (1987). Apesar do ano de lançamento, os dados referentes às análises são de 1983. Para o Regic publicado em 1987, foram consideradas 76 atividades como indicadoras de centralidade (na pesquisa de 1968, foram consideradas apenas 12). As informações foram obtidas a partir da aplicação de questionários em 1.416 municípios. Foram feitos novos levantamentos, “[...] tendo em vista retratar o novo quadro da rede urbana brasileira que incorpora não somente efeitos de um longo e territorialmente diversificado processo histórico, como também os efeitos da dinâmica que recentemente

afetou a sociedade brasileira” (IBGE, 1987, p. 11). A hierarquia da rede urbana neste estudo foi organizada de acordo com o Quadro 2.

**Quadro 2** - Estrutura da Hierarquia Urbana Brasileira - 1987

Metrópoles Nacionais: São Paulo e Rio de Janeiro
Metrópoles Regionais: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Goiânia.
Centros submetropolitanos
Capitais regionais
Centros sub-regionais
Centro de zona

**Fonte:** IBGE, 1985.

É preciso atentar-se que neste documento ficou bem explícito o quadro teórico adotado, ou seja, a Teoria dos Lugares do Centrais, formulada por Christaller. No resgate dessa teoria, são privilegiadas as centralidades derivadas do papel que desempenham os centros distribuidores de bens e serviços, chamadas de funções centrais. Não obstante, a utilização da ideia de lugar central, proposta por Christaller, o Regic (IBGE, 1987), reconhece as numerosas críticas sobre os trabalhos empíricos, efetuados com base na teoria.

O Regic de 1987, na elaboração do seu quadro operacional, considera como fundamento a ideia de Localidade Central, salientando que elas apresentam vários correlatos com a rede urbana brasileira, pois, em qualquer situação, mesmo longe do que foi pensando por Christaller, irá emergir uma rede urbana hierarquizada, desde que haja um mercado com oferta de bens e serviços, e uma população disposta a adquiri-los (IBGE, 1987). Ainda conforme o Regic:

As diferenças entre regiões de um mesmo país no que se refere ao volume e à distribuição de população e da renda, e a maior ou menor modernização das atividades, desempenham importante papel na diferenciação entre centros de mesmo nível hierárquico relativamente à oferta de bens e serviços, dimensão da área de influência e volume de população servida (IBGE, 1987, p. 13).

Neste estudo, leva-se ainda em consideração as críticas feitas à Teoria das Localidades Centrais quanto ao fato de haver, nos países subdesenvolvidos, a existência dos dois circuitos da economia urbana (circuito superior e inferior), conforme formulação de Santos (1979). Desse modo,

O circuito superior é pouco expressivo ou praticamente inexistente nas pequenas cidades, de baixo nível hierárquico, resultando que a área de influência destes centros em relação a este circuito seja nula ou muito reduzida. O circuito superior ganha expressão na grande cidade, cuja área de influência máxima corresponde à projeção espacial deste circuito. No entanto, dado que não existe continuidade espacial no consumo de bens e serviços que o circuito superior oferece, pois se trata de artigos ou serviços de consumo raro, sofisticados e caros, sua área de influência é espacialmente descontínua ainda que cubra todo o território regional ou nacional (IBGE, 1987, p. 14).

Essa discussão poderia, evidentemente, ser bem mais ampliada, todavia extrapolaria o escopo deste artigo, mas entende-se sua pertinência, conforme ela foi incorporada às formulações concernentes ao quadro teórico que embasa o Regic 1987, dada a forma de organização socioespacial da sociedade brasileira e conseqüentemente de sua rede urbana.

No Regic de 1987, a rede urbana cearense compõe-se da metrópole Fortaleza, de dois centros submetropolitanos, cinco capitais regionais, seis centros sub-regionais e 88 centros de zona. Sua área de influência abarca ainda áreas dos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco, além do próprio Ceará. Nessa divisão, Sobral aparece como uma Capital Regional. Esse nível hierárquico foi definido “[...] pelo fato de atuarem distribuindo bens e serviços definidores do nível de capital regional, distribuição esta que, em termos espaciais define suas regiões de influência” (IBGE, 1987, p. 22). Para este estudo, Sobral tem sob sua influência direta os municípios de Crateús, Massapê. Acaraú, Camocim, Ubajara, São Benedito, Ipu, Santa Quitéria e Nova

Russas. Além destes, há ainda uma série de pequenos municípios subordinados, num total de 46 municípios em sua zona de influência.

Em 1993, outro estudo sobre a região de influência das cidades foi elaborado. Além de continuar seguindo a mesma linha teórica do estudo anterior, ou seja, a Teoria das Localidades Centrais, esse estudo também trouxe como referência teórica adicional a análise das redes geográficas como uma forma de entender o espaço e apreendê-lo como dinâmico, a partir de diversos fluxos que se estabelecem. Observa-se aí um movimento que procura agregar aos estudos de hierarquia das cidades as relações em rede, que emergem a partir dos anos de 1980 com o aprofundamento do processo de globalização e a intensificação dos fluxos, não apenas de bens e pessoas, mas também de capitais e decisões das grandes corporações. É a partir desses fluxos que se verificam as redes de lugares centrais e conseqüentemente as hierarquias urbanas, e nesse sentido, as redes viabilizam a circulação unindo pontos que são os fixos de onde emergem os fluxos e conforme o referido estudo:

[...] é primordial a percepção de que as redes são instrumentos viabilizadores da circulação e da comunicação e estas, por seu turno, são de fundamental destaque na organização do espaço. A organização espacial é revelada, por um lado, pelos elementos fixos - cidades, casas, fazendas, portos, indústrias etc. - fruto do trabalho social dos homens. Por outro lado, o entendimento daquela organização é complementado pelos fluxos que estabelecem interações entre os mencionados fixos, originando as redes (IBGE, 1993, p. 13).

Além dessa importante discussão sobre fluxos e redes, uma maior conscientização sobre a emergência do modelo capitalista pode ser verificada no estudo, reconhecendo inclusive que as questões de classe são definidoras ao mesmo tempo em que são definidas pelos arranjos espaciais, aí incluídos à rede urbana. Tais disparidades sociais se dão, sobretudo, pela diferenciação dos alcances espaciais dos circuitos inferior e superior da economia (Santos, 1979), já discutidos aqui.

O Regic 1993 utilizou como referência 46 funções centrais<sup>3</sup>. Os municípios que fizeram parte da análise tiveram como critério de seleção possuir pelo menos três das seguintes características: 1- ser sede de comarca; 2- contar com agência bancária; 3- dispor de médico residente na cidade; e 4- dispor de emissora de rádio AM. Além desses critérios, entraram na análise também os municípios com mais de 20.000 habitantes segundo a Sinopse Preliminar do Censo Demográfico de 1991. Dessa forma, foram selecionados 2.106 municípios dentro de um universo de 4.495 municípios brasileiros existentes à época.

A fim de melhor apreender a diversidade de centros da rede urbana brasileira, empregaram-se oito diferentes níveis de centralidade. Moura, Nagamine e Ferreira (2021) pontuam que a pesquisa de 1993, apesar de manter o alinhamento dos objetivos e procedimentos operacionais das pesquisas anteriores e posteriores, trouxe uma nomenclatura peculiar para as classes de centros, como se vê a seguir no Quadro 3.

**Quadro 3** - Níveis de Centralidade das Cidades Brasileiras - 1993

Níveis	Número de Cidades	Padrões de Cidades
Máximo	9	Metropolitano
Muito Forte	24	Predominantemente Submetropolitano
Forte	35	Predominantemente de Capital Regional
Forte para médio	108	Predominantemente de Centro Sub-Regional
Médio	141	Tendendo a Centro Sub-Regional
Médio para fraco	195	Predominantemente Centro de Zona (ou Centro Local)
Fraco	250	Tendendo a Centro de Zona (ou Centro Local)
Muito fraco	3.733	Municípios Subordinados

Fonte: Regic/IBGE, 1993.

No Regic 1993, Sobral aparece como um centro de forte centralidade, que seria, de acordo com o quadro operacional da pesquisa, o padrão predominantemente de capital regional. Nesse estudo, estão su-

3 Os fluxos referentes aos serviços de informações – origem de jornais diários e de emissão de sinais radiofônicos AM ou FM - também foram investigados sem, contudo, integram o conjunto de funções centrais definidor do nível hierárquico das cidades brasileiras.

bordinados diretamente a Sobral quatro centros urbanos, a saber: Tianguá, Ubajara, Camocim e Santa Quitéria. Além destes, outros 41 centros estão ligados indiretamente a Sobral.

Uma nova atualização do Regic foi publicada em 2008, com dados referentes a 2007. Essa publicação se propôs a um retorno à concepção utilizada nos primeiros estudos, que resultaram na Divisão do Brasil em *Regiões Funcionais Urbanas*, de 1972. Sendo assim, estabeleceu-se primeiro uma classificação dos centros, para depois delimitar suas áreas de atuação (Regic/IBGE, 2008). Mantém-se ainda a base conceitual a partir da Teoria das Localidades Centrais de Christaller, em que se buscou identificar a centralidade a partir dos fluxos para aquisição de bens e serviços, sobretudo àquelas ligadas às atividades de comércio e serviços, atividade financeira, ensino superior, serviços de saúde, internet, redes de televisão aberta e transporte aéreo. Observa-se neste estudo a inclusão de variáveis que não estavam presentes nos estudos anteriores, muitos em grande parte porque não existiam nos períodos analisados. Se até 1993 as emissoras de rádio eram parâmetro importante, para o Regic 2007 são as emissoras de TV e sobretudo a internet, que vai contribuir para a definição de centralidades, o que denota que, apesar da longevidade desse tipo de estudo sobre a rede urbana brasileira, o IBGE está atento para atualizar as metodologias para que possam captar as mudanças que ocorrem com o passar do tempo.

Para o Regic 2007, além da centralidade, foram consideradas as *funções de gestão do território* consubstanciando-se como uma novidade de cunho metodológico. Entende-se como centro de gestão do território “[...] aquela cidade onde se localizam, de um lado, os diversos órgãos do Estado e, de outro, as sedes de empresas cujas decisões afetam direta ou indiretamente um dado espaço que passa a ficar sob o controle da cidade através das empresas nela sediadas” (Corrêa, 1999b, p. 83).

As classes de centros urbanos e a hierarquia urbana brasileira foram então definidas, como expressa no Quadro 4.

Quadro 4 - Estrutura da Hierarquia Urbana Brasileira - 2008

1. Metrôpoles Grande metrópole nacional: São Paulo Metrópole Nacional: Rio de Janeiro e Brasília Metrôpoles: Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre.
2. Capital Regional Capital regional A: 11 cidades Capital regional B: 20 cidades Capital regional C: 39 cidades
3. Centro sub-regional Centro sub-regional A: 85 cidades Centro sub-regional B: 79 cidades
4. Centro de Zona Centro de zona A: 192 cidades Centro de zona B: 364 cidades
5. Centro Local: 4.473 cidades

Fonte: Regic/IBGE, 2008.

Neste novo levantamento, Sobral se sobressai como uma Capital Regional C, que são aqueles que assim se caracterizam:

[...] como as metrópoles, também se relacionam com o estrato superior da rede urbana. Com capacidade de gestão no nível imediatamente inferior ao das metrópoles, têm área de influência de âmbito regional, sendo referidas como destino, para um conjunto de atividades, por grande número de municípios (IBGE, 2008, p. 11).

Neste estudo, Sobral detinha em sua área de influência direta os municípios de Camocim, Guaraciaba do Norte, Ipu e São Benedito. Além destes, estavam submetidos a Sobral outros 34 municípios, totalizando 38 municípios na sua zona de influência. Assim, Sobral, que no estudo anterior aparecia com forte centralidade, adentra o século XXI se firmando como uma importante centralidade na região norte cearense,

despontando como uma liderança regional. Sobral é, junto com o complexo de cidades Juazeiro do Norte - Crato - Barbalha, os únicos classificados nessa categoria de centralidade no estado do Ceará.

Em 2020, uma nova versão do Regic foi lançada. Com dados referentes a 2018, o documento dá continuidade às propostas de estudo sobre a rede urbana, mais precisamente sobre as regiões de influências das cidades. Do ponto de vista do embasamento teórico, embora ainda estejam presentes os pressupostos da teoria das localidades centrais, o estudo tem por base também a teoria dos fluxos centrais de Taylor (2004)<sup>4</sup>, que por sua vez incorpora a teoria de Christaller. A manutenção da base Christalliana se dá, sobretudo, por meio do entendimento da cidade como um conjunto de centros funcionalmente articulados – a rede urbana –, pois “Cada cidade – aqui tratada como sinônimo de lugar central – é dotada de uma centralidade, significando a importância relativa que um centro urbano exerce em sua região do entorno” (IBGE, 2020, p. 69).

Quanto à discussão da teoria dos fluxos centrais, o estudo parte do princípio de que “[...] as cidades se definem por suas relações externas, pelos fluxos que as perpassam ou têm nelas seus pontos iniciais e finais, [...]” (IBGE, 2020, p. 70). Ao mesmo tempo, as formulações aqui apresentadas destacam o fato de que os estudos interurbanos “[...] foram dominados pelas formulações de Christaller” (IBGE, 2020, p. 70). Na formulação teórica do Regic 2020, fica evidente a crítica ao caráter pragmático da teoria christalliana, haja vista a condição complexa e evolutiva da cidade. Justificam, assim, a necessidade de “[...] um outro arcabouço teórico, mais compatível com o momento histórico atual de emergência das organizações em rede enquanto formas sociais hegemônicas” (IBGE, 2020, p. 70). Desse modo, a utilização da Teoria dos Fluxos Centrais de Taylor<sup>5</sup> é abordada como forma de preencher o que consideram uma lacuna na teoria de Christaller.

---

4 Cf. TAYLOR, P. J. **World city network**: a global urban analysis. London: Routledge, 2004. 241 p.

5 Taylor parte do pressuposto de que todo sistema urbano é composto simultaneamente de dois processos: de um lado, a cidade continua a ter o papel de fornecer bens e serviços polarizando sua região de entorno de maneira contígua e, de outro, faz parte de uma rede de ligações de longa distância, que se interconecta de forma seletiva. Esse duplo caráter é parte constituinte da essência das cidades e está presente, em diferentes graus, em todo centro urbano.

Entende-se que, apesar de a TLC possa fornecer um razoável retrato das centralidades de uma rede urbana e consequente hierarquia desses centros, de fato ela não dá espaço para o entendimento dos processos de fluidez dos tempos atuais, marcados, sobretudo, pelo avanço das telecomunicações, onde a organização das cidades não se dá apenas de maneira hierárquica, mas também reticular, conectando pontos em muitos casos distantes e não contínuos. Nesse sentido, a teoria de Taylor é entendida no sentido de preencher as lacunas, ao dar ênfase às relações das cidades com espaços mais distantes. Por isso, a teoria de Taylor foi incorporada ao Regic, pois dá conta das relações externas da cidade, uma vez que elas não estão mais restritas a relações de continuidade hierarquizadas verticalmente.

Desse modo, a metodologia do Regic 2018 indica uma forma híbrida de pensar a rede urbana. Por um lado, mantém as premissas básicas da teoria de Christaller, ao buscar entender as interações espaciais ainda marcadas pela proximidade e contiguidade, cuja fricção da distância é o principal limitador. Por outro lado, com base na teoria dos Fluxos, considera que as relações entre cidades se dão fora da contiguidade e se modelam de maneira reticular, pois

[...] As relações são efetivadas pelas atividades urbanas que realizam conexões a longa distância, ligando cidades dos mais variados tamanhos e passando por cima das barreiras espaciais clássicas, como as fronteiras, as divisas, o relevo, a rede hidrográfica e a presença ou ausência de malha viária (IBGE, 2020, p. 70).

Nesta edição do Regic, foram considerados também os Arranjos Populacionais Urbanos. Considerando os autores do estudo, em alguns casos, a centralidade não se dá apenas por uma cidade isolada, mas um conjunto delas, “que são indissociáveis como unidade urbana. Trata-se de Municípios conurbados ou que possuem forte movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração<sup>6</sup> que justifica conside-

---

6 “A escolha dos critérios que formam um arranjo populacional está baseada na noção de existência de relacionamentos cotidianos por grande parte da população entre dois ou mais mu-

rá-los como um único nó da rede urbana” (IBGE, 2020, p. 11). Desta forma, o Regic 2018 considerou três possibilidades territoriais: os Arranjos Populacionais, já tratados, as concentrações urbanas (arranjos populacionais ou municípios que ultrapassem 100 mil habitantes) e os municípios isolados, que são aqueles que não participam de nenhum arranjo populacional ou não são considerados concentrações urbanas.

Em resumo, o estudo do Regic 2018 estabeleceu um quadro geral da rede urbana brasileira, de acordo com a seguinte divisão (Quadro 5).

**Quadro 5 - Estrutura da Hierarquia Urbana Brasileira - 2018**

<p>1. Metrôpoles</p> <p>Grande metrôpole nacional: São Paulo</p> <p>Metrôpole Nacional: Arranjo Populacional do Rio de Janeiro e Arranjo Populacional de Brasília.</p> <p>Metrôpoles: Arranjo Populacional de Goiânia/GO; Manaus; Arranjo Populacional de Fortaleza-CE; Arranjo Populacional de Campinas/SP; Arranjo Populacional de Vitória/ES; Arranjo Populacional de Belém/PA; Arranjo Populacional de Florianópolis/SC; Arranjo Populacional de Curitiba/PR; Arranjo Populacional de Belo Horizonte/MG; Arranjo Populacional do Recife/PE; Arranjo Populacional de Porto Alegre/RS; Arranjo Populacional de Salvador/BA</p>
<p>2. Capital Regional</p> <p>Capital regional A: 9 cidades</p> <p>Capital regional B: 24 cidades</p> <p>Capital regional C: 64 cidades</p>
<p>3. Centro sub-regional</p> <p>Centro sub-regional A: 96 cidades</p> <p>Centro sub-regional B: 256 cidades</p>
<p>4. Centro de Zona</p> <p>Centro de zona A: 147 cidades</p> <p>Centro de zona B: 251 cidades</p>
<p>5. Centro Local: 4.037 cidades</p>

**Fonte:** Regic/IBGE, 2020.

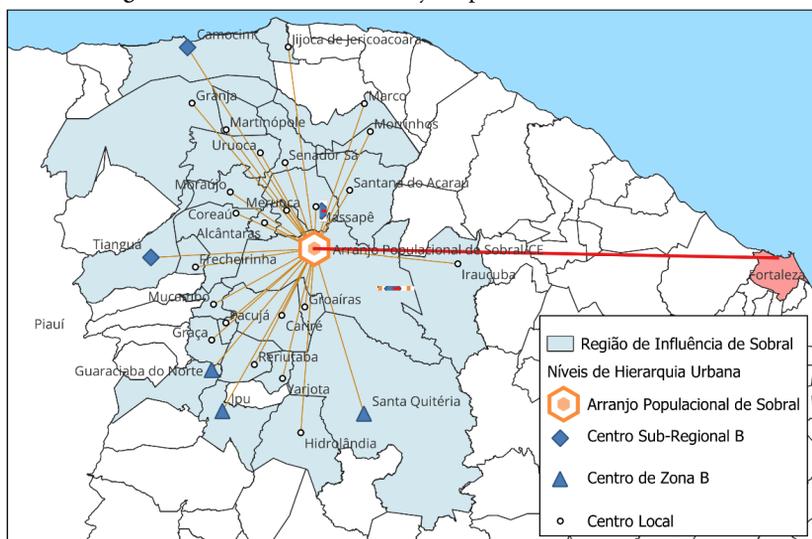
---

municípios. Os relacionamentos existem devido a fatores, tais como: crescimento de uma cidade (os casos mais comuns são os metropolitanos, onde a capital costuma atrair população do entorno); emancipação de um município; processos históricos de formação; localização de indústrias (onde uma fábrica em um pequeno município demanda população dos municípios vizinhos); entre outros. Considera-se, assim, o termo integração como o mais apropriado para sintetizar esses diversos contextos” (IBGE, 2018, p. 22).

Apesar da diminuição do número de municípios em sua área de influência no REGIC 2018 (28 no total), Sobral continua a se manter como Capital Regional C, consolidando-se como a principal centralidade da região noroeste do Ceará. A redução do número de municípios diretamente influenciados por Sobral pode ser atribuída a uma combinação de fatores, sendo dois deles particularmente relevantes. Primeiramente, é importante considerar as mudanças metodológicas adotadas Regic 2018, que incluíram a teoria dos fluxos. Essa abordagem mais dinâmica e abrangente pode ter redefinido as relações de influência entre os centros urbanos, levando a uma reconfiguração das áreas de influência de Sobral e de outras cidades na região.

Além disso, é importante observar a tendência de equilíbrio na rede urbana cearense, com o crescimento de cidades intermediárias. Essas cidades emergentes estão gradualmente estabelecendo suas próprias áreas de influência e diversificando suas economias, tornando-se menos dependentes de centros urbanos tradicionalmente dominantes como Sobral. Esse fenômeno reflete uma distribuição mais equilibrada do desenvolvimento urbano e regional, com cidades assumindo papéis mais proeminentes em suas respectivas áreas, o que não altera a posição de Sobral como capital regional C devido à sua relevância econômica, cultural, educacional e administrativa na região noroeste do Ceará. Sua infraestrutura desenvolvida, sua diversificada base econômica e sua forte oferta de serviços continuam a atrair população e investimentos, consolidando sua posição como o principal centro urbano da região.

**Figura 1 - Rede Urbana do Arranjo Populacional de Sobral - 2018**



Fonte: Regic/IBGE, 2020.

Nessa última versão do Regic, Sobral se mantém na posição indicada no Regic 2018, ou seja, como Capital Regional C. Essas cidades são, segundo o Regic 2018, “[...] os centros urbanos com alta concentração de atividades de gestão, mas com alcance menor em termos de região de influência em comparação com as Metrôpoles” (IBGE, 2020, p. 11). Como a metodologia do Regic 2018 considera ainda a teoria dos fluxos, o Arranjo Populacional de Sobral vai se ligar a algumas cidades que, embora não caracterize uma relação de rede urbana, promovem trocas com Sobral de alguma forma.

No Regic de 2018, uma análise abrangente foi realizada para entender os fluxos que conectam diferentes municípios, revelando uma rede complexa de interações que vai além das fronteiras territoriais convencionais. Um aspecto significativo foi a identificação de 28 municípios que mantêm algum tipo de ligação com Sobral, não apenas através de vínculos tradicionais de rede urbana, mas também por meio de diversos fluxos de atividades socioeconômicas.

Estes fluxos não se restringem a relações meramente de proximidade, mas são impulsionados por necessidades e oportunidades específi-

cas. Dentre os municípios destacados, encontraram-se exemplos notáveis, como Balsas e Tiago Fragoso, localizados no estado do Maranhão. Essas áreas mantêm uma conexão importante com Sobral devido ao destino da produção agropecuária. A troca de bens e serviços entre essas regiões demonstra a interdependência econômica que ultrapassa as divisas estaduais. Outro município destacado foi Parnaíba, no estado do Piauí, que se conecta a Sobral através de fluxos relacionados aos serviços de ensino superior. Esta conexão revela como Sobral desempenha um papel significativo como centro educacional, atraindo estudantes e profissionais de cidades vizinhas e até mesmo de outros estados.

## Considerações finais

Não houve a intencionalidade de fazer uma análise detalhada dos Regics, todavia, considera-se importante estabelecer certo paralelo entre a perspectiva teórico-metodológica adotada a partir de 1972 até a que foi utilizada em 2018, sobre a hierarquia dos centros urbanos e a região de influência das cidades, na compreensão do espaço brasileiro.

No cenário da pesquisa acadêmica sobre hierarquia urbana e regiões de influência das cidades, os estudos do Regic têm se destacado como um marco de longevidade e consistência teórica-metodológica. Desde a década de 1970, portanto há quase meio século, essa abordagem tem fornecido uma base sólida para que se compreenda a dinâmica da rede urbana brasileira e suas interações em diferentes escalas territoriais. É inegável a importância desses estudos para o planejamento regional e urbano no Brasil. As análises realizadas pelo Regic têm subsidiado políticas públicas, orientando investimentos e proporcionado um entendimento mais aprofundado das dinâmicas socioeconômicas e espaciais do país.

O Regic tem se destacado ainda por sua abordagem dinâmica e adaptativa no campo da pesquisa geográfica. Longe de se prender a formulações teóricas estáticas, o Regic tem como princípio fundamental a constante atualização de suas bases metodológicas para refletir as trans-

formações contínuas na sociedade e no território ao longo do tempo. Em sua última edição, por exemplo, o estudo incorporou a teoria dos fluxos de Taylor em seu referencial teórico. A decisão de incluir essa teoria não foi apenas uma adição arbitrária, mas uma resposta sensível às mudanças observadas nos territórios contemporâneos. A teoria dos fluxos de Taylor oferece uma nova perspectiva sobre a organização dos territórios, reconhecendo que as relações espaciais não são mais restritas apenas à proximidade física, mas também se estendem por longas distâncias. Isso é particularmente relevante em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, cujas interações econômicas, culturais e sociais transcendem as fronteiras geográficas.

Tratou-se ainda das formas de inserção de Sobral nas regionalizações e hierarquias propostas nos estudos realizados pelo IBGE. Ante os diversos estudos elaborados na perspectiva do entendimento da rede urbana brasileira, é possível se apreender transformações da posição de Sobral nas diversas classificações nele contida. O Quadro 6 indica um resumo da posição de Sobral nos estudos de hierarquia urbana brasileira.

**Quadro 6** - Sobral nos estudos da Hierarquia Urbana Brasileira (1972-2020)

Levantamento	Posição de Sobral na hierarquia urbana
Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas, 1972	Centro Regional 2B
Regiões de Influência das Cidades, 1987	Capital Regional
Regiões de Influência das Cidades, 1993	Forte Centralidade
Regiões de Influência das Cidades, 2007	Capital Regional C
Regiões de Influência das Cidades, 2018	Capital Regional C

**Fonte:** IBGE, 1972, 1987, 1993, 2008 e 2020.

A posição de Sobral nos estudos de região de influência das cidades tem evoluído ao longo do tempo, refletindo mudanças na estrutura urbana e no desenvolvimento regional. Podemos verificar que sua influência se destaca como uma importante cidade na região noroeste do Ceará, que alcança inclusive, apesar da barreira geomorfológica da Cuesta da Ibiapaba, cidades do Maranhão e do Piauí através dos fluxos identificados no Regic 2018. Cabe destacar que pesquisas qualitativas sobre essa cidade poderão lançar luz sobre os aspectos que permitem

com que essa centralidade siga se reforçando desde os primeiros estudos de rede urbana desenvolvidos pelo IBGE.

## Referências

ABREU, M. de A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. *In: CARLOS, A. F. A. (Org.). Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano.* São Paulo: [s.n.], p. 199-322, 1994.

CARLOS, A. F. A. A reprodução da cidade como “negócio”. *In: CARLOS, A. F. A.; CARRERAS, C. Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole.* São Paulo: Contexto, p. 29-37, 2005.

CATELAN, M. J. **Heterarquia urbana:** interações espaciais interesca-  
res e cidades médias. 2012. 227 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Fa-  
culdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2012.

CHRISTALLER, W. **Central Places in Southern Germany.** New Jersey:  
Prentice-Hall, (Trad. C.W. Baskin). 1966.

CORRÊA, R. L. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológi-  
ca. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 107-  
124, abr./jun., 1988.

CORRÊA, R. L. Hinterlândias, hierarquias e redes: uma avaliação da  
produção geográfica brasileira. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de  
Janeiro, n. 51, v. 3, p. 113/137, jul./set. 1989.

CORRÊA, R. L. **A Rede Urbana.** São Paulo: Editora Ática, 1994.

CORRÊA, R. L. Identificação dos centros de gestão do território no  
Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p.  
83-102, jan./mar. 1995. Disponível em: [http://biblioteca.ibge.gov.br/co-  
leção\\_digital.htm](http://biblioteca.ibge.gov.br/co-<br/>leção_digital.htm). Acesso em: ago. 2017.

CORRÊA, R. L. Redes Geográficas – 5 pontos para discussão. *In: VAS-  
CONCELOS, P. de A; MELO E SILVA, S. B. de. Novos Estudos de Geo-  
grafia Urbana Brasileira.* Salvador: Ed. UFBA, 1999a.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana – uma  
nota sobre as pequenas cidades. *In: Revista Território*, Ano IV, n. 6,  
jan./jun. 1999b.

CORRÊA, R. L. Reflexões sobre a dinâmica recente da rede urbana brasileira. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR*, 9., 2001, Rio de Janeiro. **Anais v. 1** [...], Rio de Janeiro: Gráfica Lidador, p. 424-430, 2001.

CORRÊA, R. L. Posição geográfica de cidades. **Revista Cidades**, v. 1, n. 2, p. 317-323, 2004.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a Rede Urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 336 p.

CORRÊA, R. L. Diferenciação sócio-espacial, escala e práticas espaciais. **Revista Cidades**, v. 04, n. 06, p. 62-72, 2007a.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. *In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas**. Rio de Janeiro: IBGE, 1972. 112 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?id=213622&view=detalhes>. Acesso em: jan. 2020.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 1987. 183 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxosgeograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=24590&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: jan. 2020.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 1993**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 230 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-dascidades.html?edicao=15975&t=publicacoes>. Acesso em: jan. 2020.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. 187 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxosgeograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=16168&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: jan. 2020.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 201 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728>. Acesso em: jun. 2020.

IPEA. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil**: estudos básicos para caracterização da rede urbana / IPEA, IBGE, UNICAMP, Brasília: IPEA, 2001.

LIMA, L. C. Regionalização do Estado do Ceará. *In*: LIMA, L. C.; MORAIS, J. O.; SOUZA, M. J. N. **Compartimentação territorial e gestão regional do Ceará**. Editora FUNECE: Fortaleza, 2000.

MOURA, R.; NAGAMINE, L.; FERREIRA, G. **Regic**: trajetória, variações e hierarquia urbana em 2018. Texto para Discussão, 2021.

SANTOS, M. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.



## CAPÍTULO 2

# AÇÕES INSTITUCIONAIS E REESTRUTURAÇÃO DA CIDADE MÉDIA DE SOBRAL-CE

Doi: 10.35260/54212175p.49-72.2025

*Virgínia Célia Cavalcante de Holanda*

*Luiz Antonio Araújo Gonçalves*

### Introdução

A formação socioespacial brasileira transita por mudanças significativas desde os anos de 1990, associadas às tendências da reestruturação produtiva que redimensionaram o espaço mundial. O Brasil, depois do passado agrário-exportador, dos ideários desenvolvimentistas e do milagre econômico fincado na ideia de progresso, parece ter cravado bases mais sólidas em sua modernização, com rebatimentos consequentes em sua formação socioespacial (Santos, 1979). Desse modo, os ditames do mercado capitalista global no momento pressionam os Estados, exigindo destes as reformulações do território que deem oportunidade a meios de produção e circulação de mercadorias, tendo a fluidez como palavra de ordem.

Na perspectiva de Santos (2006), a fluidez é uma exigência do mundo atual e, em seu nome, criam-se objetos e lugares a fim de favorecer a competitividade. Para atender a esse comando, o Estado vai à demanda de atributos para a concessão de novos usos ao território, em parte, sob orientação da ciência, técnica e informação.

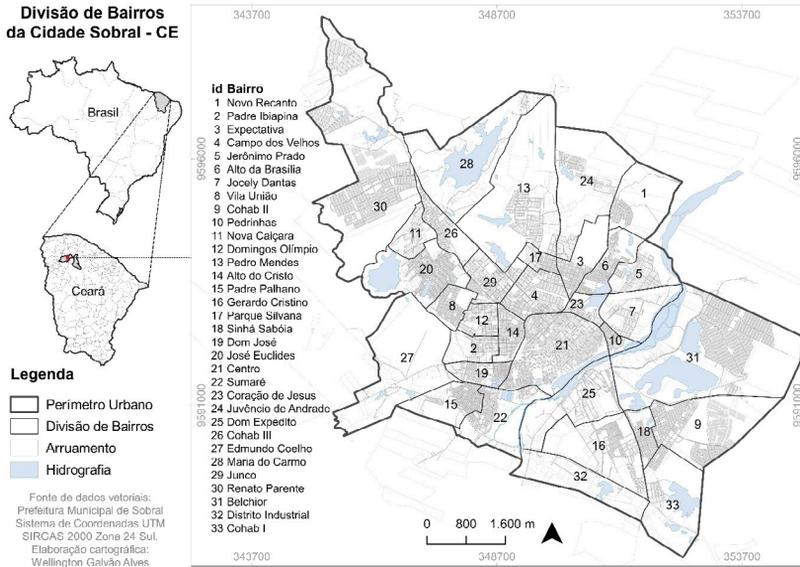
Os municípios e, de modo específico, as cidades, ora constituem parte dessa reformulação do território com variados ritmos. Aquelas

idades de cadência mais lenta tornam-se mais vulneráveis aos usos e abusos, em razão das potencialidades de seus territórios. Outras, dotadas de agentes mais articulados e atentos às “urgências” do novo período, transformam-se, gradualmente, em espaços seletivos e competitivos. Dessa maneira, as cidades médias constituem centros urbanos que promovem maior equilíbrio territorial, por estabelecerem relações mais diretas com seu entorno, sendo consideradas *espaços ideais* para investimentos e implantação de outras atividades econômicas alinhadas ao ritmo da globalização capitalista com a implantação de outras *formas-conteúdos*, haja vista que “[...] novas divisões do trabalho chegam e se implantam, mas sem exclusão da presença dos restos de divisões do trabalho anteriores” (Santos, 2006, p. 136).

A cidade média de Sobral está situada no Noroeste do Território cearense, a 230 quilômetros de Fortaleza, capital do Ceará. Segundo o Censo Demográfico de 2022, o município de Sobral tem uma população de 203.023 habitantes (IBGE, 2022). Em passado recente, a Sede do Município reduziu o seu perímetro urbano e o número de 35 para 33 bairros oficiais, de acordo com a Lei Complementar nº 92, de 17 de novembro de 2023. As mudanças atenderam às propostas encaminhadas nas audiências públicas na revisão do Plano Diretor (Figura 2).

No estudo Regiões de Influência das Cidades - Regic 2018 (IBGE, 2020), Sobral é classificada como Capital Regional nível C no Estado, e sua área de influência abrange 55 municípios, com destaque aos deslocamentos para serviços de saúde, educação superior e emprego industrial. É reconhecida, assim, por sediar unidades produtivas da indústria de calçados (Grendene), que figura como uma das maiores empregadoras privadas do Estado, liderando a lista do quantitativo de empregos com carteiras assinadas e em arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) fora da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Figura 2 - Divisão da cidade média de Sobral, por bairros (2023)



Desse modo, Sobral se destaca no período atual como uma das cidades médias mais importantes do Nordeste brasileiro, atraindo, desde os anos de 1990, investimentos industriais nacionais na contextura das (re)configurações do mapa industrial, jungidas às mudanças macroestruturais assentadas no tripé globalização, reestruturação e financeirização. Essa força de atração demográfica promoveu a acumulação e a formação de um mercado de trabalho, mas também de desigualdades socioespaciais, estando entre as cidades do interior do Ceará com os maiores défices habitacionais, com tangível segregação socioespacial e Circuito Inferior latente.

A perspectiva de análise da reestruturação da cidade média de Sobral procedeu no sentido apontado por Spósito (2007, p. 248), ao ressaltar o uso do termo “reestruturação” como referência “[...] aos períodos em que é amplo e profundo o conjunto das mudanças que orienta os processos de estruturação urbana e das cidades”. Chama atenção, desse modo, a expressão desse aglomerado urbano pelas diversas ações institucionais empreendidas pelos agentes políticos locais, visando a adequar o território à produção com a construção de infraestruturas

e de equipamentos urbanos alinhados ao favorecimento das condições gerais de produção e reprodução das relações sociais de produção no período fluente.

O artigo tem o objetivo de refletir sobre a reestruturação da cidade média de Sobral, com foco nas ações institucionais empreendidas para prover infraestrutura urbana de circulação e moradia, bem como de novos equipamentos coletivos de educação e de saúde. O período de análise foi delineado pela ascensão de um grupo político ocorrida em 1997, sob a liderança de Cid Ferreira Gomes à frente da Prefeitura Municipal de Sobral. Ele permaneceu à frente da P.M.S. por dois mandados consecutivos, com discurso assentado na boa governança, resultando na melhoria dos serviços públicos de educação e saúde. O êxito das políticas públicas empreendidas é aferido até os dias atuais por meio das premiações e índices alcançados em avaliações externas, a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

As novas dinâmicas urbanas, são passíveis de entendimento desde as ações institucionais manifestadas na estruturação urbana, articuladas às novas oportunidades de investimentos e atração de outros empreendimentos privados, no estabelecimento de outras modalidades de apropriação e reconfiguração do espaço urbano de Sobral, com suporte nas variáveis infraestrutura de circulação (viária e aeroviária), programas de moradia e equipamentos coletivos de educação e saúde. Os dados obtidos junto aos setores das secretarias da Prefeitura Municipal de Sobral foram devidamente organizados, tabulados para produção de uma cartografia que concedesse a dimensão das ações institucionais na morfologia urbana, articulando *formas-conteúdos* à lógica de reestruturação da cidade.

Dessa maneira, efetivou-se, no primeiro segmento, reflexão sobre o papel do Estado na urbanização capitalista. No segundo módulo, cuidou-se de expor as ações institucionais empreendidas pelo Poder Público Municipal na reestruturação da cidade, tendo por fechamento as considerações finais.

## A ação do Estado na estruturação das cidades

O desenvolvimento do capitalismo, marcado por momentos de crise e dificuldades de realização do processo de acumulação, tem um evidente desdobramento na produção da desigualdade social como produto da existência e concentração da riqueza (Carlos, 2014). Essa condição desigual é revelada na produção do espaço urbano alienado à lógica capitalista, que passa a orientar as políticas espaciais e impõe que seja efetuada uma reflexão crítica sobre o planejamento da cidade e a ação estatal, visto que essa desigualdade determina, ainda, as estratégias que “[...] fundamentam o ato de planejar o espaço como estratégia de classe – nesse processo o espaço vai assumindo várias formas/modos como condição/meio e produto do processo que visa à reprodução ampliada do capital, realizando-o como movimento incessante de valorização” (Carlos, 2014, p. 28).

Feito substrato teórico que embasa esta análise, é relevante considerar o que Lojkin (1981) trata a respeito das modalidades de urbanização como formas da divisão social e territorial do trabalho, em específico, quando aborda os meios de consumo coletivos na esfera das condições gerais de produção. Assim, na análise das políticas públicas, como infraestrutura de circulação, educação, saúde e moradia, estas se tornam indicadores que revelam a necessidade periódica de reestruturar o espaço urbano das cidades médias brasileiras, a exemplo de Sobral.

Ao retomar o conceito de condições gerais de produção, Lencioni (2007) constatava o seu desuso na reflexão sobre a questão urbana com arrefecimento do pensamento marxista. A autora, contudo, recupera este conceito para compreender as desigualdades do desenvolvimento regional, ressaltando-o pela relevância do potencial instrumental na análise socioespacial.

Santos (1979), reportando-se ao jogo dialético entre os fatores de concentração e os da dispersão, bem como da relevância do fator tecnológico perante o aspecto populacional, aponta que o Estado assume uma responsabilidade na mediação as ações de inovação externa ou interna e suas repercussões locais. O autor designa, assim, o peso desempenhado

pela organização da produção e sua tendência à concentração no espaço. Desse modo, o exercício das funções do Estado moderno reclama uma ação que favoreça a concentração produtiva no espaço, a exemplo da organização dos transportes, não ficando indiferente a outras necessidades criadas, mesmo que estas não atinjam a população ou o faça em parte. O Ente Estatal, com efeito, “[...] sente-se então obrigado a fornecer a título gratuito ou quase gratuito um certo número de serviços, como a educação e a saúde, e que têm um papel de fixação, ao menos provisória” (Santos, 1979, p. 100).

A descentralização democrática dos usos do território, para Souza (2019), é um aspecto eminentemente geográfico e político. “A contribuição da análise do território usado e da constituição dos lugares é essencial para mostrar as desigualdades socioespaciais e apontar prioridades de ação para o processo de definição de políticas e planejamentos territoriais” (Souza, 2019, p. 25).

Na concepção de Corrêa (2012), eis o desafio da análise dos múltiplos papéis que o Estado capitalista adquire, decorrente dos distintos interesses e conflitos que direcionam sua atuação nos diversos contextos – econômico, político e social. Em sua análise sobre a aglomeração territorial da indústria de alta tecnologia na Região Metropolitana de São Paulo, Lencioni expõe como esse perfil de indústria demanda “[...] determinadas condições gerais de produção para se desenvolverem seletivamente no espaço produzindo um novo tipo de desigualdade regional” (2007, p. 1). Em parte, verifica-se essa produção seletiva do espaço urbano de Sobral com a chegada da Indústria de Calçados Grendene, requerendo, inclusive, alterações na norma urbanística para sua instalação, dentre outras demandas que não foram objeto dessa reflexão, mas que, certamente, merecem um estudo mais aprofundado em outro momento.

Damiani (2001) chama atenção para a ideia de indústria da urbanização, isto é, para o fato de a urbanização passar a ser um novo setor produtivo, imersa no processo econômico na produção das cidades em que ultrapasse a produção de equipamentos urbanos. Ganha-se, efetivamente, uma dimensão mais complexa na produção do espaço urbano

com a indústria da construção pesada e civil, haja vista os investimentos em obras, como, *exempli gratia*, a construção de grandes conjuntos habitacionais, pontes, viadutos e túneis. Desse modo, tencionou-se fazer uma leitura de totalidade desse processo, sem conceber a urbanização como fenômeno subordinado à industrialização.

Lojkin (1981, p. 124) considera a urbanização como elemento-chave das relações de produção, de maneira que, para o autor, eis o que caracteriza a cidade capitalista: “[...] de um lado, a crescente concentração dos ‘meios de consumo coletivos’ que vão criar pouco a pouco um modo de vida, novas necessidades sociais [...] de outro, o modo de aglomeração específica do conjunto dos meios de reprodução (do capital e da força de trabalho) [...]”. O autor aponta que as atividades de ensino e de saúde ou de pesquisa permanecem improdutivas, embora sejam “[...] cada vez mais necessárias à própria produção material como meios de formação ampliada das forças produtivas humanas” (*Ibidem*, p. 129). Ele explica, ainda, que a principal contradição se encontra na socialização capitalista, que a política urbana precisa atender pelos meios de consumo coletivo e de circulação, visando às condições gerais de produção.

Harvey, refletindo a obra de Marx, aponta não ser por acaso que o Estado é um agente ativo atuando para garantir a continuidade e a ampliação da circulação do capital. Além das suas funções regulatórias, da gestão e administração burocrática, o Estado também executa “[...] atividades produtivas, em particular no que diz respeito a investimento em bens públicos e infraestrutura física coletiva como estradas, portos e entrepostos, abastecimento de água e sistema de esgoto” (Harvey, 2018, p. 28). Para o autor, esses meios de produção são propícios a se mostrar de muitas maneiras, seja como matéria-prima extraída da natureza, bens que serão componentes para a produção de outros, maquinaria e a energia para o funcionamento das fábricas ou, ainda, a utilização das infraestruturas instaladas no seu entorno, como ruas, sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto, dentre outros. Ainda, para o autor, é evidente que essas mercadorias tenham fruição comum ou sejam adquiridas de modo individual, contudo, os lugares precisam, além de um sistema monetário e de trocas de mercadorias com merca-

do de trabalho estabelecido, que haja uma infraestrutura física para ser utilizada pelos capitais que tentam ali se instalar (*Idem*, 2018).

Lencioni (2021) recupera a discussão sobre as condições gerais de produção desenvolvidas por Lojkin e Harvey, apontando que o primeiro autor faz uma relação das condições gerais de produção com a cidade na circunstância de aglomeração e meio de socialização, ao passo que o segundo opera pelas configurações espaciais. Lencioni realiza uma síntese da abordagem do primeiro autor relativa aos meios de consumo coletivos e sua divisão entre – *meios de circulação em conexão direta com o processo de produção* (banco, bolsas, rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, oleodutos, canais de irrigação, redes de circulação imaterial – telecomunicações, informática, dentre outros) e os *meios de consumo coletivo em conexão indireta com os processos de produção* (escolas, hospitais, centros de lazer, esportivos, rede elétrica, de distribuição de água, de coleta e tratamento de esgoto, coleta de resíduos sólidos).

A abordagem de Harvey apresenta o entendimento dos circuitos do capital, divididos em três subcircuitos. O de ordem primária está relacionado diretamente à força de trabalho e ao consumo de mercadorias e, conseqüentemente, à reprodução da força laboral. O circuito secundário é composto do capital fixo, ou seja, bens duráveis, e o fundo de consumo passível de se constituir pelo ambiente construído. O terceiro subcircuito é formado pelas funções do Estado com relação aos investimentos com infraestruturas direcionadas à reprodução da força de trabalho (educação, saúde, assistência social, segurança pública). Lencioni (2021, p. 57) exprime que “esses três circuitos se inter-relacionam (*sic*) e a divisão em três circuitos é apenas analítica, pois todos eles estão em relação, em movimento, constituindo um circuito só, o do movimento do capital”.

A análise da estruturação urbana das cidades médias, por via dos meios de consumo coletivos, é uma abordagem teórico-metodológica constante em estudos anteriores, a exemplo de Catelan (2009), em sua análise da lógica de distribuição dos meios de consumo coletivo, especialização e densidade das redes de drenagem pluvial e de pavimentação no espaço urbano de Bauru-SP.

Vale ressaltar a contribuição ao debate, empreendida por Brandão (2017), ao traçar uma abordagem interessante das cidades médias como provedoras de meios de consumo coletivos elaboradores de cidadania e direitos. O desafio de reflexão posto pelo autor também propõe a se repensar os projetos em curso que aportam nas cidades médias incorporadas ao planejamento local.

Considerando a reflexão empreendida sobre o papel do Estado na estruturação das cidades, no próximo segmento, examina-se a reestruturação da cidade média de Sobral com amparo nas infraestruturas de circulação e Meios de Consumo Coletivos (MCC). Retomam-se, com efeito, as decisões políticas das gestões municipais na distribuição espacial de meios de consumo coletivos, sobretudo, escolas municipais e postos de saúde, bem como as infraestruturas de circulação, como vias, rodovias, pontes, aeroporto e conjuntos habitacionais.

### **As ações institucionais e a renovação das estruturas urbanas da cidade média de Sobral**

Conforme assevera Santos (1979, p. 18), “Os objetos geográficos aparecem nas localizações correspondentes aos objetivos da produção num dado momento e, em seguida, pelo fato de sua própria presença, influenciam-lhes os momentos subseqüentes da produção”. Para ele, esse mister do espaço, em geral, é pouco percebido ou analisado sem profundidade.

Sobral, desde sua formação inicial, teve papel de destaque na constituição da rede urbana cearense, por sua situação geográfica às margens do Rio Acaraú, servindo de entreposto de passagem do litoral para o sertão e, posteriormente, no cruzamento da ribeira por viajantes e tropas de gado com destino ao Piauí. No final do século XIX, algodão, charque, couro, óleos vegetais e derivados da palha da carnaúba davam relevância à economia da cidade.

Silva Júnior (2015) aponta a influência da Igreja Católica no desenvolvimento urbano das cidades sertanejas. Já na primeira metade do

século XX, destacava-se a figura religiosa de Dom José Tupinambá da Frota, que foi vigário de Sobral e, em 1924, tornou-se o 1º Bispo, no período de 1924 a 1959. O bispado de Dom José teve uma trajetória reconhecida pela construção de edificações que deram novos contornos e traçado à cidade e que permanecem até hoje na sua paisagem, a exemplo da Santa Casa de Misericórdia e do Seminário São José, ambos do ano de 1925, Colégio Sobralense (1934), Banco Popular (1927), Palácio Episcopal (1916) - transformado, por ele, em museu, em 1951. Adiciona-se, ainda, o Abrigo Sagrado Coração de Jesus (1953), dentre outras edificações. Vale ressaltar que mencionadas construções, por vezes, ofuscaram as funções do Poder Público Municipal na oferta de serviços de assistência, saúde e educação para a população local.

Fortaleza, capital do Estado, começou a se consolidar como capital nos anos de 1930, com a construção de rodovias pavimentadas, ligando-a às cidades do interior e do litoral, sendo uma ação necessária a essa consolidação de comando. Assim, em 1953, foi construída a Ponte Othon Alencar, sobre o Rio Acaraú, que se encontra com a rodovia BR-222 conduzente a Fortaleza, sendo duplicada em 2002, na segunda gestão de Cid Ferreira Gomes. A indústria Cidao, de beneficiamento da oiticica, foi uma das mais importantes da época. Contava com um ramal ferroviário exclusivo em galpões, o qual, nesse tempo, ficava fora da área urbana.

Na escala nacional, a industrialização brasileira passava por mudanças com a entrada da indústria automobilística, tendo implicações no quadro de urbanização nacional, no final da década 1950, provocando também o aumento dos dilemas regionais, cujo um dos marcos foi a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), quando era presidente da República o mineiro Juscelino Kubitschek de Oliveira. O capital monopolista do Sudeste se expandiu com a saída de plantas de indústrias de grande porte, que aproveitavam da matéria-prima local. Nesse período, a fábrica de cimento do grupo Votorantim se instalou em Sobral atraída pelas reservas de calcário. Nesse contexto, emergiram empresas de capital local, a exemplo da empresa Laticínios Sobralense S/A (Lassa), a empresa Indústria e Comércio de

Material de Construção Ltda (Cosmac), a Fábrica de Beneficiamento de Caju (Incasa), a Fábrica Coelho (de massas) e a Fábrica de refrigerantes Del Rio (Holanda, 2007).

Após os anos de 1970, a cidade seguiu a lógica da urbanização brasileira com uma expansão urbana decorrente do crescimento populacional e de bolsões de pobreza, de maneira que ocorreu o transbordamento dos limites transpostos à via férrea e do Rio Acaraú. Na década de 1980, o papel de comando regional permaneceu, mas sem novos eventos. Em decorrência das mudanças ocorridas no Brasil em fins dos anos de 1980, com a promulgação da Constituição (1988) e as repercussões da realidade neoliberal de então, o Nordeste passou a vivenciar um discurso de modernização carregado em alguns estados por legatários políticos repaginados. Para o Ceará, esse marco foi 1986, com a eleição de Tasso Jereissati ao Governo do Estado, ao passo que, para o município de Sobral, essa mudança no panorama político ocorreu somente em 1996.

O grupo político que assumiu a Administração Municipal de Sobral em 1997, liderado por Cid Ferreira Gomes, comandou a cidade até 31 de dezembro de 2024. O projeto reformista do grupamento teve início com a produção de outras materialidades e a incessante captação de fluxos de investimentos exógenos e incentivo às práticas endógenas. Um marco importante desses investimentos exógenos foi a instalação da Fábrica de Calçados Grendene, ainda nos anos 1990. A chegada da indústria calçadista contribuiu, sobremaneira, para Sobral iniciar outra fase de expansão econômica, com a inserção da cidade no fluxo da distribuição e comércio nacional e internacional. As empresas de médio porte e capital local, a seu turno, permaneceram atuando em ramos industriais tradicionalmente destinados ao mercado do Noroeste cearense – granito, bens alimentícios, bebidas, material de construção civil, vestuário, dentre outros de menor expressão.

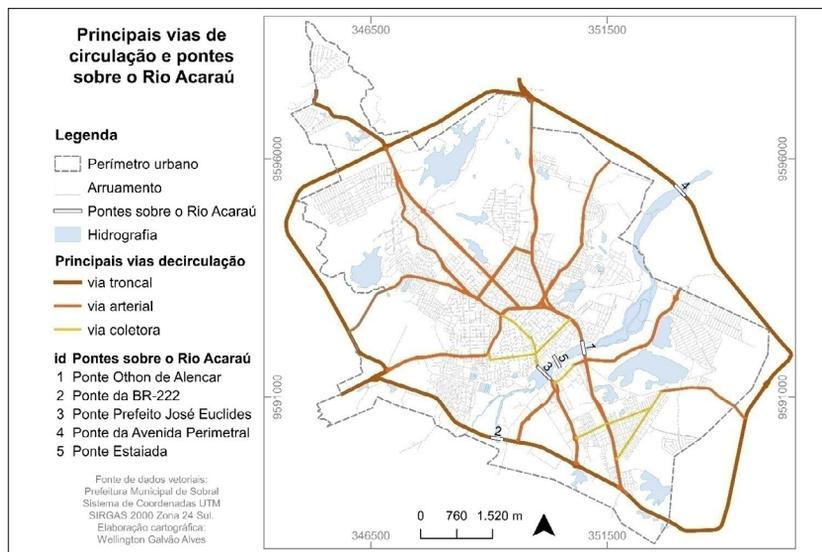
No final dos anos de 1990, visando à melhoria da circulação ante o adensamento urbano e novos fluxos promovidos pela indústria calçadista, o então prefeito Cid Ferreira Gomes decidiu construir uma ponte a montante da primeira – a Othon de Alencar. Foi inaugurada em abril de 2000 com o nome de seu pai, o ex-prefeito José Euclides Ferreira Gomes. A construção

da segunda ponte contribuiu para melhorar o fluxo viário com a segunda via, a avenida Monsenhor José Aloísio Pinto, que se tornou o segundo acesso de ligação da cidade com a Rodovia BR-222. A construção dessa via de acesso promoveu também a expansão urbana do outro lado do Rio Acaraú, com a ocupação dos lotes por órgãos públicos, concessionárias de veículos, instituições de ensino superior e, mais recentemente, com o primeiro *Shopping Center*, o *North Shopping Sobral*, em 2013.

Ainda na gestão de Cid Ferreira Gomes, as principais vias de circulação passaram por alargamento, melhoria de sinalização, inclusive com a implantação de uma avenida pericentral que melhorou a circulação do transporte de carga e descarga tão necessária à Fábrica Grendene.

A última obra de infraestrutura ligando as margens do Rio Acaraú foi construída na segunda gestão de seu irmão Ivo Ferreira Gomes. Esta é a ponte estaiada, localizada entre as duas pontes anteriores, porém esta tem como foco a melhoria circulação de pedestres na travessia que liga a margem esquerda, centro da cidade, à direita – Bairro Dom Expedito, inaugurada em Junho de 2024 (Figura 3).

**Figura 3 -** Mapa das principais vias de circulação e pontes sobre o rio Acaraú, Sobral-CE – 2023



Esse grupo político destacou-se pelo aperfeiçoamento da máquina administrativa, norteadada pela implantação de uma gestão pública de resultados com crítica ao fisiologismo e ao clientelismo. Os nomes das coligações ou lemas das gestões nesses mais de 25 anos foram sempre imbuídos do sentimento de compromisso com a cidade do futuro. Desse modo, os lemas que marcaram as primeiras gestões do prefeito Cid Ferreira Gomes foram: Sobral *unida e forte* e *Sobral no rumo certo* (1997- 2000); no segundo mandato, *Sobral, pronta para o futuro* e *Sobral em Boas mãos* (2001-2004).

Já para José Leônidas Menezes Cristino, nascido em Coreauá, vizinha a Sobral, coube ser o sucessor eleito com o apoio dos irmãos Ferreira Gomes. Como não era sobralense, era preciso demonstrar esse sentimento de pertença e laços de família estabelecidos na gestão anterior, visto que o eleito havia sido secretário de obras e transporte na gestão de Cid Ferreira Gomes. Como era um amigo de longa data da família, adquiriu as credenciais para ser o candidato do grupo. Assim, o lema da Gestão Leônidas Cristino foi: “*Por amor a Sobral*” (2005 a 2008).

Como prefeito, Cristino passou parte de sua gestão finalizando obras que haviam sido inauguradas no final da Gestão de Cid Ferreira Gomes. Este, por sua vez, precisava unir todos os feitos para consolidar a imagem de idealizador e executor de grandes obras infraestruturais. E assim o fez. Com essa imagem estabelecida, Cid Ferreira Gomes se elegeu governador do estado do Ceará em 2006, dois anos depois de ter finalizado seu 2º mandato como prefeito de Sobral.

Leônidas Cristino chegou ao segundo mandato, em 2009, tendo José Clodoveu de Arruda Coelho Neto (Veveu), filiado do Partido dos Trabalhadores, como vice-prefeito. Com o lema *Sobral seguindo em frente*, Cristino permaneceu à frente da Prefeitura por dois anos, renunciando para assumir como ministro a Secretaria Nacional dos Portos, no primeiro governo de Dilma Rousseff, em 1º de janeiro de 2011. Clodoveu de Arruda, seu vice, assumiu os dois anos faltantes para término da gestão (2011-2012), sendo eleito prefeito para o mandato de 2013 a 2016 com o lema *Por uma Sobral Melhor*.

A eleição de 2016 escolheu Ivo Ferreira Gomes para prefeito com o lema: *Mais competência, mais resultado* (2017-2020). Ivo Gomes, nascido em Sobral e conhecedor da cidade, foi secretário de Educação na gestão do irmão, Cid Ferreira Gomes, depois foi secretário de Educação do município de Fortaleza, secretário das cidades do Estado e deputado estadual. Logo após eleger-se prefeito, Ivo Gomes reassumiu como deputado estadual e retirou da “gaveta” o projeto de criação da Região Metropolitana de Sobral (RMS), aprovando-o na Assembleia Legislativa do Estado em 27 de dezembro de 2016, cinco dias antes de assumir o mandato como prefeito, em 1º de janeiro de 2017, tornando-se gestor da principal cidade da RMS. Ivo Ferreira Gomes foi reeleito para o segundo mandato (2021-2024), seguindo a agenda de construção de obras, principalmente, escolas.

Não podendo se candidatar para as eleições municipais de 2024 e ante o impasse na indicação de um sucessor, o prefeito Ivo recorreu ao nome de Maria Izolda Cela de Arruda Coelho, idealizadora e executora do projeto transformador da educação de Sobral, iniciado na gestão de Cid Ferreira Gomes. Embora tenha oferecido uma candidata sobralense, de trajetória política e longa lista de serviços prestados ao povo de Sobral e do Ceará, mesmo que a gestão de Ivo tenha produzido importantes obras de reestruturação na cidade, o projeto de continuidade do grupo político não logrou êxito. A eleição municipal de 2024 foi ganha pelo grupo de oposição, cujo discurso teve alcance popular por se diferenciar da visão vanguardista de cidade, sobretudo, pelo viés de desregulamentação das normas vigentes alinhado ao cenário nacional mais conservador.

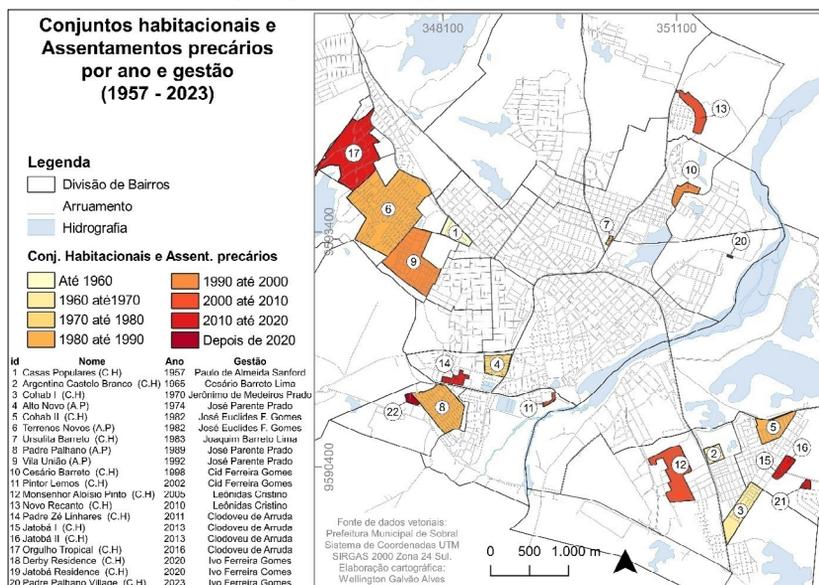
As gestões, todavia, deixaram uma herança de políticas públicas inovadoras com distintas materialidades. A construção dos primeiros conjuntos habitacionais teve curso na década de 1960, obedecendo a um padrão de localização periférica, ou seja, nas bordas da cidade e pouco integrada à morfologia urbana, muitas delas sendo conhecidas como Assentamento Precário-AP, unidades habitacionais por meio da autoconstrução em terrenos doados pela prefeitura. Esses residenciais populares seguiram a lógica de construção de moradias em áreas mais distantes do centro tradicional.

Com início em 1997, Cid Ferreira Gomes assegurou melhorias e construções de conjuntos habitacionais com preocupação de integração à cidade já consolidada (Figura 4). Os dois gestores que vieram depois de Cid Gomes também deixaram suas marcas. Clodoveu de Arruda foi o prefeito que entregou as chaves do conjunto habitacional considerado a “cidade dentro da cidade”, inicialmente denominado “Orgulho Tropical” e oficialmente “Residencial Nova Caiçara”, construído com 3.364 apartamentos com o financiamento federal do Programa Minha Casa, Minha Vida. A raridade desse residencial popular deu-se pelo fato de haver ocorrido em área já consolidada, não obstante haver permanecido outra conjunção de problemas urbanos, a exemplo da falta de transporte público e de segurança pública.

A demanda por transporte público em Sobral foi amenizada com a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), em 2014, e, mais recentemente, com a implantação do Sistema de Transporte Coletivo de ônibus pela Empresa TranSol, autarquia municipal que iniciou sua operação em março de 2020, cobrindo quase todos os bairros de Sobral. Antes, essa mobilidade interbairros era feita pelo uso de bicicleta, táxi, mototáxi e veículos de transporte alternativo.

Para compreender a ação do Poder Público na reestruturação da cidade, realizou-se um panorama com base na cartografia dos fixos orientados circulação e moradia, conforme expresso nas Figuras 3 e 4, situando os principais conjuntos habitacionais oriundos de vários programas de moradias populares empreendidos ao extenso das gestões municipais. Sem dúvida, essas ações ensejaram melhor estruturação da cidade e o equacionamento de problemas de circulação urbana e moradia, condições fundamentais para a reprodução das condições gerais de produção conforme referencial teórico já discutido.

Figura 4 - Mapa dos conjuntos habitacionais construídos pelas gestões municipais (1963 - 2023)

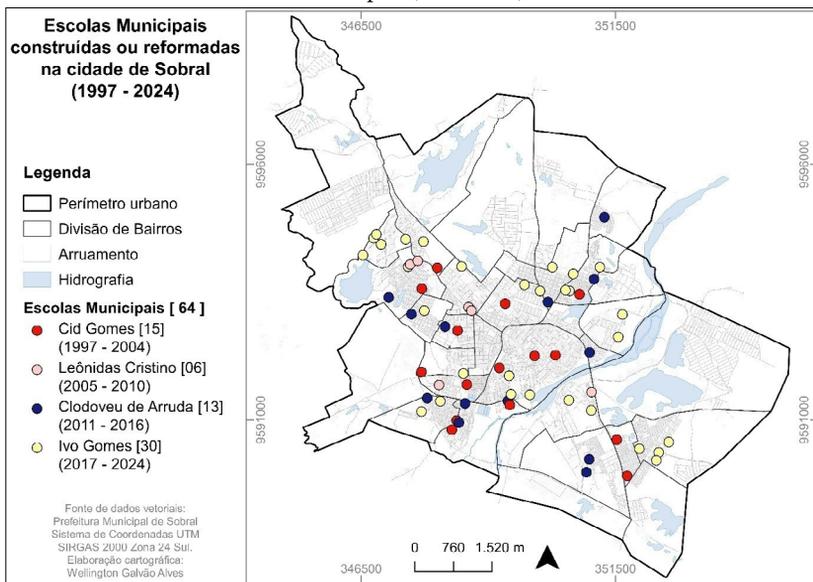


O discurso de melhoria da oferta dos serviços de saúde e educação foi encampado pelo grupo político de Cid Ferreira Gomes, que também demandou por uma melhoria na infraestrutura, com novos fixos intraurbanos de educação e de saúde, estabelecidos nos últimos 28 anos, fazendo parte do projeto pensado para reafirmar o papel de comando regional com base em Sobral (1º de janeiro de 1997 - 1º de janeiro de 2025).

A redução das taxas de analfabetismo no Ceará já vinha dando uma guinada desde o início dos anos de 1990, com a ascensão do “Governo das Mudanças”, grupo político do estado liderado por Tasso Ribeiro Jereissati. Em Sobral, esses indicadores melhoraram significativamente com a chegada de Cid Ferreira Gomes à Gestão Municipal. A reforma das escolas e construção de escolas com uma melhor distribuição espacial desses equipamentos foram ações relevantes que contribuíram na melhoria dos indicadores educacionais, juntamente com a mudança na metodologia de aprendizagem das crianças, com metas para a alfabetização na idade certa. Embora ambos tenham peso analítico, o segundo aspecto não foi objeto desta análise.

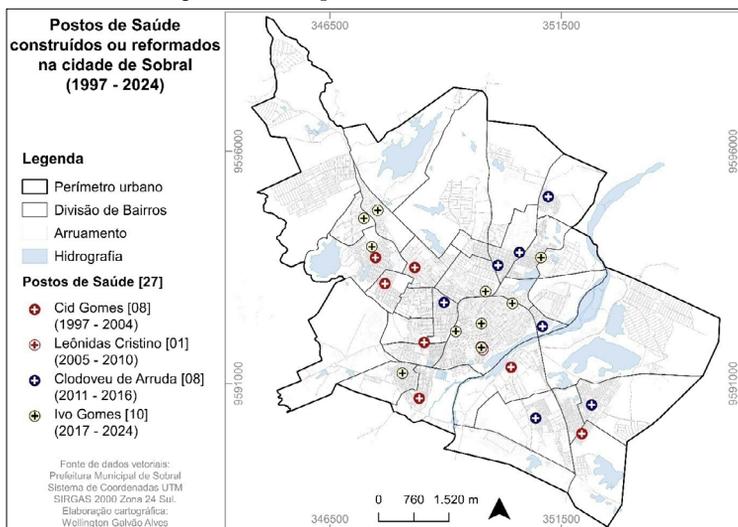
Na Figura 5, identifica-se a distribuição espacial das Escolas Públicas Municipais na Cidade de Sobral, hoje 64 estabelecimentos que atendem do Ensino Infantil ao Fundamental II. Quinze delas foram reformadas ou construídas na Gestão de Cid Ferreira Gomes, seis na gestão do Prefeito Leônidas Cristino, treze sob Clodoveu de Arruda e trinta no Governo Prefeitoral de Ivo Ferreira Gomes, que teve como meta transformar todas as escolas da Sede em Escolas de Tempo Integral e, desse modo, avançou na construção de escolas dentro do padrão para atendimento ao Ensino em Tempo Integral. O bairro que abriga o maior número de Escola é o Centro, com cinco estabelecimentos de ensino-aprendizagem. O Bairro Sumaré é o segundo com maior adensamento populacional depois do Centro, mas contabiliza quatro escolas.

**Figura 5** - Mapa das escolas municipais construídas ou reformadas pelas gestões municipais (1997-2023)



Quanto à espacialização dos equipamentos de saúde, os postos estão concentrados no Centro, configurando quatro unidades. São 27 postos distribuídos na cidade para atendimento a bairros. Cid Ferreira Gomes foi responsável pela construção de oito deles, Leônidas Cristino construiu um posto de saúde, Clodoveu de Arruda oito e Ivo Gomes, dez (Figura 6).

**Figura 6 - Mapa dos postos de saúde criados pelas gestões municipais de Sobral (1997-2023)**



É importante salientar que Ivo Ferreira Gomes teve um papel central em algumas intervenções mais significativas, pois ele enfrentou em sua gestão a pandemia de covid-19, levando-o a uma condução mais enérgica do sistema de saúde em Sobral, a exemplo da intervenção na gestão da Santa Casa de Misericórdia de Sobral, em setembro de 2022. No contexto da pandemia de covid, ele desencadeou a ação da Prefeitura para construir um prédio para o Hospital Doutor Estevam Ponte, incorporado ao Município. Esse equipamento de saúde de médio porte foi inaugurado no final de 2024.

Vale ressaltar que Sobral se destaca no serviço de saúde por abrigar em seu território o Hospital Regional Norte, equipamento de saúde de nível terciário, construído pelo Governo do Estado do Ceará em 2013 para atender à população de Sobral e cerca de 55 municípios do Noroeste cearense. Destaca-se, ainda, a qualificação e a formação continuada de profissionais da Saúde por meio da primeira Escola de Saúde Pública fora de Fortaleza, capital do Estado. Sobral deu um passo qualitativo e quantitativo na atenção básica de saúde desde a gestão do Prefeito Cid Ferreira Gomes. Seu primeiro secretário de saúde, Odorico Monteiro, trouxe na

bagagem experiências exitosas de municipalização da saúde em outros municípios, como a implantação, no território, dos primeiros Programas Saúde da Família (PSF) – nos municípios de Icapuí e Quixadá.

É inegável que, sob o comando do grupo político liderado pelos irmãos Ferreira Gomes (1997-2024), Sobral retomou o dinamismo nessas mais de duas décadas das gestões, identificado pelo aumento do PIB, prêmios de organismos internacionais, carimbando a melhora na saúde e na educação, que, por sua vez, se tornou o modelo de planejamento e gestão urbana a ser seguido por outros municípios Brasil afora. A fluidez em seu espaço intraurbano melhorou com o surgimento de outras tipologias de empreendimentos modernos em outros bairros fora do centro tradicional, embora persistam segregações socioespaciais cujos programas sociais não conseguem erradicar.

Percebem-se, com efeito, as seletividades espaciais dos investimentos privados que chegaram à cidade, sendo emblemática a instalação dos supermercados de rede da capital do Estado, aportando em Sobral depois dos anos 2000. Novos empreendimentos do comércio alimentício atacadista/varejista nacional/internacional se instalaram na cidade nesse ínterim, a exemplo das Redes Assaí e Atacadão. A estratégia de localização próxima às vias de saída da cidade contribuiu na valorização e especulação imobiliária dos terrenos localizados em áreas próximas, nos bairros Junco, Campos dos Velhos, Jocely Dantas, Pedrinhas, Sinhá Sabóia e Distrito Industrial. Um novo shopping center já teve obras iniciadas (terraplanagem) nas imediações da Ponte Othon de Alencar.

As oito unidades da Fábrica de Calçados Grendene estão encravadas nos limites de três bairros (Juvêncio de Andrade, Expectativa e Alto da Brasília) com variados níveis de intervenções do Poder Público e materialidade, como conjuntos habitacionais, estação da linha do VLT, praças, saneamento básico, pavimentação, arborização etc., em contraposição à trajetória de ocupação espontânea desses bairros marcados pela autoconstrução nas ruas adjacentes aos portões das fábricas.

Retoma-se, assim, a reflexão que Contel (2010) faz, ao afirmar que as cidades médias foram as “cidades ganhadoras” na dinâmica da rede urba-

na brasileira. O ganho adquirido por cidades médias como Sobral diz respeito não somente à industrialização e ao novo dinamismo conquistado por sua inserção produtiva, mas também no que é pertinente à prestação de outros tipos de serviços, gerando um conjunto de funcionalidades que se tornam atrativos para outros agentes econômicos.

Os equipamentos públicos implantados fora do centro tradicional, sobretudo, do centro histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (Iphan), promovem outras dinâmicas em distintos bairros, inclusive aqueles direcionados à frente de expansão imobiliária com loteamentos para construção de residências para a classe média ou novos conjuntos habitacionais. Isso vai ao encontro do que Amora e Costa (2007) assinalam com relação à chegada de novos moradores e ao crescimento da demanda por serviços especializados e, certamente, os meios de consumo coletivos se tornaram condição favorável à reprodução das relações sociais de produção em Sobral.

## Considerações finais

Mediante o exposto, compreende-se a relevância da análise das ações institucionais nas cidades médias, tendo em vista que é por meio dessas ações e decisões dos agentes políticos locais que Sobral passou a ser transformada dialeticamente e usada, muitas vezes, para atender aos interesses alheios ao lugar, enquanto o cidadão teve seus direitos atendidos em parte ou como parte de um projeto maior de inserção produtiva do lugar. Nesse sentido, a atuação das gestões eleitas, inclusive com os votos dos mais pobres, deve avançar na oferta de equipamentos e serviços de interesse coletivo nas áreas urbanas com demanda latente a fim de atacar as desigualdades socioespaciais na cidade média de Sobral.

Por meio da cartografia produzida, remansou identificado o fato de que, nos últimos 28 anos, período gestor ligado ao Grupo Político liderado pela família Ferreira Gomes, a fluidez foi a palavra de ordem expressa na infraestrutura urbana, com destaque para as novas ou reestruturadas vias de circulação que levam às principais saídas da cidade,

com destaque para a reforma da Ponte Othon de Alencar, que alcança a Avenida Senador Fernandes Távora, ligando Sobral à Capital do Estado, via BR-222. As benfeitorias na Avenida Senador José Ermírio de Moraes com ligação à BR-222 melhoraram o fluxo em direção a importantes municípios da Serra da Ibiapaba e a estados vizinhos, como Piauí e Maranhão. A construção da Rodovia Dr. José Euclides Ferreira Gomes constituiu num importante anel viário que circunda parte da cidade, fazendo ligações com outras três rodovias, e a Avenida Cleto Ferreira da Ponte, que faz a ligação com os municípios da Serra da Meruoca.

No que se refere às políticas públicas habitacionais, as ações das gestões influenciaram positivamente na expansão urbana, haja vista que a cidade não expressa padrão único de crescimento. O mercado imobiliário, por sua vez, fez pressão sob essa expansão, conformando uma periferia geométrica com loteamentos de variadas escalas e demandantes de infraestrutura cada vez maior. Isso provocou a reação do Poder Público Municipal que, visando equacionar a pressão por investimentos em infraestrutura, serviços urbanos e equipamentos coletivos, culminou na alteração da legislação urbanística, a exemplo da redução do perímetro urbano e do número de bairros oficiais.

As ações orientadas para os equipamentos de necessidade coletiva, como saúde e a educação, tiveram no agente público um fomentador e implementador de políticas públicas. Esses equipamentos são distribuídos de modo a acompanhar a expansão da cidade. Em razão, porém, do avanço dos grupos criminosos e seus códigos de uso do território, identifica-se evasão escolar que merece atenção. Em decorrência das tensões territoriais, com a restrição da livre circulação, as pessoas estão deixando de ser atendidas nessas unidades básicas de saúde. Tal situação conduz, recorrentemente, ao abandono de moradias em conjuntos habitacionais, a exemplo do Residencial Nova Caiçara, e isso mostra que não basta apenas construir moradias e entregá-las à população carente. A fim de conter o abandono de imóveis e a degradação dessas áreas, o poder público procura dotar esses bairros de mais infraestrutura e políticas de inclusão. Assim, é necessária uma visão atenta sobre o alcance

dos equipamentos no território, sobretudo nos bairros da periferia, que são mais tensionados.

Conclui-se que as análises realizadas ensejaram a se traçar uma trajetória das ações institucionais na Cidade Média de Sobral nos últimos 28 anos. De fato, a contradição da cidade capitalista apontada por Lojkin, por meio da produção necessária de meios de consumo coletivos, faz-se premente na reestruturação das cidades com o fito de renovar e atualizar o conteúdo do urbano diante de novas necessidades sociais e econômicas. Nesse sentido, urge pensar a cidade média e seu comando em direção à oferta de meios coletivos de qualidade que universalizem direitos e promovam cidadania, caminho para a redução das desigualdades socioespaciais. Cabe prosseguir na agenda de pesquisa, que ponha os novos rumos da política urbana a ser implementada pela gestão vitoriosa nas eleições de 2024.

## Referências

AMORA, Z. B.; COSTA, M. C. L. Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades médias no Ceará. *In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). Cidades médias: espaços em transição.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BRANDÃO, C. Cidades médias como provedoras de bens e serviços públicos e coletivos e como construtoras de cidadania e de direitos. *In: SILVA, W. R. da.; SPÓSITO, M. E. B. (Orgs.). Perspectivas da urbanização: reestruturação urbana e das cidades.* Rio de Janeiro: Consequência, 2017.

CARLOS, A. F. A. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. *In: LIMONAD, E.; CASTRO, E. R. (Orgs.). Um novo planejamento para um novo Brasil?* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

CATELAN, M. J. Da produção do espaço urbano aos meios de consumo coletivo: articulando-os para o debate. *In: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 21. Anais [...],* Montevideo, Uruguay, 2009.

CONTEL, F. B. Rede urbana e cidades médias no Brasil: abordagens clássicas, abordagens contemporâneas. *In: HOLANDA, V. C. C. de;*

AMORA, Z. B. (Orgs.). **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. *In*: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de.; SPÓSITO, M. E. B. (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios** 1 ed., 1 reimpr., São Paulo: Contexto, 2012.

DAMIANI, A. L. A crise da cidade: os termos da urbanização. *In*: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. de (Orgs.). **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.

HARVEY, D. **A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI**. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOLANDA, V. C. C. de. **Modernização e espaços seletivos no nordeste brasileiro**. Sobral: conexão lugar/mundo. 254f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2022**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 jun. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de influência das cidades – REGIC 2018**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2020.

LENCIONI, S. Condições gerais de produção e espaço-tempo nos processos de valorização e capitalização. *In*: RUFINO, B.; FAUSTINO, R.; WEHBA, C. **Infraestrutura na reestruturação do capital e do espaço: análises em uma perspectiva crítica**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2021(Letra Capital acadêmica).

LENCIONI, S. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. **Scripta Nova**, Barcelona, Espanha, v. 11, n. 245, ago., 2007.

LOJKINE, J. **O Estado capitalista e a questão urbana**. Tradução de Estela dos Santos Abreu. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981 (Novas Direções).

SANTOS, M. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4 ed., 2 reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. Petrópolis: Vozes, 1979.

SILVA JÚNIOR, A. S. **Cidades sagradas**: da “Roma cearense” à “Jerusalém sertaneja” – A Igreja Católica e o desenvolvimento urbano no Ceará (1870-1920). Sobral e Juazeiro do Norte. Fortaleza; Sobral: Edições ECOA, 2015.

SOBRAL. **Lei Complementar nº 92**, de 17 de novembro de 2023. Dispõe sobre o Plano Diretor de Sobral e dá outras providências. Disponível em: <https://seuma.sobral.ce.gov.br/iinformativos/legislacoes>. Acesso em: 29 jun. 2024.

SOUZA, M. A. de. Desigualdades socioespaciais e a constituição dos lugares na cidade: o territorial versus o setorial e suas contradições – lidando cotidianamente com conflitos. *In*: ALVES, F. D. *et al.* **A dimensão política no espaço**: conflitos e desigualdades territoriais na sociedade contemporânea. Alfenas/MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2019.

SPÓSITO, M. E. B. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. *In*: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

## CAPÍTULO 3

# O PAPEL DAS TRANSFORMAÇÕES URBANAS NA PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS: A EXPERIÊNCIA DE SOBRAL-CE

Doi: 10.35260/54212175p.73-88.2025

*Marília Gouveia Ferreira Lima*

*Andréia Coelho Cela*

*Yvo Gabriel Sousa Galvão*

### Introdução

Fruto da globalização e do aprofundamento das desigualdades sociais, a violência urbana tem se consolidado no Brasil sob a visada dialética socioespacial segregado pela insuficiência de planejamento territorial, apresentando-se com mais frequência no meio citadino. A escassez de políticas públicas ou intervenções no tecido urbano pode figurar como fator de incentivo a práticas delituosas, suscitando o afastamento de interações de convívio, troca, experiências e estabelecimento de conexões sociais que permeiam o pertencer, dando lugar ao medo e estranhamento nas aglomerações urbanas, independentemente de sua escala.

Ao guiar-se pelo mote do modelo mundial econômico, o urbanismo afeito à lógica de produção, segregação e fragmentação das cidades, passa a ter o poder público e privado como atores que tratam de exacerbar as assimetrias do social. Entendendo o território como um recurso,

encarado pela Constituição Federal como pertencente a todos, agora propriedade de empresas, onde há cada vez mais investimento públicos e privados, como explica Milton Santos (2008), é possível compreender o surgimento das desigualdades sociais diante do apelo ao crescimento insustentável impulsionado pelo capitalismo globalizado.

Dessa forma, Tavares dos Santos (2009) pontua a globalização como fonte das desigualdades quanto à oportunidade de acesso a serviços essenciais como saúde, educação, habitação de qualidade, segurança, informação, participação política e trabalho. Tal afirmação corrobora as informações veiculadas pela Organização das Nações Unidas em seu Relatório de Desenvolvimento Humano Regional (2021) ao destacar a violência como produto das desigualdades sociais, reiterando ainda que atividades ilegais têm retornos mais atrativos face às alternativas legais, geralmente distantes ou inexistentes quando se vive num ambiente desequilibrado, do ponto de vista sociológico como as periferias.

Uma vez que os processos de urbanização no Brasil partiram da dualidade de oferta e negação de infraestrutura guiada pela escolha enviesada dos territórios do domínio mercadológico, é possível relacionar a violência nas cidades brasileiras com a precariedade e ordenamento urbano ineficiente dos espaços públicos. Sabendo disto, é de caráter essencial sinalizar que grande parte das regiões periféricas dos centros urbanos se desenvolveu de forma irregular, a partir da informalidade, sem o apoio da gestão do Estado, originando mais precariedade e distanciamento do acesso a serviços essenciais à vida, retroalimentando a violência em meio ao crescimento desordenado dessa parcela da urbe.

Por conseguinte, índices de homicídio acabam sendo notadamente percebidos em territórios onde há a precarização da infraestrutura urbana, baixa concentração de renda e insuficiência da atuação de políticas públicas sociais, como aponta o Atlas da Violência (2023). O documento alerta também para a influência de elementos paraestatais e o tráfico de drogas como explicação para os altos números de perdas, principalmente na população jovem, tendo contabilizado 49 mortes a cada 100 jovens no Brasil, só no ano de 2021, evidenciando como a fragilização

de áreas que margeiam os grandes centros urbanos são afetadas pela violência desencadeada pelos abismos sociais das cidades brasileiras.

A violência e seu complexo quebra-cabeça social vem sendo alvo de estudos e pesquisas nacional e internacionalmente há alguns anos e evidenciam a tendência de aumento para o número de assassinatos, desde a década de 1980, cujos homicídios apresentavam uma taxa de 11,7 por 100 mil habitantes, segundo o Mapa da Violência, realizado pelo Instituto Sangari (2012). Desde então, a cada processo de enfrentamento de adversidade econômica, a problemática da violência urbana ganha mais visibilidade, com destaque para o período de ditadura militar, como resultado da luta de classes, conforme explica Teresa Caldeira (2002), a crise de 2016 e, mais recentemente, a pandemia da covid-19, alavancando os índices.

Na tentativa de verificar as taxas de assassinatos em meio à população jovem cearense, analisar sua distribuição espacial e entender melhor a dinâmica que as recobre, a Assembleia Legislativa do Ceará instituiu, em 2016, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, mapeando famílias de jovens assassinados nos anos de 2014 e 2015 em sete cidades do Ceará: Fortaleza, Caucaia, Maracanaú, Eusébio, Horizonte, Juazeiro do Norte e Sobral. Ao todo o comitê ouviu 224 famílias e identificou que 73% dos adolescentes assassinados em 2015 foram mortos no próprio bairro de residência, revelando que a maior parte deles acontece em assentamentos precários, definidos pela Política Nacional de Habitação como locais fora dos parâmetros adequados de habitabilidade, como loteamentos irregulares de periferia e conjuntos habitacionais degradados, por exemplo.

Aproximando estes dados para Sobral, município com 203.023 habitantes (IBGE, 2023), sede da região metropolitana que recebe seu nome – Região Metropolitana de Sobral (RMS) –, a pesquisa mostrou que 81% dos jovens sobralenses foram assassinados no bairro em que moravam. Com base nesses dados, foi possível delimitar áreas específicas dentro do município, de forma a envolver os mais diversos setores da gestão pública municipal no desenvolvimento de intervenções voltadas

para a prevenção da violência, com o intuito de promover interações sociais saudáveis que pudessem despertar novamente o sentimento de pertencimento, garantindo o acesso a serviços básicos, assegurando o direito de usufruir o que uma cidade, enquanto aglomeração e rede de trocas, deveria oferecer.

## **Dos olhos nas ruas às intervenções físicas**

Durante a primeira gestão do Prefeito Ivo Ferreira Gomes (2017-2021), a cidade de Sobral pôde observar algumas ações de estímulo ao uso de espaços públicos, atuando como complemento daquelas intervenções físicas a partir do Programa Ocupa Sobral. A iniciativa fomentou a maior permanência nos espaços públicos por meio de atividades que reuniram dança, teatro, música, patrimônio histórico e memórias da cidade, realizadas pelo Instituto Ecoa sob a premissa dos “olhos nas ruas”, termo cunhado por Jane Jacobs (2009), aplicado aqui de maneira adaptada às atividades propostas em diversos pontos do município.

Para a autora, um local seguro deveria ter movimento em diversos períodos do dia, pois a presença de pessoas, os “olhos nas ruas”, garantiria a manutenção da segurança até mesmo por aqueles que estavam de passagem. Daí a fonte da necessidade de ocupar de gente a cidade, em locais onde o mais diverso e maior número de cidadãos pudesse ter acesso, como praças importantes, estações de transportes públicos, parques ou até mesmo equipamentos outros que tivessem fluxo considerável de pessoas e pudessem despertar a curiosidade e senso de atração para as atividades culturais que se propunham.

Em concomitância, foram elaboradas as primeiras intervenções do Pacto por um Ceará Pacífico, programa do Governo do Estado do Ceará que teve como objetivo reduzir os índices de criminalidade e, conseqüentemente, propiciar segurança à população, caracterizando-se, portanto, como uma experiência piloto de atuação estadual direta em territórios de extrema vulnerabilidade à violência. Possuindo linhas de ações intersetoriais e interinstitucionais, o Programa abrangeu aspectos

de segurança pública nas áreas da justiça, saúde, educação, emprego e renda, desenvolvimento urbano, dentre outros.

A delimitação das áreas de aplicação do Programa deu-se a partir de um diagnóstico feito por meio de documentos elaborados pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência que apontou os territórios com altos índices de violência e vulnerabilidades sociais em diferentes cidades do estado do Ceará. A metodologia de abordagem baseou-se em pesquisa e coleta de dados articulados, integrados e compartilhados entre órgãos, entidades públicas estaduais, municipais, federais e da sociedade civil. Variáveis como distribuição da população e circunvizinhança dos bairros foram considerados durante o processo de definição das áreas de sua aplicação. Em Sobral, foram mapeados seis territórios, posteriormente intervindos pela gestão municipal em parceria com o Programa Pacto por um Ceará Pacífico, buscando estabelecer uma cultura de paz na cidade.

Constava, no âmbito do Programa, o viés da melhoria do contexto urbano. Para isso, Sobral iniciou um processo de ocupação nos bairros Terrenos Novos, Vila União, Padre Palhano, Dom José e Sumaré, visando à qualificação dos espaços públicos desses bairros a partir da elaboração de projetos de urbanização e paisagismo para os vazios urbanos identificados na etapa de diagnóstico, que se encontravam em processo de deterioração, sendo antes pontos de lixo, violência e venda de drogas. As intervenções, hoje estudadas e conhecidas como (re)design ambiental, tiveram como intuito tornar esses locais, denominados de Espaços Criativos, úteis para a população, possibilitando o usufruto por todos os públicos, auxiliando na prevenção de crimes.

### **Prevenção do crime através do design ambiental**

Oriunda da necessidade de uma abordagem mais holística para entender e solucionar as problemáticas relacionadas ao crime, a Prevenção do Crime através do Desenho Ambiental, ou CPTED, da sigla em inglês *Crime Prevention Through Environmental Design*, é um termo originalmente

cunhado pelo criminologista norte-americano Clarence Ray Jeffery, em 1971. A sua metodologia é multidisciplinar e busca reduzir a criminalidade e insegurança reunindo planejadores, projetistas, arquitetos e profissionais de segurança para a criação de intervenções que proporcionem um ambiente seguro, eliminem ou reduzam o comportamento criminal e encorajem os usuários dos espaços públicos e privados a se manterem alertas, contribuindo para a segurança de maneira coletiva.

As proposições de Jeffery sobre o crime e sua prevenção baseiam-se no ambiente construído, mas não apenas nele. Segundo Mateja Mihnjac e Gregory Saville (2019), o criminalista que deu origem à metodologia CPTED definia o “ambiente” de forma muito mais ampla, incluindo ciências que pudessem explicar a motivação para os crimes a serem combatidos, a partir de uma abordagem biossocial e psicológica, somadas à arquitetura, engenharia e planejamento urbano, já comumente analisadas ao tratar-se de prevenção aos crimes de oportunidade e violência à época. A partir de então, a metodologia criada por Jeffery seria aprimorada, passando por três gerações, cada uma distinta da outra em algum aspecto, seja em seu diagnóstico, elementos que a compõem ou maneira em que são implementadas.

Na primeira geração da metodologia de Prevenção do Crime através do Desenho Ambiental, ainda que o caráter interdisciplinar da abordagem necessitasse de análises para além do ambiente construído ao intervir, esta voltou-se apenas para a redução dos crimes de oportunidade através do espaço físico, considerando a arquitetura como modeladora do comportamento por si mesma. Em sua segunda geração, apontada como uma expansão da anterior, comprometeu-se a incluir aspectos relativos às condições sociais que envolviam os sujeitos e espaços a serem estudados, pensada a partir da construção de um senso coeso de comunidade em longo prazo. Por fim, em sua terceira geração, passou a integrar também conceitos de saúde pública e sustentabilidade a seus modelos de abordagem anteriores.

Em suma, a abordagem CPTED, ao longo de sua evolução, busca explorar de maneira mais holística os aspectos sociais que motivam os

crimes e se vale da satisfação das necessidades de bairro, apontadas a partir de adaptações da Hierarquia das Necessidades Humanas de Maslow (1971), que abracem as demandas locais em nível de comunidade enquanto soluções de projeto e planejamento urbano. Este aperfeiçoamento pode ser visto em Sobral se analisarmos as transformações urbanas ao longo dos últimos anos sob as inferências da metodologia *Crime Prevention Through Environmental Design*.

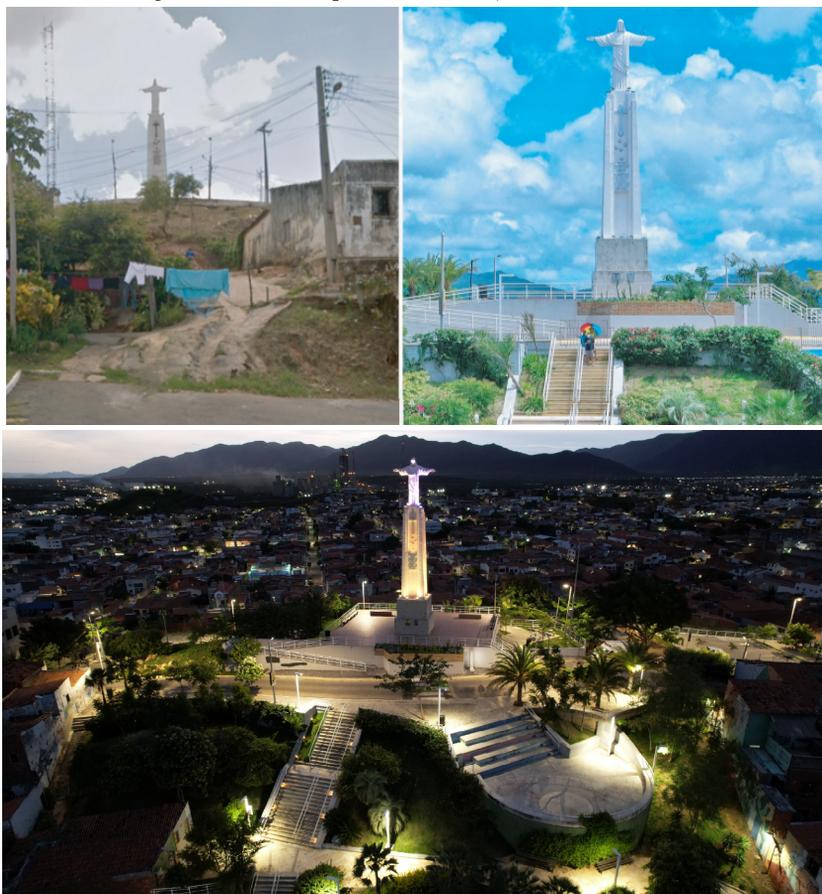
**Figura 7** - Antes e depois da requalificação de alameda.



**Fonte:** Prefeitura de Sobral.

As intervenções realizadas pelo Programa Pacto por um Ceará Pacífico, se analisadas do ponto de vista da metodologia CPTED, podem ser encaradas como de Primeira Geração, ao serem executadas partindo da premissa de arquitetura enquanto modeladora de comportamentos, sendo caracterizada também por transformações realizadas em curto período de tempo, como mostra a requalificação de alameda no bairro Sumaré, na figura acima.

**Figura 8** - Antes e depois da Urbanização do Alto do Cristo.



**Fonte:** Prefeitura de Sobral.

No caso do Projeto de Urbanização do Alto do Cristo, realizado em 2019, com recursos do Governo do Estado do Ceará e da Prefeitura de Sobral, são apresentadas características da fase de levantamento de dados do local de intervenção que a definem como de Segunda Geração CPTED, por respeitar aspectos sociais, consultar moradores sobre sua permanência e adequação das soluções de projeto com base nas necessidades locais, contribuindo para a manutenção do pertencimento e senso de comunidade já presente no local, apesar da falta de infraestrutura antes de sua transformação.

**Figura 9** - Antes e depois do Projeto Piloto da Praça do Sumaré



**Fonte:** Prefeitura de Sobral.

O Projeto Piloto da Praça do bairro Sumaré, executado pela Prefeitura de Sobral em 2023, pode ser considerado como de Terceira Geração CPTED, por incluir em sua elaboração elementos relacionados à saúde, ao habitar, à segurança viária e à participação de crianças, pais, cuidadores e demais moradores do entorno, resultando em um projeto equilibrado, suprimindo as expectativas e anseios por um ambiente de convivência que assegure qualidade de vida por meio da arquitetura, conferindo o suporte necessário para abrigar as interações sociais entre usuários e o espaço público.

## **Mecanismos de escuta nas transformações urbanas**

Como parte das dinâmicas que envolvem a elaboração de projetos mais recentes encabeçados pela Gestão Municipal de Sobral, em especial as secretarias do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Seuma) e do Trânsito e Transportes (Setran), as oficinas de escuta, atividades em que são levantadas demandas da população ante novas transformações do espaço urbano, fazem parte da leva de aprendizados acumulados através das parcerias com a Rede Urban95, uma iniciativa da Fundação Bernard Van Leer que busca inserir a perspectiva de crianças, pais e cuidadores no planejamento das cidades.

Atualmente, as oficinas de escuta que foram introduzidas pela Urban95, ainda na Revisão do Plano Diretor de Sobral, figuram como ponto de partida para quaisquer projetos realizados pelo município que envolvam comunidades com um número considerável de crianças. Considerando uma cidade boa para crianças um lugar bom para todos, a metodologia teve como projeto piloto a Praça do Sumaré, e hoje trata de dar uma visada mais integrativa, vista na abordagem de CPTED de Terceira Geração.

No estudo de caso em questão, em parceria com a referida rede, o município realizou *workshops* de escuta infantil e de devolutiva, além de momentos de interação e coleta de informações com pais, cuidadores e demais moradores do bairro interessados em contribuir para a elaboração de uma intervenção participativa, feita com eles e para eles. Durante a aplicação da escuta, segundo dados da Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Seuma), mais de 25 crianças foram ouvidas, pontuando deficiências e desejos para a transformação do local. É crucial para a elaboração de um projeto que as inferências sejam coletadas através da participação popular, no intuito de fomentar o sentimento de pertencimento e de maior relevância nas etapas de projeto que envolvem a tomada de decisões para uma maior apropriação do espaço pós-intervenção.

**Figura 10** - Aplicação das oficinas de escuta com crianças do bairro Sumaré para o Projeto Piloto



Fonte: Acervo pessoal dos autores.

Nesta etapa, a demanda e o latente podem ser percebidos por meio da análise da repetição de elementos nos desenhos de crianças e a aplicação de questionários em adultos, indicando as maiores necessidades da comunidade a fim de formar uma matriz de prioridades projetuais a serem levadas em conta durante a elaboração do projeto enquanto versão preliminar e posteriormente validada em mais uma etapa de *workshop*, desta vez de devolutiva.

**Figura 11** - Aplicação das oficinas de devolutiva com crianças do bairro Sumaré para o Projeto Piloto



**Fonte:** Acervo pessoal dos autores.

**Figura 12** - Pais, cuidadores e moradores do bairro Sumaré na Oficina de Devolutiva do Projeto Piloto



**Fonte:** Acervo pessoal dos autores.

Ao final das oficinas de devolutiva, tendo sido validadas as demandas, as decisões de projeto podem ser executadas, garantindo que a comunidade se identifique com o projeto enquanto um produto resultante de sua contribuição. Projetos mais recentes, como este, ainda estão sendo documentados e recebendo análises pós-ocupacionais, mas já surtem efeitos positivos quando comparados àqueles executados a partir de diagnósticos realizados por meio de processos de leitura do espaço público sem a participação popular, infantil e intersetorial.

**Figura 13** - Participação Infantil na Inauguração do Projeto Piloto da Praça do Sumaré



**Fonte:** Acervo pessoal dos autores.

**Figura 14** - Crianças brincando na Praça do Projeto Piloto do bairro Sumaré à noite



**Fonte:** Prefeitura de Sobral.

Com base nos resultados preliminares aferidos em 2023 pela Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente de Sobral (Seuma), em parceria com o Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB) e divulgado pela Urban95 Brasil (2023), através de suas redes sociais, o projeto já apresenta dados favoráveis no que diz respeito à promoção de vida no espaço público, levando em consideração o antes e o depois da transformação no local. De maneira geral, das 80 pessoas entrevistadas, entre cuidadores e moradores, 94,3% se sentem mais seguros com o projeto e 96,2% aprovam a nova praça. Ainda de acordo com relatos coletados durante as entrevistas, as pessoas agora passam mais tempo na rua por conta da vitalidade que o equipamento infantil conferiu ao bairro.

## Considerações finais

Dada a velocidade com que a cidade passa por mudanças em sua configuração, as transformações urbanas desempenham papel crucial para suscitar o sentimento de pertencimento às intervenções propostas e executadas no ambiente citadino. Em especial, as áreas de vulnerabilidade socioeconômica, onde as necessidades mais básicas tendem a ser menos satisfeitas, o zelo com o aspecto social presente no espaço público volta-se à falta de senso de identidade que enlace usuário e intervenção como pertencentes ao todo.

As (re)organizações da paisagem urbana promovidas pelo Estado, quando bem executadas, moldam não somente o ambiente físico, mas criam uma identidade visual de acordo com os anseios comunitários, ao passo que contribuem para a promoção da interação social e a sensação de comunidade, por meio da proposição de locais adequados para a construção de laços entre usuários, fortalecendo seu vínculo emocional com o espaço público. Para isso, as questões de inclusão, acessibilidade e segurança devem estar alinhadas ao projeto.

Fator determinante também para o sucesso deste conjunto de elementos que compõem as transformações urbanas que têm sido delineadas em Sobral é a participação comunitária durante o processo de inter-

venção, desde seu início. “Se acreditarmos no poder das ideias, tal como devemos fazer, teremos de compreender que para estas alcançarem seu potencial, não podemos guardar os nossos pensamentos para nós próprios, mas sim, partilhá-los” (Seno, 2010, p. 220).

Assim, explicar o que se percebe do espaço a partir dos levantamentos técnicos à população, de forma palpável, e dar voz a crianças, seus pais e cuidadores, moradores e demais usuários do espaço público confere às transformações urbanas a sua finalidade maior: empoderar interações e experiências essenciais na construção de um senso de comunidade, singularidade visual e pertencimento para com o espaço público e conseqüente segurança. Uma vez que há mais “olhos nas ruas”, pois o ocupar e o vigiar agora são feitos por todos, o medo e a insegurança dão lugar à construção de uma comunidade fortalecida em si, ressignificando seus territórios.

## Referências

CADA Vida Importa. **Relatório final**. Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza, 2016.

CALDEIRA, T. P. do R. Violência, Direitos e Cidadania: relações paradoxais. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 54, n. 01, p. 44-46, 2002.

CEARÁ. Governo do Estado do Ceará. 3 **Ceará Pacífico em Ação**: Matriz de Acompanhamento. Fortaleza, 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2019**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo, 2019.

JACOBS, J. **Morte e vida das grandes cidades**. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

JEFFERY, C. R. **Crime Prevention Through Environmental Design**. Beverly Hills: Sage, 1977.

MASLOW, A. H. **Motivation and personality**. Joanna Colter Books, 1998.

MIHINJAC, M.; SAVILLE, G. **Prevenção de crimes de terceira geração através do Desenho Ambiental (CPTED)**. Social Science, 2019.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO REGIONAL. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. New York, 2022.

SANTOS, J. V. T. dos. **Violências e conflitualidades**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2009.

SANTOS, M. **Metamorfose do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodologia da Geografia. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SENO, E. T. **História da arte urbana não encomendada**. Colônia: Taschen, 2010.

URBAN 95 BRASIL. **Resultados do entorno escolar seguro da praça da primeira infância de Sobral (CE)**. 18 dez. 2023. Instagram: @urban95br. Disponível em: [https://www.instagram.com/p/C1AqK5wP-fC9/?img\\_index=1](https://www.instagram.com/p/C1AqK5wP-fC9/?img_index=1). Acesso em: 20 jan. 2024.



## CAPÍTULO 4

# **A CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA PARA A CONSTRUÇÃO COLETIVA DA CIDADE – UMA EXPERIÊNCIA NO INTERIOR DO CEARÁ – BRASIL**

Doi: 10.35260/54212175p.89-112.2025

*Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic*

*Adilson João Tomé Manuel*

*Eloise de Brito Mudo*

### **Introdução**

A apropriação do espaço está ligada diretamente ao sentido de pertencimento e de identidade do e com lugar, que é compreendido enquanto espaço vivenciado (Tuan, 1983). Esse sentido de pertencimento é gerado a partir da consciência de ser e estar no mundo, de viver nele, participar dele, não apenas de ocupar o espaço, mas de transformar e ser transformado por ele, afinal o ser humano é o principal transformador do espaço onde habita. Quando se fala da cidade – organismo vivo em constante transformação, transformador e transformado pelo ser humano – e se pensa em seu planejamento, é necessário pensar em estratégias coletivas de reflexão e ação sobre o território.

Quando a população participa do processo, engajada pela escuta, proposição e ação, a forma de apropriação do espaço público é diferenciada e muito mais efetiva do que projetos impostos de cima para baixo. É também um preceito constitucional, descrito na Lei Federal nº 10.257/01 - Estatuto da Cidade: a população deve participar democraticamente e ter a oportunidade de exercer a cidadania, na construção

coletiva do lugar, pois a gestão democrática não é só um princípio pedagógico, mas um direito.

Considerando as cidades enquanto palcos de disputas pelo espaço urbano, a apropriação do solo urbano e a instituição da propriedade privada tornaram-se o centro da questão no que tange a esta disputa: a terra para alguns é sinônimo de valor de uso, enquanto para outros é sinônimo de valor de troca (Kowarick, 1983; Harvey, 2011; Maricato, 2015). Essa disputa é bastante desproporcional: enquanto alguns usam a terra, ou solo urbano para especular, outros nada possuem, ficando alijados do direito constitucional à construção da cidade, carecendo, muitas vezes, de locais de lazer, acesso a serviços públicos e de infraestrutura, moradia adequada, entre outros.

Essa é uma realidade Latino-americana, e não seria diferente generalizar para nosso país, Brasil, e o estado em que estamos sediados, Ceará. Por isso, trazer a população para o centro do debate das discussões e decisões políticas da construção da cidade é de extrema importância e um grande desafio, principalmente em locais onde não tem o hábito de serem ouvidas e atendidas.

Buscando pensar em como efetivar uma construção coletiva da cidade, docentes e discentes criaram um grupo de pesquisa engajados na reflexão dessa construção coletiva e colaborativa, e em como materializar a práxis, colocar em prática os conhecimentos engendrados nas salas de aula, sobretudo nas aulas de urbanismo e planejamento urbano, e fazer com que seja cumprido e efetivado o papel social das Instituições de Ensino Superior.

## **Sobre o UrbColab**

Em agosto de 2020, foi criado um grupo de estudos UrbColab – abreviação de urbanismo colaborativo – para pensar coletivamente de forma holística, a fim de engajar pessoas da academia no planejamento da cidade, promovendo ações com o envolvimento da população.

Em virtude da pandemia, as ações do grupo ficaram restritas a encontros semanais para discussão e planejamento, com ações pontuais para experimentos metodológicos em campo. Um ano após a formação do grupo de estudos, foi formalizado o processo de transformá-lo em grupo de pesquisa, vinculado ao Núcleo de Pesquisa em Arquitetura, Cidade e Tecnologia - NuPACT, mantendo o objetivo inicial, que era fomentar discussões sobre aspectos do cotidiano que influenciam na construção coletiva da cidade, mais especificamente nas cidades pequenas e médias do Ceará (Brasil), promovendo uma relação dialógica entre a academia, a sociedade e o Poder Público. Dessa forma, o grupo ganhou certa visibilidade no que tange ao reconhecimento enquanto um grupo sério e engajado na busca por apoiar discussões dialogando com o Poder Público para propostas efetivas na cidade.

O UrbColab nasceu de profissionais e estudantes que atuam, residem e estudam no interior do Ceará, e assim sendo, estão ligados com as questões das cidades desta região, mais especificamente, na Região Metropolitana de Sobral e adjacências, comprometido com o lugar em que a maioria das pessoas vive.

Antes da pandemia de covid-19 assolar o país e o mundo, a Prefeitura Municipal de Sobral estava revisando o seu Plano Diretor Municipal. Sem a possibilidade de audiências públicas municipais presenciais, que é uma exigência para feitura de qualquer PD democrático, com os riscos iminentes da contaminação, foi necessária uma paralisação no processo. A revisão do Plano Diretor da cidade é uma oportunidade de participar com voz ativa na política urbana e no cenário da cidade. Nota-se a importância da efetivação na cidade de Sobral, enquanto centro que sedia um dos maiores sítios históricos do país, com uma riqueza arquitetônica reconhecida, tendo seu Centro Histórico tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), ao mesmo tempo em que uma parcela considerável da população vive na periferia da cidade e há uma grande pressão do mercado imobiliário pela verticalização da cidade.

Enquanto grupo de pesquisa, fomos convidados a participar de algumas reuniões e audiências públicas, o que fez com que o grupo engajasse

em traduzir em propostas anseios sobre o crescimento e a morfologia urbana, os rumos que estaria tomando após a aprovação do Plano. Aqui são trazidos um pouco da contribuição acadêmica, mais especificamente dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Geografia, para a elaboração de propostas para a revisão do Plano Diretor de Sobral-CE.

## **Sobre a importância do Plano Diretor**

Um Plano Diretor é uma ferramenta necessária e facilitadora para traçar o ordenamento e crescimento urbano, de maneira planejada e com olhar nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). É um direito de todos e previsto no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), de forma a garantir a função social da cidade. A Constituição Federal {artigos 182 e 183} e o Estatuto da Cidade definem a função do Plano Diretor Municipal como o principal instrumento de política urbana e de pactuação de interesses coletivos. É principalmente por meio do Plano Diretor de cada cidade que é possível inserir instrumentos urbanísticos que anuem o desenvolvimento mais sustentável da cidade.

Além disso, é o Plano Diretor de cada cidade que define como os novos instrumentos do Estatuto da Cidade devem ser aplicados em cada município. Ele deve seguir as diretrizes básicas, orientadas pelo Estatuto da cidade, tais como: o direito à cidade sustentável, indução ao desenvolvimento urbano e gestão democrática, acarretando inúmeros benefícios, fazendo-se cumprir a função social da cidade, a descrever: empoderamento social, cidadania, qualidade de vida, acesso a terra urbanizada, aplicação dos instrumentos do Estatuto da Cidade, lazer e infraestrutura e o combate à especulação imobiliária. É imprescindível tanto a partição social quanto a popular na construção deste instrumento tão importante para as cidades. Por isso, participou-se ativamente neste processo corrente da revisão do Plano Diretor da cidade de Sobral.

## Contribuição acadêmica na criação de propostas para a revisão do Plano Diretor de Sobral

O intuito do UrbColab sempre foi buscar uma visão crítica sobre a construção da cidade e como poder melhorá-la de forma conjunta, e desenvolver, dentro de cada um, a necessidade de pensar e propor melhorias para as cidades no semiárido. Desde as propostas de melhoria dos instrumentos de ordenamento da cidade, como a corrente revisão do Plano Diretor, são levantadas propostas pontuais de regeneração do lugar, bem como possíveis riscos ambientais e consequências de decisões sem estudos prévios.

### Contexto

Localizado no Nordeste do Brasil, o Ceará é um estado que faz divisa com quatro estados do país. Possui uma área total de 148.894,442 km<sup>2</sup>, com população estimada de 9.240,580 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,735, sendo o décimo primeiro estado mais rico do país e o terceiro do Nordeste. Possui três regiões metropolitanas, uma delas abrangendo a capital, Fortaleza, e as outras duas localizadas no interior do estado. Está inserido na sub-região do sertão, e a vegetação predominante é a caatinga.

Sobral localiza-se no Norte-Noroeste do Estado do Ceará, historicamente conhecida como “princesinha do norte”. Cidade de porte médio, é caracterizada por aspectos físico-naturais de semiaridez, solos rasos e baixos índices pluviométricos, marcada pela intermitência dos recursos hídricos. Situada a aproximadamente 230 km da capital Fortaleza, a cidade está inserida na zona UTM 24, Meridiano Central 39° Oeste de Greenwich, aproximadamente entre as coordenadas: Latitude: 9592062 m S e Longitude: 350258 m O.

**Figura 15** - Panorâmica da Cidade de Sobral, feita por drone



**Fonte:** Michel Gomes (2024).

As principais vias de acesso à área de estudo são a rodovia federal BR-222 e as rodovias estaduais CE-178 e CE-362. A cidade transita entre realidades geoambientais das proximidades do rio Acaraú, onde se encontram as planícies fluviais, caracterizadas por áreas planas com depósitos aluviais revestidos por matas ciliares e de moderado a intenso uso-extrativista. O clima é predominante o semiárido e o sub-úmido, cujas precipitações mantêm-se entre 750-1300 mm e o escoamento é intermitente sazonal em fluxo muito lento. Os principais tipos de solos são: Neossolos Flúvicos, Planossolos Háplicos e Vertissolos, que sustentam uma vegetação de porte arbóreo-arbustivo, caracterizadas principalmente pelas espécies Carnaúba (*Copernicia prunifera*), como mata de várzea, e Oiticica (*Licania rigida*), como mata ciliar.

Na porção Noroeste da cidade está o maciço residual da Serra da Meruoca, a qual pode ser considerada com uma "ilha úmida" situada em uma região cujas características climáticas são secas, com altitudes próximas aos 1.000 m, relevo fortemente dissecado, dotado por boas condições edafo-climáticas, com intenso uso agrícola e remanescentes de mata plúvio-nebular. O escoamento é superficial, com rios de padrões dendríticos, e intermitente ou semi-perenizado, com clima úmido e subúmido e variação da precipitação entre 900-1.300 mm. Os solos domi-

nantes são Argissolos Vermelho-Amarelo, Neossolos Litólicos e Neossolos Flúvicos, que sustentam uma vegetação do tipo arbórea, como as espécies Pau d'arco (*Tabebuia serratifolia*) e Maçaranduba (*Manilkara rufula*). A cidade está localizada na transição desses dois geoambientes.

**Figura 16** - Imagem da margem esquerda do rio Acaraú, feita com drone



**Fonte:** Franklin Viana (2022).

A morfologia urbana da cidade é predominantemente horizontal, de casas de até dois pavimentos, com muitos vazios urbanos, ou seja, uma região ainda não consolidada. É uma cidade que está rodeada por serras, e isso faz com que o clima, extremo durante o dia, seja mais ameno à noite, variando de 26,1° a 29,1°C, sendo o período mais seco (agosto a dezembro) mais quente.

A gestão por bacias traz ao planejamento urbano uma perspectiva de integração regional entre os municípios, em que se faz necessário o diálogo entre essas prefeituras no esforço conjunto de prever, evitar e mitigar problemas decorrentes das cheias sazonais dos rios inseridos em sua bacia. Frisa-se aqui a importância de manter a qualidade ambiental e a preservação das águas no meio urbano.

Sobral está inserida na bacia hidrográfica do Acaraú, que, corresponde a quase 10% do território do Ceará, é composta por 28 municípios e tem como principais rios o dos Macacos, Groáiras, Jacurutu, Sabonete

e o rio Jaibara, possuindo um total de 14 açudes públicos gerenciados pela Companhia da Gestão de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH) (Sales; Lima; Cortez; Diniz, 2020).

Além da preocupação regional da gestão por bacia hidrográfica, para a manutenção e preservação do ecossistema urbano, é necessário o estudo das microbacias no planejamento da cidade, sobretudo no controle do uso e ocupação do solo, utilizando-se da preservação da drenagem natural ainda existente na cidade no intuito de reduzir os riscos de alagamentos e contribuir para a recarga permanente dos lençóis freáticos.

**Figura 17** - Imagem de vazios urbanos do bairro Várzea Grande, feita com drone



**Fonte:** Franklin Viana (2022).

É importante considerar, no entanto, as especificidades dos recursos hídricos no semiárido, posto que no semiárido nordestino há um predomínio de rios e lagoas intermitentes, responsáveis pela manutenção do ecossistema que, além de contribuir para a amenização do clima urbano, abriga fauna, flora, áreas livres para lazer, áreas de produção (Rocha, 2013 apud Silva Filho, 2004).

[...] o território, no seu estado natural, raramente é plano, e, nas condições mais primitivas, era repleto de riachos e pequenos cursos d'água que escoavam a água da chuva. Não há por que destruir esta característica

natural do território em uma cidade [...], na verdade, é fundamental que ela seja preservada ou resgatada (Alexander, 2013, p. 324).

É bastante recorrente que na expansão e produção do espaço urbano não seja considerada a drenagem natural contida nessas microbacias, que na maior parte do ano não é visível, mas que pode ser detectada por estudos geomorfológicos. Isso resulta em loteamentos e construções sobre áreas ambientalmente importantes para a drenagem superficial das águas pluviais, causando a interrupção de cursos naturais de riachos, que por consequência não abastece lagoas e rios maiores, causando sérios danos para a manutenção desse ecossistema. Outro problema detectado causado por essa interrupção e pela impermeabilização do solo é o aparecimento de pontos de alagamentos no ambiente urbano.

Uma solução para conter a degradação ambiental na cidade seria a criação de um sistema de espaços livres, com a interligação das lagoas e açudes existentes e criação de lagoas de retenção em pontos já urbanizados com tendência a alagamentos, conectados a veios de drenagem natural. Para a manutenção desse sistema, deve-se executar mapeamento e monitoramento sistemático da deposição de lixo e esgotamento sanitário ao longo dos recursos hídricos, no intuito de conter processos erosivos e a poluição. A fim de que ações sejam pensadas de forma sistêmica, urge a elaboração de um Plano Diretor de Drenagem Urbana para Sobral.

Não menos importantes e conectadas às Áreas de Preservação Permanentes (APPs), há as Zonas de Uso Sustentável (ZUS) e as Zonas Especiais de Interesse Ambiental (ZEIA), que podem ser consideradas como áreas de amortecimento. Dentre as propostas feitas pelo grupo, tais áreas ao redor de todos os cursos d'água e parque urbano conectam as áreas verdes, formando um corredor verde que, além de servir como um pulmão para a cidade, servem também como área de lazer para os moradores mais próximos da natureza.

## Sobre a verticalização na cidade de Sobral

Considerando a Lei complementar aprovada em 2018 (Lei complementar nº 60, de 18 de julho de 2018), que complementa a Lei de Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo (aprovada em 2000) e altera os índices urbanísticos, são colocados aqui alguns questionamentos em relação aos índices anteriores aprovados relativos a cada zona. A Lei aprovada em 2000 restringia os gabaritos de todo o município para a altura máxima de 18m de altura. Houve mudanças significativas na dinâmica da cidade, o que, possivelmente, afetou na decisão por sua modificação.

A qualidade ambiental não implica só no solo em seus aspectos naturais, mas de que forma ele está sendo ocupado, ou seja, as edificações e a forma de construir implicam diretamente na qualidade do ambiente. As alturas dos prédios geram sombreamento, desviam ou bloqueiam ventos.

“Os edifícios altos apresentam uma variedade de superfícies que servem para reduzir a velocidade dos ventos, especialmente durante o dia” (Hertz, 2013, p. 34).

“As condições do vento local (tanto velocidade quanto direção) podem ser alteradas com a presença de vegetação, edifícios e outros anteparos naturais ou artificiais” (Ibidem, p. 79).

“O movimento do ar também sofre grande influência da rugosidade da superfície. Devido aos obstáculos encontrados na cidade (como edifícios, por exemplo), a velocidade média do vento é mais baixa que em locais abertos (campo). O tamanho dos obstáculos influencia no gradiente vertical” (Lambert, 2013, p. 80).

A impermeabilização do solo também é um problema que impacta bastante o ecossistema, no sentido de dificultar a absorção das águas que alimentam os lençóis freáticos ou aquíferos, que podem ocasionar enchentes com as indevidas canalizações, entre outros impactos. Outro aspecto importante é o impacto visual gerado por grandes arranha-céus, que afeta negativamente a qualidade paisagística.

No que diz respeito ao zoneamento aprovado em 2018 e que pouco se propõe alterar no PD atual, uma das preocupações apresentadas aqui é em relação à permissividade construtiva de altos gabaritos em alguns locais que observamos serem inapropriados para a demanda local.

Existe uma responsabilidade social na construção deste instrumento de organização da cidade. É necessário heterogeneidade, pois esta deriva de uma combinação de elementos paisagísticos naturais e planejados: solo, água e plantas, com artefatos construídos, tais como a distribuição e densidade de edificações, pavimentação e vegetação, podendo ocorrer em várias escalas, originando uma heterogeneidade espacial muito mais detalhada no nível do ambiente construído.

Oportunizou-se atuar na decisão de quais elementos estarão presentes no sistema, em quais quantidades e com que configuração esses elementos podem, reciprocamente, interagir com processos ecológicos, incorporando os valores de design, cultural ou estético. Neste sentido, a forma urbana é determinante para a biodiversidade e para a pegada ecológica da Sobral desejada. É possível inferir uma dicotomia existente nos padrões espaciais resultantes em modelos propostos para a cidade (Andrade, 2014). Um modelo está baseado na arquitetura da paisagem, com interface da ecologia da paisagem e da ecologia “na” cidade para cidades “mais verdes”, como nos padrões de planejamento sustentável.

Observa-se aqui uma proposta de recuperar rios e riachos, conectá-los e fazer um grande corredor verde com um parque urbano que hoje inexistente na cidade. Por último, destacam-se alguns projetos de referência que podem servir de inspiração para a elaboração dos futuros projetos urbanos para a cidade.

A verticalização deve respeitar um limite para que seja adequado à escala humana. A sua ocorrência em determinadas áreas, sem estudo prévio, como está ocorrendo na cidade de Sobral, é preocupante. Em frente ao shopping de Sobral, onde se tem uma Zona de Ocupação Prioritária (ZOP), o gabarito liberado para ser construído é de 72 metros.

**Figura 18** - Imagens de edifício vertical construído próximo ao North Shopping Sobral



**Fonte:** Acervo do grupo UrbColab (2022).

Essa é uma área bastante próxima ao rio Acaraú, localizada no bairro Dom Expedito, e tratando desta área em específico, já existem estudos que mostram como o sistema de mobilidade está sobrecarregado e, caso seja construído o que o zoneamento permite em sua máxima saturação, acarretará em danos para o bairro e para a cidade como um todo, visto que o bairro é cortado por uma rodovia federal. Atualmente, há um conflito entre a escala do bairro e a mobilidade urbana, em horários de pico, com uma sobrecarga no sistema viário, como observado na Figura 19 (Feijão, 2019). Essa região é composta por ZEIS, ZOP, ZPP, que como mencionado recebem investimentos do mercado imobiliário (em frente ao shopping) para “ocupar” uma região que já sofre com a questão da mobilidade e com o adensamento, o cenário tende a piorar.

**Figura 19** - Detalhe esquemático do tráfego gerado no cruzamento de vias no horário de pico



**Fonte:** Arthur Rodrigues Feijão (2019).

Sobre o número de pavimentos, Christopher Alexander coloca que “Para ter a escala pequena, por razões humanas e para manter os custos baixos, as edificações devem ter a menor altura possível” (Alexander, 2013, p. 474). As consequências de verticalizar a cidade já são conhecidas pelo exemplo de outras cidades maiores que sofreram com esse processo anteriormente, como o aumento da temperatura. A verticalização pode criar ou acentuar as ilhas de calor. O aumento das linhas de rugosidade, turbulências superficiais dos ventos, podem também desestruturar o sistema de circulação do ar na cidade. Ademais, há o fator mudanças climáticas, que hoje já afeta as cidades.

O estudo morfológico e de gabarito podem auxiliar na adaptação das quadras aos recursos hídricos e regiões de mata ciliar, respeitando a amplitude do céu da cidade de forma coerente ao centro histórico e ao ambiente natural. Evita-se assim a criação de barreiras físicas tanto para a paisagem como para a ventilação natural da cidade, oriunda das áreas verdes.

Para além das mudanças climáticas, há a questão da preservação da paisagem<sup>1</sup>. Não carecem exemplos de cidades brasileiras e internacio-

<sup>1</sup> É possível inferir na dicotomia existente dos padrões espaciais resultantes em modelos propostos para a cidade. Para um modelo baseado na arquitetura da paisagem, com interface da ecologia da paisagem e da ecologia “na” cidade para cidades “mais verdes”, como nos padrões orgânicos planejados.

nais onde não é mais possível ver o horizonte de vários lugares, e para ver o céu é preciso inclinar a cabeça ou desviar o olhar dos prédios. Hoje, de qualquer ponto da cidade de Sobral, inclusive em cidades vizinhas, é possível ver as serras que abraçam a cidade. O modelo de tipologia vertical favorece poucas pessoas em detrimento de muitas outras, e quem de fato ganha com esse tipo de edificação acaba sendo o mercado e os grandes incorporadores.

Outro ponto de importante destaque seriam os processos de gentrificação sobre as áreas de comunidades tradicionais de Sobral, observadas nas imagens a seguir.

Dependendo do impacto, ocorre o que eu chamo de remodelação do lugar, e isso já impacta diretamente na valorização imobiliária. O primeiro vínculo que a elitização tem é com a valorização imobiliária. Dessa forma, a verticalização sem controle poderia ocasionar o aumento do valor da terra, entre outros serviços ofertados em determinada região, gerando uma pressão social nas camadas mais pobres onde ocorre uma alteração na composição para as camadas com maior poder de compra, ou seja, uma elitização (Dias, 2020 apud Negrelos, 2020).

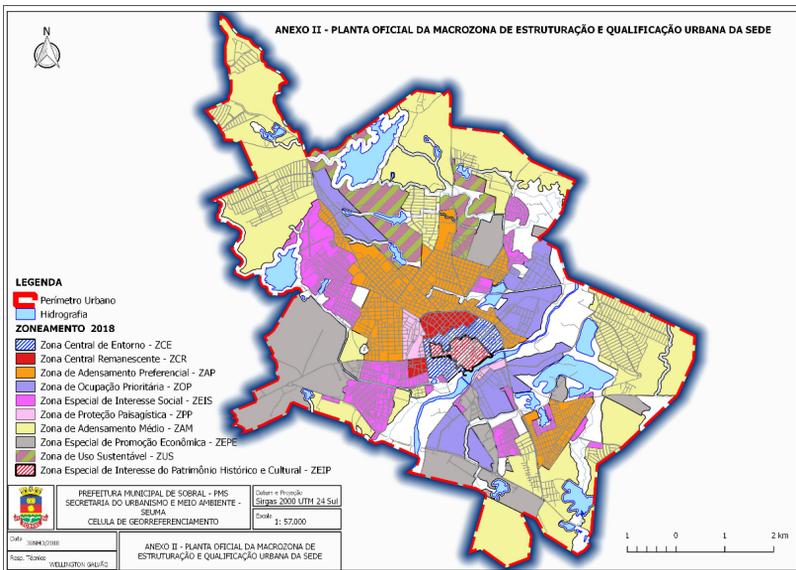
E para onde iria essa população gentrificada? Ou melhor, como se pensar em melhorias urbanas de infraestrutura sem impactar no acesso a bens e serviço público de uma população socioambientalmente frágil?

Quanto à paisagem urbana, deve-se lembrar que Sobral possui um sítio histórico preservado e tombado pelo Iphan. A liberação indiscriminada do gabarito em seu entorno mudaria drasticamente a paisagem e traria danos irreparáveis à memória da cidade. Deve-se evitar repetir o erro cometido em outras cidades, como em Recife-PE, que vem enfrentando um processo de degradação da paisagem na área do Cais Estelita em detrimento da implantação do Projeto Novo Recife que, de maneira agressiva, muda o *Skyline* de um dos principais cartões postais da cidade. Essa sobreposição de imagens descaracteriza a morfologia urbana

construída em séculos de história da cidade, além de ter provocado um processo agressivo de remoção com a população originária.

Outra preocupação colocada aqui é em relação à em relação à Zona de Uso Sustentável - ZUS (mapa a seguir). Recomenda-se que haja uma revisão nos gabaritos aprovados, considerando ser esta uma área de vulnerabilidade ambiental, rica em vegetação, corpos d'água, riacho mata fresca, açude Cachoeira, que inclusive, fazia parte da APA do Córrego. Além dessa revisão de gabarito, recomendamos a restrição no tipo de Uso e Ocupação para essa área.

**Figura 20** - Mapa do zoneamento da Sede de Sobral em vigor a partir de 2018



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Sobral (2018).

Propôs-se aqui que fosse diminuído o gabarito da da Zona de Uso Sustentável - ZUS – hoje 24m, para edificações de 1 a 4 pavimentos no máximo (16m), sem comprometer a sustentabilidade urbana no que tange ao meio ambiente natural, no sentido de evitar a verticalização excessiva dessas áreas, uma vez que elas são consideradas de uso sustentável e, necessariamente, o que for construído siga orientações de construção sustentável (que seja indicado alternativas sustentáveis a se-

rem adotadas na edificação, como telhado verde, água de reuso, fossa ecológica, energia solar etc.).

É imprescindível frisar também a importância, nos dias de hoje, da tecnologia no Planejamento Urbano e no processo participativo da reconstrução das cidades. A coleta de dados, a tradução de informações e os sistemas de monitoramento são implementados nas cidades para coletar uma ampla gama de dados em tempo real.

Isso inclui informações sobre projeção de gabarito, tráfego, qualidade do ar, uso de energia, fluxos de pedestres, segurança pública e muito mais – *Urban data science*. Esses dados fornecem insights valiosos sobre os padrões de vida na cidade, permitindo que os gestores públicos tomem decisões mais assertivas. Nas reuniões setoriais e audiências públicas, propôs-se que fosse feita uma projeção do novo gabarito e junto dele uma simulação da ventilação urbana para se ter informações reais de como o novo gabarito, que está sendo proposto pelo plano, afetaria realmente a qualidade de vida da cidade. Além do mais, ajudaria na compreensão da participação popular sobre o que está sendo proposto e discutido.

## Metodologia

Guiados pela metodologia de Pesquisa-Ação, essa abordagem metodológica de pesquisa, manejo e intervenção visa à participação e à resolução em conjunto com as comunidades e agentes analisados em cada demanda advinda de problemáticas das cidades, e este método se pauta em uma ordem lógica de trabalho e absorção de informações.

A dinâmica resumidamente é a seguinte: “identificação do problema dentro do contexto”, estar e observar as problemáticas a partir deste contato e observação; “levantamento de dados pertinentes”, em que se começa a tradução do que foi observado e é descartado o que não é pertinente para a ação futura; “análise dos dados levantados”, por meio de um banco de dados; “significação dos dados levantados”, a qualidade e o objetivo para o trabalho desejado; “identificação da necessidade de mudança”, em que se veem as problemáticas, táctil à visualização da

ação; “encontrando possíveis soluções”, cujas conversas são sobre o que pode ser feito, como resolver as demandas neste caminho de pesquisa, e todas as etapas têm participação da população por ser uma construção coletiva; “intervenção, ação”, na qual o grupo, prefeituras e população trabalham na ação para as mudanças; e tendo em vista o trabalho conjunto e a resolução dos problemas, por fim, “transformação”, que se refere a aproveitar o que muda, festejar o trabalho coletivo e reconhecer a mudança colaborativa.

## Resultados e discussões

Quanto às propostas apresentadas pelo grupo, foram reconhecidas e consideradas as propostas de ampliação da Zona Especial de Interesse Ambiental - ZEIA (Figura 21) e delimitação mais clara das APPs no novo Plano Diretor, mapeando inclusive parte da microdrenagem indicada no dossiê.

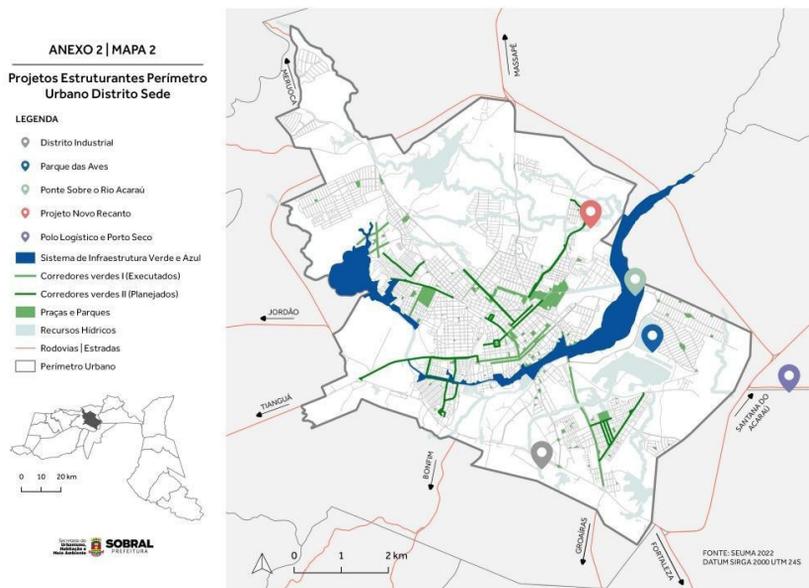
Figura 21 - Mapa de Zoneamento Especial de Interesse Ambiental - ZEIA



Fonte: Prefeitura Municipal de Sobral (2023).

Outro grande avanço foi o Plano Diretor trazer projetos estruturantes de infraestrutura verde e azul (Figura 22), também considerando áreas apresentadas no dossiê como de preservação e proteção prioritárias.

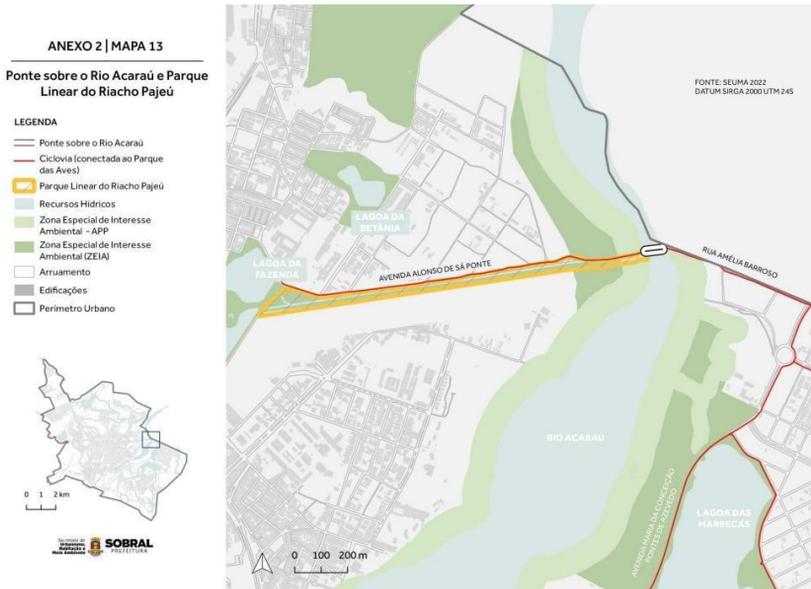
**Figura 22** - Mapa de Projetos Estruturantes para o perímetro urbano da Sede de Sobral



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Sobral (2023).

Dentre as áreas destacadas pelo grupo está um trecho de microdrenagem, que dá continuidade ao riacho Pajeú e que atualmente atravessa uma vasta área, que atualmente passou a ser objeto de intenso interesse imobiliário, devido ao surgimento de área remanescente da transferência do antigo aeroporto da cidade para outro local. Essa área, segundo o Novo Plano Diretor, passará a ser objeto de uma Operação Urbana Consorciada - OUC, mas terá uma faixa delimitada por um projeto estruturante, denominado Parque Linear do Riacho Pajeú (Figura 23), além de outros corredores verdes.

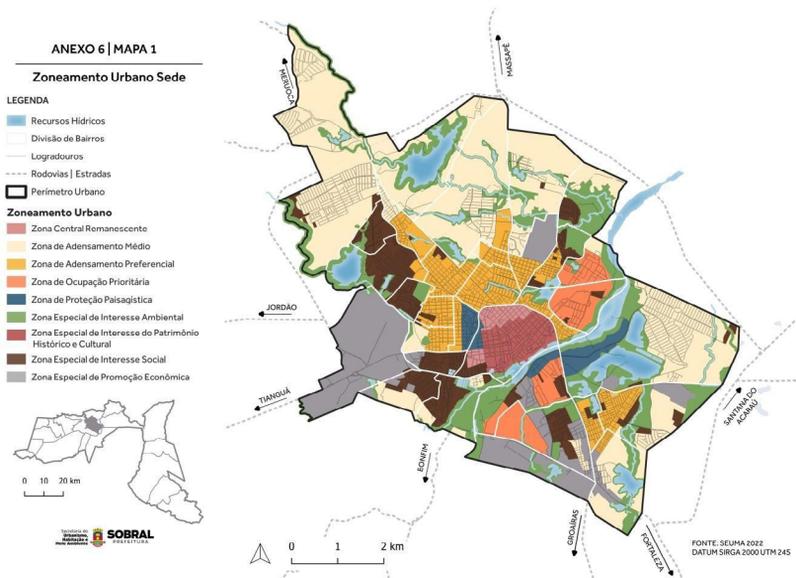
**Figura 23** - Mapa do projeto Estruturante Ponte sobre o rio Acaraú e Parque Linear do Riacho Pajeú



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Sobral (2023).

Com relação ao uso e ocupação do solo, ainda que a equipe da prefeitura tenha considerado as reflexões do grupo quanto aos cuidados na liberação excessiva da verticalização em alguns pontos da cidade, devido às emendas parlamentares o plano diretor aprovado traz alterações significativas no gabarito em algumas áreas. Os índices construtivos foram aumentados nessas áreas para permitir a verticalização e maior adensamento, principalmente na Zona de Ocupação Prioritária – ZOP, conforme observado na Figura 24, e traçar um comparativo com a Figura 20, anteriormente apresentada aqui. Porém, algumas conquistas consideráveis foram alcançadas, como a ampliação da Zona de Proteção Paisagística, que agora abrange uma área maior da Margem Direita do Rio Acaraú, gravada de azul marinho, como observado na Figura 24.

Figura 24 - Mapa do Zoneamento Urbano da Sede de Sobral



Fonte: Prefeitura Municipal de Sobral (2023).

A participação do grupo UrbColab na Revisão do Plano Diretor foi bastante desafiadora e rica. Uma parte considerável do grupo se organizou para estar o máximo possível presente do processo de discussões do Plano Diretor, gerando discussões e reflexões que culminaram num dossiê com propostas concretas, o qual foi encaminhado à equipe da prefeitura, responsável pela elaboração da revisão do plano. Muitas delas foram consideradas na elaboração do novo plano, porém no momento de aprovação pela Câmara Municipal de Sobral, emendas parlamentares resultaram na perda de algumas conquistas.

Quanto aos demais trabalhos do grupo, estão sendo consolidadas outras duas frentes de trabalho que surgiram como demandas: auxílio técnico na elaboração do Plano Diretor de Carnaubal e um ciclo de capacitação para elaboração de Planos Diretores Participativos.

Como estudantes, profissionais e cidadãos, visualizar de forma mais técnica, heterogênea e concisa as questões das cidades, os entraves de um desenvolvimento consciente e, de forma prática, enxergar os agen-

tes transformadores do espaço urbano. Reconhecer também e reafirmar o papel do ensino e pesquisa como agente colaborador dos processos conscientes da cidade e reforçar o sentido de lugar e pertencimento ao espaço em que se ocupa e transforma.

## Considerações finais

É preciso pensar a cidade em suas diferentes camadas. A camada que antecede o urbano é o meio ambiente em seu estado puro e natural. Precisa-se de ar puro para respirar e de água limpa para beber e abastecer as casas. Os desequilíbrios ambientais causados no meio urbano podem ser minimizados se a cidade é pensada em seu planejamento de forma a considerar os efeitos danosos e como mitigá-los. Tendo em vista isso, frisamos nosso papel, enquanto docentes, profissionais liberais, ambientalistas, estudantes, arquitetos urbanistas, geógrafos e planejadores do espaço urbano e, principalmente, enquanto cidadãos participativos engajados e preocupados com a construção de nossas cidades.

Sabe-se que existem fortes interesses imobiliários e econômicos disputando a escolha do crescimento da cidade, e nós, enquanto técnicos e moradores da cidade, não podemos ser omissos.

Entende-se que a cidade deva crescer e se expandir, mas isso deve ser feito de forma sustentável. A proposta de adensamento e de cidade compacta é um modelo bastante difundido atualmente que tem o seu valor. Não se pretende desmerecer esse modelo, mas as especificidades de cada cidade devem ser levadas em consideração para essa escolha. Sobral é uma cidade média com ares de metrópole, mas que ainda não está consolidada quanto à ocupação de seu território. Reconhecem-se os avanços quanto à revisão do zoneamento urbano, principalmente no que diz respeito à redução do perímetro urbano que, contendo o espraiamento da cidade, reduz consideravelmente os custos com a ampliação das redes de infraestrutura urbana.

A indução ao adensamento em áreas que já apresentam problemas de sobrecarga na infraestrutura é preocupante, assim como a liberação

exagerada de gabarito em áreas muito próximas a áreas ambientalmente frágeis. Entende-se que seja mais saudável para a cidade que sejam ocupados os vazios urbanos, garantindo a mobilidade e a conectividade entre bairros segregados e que a verticalização na cidade seja moderada e gradual, obedecendo o fluxo dos ventos em virtude da liberação dos espaços que apontamos como suscetíveis à criação de grandes corredores verdes e parques urbanos.

A cidade, como se apresenta hoje, ainda sem a verticalização e a ocupação previstas na lei de zoneamento, já apresenta problemas graves quanto aos efeitos climáticos, seja pelo crescimento das ilhas de calor, seja pela crescente impermeabilização do solo e pouca arborização urbana, ou até mesmo, pela inicial falta de Planejamento. Assim, há necessidade urgente de revisão do zoneamento e seus índices baseados num estudo cuidadoso sobre o clima urbano, posto que Sobral está inserida no semiárido e apresenta características climáticas que exigem uma abordagem mais refinada quanto ao uso e ocupação do solo, para que não sejam agravados ainda mais o calor e a baixa umidade do ar na cidade.

## Agradecimentos

Agradecemos o apoio do Centro Universitário Inta - UNINTA, da Faculdade Luciano Feijão - FLF e da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Somos gratos também à Prefeitura Municipal de Sobral e a toda a equipe que elaborou a revisão do Plano Diretor de Sobral, por terem reconhecido e valorizado nossas propostas. Nossos agradecimentos especiais a todos os membros do grupo UrbColab, que se dedicaram com afinco ao estudo aqui apresentado.

## Referências

ALEXANDER, C.; ISHIKAWA, S.; SILVERSTEIN, M.; JACOBSON, M.; FIKSDAHL-KING, I.; ANGEL, S. **Uma Linguagem de Padrões**. A Pattern Language. Porto Alegre – RS: Bookman, 2013.

ANDRADE, L. M. S. de. **Conexão dos padrões espaciais dos ecossistemas urbanos**: a construção de um método com enfoque transdisciplinar para o processo de desenho urbano sensível à água no nível da comunidade e da paisagem. 2014. 544 f., Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) —Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2014.

BARGOS, D. C.; MATIAS, L. F. Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual. **Soc. Bras. de Arborização Urbana - REVSBAU**, Piracicaba –SP, v. 6, n. 3, p. 172-188, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/l10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm). Acesso em: 13 jul. 2022.

DIAS, T. **Gentrificação**: o que é e quais as consequências para a paisagem urbana... TAB Uol. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/faq/gentrificacao-o-que-e-como-funciona-consequencias-e-outras-duvidas.htm>. Acesso em: 13 jul. 2022.

FEIJÃO, R. A. **Proposta para o zoneamento da lei de parcelamento, uso e ocupação do solo no bairro Dom Expedito em Sobral**. TCC Arquitetura e Urbanismo. Centro Universitário INTA - UNINTA Arquitetura e Urbanismo, Sobral-CE. 2019.

HARVEY, D. **O enigma do capital e a crise desta vez**. Em *Negócios como Sempre*. Imprensa da Universidade de Nova York, p. 89-112, 2011.

HERTZ, J. B. **Ecotécnicas em Arquitetura**. Como projetar nos trópicos úmidos do Brasil. São Paulo: Pioneira, 1998.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

LAMBERTS, R.; DUTRA, L.; PEREIRA, F. O. R. **Eficiência Energética na Arquitetura**. 3 ed. Rio de Janeiro: Eletrobras, 2013. Disponível em: [http://www.labee.ufsc.br/sites/default/files/apostilas/eficiencia\\_energetica\\_na\\_arquitetura.pdf](http://www.labee.ufsc.br/sites/default/files/apostilas/eficiencia_energetica_na_arquitetura.pdf). Acesso em: 25 jan. 2024.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

PINTO, L. C. A política do “quanto mais escondido, melhor”. In: **Marco Zero Conteúdo**. 2015. Disponível em: <https://marcozero.org/a-prefeitura-e-a-politica-do-quanto-mais-escondido-melhor/>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ROCHA, L. L. L.; RIBEIRO, R. J. da C. Reservatórios de detenção e infiltração de águas pluviais: uma análise sob a ótica urbana. Estudo de caso da cidade de Natal/RN. **Paranoá**, [S. l.], v. 11, n. 22, p. 16–31, 2018.. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/paranoa/article/view/25559/22645>. Acesso em: 13 jul. 2022.

ROCHA, G. S. **A degradação das águas superficiais da Cidade de Sobral (CE): os sistemas lacustres da zona urbana**. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Acadêmico em Geografia, Centro de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza-CE, 2013.

SALES, V. C.; LIMA, E.; CORTEZ; DINIZ, S. F. Análise geoambiental da bacia hidrográfica do rio Acaraú, Ceará, nordeste do Brasil. **Rev. Geonorte**, v. 11, n. 38, p. 90-109, 2020.

SOBRAL. **Lei Complementar nº 60**, de 18 de julho de 2018. Disponível em: [https://seuma.sobral.ce.gov.br/media/com\\_download/files/20180725144008.pdf](https://seuma.sobral.ce.gov.br/media/com_download/files/20180725144008.pdf). Acesso em: 13 jul. 2022.

TUAN, Y. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel. 1983.

## CAPÍTULO 5

# MOBILIDADE NO ESPAÇO INTRAURBANO: A PERSPECTIVA DO CICLISTA NA CIDADE DE SOBRAL-CE

Doi: 10.35260/54212175p.113-128.2025

*Luciana de Andrade Catunda*

*Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic*

### Introdução

Em meados do século XX, iniciou-se, nas cidades brasileiras, o processo de urbanização, fenômeno que se caracterizou pelo crescimento acelerado da população impulsionado por fluxos migratórios que visavam uma melhor qualidade de vida e oportunidades de trabalho. Esse movimento influenciou diretamente na configuração do espaço urbano, bem como nas dinâmicas socioespaciais, desencadeando não apenas a expansão e consolidação dos centros urbanos, como também uma série de problemas que até os dias atuais se configuram como verdadeiros desafios para o planejamento e gestão das cidades.

Dentre esses desafios, a mobilidade urbana se apresenta como uma questão central, pois influencia no direito à cidade na medida em que interfere diretamente no acesso da população ao espaço urbano e a tudo aquilo que ele oferece. Nesse contexto, ressalta-se a importância dos meios utilizados para a realização desses deslocamentos, que nos últimos anos têm sido objeto de discussão na literatura visto os impactos que desempenham na configuração e na dinâmica do espaço intraurbano, bem como na qualidade de vida nas cidades.

O estresse gerado pelo trânsito intenso e seus congestionamentos; o comprometimento da qualidade do ar; a poluição sonora; a redução dos espaços públicos em prol da circulação de veículos motorizados; as dificuldades em torno da acessibilidade; e a segregação socioespacial são apenas alguns dos problemas pertinentes nas cidades quando o assunto é mobilidade urbana (Vasconcellos, 2012). No esforço da busca para mitigar ou solucionar essas e outras questões, surge então um consenso, em meio ao planejamento urbano, de que o uso da bicicleta como meio de transporte poderia se consolidar como uma medida não somente para lidar com a problemática da mobilidade intraurbana, como também para atuar na promoção da inclusão social e da sustentabilidade nas cidades (Schroeder, 2014; Alves, 2015).

O uso da bicicleta se consolidou como uma alternativa relevante para a promoção da sustentabilidade e inclusão social a partir de iniciativas aplicadas em países desenvolvidos, os quais se encontravam comprometidos com a busca pelo desenvolvimento sustentável que emergiu no cenário mundial, na década de 1980, após a publicação do Relatório Nosso Futuro Comum, o qual recomendava um crescimento econômico que primasse pelas questões ambientais e atuasse no combate à desigualdade social.

No Brasil, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92) desencadeou uma série de movimentações envolvendo governo, sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, dentre outros, acerca da necessidade de se pensar a mobilidade nas cidades brasileiras sob uma nova perspectiva (Vasconcellos, 2012). A inspiração advinda das experiências positivas da implementação e investimentos no modal cicloviário, em países desenvolvidos, fortaleceu a tese de que o uso da bicicleta poderia ser uma alternativa promissora para a melhoria dos problemas urbanos ligados à mobilidade no Brasil. Esse posicionamento é perceptível ao analisarmos os princípios e as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/12), a qual ratifica a importância do modal cicloviário no planejamento e na gestão do espaço urbano bem como no direito dos cidadãos de usufruir a cidade.

Atualmente, há uma gama de pesquisas que abordam os problemas e os desafios da mobilidade nas mais diferentes hierarquias de cidades. Para essa reflexão, trazemos o cenário da mobilidade em cidades médias, onde, nos últimos anos, tem ocorrido um esforço de pesquisadores na busca pelo entendimento da relação entre a mobilidade e as particularidades locais, bem como dos fatores que influenciam ou interferem na adesão da bicicleta como meio de transporte. Em cidades médias e nas cidades, de modo geral, os desafios em torno do uso da bicicleta como meio de transporte vão além da criação de uma infraestrutura para o modal cicloviário, envolvendo também questões como: clima urbano; segurança; planejamento urbano e políticas públicas para mobilidade; segregação socioespacial; problemas de acessibilidade; cultura do carro, dentre outros.

É diante desse cenário que o presente texto tem como intuito analisar o contexto e desafios da mobilidade urbana em torno do uso da bicicleta como meio de transporte no espaço intraurbano da cidade média de Sobral-CE.

## **O modal cicloviário e o papel da bicicleta no espaço intraurbano**

O uso da bicicleta na sociedade contemporânea constituiu-se nos últimos anos enquanto o símbolo da sustentabilidade e da inclusão social diante da relevância da sua proposta como uma alternativa de transporte ecologicamente sustentável que incentiva uma mobilidade mais acessível e democrática nas cidades, contemplando diferentes classes sociais, bem como vem promovendo reflexões sobre o acesso equitativo destas classes ao espaço urbano.

Os debates envolvendo o planejamento urbano e a qualidade de vida mantém um discurso positivo em relação ao uso da bicicleta enquanto uma importante ferramenta para o reordenamento das cidades. No campo social, esse pensamento se materializa mediante a expansão de ativismos políticos que defendem uma melhor qualidade de vida e de

mobilidade nas cidades por meio da troca do transporte motorizado individual pelo uso da bicicleta.

Na literatura sobre mobilidade podemos encontrar uma diversidade de teóricos que abordam a importância do uso da bicicleta enquanto meio de transporte. No livro “Cidades Para Pessoas” (*Cities for People*), Jan Gehl (2010) explora o design urbano centrado nas pessoas e coloca a promoção do ciclismo como um componente vital para cidades mais humanas e sustentáveis. John Pucher e Ralph Buehler (2012), em “City Cycling”, oferecem uma visão abrangente sobre o ciclismo urbano, examinando experiências de diversas cidades ao redor do mundo e destacando os fatores que influenciam a adoção da bicicleta como meio de transporte. Em “Bikenomics: How Bicycling Can Save the Economy”, a autora discute os benefícios econômicos do ciclismo e como a promoção do uso da bicicleta pode impactar positivamente as cidades e a economia local (Blue, 2016).

Chapadeiro e Antunes (2012) afirmam que o uso da bicicleta traz benefícios não somente ao usuário, mas também à cidade, seja em relação ao meio ambiente, seja em relação à inclusão social. Os autores citam as principais vantagens do uso da bicicleta no sistema de mobilidade urbana, dentre elas: a) baixa emissão de ruídos e não emissão de poluentes; b) preço acessível e baixa manutenção; c) menor necessidade de espaço público; d) maior acessibilidade, dentre outros.

Contudo, ao pensar sobre a bicicleta na perspectiva de um meio de transporte “acessível”, deve-se considerar o papel que esta desempenha em diferentes realidades. Nos grandes centros urbanos, a bicicleta representa a busca pela qualidade de vida, pelo uso equitativo dos espaços da cidade, pela diminuição da poluição e dos gastos com infraestrutura de mobilidade, dentre outros. Já em cidades médias e pequenas, o “acessível” ainda remonta de forma mais incisiva a questões econômicas, visto que o status social ainda permanece fortemente arraigado à aquisição do transporte motorizado individual, seja pela compra da motocicleta, seja pela posse do carro.

Mais do que um meio de transporte, a bicicleta se apresenta enquanto um instrumento de inclusão social. Raia Júnior (2000) salienta que não é possível falar em equidade social ou qualidade de vida quando há diferenças no tratamento do sistema de transporte. Mesmo com uma nova roupagem advinda de sua atribuição como símbolo de sustentabilidade, a bicicleta ainda representa os cidadãos de baixa renda, funcionando muitas vezes como o único meio de transporte, não apenas individual, como também de uma família.

Rosa e Schroeder (2013) asseguram que melhorar a mobilidade da população de baixa renda é uma forma de oferecer oportunidades mais equitativas aos cidadãos, colaborando assim tanto para a promoção da inclusão social como para a efetivação da função social da cidade (Garcias; Bernardi, 2008). Assim, a bicicleta é um meio de transporte que se destaca quando se trata de questões socioeconômicas, pois agrega mobilidade urbana, cidadania e inclusão social (Bantel, 2005)

Em relação aos avanços em torno da mobilidade sustentável por meio do uso da bicicleta, é importante pontuar que nos países desenvolvidos a preocupação em torno do uso da bicicleta tem elevado cidades a um importante patamar no que se refere ao desenvolvimento urbano. Na Holanda, Alemanha e Dinamarca, os investimentos nas redes cicloviárias têm favorecido a substituição do uso do veículo motorizado pelo ciclo. Na América Latina, também há mudanças nesse sentido com a implantação de infraestrutura cicloviária em Bogotá, México, La Paz e Buenos Aires. Os investimentos nesse sentido têm se expandido através da implementação de serviços de compartilhamento de bicicletas, que têm contribuído significativamente para a melhoria de índices de microacessibilidade<sup>1</sup> nas cidades.

No Brasil, tem sido registrado, nas últimas décadas, importantes avanços em relação à infraestrutura ofertada para o uso da bicicleta. Segundo dados fornecidos pelo Ministério das Cidades (2015), no ano de

---

1 Segundo Buchanan (1973) a microacessibilidade pode ser compreendida como as condições de acesso a um veículo ou destinos desejados, que pode ser calculada pela distância ou tempo de acesso.

2001 o país contabilizava 60 cidades com cerca de 250 km de ciclovias no total. Já no ano de 2007, registrou-se 279 cidades que juntas contabilizavam aproximadamente 2.505 km de ciclovias em todo o país. Podemos citar, como exemplo desses números, as cidades do Rio de Janeiro, com 400 km de ciclovias; Porto Alegre (495 km); Distrito Federal (610 km) e Curitiba, que possui cerca de 103 km de ciclovias, dentre outros (ANTP, 2007).

Atualmente, vê-se uma movimentação importante no planejamento urbano e nos incentivos em torno da requalificação do espaço urbano para o uso da bicicleta, porém, ao mudar a escala para cidades médias, pode-se constatar na literatura que estas enfrentam uma série de desafios.

Com base nessa realidade, será feita uma análise acerca dos desafios do uso da bicicleta na cidade média de Sobral-CE, a qual vem nos últimos anos tentando reestruturar ou implementar tanto a infraestrutura para o modal cicloviário, como também na promoção do incentivo ao uso desta como meio de transporte no espaço urbano.

## **O modal cicloviário e o contexto do ciclista no espaço urbano de Sobral**

A palavra “modal”, em mobilidade, refere-se a um meio de deslocamento que possui suas especificidades, vantagens e desafios no espaço urbano. O modal cicloviário pode ser entendido como todo o aparato em torno da infraestrutura e dos serviços necessários para a circulação de ciclistas, incluindo: ciclovias, ciclofaixas, bicicletários, sinalização específica, dentre outros (Brasil, 2012).

Nos últimos 10 anos, os investimentos da gestão pública municipal em torno de estudos e planejamentos voltados para o modal cicloviário na cidade de Sobral permitiram um melhor entendimento dos desafios e demandas em torno do uso da bicicleta como meio de transporte alternativo. Parte desse saldo está relacionado ao desenvolvimento de planos e programas voltados para a mobilidade sustentável, que realizaram

vários diagnósticos, os quais serviram de embasamento para a elaboração de diretrizes voltadas para o estímulo ao transporte cicloviário.

Dentre os principais planos e programas, podemos citar a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana de Sobral - PLANMOB (2017), que realizou um diagnóstico aprofundado contemplando não apenas a mobilidade, como também a acessibilidade, bem como os Planos Setoriais relacionados à mobilidade sustentável e transporte ativo, a saber: o Plano de Arborização de Sobral (2018), que apresentou as orientações técnicas para a arborização nas ciclovias da cidade; e o Plano de Rotas Urbanas de Sobral - PRUS (2020), que apresentou diretrizes e projetos para fomentar a mobilidade sustentável. Também se deve ressaltar as contribuições do Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Sobral - PRODESOL, por meio do qual foi realizado o subprojeto MOBSOL (2020), o qual, em cooperação técnica firmada com Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF, desenvolveu um programa voltado ao estímulo do transporte ativo (pedestres e bicicletas) como meio sustentável para viagens urbanas.

Outro documento importante para a questão do modal cicloviário e incentivo ao uso da bicicleta na cidade foi o Diagnóstico Consolidado gerado no processo de revisão do Plano Diretor de Sobral (2020-2022), que permitiu o estabelecimento de diretrizes e de planos de ação para o planejamento urbano, bem como para a mobilidade urbana, sendo o documento orientador para as ações futuras que contemplarão o transporte ativo e a mobilidade urbana sustentável.

Ao realizar uma análise acerca dos diagnósticos sobre a mobilidade urbana em Sobral, é possível constatar que o uso da bicicleta como primeira opção enquanto meio de transporte ainda é uma realidade a ser alcançada. Segundo um levantamento promovido pelo PLANMOB (2017) em relação aos meios de transporte utilizados para a realização dos deslocamentos na cidade, foi constatado, em meio à análise dos dados coletados, a predominância de um alto índice da população que se desloca por meio de veículos automotores particulares (63,8%),

enquanto 23,7% se locomovem de forma ativa (a pé ou de bicicleta) e 11,6% utilizam o transporte coletivo para suas viagens urbanas.

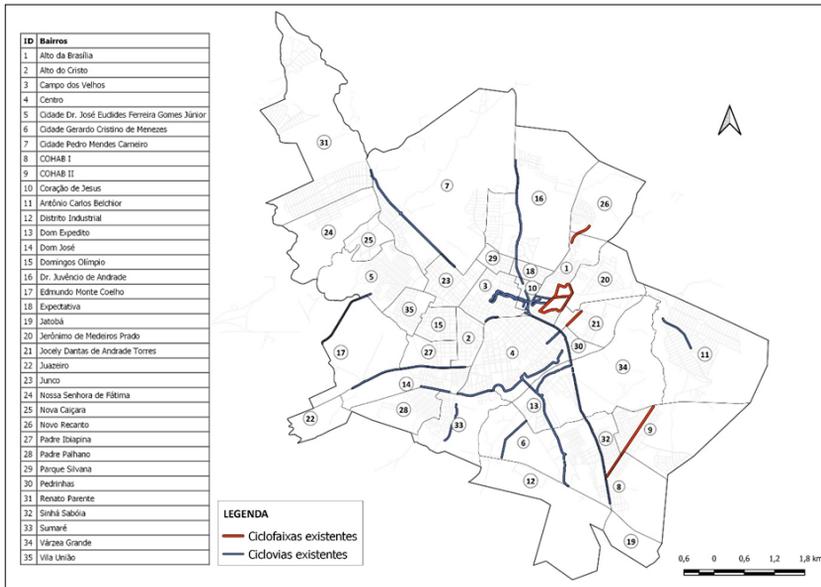
Para Vasconcellos (2012), o estímulo ao uso do transporte cicloviário depende inicialmente de uma oferta de mobilidade, bem como da integração entre modais que deem condições à população para se deslocar de forma segura, viável e confortável.

Sobre a infraestrutura para circulação da bicicleta em Sobral, o diagnóstico consolidado do Plano Diretor Municipal apontou que, de forma geral, esta ainda apresenta demandas em torno da ampliação e integração da rede cicloviária, que atualmente possui em torno de 23,5 quilômetros distribuídos por alguns bairros da cidade. Assim, sua malha cicloviária ainda deixa a desejar, visto que apresenta um caráter descontínuo em suas ciclovias, além de possuir poucas ciclofaixas ao longo da malha urbana.

É importante ressaltar também que o diagnóstico aponta uma ausência de rede cicloviária devido à falta de continuidade das ciclovias e da falta de padronização nas normas técnicas que orientam sua implantação, o que acaba por causar a insegurança de ciclistas quanto ao seu uso. Em relação às ciclofaixas no espaço intraurbano, elas resumem-se a pequenos trechos segmentados, geralmente localizados nas proximidades de bairros residenciais ou equipamentos públicos de lazer, como nos bairros Antônio Carlos Belchior, Cohab II, Expectativa e Parque Pajeú.

Em relação aos equipamentos para o estacionamento das bicicletas, é importante citar que alguns pontos da cidade têm recebido paraciclos temáticos que oferecem em torno de 5 a 10 vagas para bicicletas sendo implementados nas proximidades de equipamentos públicos de lazer e das estações do Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT de Sobral em uma tentativa de integração entre modais. A distribuição das ciclofaixas e ciclovias existentes na malha urbana da cidade podem ser visualizadas no mapa a seguir:

**Figura 25** - Divisão de bairros e distribuição das ciclovias e ciclofaixas no espaço intraurbano de Sobral-CE



**Fonte:** Plano de Rotas Urbanas de Sobral (2020).

No que se refere à realidade do ciclista em Sobral, pode-se afirmar que deslocar-se de bicicleta na cidade se constitui como um verdadeiro desafio. Isso porque predomina na cidade o uso das vias de modo compartilhado, ou seja, as bicicletas trafegam junto aos demais meios de transporte na pista de rolamento. Essa forma de circular é a mais comum, principalmente quando há empecilhos para se implementar ciclofaixas ou vias segregadas. Segundo o artigo 58 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, quando não houver ciclovia ou ciclofaixa a via deve ser compartilhada, assim, bicicletas e autos *podem* ocupar o mesmo espaço viário. Os veículos maiores devem prezar pela segurança dos menores (art. 29 § 2º), respeitando sua presença na via e seu direito de utilizá-la, observando uma distância mínima de 1,5m para a ultrapassagem de bicicletas (art. 201).

A infraestrutura cicloviária constitui um conjunto de elementos que devem garantir a segurança e o bem-estar dos usuários de bicicletas que se locomovem em meio às vias públicas da cidade. Chapadeiro e Antu-

nes (2012) afirmam que os principais elementos são: a bicicleta, as vias de circulação – ciclofaixas e ciclovias<sup>2</sup> – e os estacionamentos.

Ao se observar os usuários de bicicleta pelo espaço intraurbano de Sobral é possível perceber que o uso da bicicleta contempla diferentes atividades do cotidiano urbano. Da mesma forma que a bicicleta é utilizada como um meio para se chegar ao trabalho, ela também é utilizada como um instrumento de trabalho. Isso porque é cada vez mais comum encontrarmos na cidade os trabalhadores que transportam e vendem seus lanches pelas ruas da cidade numa versão mais simples dos famosos *Food Bikes*<sup>3</sup>, que têm cada vez mais se popularizado na economia informal, conforme visualizado nas figuras a seguir:

**Figura 26** - Registro dos usos da bicicleta no centro de em Sobral - à esquerda, utilização da bicicleta como Food Bike - à direita, a bicicleta sendo utilizada para o transporte de carga



Fonte: Catunda, L. A. (2016).

Situações como as demonstradas nas figuras acima são comuns ao circular principalmente no bairro do Centro, onde há um maior fluxo de deslocamentos em busca do comércio e de serviços, assim como nas proximidades de bairros onde reside a população de baixa renda. É impor-

2 O CTB (1997) define as ciclovias como uma pista destinada exclusivamente à circulação de ciclos separada fisicamente do tráfego comum. Já a ciclofaixa trata-se de uma faixa de rolamento para bicicletas com o intuito de separar estas do fluxo de veículos automotores.

3 O “Food Bike” pode ser compreendido como um veículo de propulsão humana voltado para a comercialização de gêneros alimentícios que não possui ponto fixo, podendo mudar de local de acordo com o interesse de seus proprietários.

tante ressaltar que a bicicleta não atende somente às necessidades individuais, mas também tem sido utilizada como meio de transporte familiar.

Outra questão que deve ser citada é em relação à utilização dos paraciclos para o estacionamento das bicicletas, onde muitos usuários preferem “deixá-las à vista”, ou seja, em locais próximos ao trabalho ou aos locais de consumo, reforçando assim a existência de uma insegurança em relação aos bicicletários. Assim, é muito comum encontrar bicicletas estacionadas em locais de passagem ou em áreas para pedestres, principalmente nos canteiros centrais, encostadas em árvores ou estacionadas na porta de comércios ou locais de prestação de serviços.

Em relação ao entendimento do perfil dos usuários de bicicleta na cidade de Sobral, podem-se citar os dados e as informações apresentados na dissertação “Sobral em Trânsito: políticas públicas, programas sociais e mobilidade urbana” (Catunda, 2016), em que é possível constatar algumas questões que podem ajudar a compreender o que é circular de bicicleta na cidade de Sobral.

No referido estudo, em um questionário realizado com usuários de bicicleta na cidade, foi perguntado aos participantes acerca da frequência com que estes costumam utilizar esse meio de transporte para seus deslocamentos. Do total de participantes da pesquisa, 90% afirmaram que utilizam a bicicleta todos os dias, principalmente para o trabalho e para o lazer. Também foi indagado se estes possuíam algum tipo de transporte motorizado como alternativa ao uso da bicicleta. Do total de participantes, 67% afirmaram que não possuem outro transporte e 33% afirmaram que possuem um transporte motorizado particular.

Em relação às motivações para o uso da bicicleta como meio de transporte, foi possível perceber que as respostas foram as mais variadas. Dentre as que mais chamaram atenção, ressaltam-se aquelas que apontaram para o baixo custo de manutenção da bicicleta e a facilidade de estacionar na cidade, se comparado às condições de estacionamento para os transportes motorizados em Sobral. Também foram relatadas questões relacionadas à insatisfação com o transporte público coletivo e à falta de recursos para adquirir um transporte individual.

Em relação à sensação de segurança ao utilizarem o modal cicloviário, 100% dos participantes responderam que não se sentem seguros ao pedalar pelas ruas de Sobral. Vasconcellos (2001) afirma que a insegurança é um dos principais fatores que desencorajam o uso da bicicleta nas cidades. Sobre isso, o CTB é bem específico quando afirma, no artigo 29 parágrafo II, que “[...] os veículos de maior porte serão sempre responsáveis pela segurança dos menores, os motorizados pelos não motorizados e, juntos, pela incolumidade dos pedestres”. Dentre outras atribuições, cabe também aos motoristas ter o cuidado para não fechar as bicicletas – Art. 29 §II –, não colar na traseira do ciclista ou impeli-lo contra a calçada – Art. 192, dar preferência de passagem ao ciclista que atravessa a pista mesmo após abrir o sinal verde – Art. 214 – e manter uma distância lateral de no mínimo 1,50 m para evitar o “tirar fina” contra o ciclista – Art. 29; 221; 220.

Por outro lado, também há a questão dos deveres dos ciclistas, que também se constituem enquanto essenciais ao bom funcionamento do trânsito. Sobre isso, o CTB (1997), no artigo 28, afirma que as bicicletas devem circular nas ruas, no sentido dos carros e nas faixas laterais das vias para evitar acidentes. Também afirma que os ciclistas ao ultrapassarem os carros devem fazê-lo quando estes estiverem parados ou aguardando em fila; se em movimento, devem seguir atrás do veículo (Art. 211).

Nos questionários, os ciclistas afirmaram que costumam transitar com frequência em meio aos carros, nem sempre observando as instruções de segurança do código, sendo que a maioria também não tem conhecimento dessas instruções. Algumas situações envolvendo imprudências por parte de usuários de bicicleta podem ser visualizadas nas figuras a seguir:

Figura 27 - Ciclistas trafegando de forma irregular - à esquerda, ciclista seguindo na contramão nas proximidades do Mercado Central - à direita, ciclista em bicicleta do tipo “cargueira” ultrapassando a via em meio ao sinal verde



Fonte: Catunda, L. A. (2016).

Como visualizado nas figuras acima, a questão do uso da bicicleta como meio de transporte alternativo e sustentável na cidade de Sobral implica não apenas a questão da oferta de infraestrutura para o modal cicloviário, mas também uma questão cultural e de educação no trânsito que deve contemplar não apenas usuários de transporte motorizado, como também aqueles que se deslocam de forma ativa na cidade (pedestres e ciclistas).

## Considerações finais

Condições diferentes envolvem o cotidiano daqueles que utilizam a bicicleta não apenas para o lazer, mas para as principais atividades do dia a dia, como trabalho, estudos e consumo. Na cidade de Sobral, a realidade do ciclista ainda se apresenta permeada por dificuldades, necessitando de adaptações e trabalhos de conhecimento e reconhecimento quanto aos direitos e deveres dos ciclistas e da importância do uso da bicicleta para uma cidade mais inclusiva e com uma maior qualidade de vida.

Analisando a legislação municipal que trata deste assunto, percebe-se que apenas nos últimos anos a cidade tem voltado atenção a esse público. Mesmo no PDP de 2008 não se tem um tratamento específico para o ciclista, apenas algumas citações sobre a importância de se garantir as condições mínimas para seu deslocamento.

Em julho de 2015, foi aprovada na Câmara Municipal de Sobral a Lei nº 1486, que trata da criação de um sistema cicloviário com uso de bicicleta compartilhada no município. Esse sistema trata da criação de uma rede viária com ciclovias, ciclofaixas, faixas compartilhadas e rotas de ciclismo e de locais específicos para o estacionamento de bicicletas com a implementação de bicicletários e paraciclos. Até o presente momento o projeto encontra-se no papel.

Por fim, pôde-se constatar que o uso da bicicleta na cidade de Sobral pode ser visto por duas vertentes: uma, em que a bicicleta é encarada sob os novos moldes da sustentabilidade da vida saudável; e outra, da bicicleta enquanto símbolo de pobreza. Enquanto isso, a cidade continua reproduzindo os conflitos no trânsito, demonstrando que ainda deixa a desejar quando o assunto é política de mobilidade urbana.

Fomentar a expansão do uso da bicicleta como modalidade de transporte em cidades médias, como Sobral, no Ceará, emerge como uma estratégia imperativa diante dos desafios urbanos contemporâneos. A adoção mais difundida da bicicleta não apenas contribui para a redução da emissão de poluentes e alivia a pressão sobre a infraestrutura viária, mas também promove um estilo de vida ativo, melhorando a saúde física e mental dos habitantes. Em centros urbanos de médio porte, essa transição para o uso da bicicleta pode resultar em benefícios adicionais, tais como a diminuição do congestionamento veicular e a criação de espaços públicos mais seguros e acessíveis. Ao investir em infraestrutura adequada, políticas de mobilidade e conscientização da comunidade, é possível construir um ambiente urbano mais dinâmico, saudável e conectado.

## Referências

ALVES, P. **Mobilidade urbana sustentável e polos geradores de viagens: análise da mobilidade não motorizada e do transporte público.** 2015. 328 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

BANTEL, G. Bicicleta, Veículo não motorizado (VNM). **Revista de Transportes Públicos – ANTP**, São Paulo-SP, v. 27, p. 59-68, 2005.

BLUE, Elly. **Bikenomics: How Bicycling Can Save the Economy**. Microcosm Publishing, 2013.

BRASIL. **Lei nº 9.503**, de 23 de setembro de 1997. Brasília, DF, 23 set. 1997. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9503.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503.htm). Acesso em: 28 mar. 2016.

BRASIL. **Lei nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Brasília, SF, 10 jul. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 29 mar. 2016.

BRASIL. **Lei n.º 12.587**, de 3 de janeiro de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 4, jan. 2012.

BUCHAHAN. C. **El tráfico en las ciudades**. Colección de Ciencias Sociales. Madrid: Ed. Tecnos, 1973.

CATUNDA, L. de A. **Sobral em trânsito: políticas públicas e programas sociais para mobilidade urbana**. 156 f. 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral-CE, 2016.

CHAPADEIRO, F. C.; ANTUNES, L. L. A inserção da bicicleta como modo de transporte nas cidades. **Revista UFG**, Goiânia, v. 13, n. 12, p. 35-42, 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/48415>. Acesso em: 22 set. 2015.

GARCIAS, C. M.; BERNARDI, J. L. As funções sociais da cidade. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S. l.], v. 4, n. 4, p. 1-15, 2008.

GEHL, J. **Cities for People**. Island Press, 2010.

LÉVY, J. Os novos espaços da mobilidade. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 7-17, 2001.

PEREIRA, F. I. F. **Descentralização das atividades comerciais e de serviços em cidades médias: uma análise de Sobral – CE**. 2015. 156 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú. Sobral, 2015.

PUCHER, J.; BUEHLER, R. **City Cycling**. MIT Press (MA), 2012.

RAIA JÚNIOR, A. A. **Acessibilidade e mobilidade na estimativa de um índice de potencial de viagens utilizando redes neurais artificiais e sistemas de informação**. 2000. 196 f. Tese (Doutorado) -Universidade de São Paulo, São Carlos, 2000. Disponível em:[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18137/tde.../RaiaJrT.PDF](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/18/18137/tde.../RaiaJrT.PDF). Acesso em: 04 jan. 2015.

ROSA, E. S.; SCHROEDER, T. Bicicleta como objeto promotor da inclusão social. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM TRANSPORTES, 28., 2014, Curitiba. **Anais [...]**, Curitiba: ANPET, 2014. p. 1-11.

SOBRAL (CE). **Plano de Mobilidade Urbana de Sobral**. Relatório Final. Secretaria das Cidades. Sobral, 2017. Disponível em: <https://www.cidades.ce.gov.br/wpcontent/uploads/sites/12/2020/09/Plano-de-Mobilidade-Urbana-de-Sobral-01.pdf>. Acesso em: 06 set. 2024.

VASCONCELLOS, E. A de. **Mobilidade Urbana e Cidadania**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2012.

VASCONCELLOS, E. A de. **Transporte urbano, espaço e equidade – análise das políticas públicas**. Editora Annablume. São Paulo, 2001.

## CAPÍTULO 6

# O MICROCRÉDITO INSTITUCIONAL EM SOBRAL-CE E A CAPTURA DOS TRABALHADORES AUTÔNOMOS PELAS FINANÇAS

Doi: 10.35260/54212175p.129-156.2025

*Sara Heline Rodrigues de Brito Silva*

*Luiz Antonio Araújo Gonçalves*

*Nilson Almino de Freitas*

### Introdução

O estudo ora sustentado analisa o movimento do microcrédito institucional na cidade média de Sobral-CE, considerando os arranjos das finanças na escala local e como repercutiu a financeirização em bairros habitados por pessoas empobrecidas. O artigo aborda as distintas escalas de atuação das finanças nas áreas periféricas da cidade. A abordagem não está fora da reflexão acerca da finança mundializada e dos arranjos socioeconômicos locais que ocorreram pela captura dos sujeitos por instituições financeiras na periferia de uma cidade média do Nordeste brasileiro.

A relevância da análise deu-se pela compreensão do alcance das finanças nos variados contextos regionais e, de modo específico, da realidade local da população de bairros periféricos, antes excluída dos serviços bancários por determinações econômicas do passado e que, no período atual, são concretizadas por mecanismos financeiros que promovem o acesso ao microcrédito por meio da ideologia da capacidade empreendedora individual.

Com esse intento, realizou-se um recorte qualitativo, abordando a dimensão escalar do bairro. Souza (2013), ao tratar da pesquisa socioespacial, em específico, do nível escalar do bairro, contesta a visão do bairro como unidade homogênea que nega a espacialidade dos conflitos, da luta de classe, do protesto e das reivindicações. Para o autor, “[...] é justamente a partir desse nível escalar que certos processos e fenômenos sociais [...] cujos conflitos são conflitos propriamente sociais, e não apenas entre indivíduos, ainda que estes estejam sempre contextualizados na sociedade total – podem ser adequadamente captados” (*Ibidem*, p. 156).

Dessa maneira, a intenção é compreender o fenômeno de oferta generalizada do microcrédito e sua espacialidade, com suporte em situações de alcance dos sujeitos público-alvo pelos agentes promotores do microcrédito institucional nos bairros periféricos de Sobral. Para isso, lançou-se mão do recurso metodológico das entrevistas com os agentes e contratantes de microcrédito. O uso do diário de campo nas visitas aos bairros da periferia de Sobral também foi um recurso rico e imprescindível para captar como as finanças perpassam a vida das pessoas. Desse modo, identificaram-se e compararam-se os propósitos dos sujeitos contratantes de microcrédito concretizados pelos bancos, associados aos planos do poder público em combater os problemas sociais, por meio do fomento às atividades geradoras de renda, e em que medida as atividades promoveram transformações na dinâmica socioeconômica desses bairros.

Com procedência na escolha da entrevista e do diário de campo como registro operacional da metodologia escolhida para este capítulo, foi pensado, inclusive, em ampliar o conceito de bairro já mencionado aqui. O propósito do escrito é acompanhar o espaço geográfico escolhido, situado em um movimento geral de financeirização da economia que está acompanhada de um culto ao empreendedorismo como saída para a “pobreza”, assim como entender que o bairro também é agência de construção de sentido por parte do morador individual. Logo, é conflito social, como já expresso, mas também é “invenção”, no sentido criativo do termo, cotidiana por parte do habitante que pratica culturalmente o espaço. O usuário do bairro tenta criar mecanismos de controle

para se apropriar das dinâmicas sociais com parcial controle. Há uma subjetivação da experiência individual que encontra limites no que é aceito e oferecido pelo modelo de relações mais gerais criado pelas relações econômicas e políticas vigentes. As suas narrativas, portanto, são estabelecidas em um contexto de negociação entre múltiplos agentes, dentre os quais o pesquisador.

Ressalta-se, neste passo, a dimensão pragmática da narrativa do entrevistado. A produção desta tem como objetivo operar um resultado no interlocutor, pois, como alerta Freitas (2012), são também imagens contextuais criadas de modo pragmático ou ação narrativa que visa causar um efeito na pessoa sob interlocução, considerando os afetos envolvidos. Não é puramente uma “imagem mental da realidade”, não representa uma identidade coletiva substantiva, nem mesmo uma crença absoluta, apesar de se esforçar para isso, já que o narrador precisa mostrar força no seu argumento, o organizando como se representasse um coletivo e uma crença pessoal. De fato, a “imagem mental da realidade” é passível de ser um ponto de vista sobre a narrativa, mas não se deve esquecer de que existe uma subjetivação da experiência no presente que se narra e uma seletividade da lembrança, adaptada ao contexto e à interlocução para atender suas necessidades, desejos e emoções em determinada situação.

Coube aos pesquisadores o acompanhamento deste duplo movimento: as dinâmicas socioeconômicas mais amplas e as implicações pessoais dessas dinâmicas nas artes de fazer e no artefato de dizer dos interlocutores (Certeau, 1994), entendendo suas falas como ações intercessoras de construção de sentido, ou subjetivação, que visam a afetar as dinâmicas cotidianas da experiência espacial e os interlocutores. O texto produzido pelos pesquisadores, portanto, resulta da afecção produzida no contexto da relação entre subjetivações diferentes, como exprimiu Viveiros de Castro (2002) – não no sentido de o texto ser fiel e completo na descrição do acontecimento, estabelecendo uma identificação exata com o entrevistado e o interlocutor. É uma constituição relacional que produz transformações. O pesquisador é afetado pelo sentido produzi-

do pelo interlocutor, mas produz o seu sentido desse sentido, interpretando-o e textualizando.

No caso deste capítulo, o texto acontece em dois momentos: no diário de campo e no artigo. No diário de campo, o pesquisador é capaz de todos os dias sistematizar sua experiência na pesquisa da maneira que achar conveniente. Neste lance, o texto tem a dimensão da pessoalização muito intensiva, mostrando sentimentos, emoções, humores de modo livre, já que é um instrumento que não visa à publicação. Ademais disso, tem registros de acontecimentos, do ponto de vista do pesquisador, que são suscetíveis de ser acompanhados das primeiras reflexões teóricas e metodológicas. Também é passível de estar relacionado a imagens, sejam desenhos, fotos ou vídeos, dependendo de ser um diário digital ou no caderno de notas. Foi também um instrumento importante para anotar aquilo não registrado na entrevista de maneira gravada. Algumas entrevistas, inclusive, os entrevistados não permitiram gravar, sendo acionado o diário de campo.

As entrevistas foram gravadas com o aparelho celular, particularmente as realizadas com os agentes do microcrédito, mas aquelas procedidas com os contratantes não foram. Em todos os casos, foi solicitada assinatura de carta de cessão de direitos direcionada para os pesquisadores. Durante a feitura deste texto, foram citados os nomes dos agentes nas reproduções dos trechos de suas entrevistas, mas no caso dos contratantes, entendeu-se ser importante preservar suas identidades, pois algumas falas são suscetíveis de comprometer a segurança deles. Para estes, recorreremos a iniciais.

Com as fontes produzidas por meio de entrevistas e os registros do diário de campo, os pesquisadores organizaram as ideias nessas notações, mostrando a atuação dos agentes institucionais e os tomadores do microcrédito no âmbito dos bairros periféricos da cidade média de Sobral, de acordo com as temporalidades e as espacialidades registradas na interlocução. Para isso, procedeu-se, também, ao levantamento de dados quantitativos daqueles que utilizaram esse mecanismo de microcrédito em instituições bancárias (Banco do Nordeste e Santander), em

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIPs (Crediamigo), com a mediação da Prefeitura Municipal de Sobral, em três bairros da periferia dessa Sede municipal, que tiveram expressiva participação de agentes tomadores de microcrédito, tanto microempresas, quanto empreendedores autônomos.

O escrito sob relato constitui parte da dissertação de mestrado do autor principal deste texto, defendida em 2021, junto ao Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG-UVA), oportunidade em que se intentou mostrar parte dos resultados da pesquisa, aprofundando as análises e as reflexões. O trabalho foi organizado em cinco segmentos, o primeiro dos quais é composto por esta introdução. No segundo, delinearão-se os aspectos da financeirização da sociedade e a captura dos agentes periféricos pelas finanças. No terceiro, abordou-se a ação dos bancos na territorialização do microcrédito em Sobral, enquanto, no seguinte, apontaram-se os dilemas e as estratégias de acesso ao crédito praticado pelos contratantes de microcrédito institucional em três bairros da periferia de Sobral-CE. Finalizou-se com algumas reflexões e conclusões atinentes.

## **Financeirização e a captura dos trabalhadores da periferia pelas finanças**

A relação centro-periferia está sendo paulatinamente redefinida pela mundialização financeira com suas repercussões no mundo laboral e, conseqüentemente, no consumo. Dentre os aspectos que redefiniram as finanças, ocorrem a racionalidade da circulação do capital e, simultaneamente, seu potencial de corrosão dos valores de intermédio da produção. Outra face da mundialização financeira foi demarcada pela captura dos “mercados emergentes”, por intermédio dos mecanismos da liberalização e desregulamentação, a fim de captar as riquezas e ampliar os investimentos vantajosos e de grande liquidez (Chesnais, 2005).

Ao tratar do capital oriundo das instituições financeiras bancárias, Chesnais (2005, p. 35) assinala que “Esse capital busca ‘fazer dinheiro’ sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de

dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida”. Ainda nas palavras do autor, esse capital financeiro é o portador de juros que tem atuação integrada entre os mercados doméstico e internacional.

Santos e Silveira (2006) já destacavam, nos anos 2000, que o desenvolvimento das técnicas de comunicação e transmissão de dados contribuiu significativamente na ampliação das possibilidades de integração das praças financeiras, “[...] possibilitando uma circulação verdadeiramente frenética de diferentes tipos de dinheiro” (*Ibidem*, 2006, p. 185). Conforme os autores ressaltam, a sociedade foi convocada a consumir os produtos financeiros num movimento que também tencionava sua dispersão pelo Território nacional. Em tal contextura, a financeirização e a “creditização” do Território pátrio estão relacionadas

[...] à reestruturação recente do sistema financeiro nacional, a implementação de um conjunto de políticas relacionadas ao campo financeiro, como o ajuste fiscal, a realização de reformas tributárias, a prática de juros e câmbio de mercado, a abertura aos fluxos de capitais estrangeiros, a desregulamentação e as privatizações de empresas públicas. As políticas de desregulamentação e desnacionalização alcançaram diferentes setores, dentre os quais o sistema financeiro, reestruturado profundamente a partir de meados dos anos 1990 com a implementação do Programa de Incentivo à Redução do Estado na Atividade Bancária (PROES) e do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Montenegro, 2017, p. 96).

Nessa conjuntura nacional, outro fator que possibilitou a ocorrência do microcrédito foi a existência do marco legal, em 1999, com a disseminação do microcrédito por parte de instituições como as organizações não-governamentais – ONG, organizações da sociedade civil de interesse público – OSCIP e bancos comerciais, que passaram a ofertar serviços ágeis e desburocratizantes (Lourenço, 2003).

A mundialização do capital e seus processos afetaram distintas escalas e, se suas origens são globais, estes nexos redefinem, ao mesmo passo, processos nas escalas das formações socioespaciais e dos lugares. A seletividade dos investimentos financeiros faz com que o protagonismo das finanças alcance atualmente novos espaços com suporte na reprodução dos nexos da financeirização em distintas escalas (Montenegro, 2017).

Silveira (2017, P. 373) expressa que a financeirização “[...] é, portanto, uma manifestação empírica da globalização, talvez a mais evidente hoje, que autorizou a falar de capitalismo financeiro, de momento financeiro do modo de produção, de mundialização financeira”. Segundo Bresser-Pereira (2018, p. 224), o capitalismo dos dias atuais pertence aos rentistas e, embora as instituições financeiras encontrem outras modalidades de lucro, “[...] a lógica das finanças permanece a lógica da dívida. Os lucros dos bancos dependem do quanto emprestam”.

Em consequência do panorama da divisão e da sobreposição da atividade financeira, os modelos de atuação foram marcos replicados pelos distintos organismos financeiros (bancos públicos e privados), e essa funcionalidade financeira alcançou as classes sociais desprivilegiadas economicamente. Consoante reporta Montenegro (2017), a financeirização alcançou novos patamares, à medida que se capilarizou por estratos de menor renda, dando ensejo a endividamento e aprofundamento da pobreza.

A oferta de crédito por instituições bancárias, agências financeiras e redes comerciais acaba por provocar, destarte, não apenas a expansão do consumo, mas a própria busca por novos empréstimos para quitação de dívidas prévias. Aprofunda-se, por conseguinte, o ciclo vicioso entre acesso ao crédito e ao consumo, endividamento crônico e aprofundamento da pobreza (Montenegro, 2017, p. 98).

Outro aspecto relevante é expresso por Silveira (2017, p. 372) quando essa autora questiona o modo como as pessoas passam a produzir “[...] a partir das novas condições impostas pelas finanças, rearranjando suas formas de trabalhar ao sabor de uma informação fragmentária, po-

rém ressignificada na copresença com agentes igualmente vulneráveis. As pessoas produzem com as finanças e apesar das finanças”. Essa informação, porém – que chega até os pequenos agentes de modo fragmentado sobre um novo produto ou inovação a ser incorporada que viraliza efemeramente, sem saber ao certo onde surgiu – ganhou as ruas e todos passam a desejar seu consumo. Desse modo, novos consumos passam a fazer sentido para as pessoas, e outros produtos, agora, são vendidos ou adaptados para a realidade das periferias.

No que se refere à escala local na Sede sobralense, a territorialização das finanças se torna considerável na perspectiva de que o microcrédito comporta aqueles que compõem a informalidade, ou seja, os trabalhadores que não possuem registro junto à Secretaria da Fazenda do Ceará (SEFAZ) e que vivenciam a falta de recursos próprios suficientes para montar/prover condições de trabalho, bem como lhes faltam bens a fim de servir de garantia para tomar empréstimo nos bancos tradicionais. Desse modo, em Sobral, a mediação do aparato normativo e político fez com que as ações enunciadas como microempreendedorismo formassem uma projeção de desenvolvimento local, isso por parte do Governo Municipal e instituições financeiras, *exempli gratia*, como os bancos (Lourenço, 2003).

As ações realizadas para a disseminação do microcrédito no final dos anos de 1990 em Sobral foram baseadas na formulação do Programa Trabalho Pleno<sup>1</sup> e contaram com a participação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE). Essas ações tinham o objetivo principal de promover o acesso ao crédito às pequenas empresas e aos empreendedores autônomos (Lourenço, 2003).

Em 1998, como forma de consolidar o apoio creditício aos micro e pequenos negócios de Sobral, o poder público local criou o Fundo de Aval do Município (Lei nº 181, de

---

1 O Programa Trabalho Pleno foi implantado com “[...] o propósito de gerar 7.500 postos de trabalho no Município de Sobral até o ano 2000. Destinado a todos os habitantes do Município em idade ativa, especialmente aos que se encontravam fora do mercado de trabalho” (Lourenço, 2003, p. 79-80).

27 de maio de 1998) e firmou com o Banco do Nordeste um convênio para operacionalizar o Fundo de Aval. Nos termos do convênio, ficou acordado que o Município de Sobral depositaria no Banco do Nordeste a importância de 200 mil reais para garantir os financiamentos apoiados pelo Trabalho Pleno. O Banco do Nordeste, por seu turno, assumiu o compromisso de liberar até catorze vezes a importância depositada, em forma de financiamento para micro e pequenos negócios. A criação do fundo aval possibilitou a disponibilidade de uma linha de crédito simplificada e de baixo custo (*Ibidem*, p. 65).

As medidas tomadas pelo poder público por meio do Programa Trabalho Pleno para dar acesso ao crédito encontraram outros entraves, conforme Monié e Holanda (2001, p. 37) apontam, ao caracterizarem o segmento atendido pela política pública municipal.

Em primeiro lugar, no que diz respeito à estrutura da propriedade podemos observar uma grande heterogeneidade em termos de tamanho dos estabelecimentos. O setor informal conta com cerca de 5.000 micro e pequenas empresas que atuam em atividades secundárias e terciárias muito diversas. Este universo é longe de ser homogêneo, na medida em que coexistem atividades garantindo apenas meios de sobrevivência aos empreendedores e pequenas empresas (no ramo do calçado em particular) que já dispõem de uma inserção em mercados regionais. No entanto, a grande maioria dos empreendimentos é caracterizada pela escassez de capital, pelo baixo nível tecnológico e por dificuldades de acesso ao crédito e aos mercados. Todos estes elementos contribuem para o isolamento produtivo dos empreendedores e limitam drasticamente as perspectivas de desenvolvimento.

Na perspectiva de transformação socioeconômica, a atuação do poder público municipal promoveu maior abertura às instituições financeiras, que passaram a atuar realizando contratos de microcrédito para

empreendedores, não por exclusivismo local, mas acompanhando uma tendência de mercado. Essas instituições consolidaram as operações de microcrédito com os moradores da periferia por meio da instalação de postos de atendimento e atuação dos agentes de microcrédito nos bairros, constituindo territórios de atuação.

Essa circunstância de intenções, decisões e narrativas foi demarcada pela atuação dos agentes que ofertam microcrédito, visando a manter ou a aumentar o número de clientes por carteira, caracterizado, em geral, por autônomos que demandavam por capital para ampliar seu potencial de comercialização, bem assim com a possibilidade de possuir um estoque de mercadorias maior e mais diversificado, ou, ainda, em relação à melhoria das condições dos serviços prestados por aqueles autônomos ávidos por melhorar os equipamentos que possuíam, ou do serviço que já faziam e pretendiam inovar, superando a maneira como era realizada a própria atividade.

De tal jeito, os autônomos e microempreendedores passaram a ser responsabilizados pelo sucesso ou fracasso, tanto da operação bancária como do pagamento das parcelas, e também pela ampliação da atividade pós-obtenção e aplicação do capital. Ver-se-á a seguir como se deu a territorialização do microcrédito institucional em Sobral.

### **A ação dos bancos na territorialização do microcrédito institucional em Sobral**

As condições do empréstimo no Brasil submetem-se historicamente à ação dos bancos no Território nacional. Na concepção de Corrêa (1989), a expansão das agências bancárias ocorreu conforme crescimento dos lucros, possibilitados pela prática de tomadores de empréstimos com juros mais altos do que a inflação, seguindo a concentração-dispersão dos bancos (menor número de bancos e aumento progressivo das agências).

Santos e Silveira (2006) ressaltam que, no final dos anos 1990, as desigualdades regionais eram reveladas pelo maior interesse do setor privado em áreas de maior densidade demográfica, técnica e informa-

cional, haja vista que, na região Sudeste, cerca de 64% das agências eram privadas, enquanto, no Nordeste, prevaleciam os bancos públicos, com 67% das agências bancárias.

A atividade bancária acontecia, desse modo, por intermédio das cidades que a controlavam e centralizavam agências, sobretudo na *Região Concentrada*. Corrêa (1989), contudo, apontava Sobral-CE como cidade cuja atividade bancária já exercia influência financeira com certa “tradição”<sup>2</sup> na composição do sistema financeiro e, portanto, na gestão no território.

A atuação dos bancos tradicionais transitou por mudanças correspondentes às estratégias da financeirização, com a apropriação dos ativos da economia pelo mercado financeiro. De tal sorte, a financeirização no território é passível de ser analisada com suporte nas modalidades de crédito oferecidas, fenômeno denominado “creditização” do território (Silva, 2015). De efeito, a autora chama atenção para a necessidade de “[...] analisar os novos mecanismos de que dispõem os agentes financeiros para a difusão/concessão de créditos. As instituições financeiras têm realizado ações para a ampliação da população bancarizada, por meio do uso de sistemas de objetos informacionais (principalmente)” (*Ibidem*, p. 100).

Contel (2009) evidencia o modo como a evolução na distribuição dos fixos geográficos bancários (agências, postos de atendimento, caixas eletrônicos) contribuiu na promoção e acesso dos serviços financeiros entre as populações urbanas. Sem dúvida, essa *hipercapilaridade do acesso ao crédito* decorreu, também, “[...] do aparecimento de novos objetos técnicos que aumentam o alcance social e espacial desses serviços, podemos dizer que foi incrementada sensivelmente a capilaridade da concessão de crédito no território brasileiro” (*Ibidem*, p. 128). O autor ressalta, dentre as novas modalidades de prestação de serviços bancários, a expansão do uso dos canais eletrônicos, mas também de correspondentes bancários que ensejaram maior acesso da população aos serviços financeiros mais básicos.

---

2 Tradição referente ao histórico de operações bancárias de depósitos e tomadores de empréstimos de Sobral que possuía sede de agência bancária. Destacamos, ainda, que o primeiro banco da cidade - o Banco Popular de Sobral - Bancesa foi criado em 1927 pelo primeiro bispo da Diocese de Sobral, Dom José Tupinambá da Frota.

Impende evidenciar que as operações de crédito consistem, em sua maioria, na oferta de empréstimo pessoal suscetível de ser ofertado tanto por instituições financeiras bancárias quanto pelas não bancárias. Silva (2015) analisou os dados do Banco Central do Brasil referentes às operações de crédito para pessoa física de 2011 a 2013 e constatou que o maior aumento registrado ocorreu nas operações de “crédito pessoal consignado”, geralmente, concedidas a pensionistas, aposentados e servidores públicos.

Nesse contexto de participação da disseminação do acesso ao crédito na região Nordeste e, em específico, em Sobral, destaca-se a atuação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), “Banco de desenvolvimento, sociedade anônima aberta, de economia mista, de personalidade jurídica de direito privado, Instituição Financeira Múltipla, criado pela Lei Federal nº 1.649/52, doravante denominado Banco” (BNB, 2024).

O BNB está sediado na cidade de Fortaleza-CE e iniciou suas atividades de microcrédito em 1998 com o Programa de Microcrédito Crediamigo, tornando-se, de tal modo, a primeira instituição bancária pública a atuar em operações de empréstimo direto ao cliente (Souza, 2011). Nessa trajetória, impõe-se evidenciar a atuação do Instituto Nordeste Cidadania (INEC),

[...] fundado em 1993, durante a Campanha Nacional de Combate à Fome, à Miséria e pela Vida, por iniciativa de funcionários do BNB. Dez anos após a sua fundação, em novembro de 2003, o INEC assinou o Termo de Parceria com o BNB, para operacionalização do Programa Crediamigo, após obter do Ministério da Justiça a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), o que possibilitou sua atuação no setor de microcrédito (*Ibidem*, p. 121/122).

A operacionalização do Programa Crediamigo, feita pelo Instituto Nordeste Cidadania (INEC), ocorreu em toda a área de atuação do BNB, de modo que o INEC “[...] ficou responsável pela execução da metodo-

logia do Programa Crediamigo, conforme plano de trabalho aprovado pelo BNB, zelando pela qualidade e eficiência das ações e serviços prestados, e pela gestão administrativa do seu quadro de pessoal” (Souza, 2010, p. 122). A característica principal do Programa consistiu na obtenção do crédito por meio do aval solidário como garantia, tornando-se a principal estratégia nas operações de microcrédito realizadas pelo BNB que, posteriormente, promoveu a “bancarização” dos participantes do Programa Crediamigo com a abertura de contas-corrente sem custos (Sampaio, 2016).

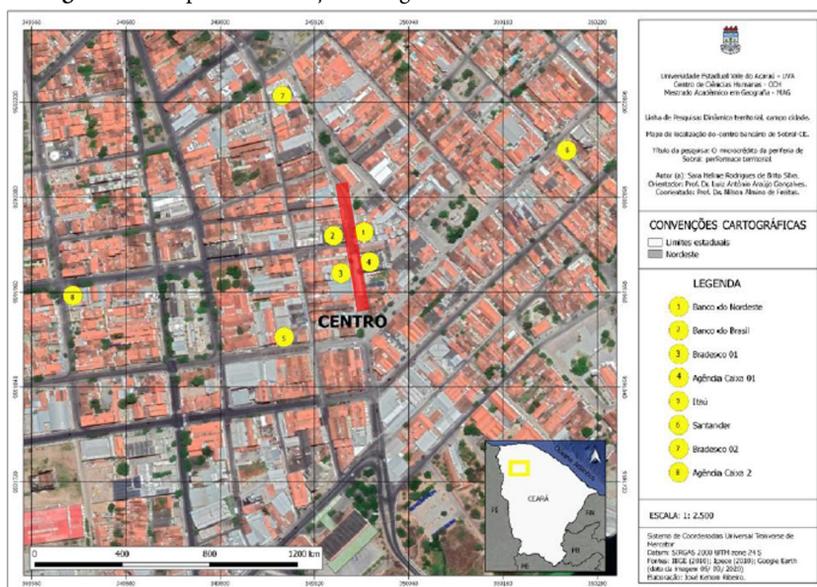
À extensão temporal, o Programa Crediamigo obteve um crescimento significativo do número de clientes e abrangência territorial. Nos anos 2000, tinha uma carteira de 57.943 clientes ativos, passando para 737.826 em 2010. Esse quantitativo alcançou a marca de 2.291.108 clientes ativos em 2020. A estrutura de atendimento nos estados já contava com 470 agências especializadas em microfinanças em 2020, sendo que a maior quantidade de agências nos estados de atuação do BNB encontrava-se no Ceará, com cento e trinta e duas (BNB, 2020).

As ações do BNB na promoção do desenvolvimento socioeconômico dos empreendedores ocorrem, assim, no atendimento aos segmentos da população com menor renda. Segundo o Relatório 2020 de Microfinanças do BNB, com relação ao perfil dos clientes do Programa Crediamigo, a maioria é de mulheres na faixa etária de 25 a 44 anos. Cerca de 40% dos tomadores de crédito têm renda de até R\$ 1.000,00. Quase 50% solicitam crédito até R\$ 2.000,00, em sua maioria, para o desenvolvimento da atividade de comércio (BNB, 2020).

No contexto da atuação dos bancos no Brasil, a territorialização deles na cidade de Sobral sucedeu historicamente na Rua Coronel José Sabóia, primeiramente, com a criação do Banco Popular de Sobral, no final dos anos de 1920, cujo prédio é ocupado atualmente pela Casa do Contribuinte. Conforme a figura, a seguir, verifica-se no mapa de localização das agências bancárias em Sobral a concentração das agências de Bradesco, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Caixa Econômica e Itaú, numa extensão de apenas três quadras.

Seguindo mais à frente, na mesma rua, encontramos as financeiras Sicredi e a InvestCred na esquina com a rua Dom José. Em outras ruas, ainda perto desse eixo de concentração da atividade bancária, estão as agências do Santander, na Travessa Xerez, e o posto de atendimento do Crediamigo, no Beco do Cotovelo. Outras agências estão distribuídas em pontos importantes da cidade, como a do Banco do Brasil, na rua Coronel Diogo Gomes, bem próximo ao Mercado Central; da Caixa Econômica Federal, situada no Centro de Convenções de Sobral; e o posto do Crediamigo, no bairro do Sinhá Sabóia. Conforme o levantamento de campo, identificaram-se as instituições que ofertam microcrédito, conforme a classificação organizada pelo Sistema Financeiro Nacional, sendo as principais Crediamigo, Santander, Movera, Avante e Finsol.

**Figura 28** - Mapa de localização das agências bancárias na cidade de Sobral-CE



O Coordenador do Posto Crediamigo do bairro Sinhá Saboia, Paulo Ferreira da Silva, explicou que a organização do trabalho para promover a divulgação e a disseminação do microcrédito do Programa Crediamigo do BNB segue algumas orientações:

- A organização do Crediamigo em Sobral é feita com subdivisões em coordenações, isto é, de Agentes, Áreas de atividade (de atuação), carteiras de clientes, de modo que a territorialização segue o critério de atendimento por bairro e por proximidade para maior comodidade do cliente. Os postos de atendimento, entretanto, não disponibilizam saques, apenas a realização da contratação do empréstimo;
- Tipo de produto/Serviço: o Crediamigo é um microcrédito produtivo orientado, ou seja, possui avaliação financeira (Fiado, Estoque, Produtividade). É orientado porque presta informações financeiras, como Educação Financeira e Controle de Estoque;
- O pagamento do empréstimo é realizado em até seis prestações, com a primeira para 45 dias com juros de 2,30% (Percentual praticado em 2019);
- A contribuição e compromisso com o território: participação na Semana do Microempreendedor Individual - MEI em parceria com a Prefeitura de Sobral que disponibiliza 15 expositores para a Feira de Arte e Negócios;
- Valor do microcrédito: de R\$ 10 a R\$ 20 mil (Valores praticados em 2019);
- Participação do desenvolvimento socioeconômico, incentivando o desenvolvimento local e também para diversificar os produtos e serviços oferecidos nos bairros.

A territorialização dos agentes de microcrédito nos bairros remete-nos à compreensão do conceito de território – outra dimensão, não necessariamente, da fronteira do Estado-Nação, mas do entendimento dos territórios, que são “[...] no fundo antes *relações sociais projetadas no espaço* que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades – voltar-se-á a isso mais adiante), podem [...] formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido” (Souza, 2000, p. 87).

Crê-se que o êxito do Programa Crediamigo decorre também da função que os agentes de microcrédito exercem nos territórios, atuando nos diversos bairros e cidades da região Nordeste, renovando a carteira de

clientes. Contel (2009, p. 130) já chamava atenção para o papel dos correspondentes bancários, por serem locais que realizam operações mais simples, pois “[...] é possível que os bancos treinem e contratem uma mão-de-obra menos especializada, realizadora de operações básicas, pouco complexas em termos operacionais (basicamente a manipulação de um terminal de computador para o atendimento aos clientes)”. Na entrevista realizada com um agente de microcrédito, observa-se o relato sobre como vão sendo treinados para avaliar a capacidade individual do empreendedor e somente depois realizar a liberação do crédito, mesmo ante a insistência que os bancos fazem para que suceda o empréstimo<sup>3</sup>:

Durante nosso treinamento já somos inseridos na carteira, então a gente vai vendo a maneira como o coordenador, ou como o agente de microcrédito urbano atua, e vai tirando lições daquilo, e vai aperfeiçoando conforme o tempo e conhecimento que você vai adquirindo com os clientes, depois você já vai tendo uma ideia de quem é quem, quem quer o dinheiro pra investir e quem quer pra outra coisa. Porque não é só emprestar dinheiro como muitos pensam. Isso é perigoso. Tem que ser para uma atividade (W.O., agente de microcrédito urbano, entrevista realizada em 2020).

Na visita ao posto/unidade de atendimento, os pesquisadores tiveram acesso a panfletos para divulgação e rotina de atendimento, ou seja, a fim de visualizar as ações realizadas pelos agentes de microcrédito urbano na operacionalização do crédito. Na oportunidade, viram grupos que participavam assinando contrato, outros negociando a revitalização de empréstimos. A visita ocorreu pelo fato de o agente ter sido citado por um número maior de contratantes com quem dialogamos a respeito do microcrédito nos bairros.

Neste segmento capitular, é dado compreender melhor a territorialização dos bancos na cidade, entretanto, vê-se a importância dos postos

---

3 Empréstimo é como, geralmente, o microempreendedor autônomo denomina a operação de microcrédito.

de atendimento para microcrédito na captura do público dos bairros periféricos. A seguir, serão explanados os desafios enfrentados pelos empreendedores autônomos contratantes do microcrédito e as ações que perfazem sua trajetória para viabilizar seu negócio.

## Os contratantes de microcrédito institucional em Sobral-CE

Santos (2004, p. 229) evidencia que o crédito tem uma função indispensável, tanto para os agentes que precisam iniciar ou manter uma atividade, quanto para os consumidores que, com apoio nele, têm acesso ao consumo. Dessa maneira, o autor assinala que a função do crédito é “[...] indispensável à sobrevivência das famílias e também dos negócios, ressalta a importância do *endividamento* em todos os níveis. Numa economia em que o dinheiro líquido é indispensável, mas raro, a *usura* torna-se uma prática frequente”.

É importante ressaltar que a percepção sobre a necessidade de empréstimos por parte da população é marcada pela escassez de recursos financeiros, seja para sobreviver, seja para dar início a um negócio ou mantê-lo. Essa condição de escassez, também, está relacionada, dentre outros fatores, a um histórico de dependência conservada por esses trabalhadores autônomos com emprestadores não bancários, que cobram juros extorsivos, ou seja, os agiotas<sup>4</sup>.

Em Sobral, essa circunstância de dependência entre os empreendedores autônomos e onzeneiros é intensa nos bairros periféricos. Observa-se, a partir de anotações no diário de campo e entrevistas, como a ocorrência da agiotagem é marcada pela atuação de grupos, como os “colombianos”<sup>5</sup>, que oferecem dinheiro fácil, direto, mas caro.

---

4 Segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda (2004), o agiota é aquele que pratica a agiotagem, ou seja, a transação financeira com obtenção de lucros exagerados, notadamente, em empréstimos a juros exorbitantes.

5 Os “colombianos” constituem um grupo de agiotas que atuam nos bairros periféricos, mas não necessariamente nasceram na Colômbia. Eles passam oferecendo dinheiro a juros, tendo cobradores que diariamente recolhem os juros. Por constituir um ato ilícito, segundo os moradores, esses cobradores são trocados constantemente.

Em nossa primeira visita a um bairro periférico, encontramos um vendedor de água de coco e de salgados, em sua bicicleta uma placa parecida com a marca da Caixa Econômica. Aquela imagem despertou minha atenção e eu me aproximei para perguntar sobre sua atividade e porque carregava aquela placa tão pesada. Ele me convidou para ir na sua casa. Lá contou sobre sua vida, mostrou os bens materiais existentes na casa, como fazia e vendia seus salgados. Posteriormente, quando perguntei se ele já tinha feito algum empréstimo para ajudar na realização da sua atividade, ele afirmou não precisar, pois ele mesmo era quem emprestava no bairro, e perguntou se eu tinha interesse. Disse: “o dinheiro não é meu, mas eu entrego e presto contas”. Depois detalhou como ocorria o pagamento realizando uma simulação com relação a uma quantia, os juros e a forma como deveria ocorrer o pagamento. Essa foi a primeira vez que tive contato com a agiotagem. Posteriormente, encontrei cobradores de empréstimos, realizando uma cobrança em um comércio (Diário de campo, em 01 jan. 2019).

Haja vista a atuação da agiotagem concomitante aos agentes de microcrédito, os contratantes expressam a opinião de que o valor do empréstimo dos bancos seria suscetível de ser ampliado, pois, conforme relatam, ajudaria a diminuir a procura pelo dinheiro dos agiotas, evitando outra dívida. Essa alternância na obtenção de dinheiro afeta, segundo eles, a renda do pequeno negócio, pois precisam abater o pagamento dos juros nos lucros, que já são mínimos.

Outra razão pela qual os agiotas são frequentemente requisitados decorre do fato de o morador estar com o nome “sujo”<sup>6</sup> junto aos bancos. Outros motivos, entretanto, foram relatados, como a burocratização do crédito bancário, o tempo de aprovação do empréstimo e as situações de limite financeiro. Desse modo, os autônomos recorrem ao pedido de empréstimo para mitigar um problema mais emergencial, perdurando

---

6 Nome “sujo” - da pessoa que está devendo o empréstimo em bancos e não conseguiu honrar o pagamento da dívida.

sua condição de endividamento. Tal fato é observável no relato do dono de um pequeno comércio de produtos alimentícios, hortaliças e frutas, no bairro Dr. José Euclides Ferreira Gomes (Terrenos Novos).

Eu fiz o Crediamigo durante dois anos para ajudar a montar o negócio, começar, sabe? Mas depois achei que não tinha futuro, porque o dinheiro era pouco, aí eu faço com os agiotas, os colombianos. É mais rápido e eles vêm pegar o juro aqui, todo dia (Entrevista com dono de um pequeno negócio no bairro Dr. José Euclides Ferreira Gomes em 27 jun. 2019).

Conforme a entrevista realizada, outro aspecto revelado na ocorrência do microcrédito, do ponto de vista operacional, é a distância entre o que o Banco propõe e o que de fato acontece, principalmente quanto aos requisitos da orientação do crédito. Em registros de campo, observou-se uma orientação mais focada no pagamento das parcelas do empréstimo e com menor interesse na condução do crédito.

Essa inclinação à realização do crédito (início) e pagamento das parcelas (fim) por parte do agente de microcrédito no território tem vigência por vários fatores. Primeiro, para que as metas sejam alcançadas mais rapidamente, ou seja, do número de empréstimos por carteira, e isso impossibilita um acompanhamento mais intensivo e comprometido com as medidas estabelecidas a respeito do microcrédito, meio da operação. Outro fator mencionado é a resistência dos contratantes em compreender a finalidade do microcrédito oferecido, sua visão de que já sabe negociar e que não precisam de intervenções/opiniões sobre seu negócio.

Sendo assim, o empreendedor que tem pressa para resolver suas necessidades de capital ante as possibilidades de oferta dos bancos inclina-se a realizar o empréstimo no banco onde o dinheiro for liberado mais rápido, conforme o depoimento: “Quando eu vou fazer eu olho onde sai mais rápido. A gente esperava e demorava 15 dias. Era só dizendo tá sendo liberado, agora eles perceberam e tão melhorando. Até no

Crediamigo mudou um pouco. O Santander libera mais rápido e mais dinheiro” (S., Entrevista em 17 de agosto de 2020).

Essa posição distanciada do propósito do microcrédito, preocupando-se mais com a circulação financeira, segundo os próprios agentes de microcrédito do Crediamigo, causa a descaracterização do funcionamento estruturante do Programa de microcrédito, que gravita ao redor do compromisso consigo, o outro e o território para a superação de situações que ocasionam pobreza. Os agentes atuantes no território, no entanto, acreditam realizar essa ação de contribuição socioeconômica para os bairros periféricos, ao relatarem “o poder do capital” liberado sobre a vida das pessoas nos bairros atendidos.

Ressalta-se, então, o comportamento dos agentes do Crediamigo e o caráter que o banco público assume, segundo o coordenador do posto de atendimento do bairro Sinhá Sabóia, junto à população de Sobral, quanto à responsabilidade de ofertar o crédito no valor que o contratante é capaz de pagar, assumindo a posição de um banco que se preocupa com as regras da avaliação do crédito, mas também com o resultado da operação para o cliente. A entrevista resultou na disposição de dados quantitativos referentes à carteira de clientes do Programa Crediamigo nos bairros Sumaré e Padre Palhano (Tabela).

**Tabela 1** - Número de contratantes de microcrédito nos bairros Sumaré e Padre Palhano – Sobral-CE (2019)

Bairro	Clientes	Masculino	Feminino	Carteira Ativa	Inadimplência	%	Média Carteira
Sumaré	528	129	399	881.102,39	31.064,64	1,71%	1.668,75
Padre Palhano	471	129	342	933.078,83	20.005,83	1,10%	1.981,06
Total	999	258	741	1.814.181,22	50.978,47	2,81%	

**Fonte:** Crediamigo / Agência Sinhá Sabóia em 24/06/2019.

De modo geral, é oportuno evidenciar o número de contratantes de microcrédito nos bairros Sumaré e Padre Palhano, formando uma carteira ativa que movimentou cerca de R\$ 1,8 milhão de reais em 2019, com baixo percentual de inadimplência. A tabela aponta uma realidade evidenciada durante as entrevistas, isto é, de que a maior procura pelo

microcrédito é de mulheres. Isso – decerto – está relacionado ao crescimento do número de mulheres chefes de família e que, portanto, pretendem gerar uma renda para o sustento familiar, como também se liga à própria motivação feminina em querer ter autonomia financeira e, ainda, à conjuntura socioeconômica fluente que absorve mais o trabalho feminino. Outra condição é a de ser mais cultural, visto que a mulher “assume com mais facilidade” sua escassez de capital para montar seu empreendimento, portanto, procura mais os bancos para resolver seus problemas socioeconômicos. Essa condição também é suscetível de ser de submissão, quando seu nome é utilizado para solicitar o empréstimo, porém o dinheiro é destinado ao cônjuge.

No concernente à atuação do Banco Santander, o gerente, justificando as inúmeras atribuições, não ofereceu dados mais explicativos, apenas relatou ter quinze agentes de crédito que atendem ao território de Sobral e realizam a análise financeira individual e do grupo para o aval solidário. Acrescentou que o Banco efetiva ações que contribuem para a educação financeira, com cursos de capacitação ofertados, com duração de até cinco dias e que, recentemente, tinha executado projetos como a Caravana do Empreendedor, nos Bairros de Sumaré, Dr. José Euclides Ferreira Gomes (Terrenos Novos) e Novo Caiçara. O “afrouxamento das regras” e prazo mais curto para liberação do recurso, segundo um entrevistado, aponta para a realização de uma economia reversa, ou seja, do maior endividamento do contratante.

Situações como a relatada concorrem para identificar a relação entre a pobreza e a falta de capital doméstico, o que justificaria a elaboração de estratégias para combater a exploração da população mais pobre com políticas públicas que deem oportunidade à entrada de capital para promover a atividade econômica. Essa é uma recomendação observada em diversos planos econômicos nacionais de governo, entretanto, ainda parece haver um descompasso relativamente à visão dos planos econômicos com base na concepção da pobreza que elaboram e a realidade relatada pelos contratantes de microcrédito.

Dessa maneira, o conceito de pobreza parece ser relativo quando comparamos duas realidades. Daí a relevância de estudos que identifiquem a dinâmica da pobreza e sua compreensão nas realidades locais, na temporalidade corrente (condições presentes-indivíduo na sociedade em que vive) daqueles que participam na economia moderna constituída por dois circuitos da economia urbana, conforme Santos (2004, p. 40) define, ou seja, um Circuito Superior formado pelos “[...] bancos, comércio e indústria de exportação, indústria urbana moderna, serviços modernos, atacadistas e transportadores”. Esse circuito está articulado a um Circuito Inferior, constituído “[...] por formas de fabricação não-‘capital intensivo’, pelos serviços não-modernos fornecidos ‘a varejo’ e pelo comércio não- moderno e de pequena dimensão” (*Ibidem*).

Desse modo, o acesso ao microcrédito institucional é um mecanismo financeiro de uma política pública que deve continuar atuando para a redução da pobreza, sobretudo, com a participação dos agentes do Circuito Inferior da economia urbana e que precisam de crédito para desenvolver suas atividades econômicas. A perspectiva do microcrédito, entretanto, se comporta como mecanismo de enfrentamento à pobreza, sem, contudo, apontar no horizonte o seu fim.

Conforme Santos (2006, p. 125) “Os lugares reproduzem o País e o Mundo segundo sua ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar”. As estatísticas continuam tendo relevância para a formulação dos planejamentos e políticas públicas, tanto para identificar o estágio da pobreza, quanto na formulação dos planos para combatê-la. Alguns aspectos particulares, contudo, devem ser mais bem observados, sobretudo, quando relacionamos a lógica da rotatividade do emprego formal e a participação dos trabalhadores autônomos que acessam o microcrédito. Parte desses trabalhadores consegue resguardar um pequeno capital e eles passam à autodenominação de **empreendedor**, atuando em pontos de comércio e prestação de serviços nos bairros onde residem sem maiores perspectivas. Em razão disso, recorrem também aos benefícios do Programa Bolsa-Família.

É por isso que Gonçalves (2019, p. 16) concede evidência para as feiras como dimensão desse espaço vivido por trabalhadores que se ocupam na pequena produção e comercialização da confecção popular, de modo autônomo. A feira é esse espaço de comércio por excelência, e sua territorialização tem curso pelo “[...] uso do espaço público urbano como condição de sobrevivência para grande parcela dos trabalhadores autônomos”.

Há um grande incentivo para o emprego da abordagem inovadora e o uso da criatividade, que se refere às maneiras como o autônomo adapta suas condições de trabalho para alcançar o consumidor: se em trânsito, utilizando o próprio corpo para transportar as mercadorias, a voz para chamar atenção do comprador, com a recorrência aos transportes para o deslocamento no bairro ou cidade, ou, ainda, pelas redes sociais, que transpõem fronteiras, mediante as narrativas que contam para convencer o cliente a respeito do produto e preço ofertados. Todas essas multitarefas, contudo, recaem sobre o empreendedor autônomo, que, com o fito de executá-las, necessita de uma jornada de trabalho mais extensa para manter-se.

Das possibilidades de acesso ao crédito acima relatadas, o valor e a quantidade de vezes variam conforme a atividade, porém a acessão é havida como limitada, pois exige do trabalhador maior esforço para alcançar de fato uma renda concedente da sua sobrevivência que seja capaz de contribuir no enfrentamento dos problemas sociais e, principalmente, aqueles relacionados ao combate à vulnerabilidade da pobreza.

Outro aspecto a ressaltar reside no esforço que o autônomo/empreendedor realiza para se manter em atividade, localizado nas diversas estratégias às quais recorre para conseguir algum recurso. Assim, vale-se da agiotagem, do capital familiar, do microcrédito, e, ainda, quando logra conciliar, do salário de um emprego formal. Essas opções dão continuidade ao negócio até que o empreendimento consiga “andar com as próprias pernas”. Enquanto isso não sucede, sobra ao empreendedor se espelhar nos exemplos de sucesso.

## Considerações finais

A financeirização e sua ação/força de encontrar os ativos e os recursos nos espaços aliam-se à conjuntura normativa nas distintas escalas para realizar seus propósitos de rentabilidade. Essa racionalidade econômica possibilitou a participação dos estratos pobres no consumo de produtos financeiros que, por sua vez, alcançaram os *loci* periféricos. Os trabalhadores autônomos passaram a ser contemplados com outra visão ante as condições de exclusão socioeconômica e as precárias condições de sobrevivência.

Assim, o alcance da atividade financeira sobre as populações pobres, antes excluídas dos serviços bancários no Brasil, ocorreu pelo acesso ao microcrédito institucional que mantém relação direta com o panorama das determinações da financeirização obsequentes à orientação da procura pela rentabilidade, capturando espaços e relações periféricas.

Ante o exposto, em Sobral, a conjuntura explanada possibilitou a ação do Poder Público Municipal em atos de estímulo socioeconômico por meio da atividade financeira de acesso ao microcrédito, disseminada no final dos anos de 1990 e início dos anos de 2000, com repercussão até hoje. Com efeito, essa ação teve medida imediata para atender às necessidades da formação das modalidades de trabalho e geração de renda, inserindo parte da população que morava na periferia dessa cidade.

Evidenciou-se, por oportuno, a trajetória de vida dos autônomos em sua demanda por viabilizar sua atividade de comércio (produtos alimentícios, higiene, perfumaria, vestuário) e de serviços (salões de beleza e oficinas), os quais são capturados pela oferta de microcrédito que articula o lugar à lógica globalizada do capital financeiro, reorganizando os territórios dos bairros com amparo nas finanças, legalizadas ou não.

As ações de desenvolvimento socioeconômico que fomentam os pequenos empreendimentos têm as microempresas inseridas no seu contexto, visualizando um desgaste dos negócios em seu sentido mais amplo, uma vez que o mecanismo, em si, não possui condições de concretizar a função crucial de combate à pobreza, haja vista a realidade

de sua essência estar assentada nos princípios de rentabilidade. O sucesso da operação é observado com apoio na adimplência, ou seja, do pagamento em dia, ao mesmo tempo em que, conforme os panfletos, é ofertado “amparo social”.

As análises até aqui procedidas provieram da dissertação de mestrado defendida em março 2021, que transitou por outras nuances em razão do contexto da pandemia de covid-19, a qual tornou essa realidade mais aguda, tanto pela inadimplência quanto pelo ciclo de empréstimos tomados como mecanismo de sobrevivência, o que prolongou o período de endividamento desses sujeitos. Esse mote, todavia, já merece outra perquirição de ordem acadêmica.

## Referências

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. **Estatuto Social**. Consolidado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 05/08/2024. Disponível em: [https://www.bnb.gov.br/web/guest/transparencia-e-prestacao-de-contas/estatuto-social?p\\_l\\_back\\_url=%2Fbusca%3Fq%3Destatuto%2Bsocial](https://www.bnb.gov.br/web/guest/transparencia-e-prestacao-de-contas/estatuto-social?p_l_back_url=%2Fbusca%3Fq%3Destatuto%2Bsocial). Acesso em: 21 dez 2024.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - BNB. **Relatório 2020**: Programa de Microfinanças do Banco do Nordeste. BNB: Fortaleza, 2020. Disponível em: <https://www.bnb.gov.br/documents/45775/375048/Relat%C3%B3rio+de+Microfinan%C3%A7as+-+2020.pdf/41f83603=895-f-fd6c667-f9-e4f505f456d?version=2.0&t=1659040263256>. Acesso em: 21 dez. 2024.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Capitalismo financeiro-rentista. **Estudos Avançados**, São Paulo/SP, v. 32, n. 92, p. 17-29, 2018.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

CHESNAIS, F. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. *In*: CHESNAIS, F. (Org.). **A finança mundializada**: raízes sociais e políticas, configurações e consequências. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakatani. São Paulo: Boitempo, 2005.

CONTEL, F. B. Espaço geográfico, sistema bancário e a hipercapilaridade do crédito no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador/BA, v. 22, n. 55, p. 119-134, jan./abr., 2009.

CORRÊA, R. L. Concentração bancária e os centros de gestão do território. **Rev. bras. Geogr.**, Rio de Janeiro/RJ, v. 51, n. 2, p. 17-32, abr./jun., 1989.

FREITAS, N. A. de. Narrativas sobre o espaço: o pesquisador, o narrador e a cidade. **Rev. Antíteses**, Londrina/PR, v. 5, n. 10, p. 833-853, jul./dez. 2012.

GONÇALVES, L. A. A. **A metamorfose da feira nordestina: a inserção da confecção popular**. São Paulo: Blucher/Edições UVA, 2019.

HOLANDA, A. B. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 7 ed., rev. e atual., 2004.

LOURENÇO, M. S. M. **Trabalho Pleno: construção do desenvolvimento local**. Sobral: Edições UVA, 2003.

MONIÉ, F.; HOLANDA, V. C. C. de. **Redes técnicas e redes sociais: problemáticas do desenvolvimento local integrado e sustentável**. Estudo de caso nº 3. Reestruturação produtiva, desconcentração industrial e desenvolvimento local: modernização, taylorização do território e políticas públicas inovadoras no município de Sobral, Ceará. Relatório final de pesquisa. LABTeC/ UFRJ – NEURB/ UVA, 2001.

MONTENEGRO, M. R. Da financeirização ao lugar: dos nexos hegemônicos às contra-racionalidades do cotidiano. **GEOgraphia**, Niterói/RJ, v. 19, n. 40, p. 92-106, maio/ago. 2017.

SAMPAIO, P. S. O microcrédito produtivo orientado no Brasil: um panorama da evolução do quadro regulatório, dos atores institucionais e de seu efeito na superação da pobreza. **Rev. de Direito Setorial e Regulatório**, Brasília/DF, v. 2, n. 2, p. 47-104, out., 2016.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed., 2 reimpr., São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006 (Coleção Milton Santos; 1).

SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Tradução de Myrna T. R. Viana. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004 (Coleção Milton Santos; 4).

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no século XXI**. 9 ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SILVA, F. C. A creditização do território e o circuito inferior da economia urbana na Região Metropolitana de Campinas. **Bol. Campineiro de Geogr.**, Campinas/SP, v. 5, n. 1, p. 95-118, 2015.

SILVEIRA, M. L. Banalidade das finanças e cidadania incompleta: lugar e cotidiano na globalização. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), v. 21, n. 2, p. 370-383, ago., 2017.

SOUZA, J. G. Microcrédito em Fortaleza: um instrumento de redução da pobreza? **Documentos do Etene**, n. 30. Fortaleza: BNB, 2011.

SOUZA, M. C. G. F. de. **O desenho do Programa Crediamigo do Banco do Nordeste: inclusão social e mercado**. Fortaleza: BNB, 2010.

SOUZA, M. J. L. de. Região, bairro e setor geográfico. In: SOUZA, M. J. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, E. O nativo relativo. **Mana**, Rio de Janeiro/RJ, v. 8, n. 1, p. 113-148, 2002.



## CAPÍTULO 7

# UM OLHAR GEOGRÁFICO DOS PROCESSOS DO PLANEJAMENTO URBANO DE SOBRAL-CE

Doi: 10.35260/54212175p.157-178.2025

*Wellington Galvão Alves*

*Maria do Carmo Alves*

### Introdução

O presente artigo visa refletir sobre os desafios da ciência geográfica no âmbito da compreensão e participação desta que é uma ciência indispensável ao planejamento. Desde a institucionalização da geografia no Brasil, na década de 1930, as exigências técnicas e conceituais dessa ciência se consolidam cada vez mais como relevante para estudar a sociedade e suas ações enquanto usos do território, em diferentes regiões do país em diferentes escalas (cidades de pequeno, médio e grande porte), tanto na construção de planos diretores e planos de governo, quanto na elaboração de programas e políticas públicas de âmbito nacional.

Diante do exposto, o objetivo dessa análise é entender a importância do planejamento e dos planos como instrumento da política urbana, sobretudo, para o estudo da geografia urbana, justamente por se tratar da perspectiva de futuro a partir dos sistemas de objetos e ações do presente.

Os processos de urbanização trazem ao debate reflexões dos aspectos estruturais (político, social, cultural e econômico), que traz impregnada em seu cerne as heranças que, ao longo do tempo, foram materializadas na sua configuração espacial e escancaram as desigualdades socioespa-

ciais presentes nas paisagens, resultados de relações complexas dos usos do território. Dessa maneira, as cidades foram adquirindo um maior contingente populacional, acarretando consequências inerentes à problemática que aí se criava como demandas de toda ordem e um crescimento progressivo das desigualdades socioespaciais e de oportunidades, sobretudo, no acesso à cidade.

Nesse momento, surge também toda uma reação com a mobilização dos movimentos sociais na busca pela conquista de seus direitos, como por moradia, mobilidade e, conseqüentemente, trazendo ao debate a necessidade de um planejamento urbano que possa amenizar alguns problemas iminentes desse processo que já era uma realidade, tendo como prioridade uma melhor qualidade de vida para seus habitantes.

O Plano Diretor surge<sup>1</sup> então, como uma importante ferramenta urbanística e como instrumento da política de desenvolvimento urbano no âmbito municipal, sendo estabelecido a partir da Constituição Federal de 1988 (como fruto das lutas populares), com a inclusão dos artigos 182 e 183, referentes ao Capítulo II, Da política urbana, e regulamentado pelo Estatuto da Cidade, com a Lei Nº 10.257 de 10 de julho de 2001, sendo obrigatório para todos os municípios com população acima de 20 mil habitantes (com a Constituição Federal de 1988) e também para aqueles que fazem parte de regiões metropolitanas, em áreas de interesse turístico e de influência de empreendimentos ou atividades com impacto regional e nacional (a partir do Estatuto da Cidade).

Nesse contexto, o presente artigo busca refletir sobre a importância da geografia para o planejamento urbano, buscando esse entendimento a partir dos períodos que vão desde o início do século XX até a criação do Estatuto da Cidade, no ano de 2001.

Trazendo como empiria a cidade de Sobral e seus planos diretores, direcionando para a compreensão de como o conhecimento geográfico esteve presente em cada elaboração ou revisão a partir da segunda

---

1 Villaça (2005, p. 10). “A idéia de Plano Diretor existe no Brasil, pelo menos desde 1930. Nesse ano foi publicado, em francês, o conhecido Plano Agache, elaborado por esse urbanista francês para a cidade do Rio de Janeiro”.

metade do século XX (Plano Diretor de 1967, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2000 e o Plano Diretor Participativo de 2008), procurou-se analisar cada período com os entendimentos teóricos da geografia e do planejamento urbano.

## O processo de planejamento urbano no Brasil

Ao fazer-se uma reflexão geográfica sobre o processo de planejamento urbano no Brasil, pode-se considerar quatro períodos distintos: os três períodos propostos por Villaça (1999), sendo o primeiro iniciado ainda no século XIX até o início da terceira década do século XX (1875 - 1930); o segundo período de 1930 a 1992; e o terceiro de 1992 até 2000. No entanto, optou-se também por pontuar um quarto período, que tem como marco inicial a aprovação do Estatuto da Cidade, no ano de 2001. Segundo Villaça (1999, p. 182).

O primeiro período é marcado pelos planos de melhoramentos e embelezamento ainda herdeiros da forma urbana monumental que exaltava a burguesia e que destruiu a forma urbana medieval (e colonial, no caso do Brasil). É o urbanismo de Versalhes, de Washington, de Haussmann e de Pereira Passos. O segundo, que se inicia na década de 1930, é marcado pela ideologia do planejamento enquanto técnica de base científica, indispensável para a solução dos chamados “problemas urbanos”. Finalmente o último, que mal está começando, é o período marcado pela reação ao segundo (Villaça, 1999, p. 182).

A partir de um paralelo das práticas de planejamento urbano, na cidade de Sobral, a pesquisa busca investigar se o planejamento municipal seguiu as tendências e as diretrizes nacionais no que se refere ao planejamento em seus diferentes períodos, considerando a diferença das escalas, o porte das cidades, fazendo uma análise crítica à lei e às práticas consideradas como um instrumento para a manutenção de ações seletivas historicamente produzidas no território.

### ***Primeiro período (1875 – 1930)***

O primeiro período do planejamento urbano ficou conhecido pelos planos de melhoramento e embelezamento, ainda no século XIX. Esse período foi marcado pela ação efetiva e direta do Estado em obras de aformoseamento urbano e com forte influência europeia. Como exemplo, citam-se os planos de Barcelona e Paris (também conhecidos, respectivamente, como Plano Cerdá e Plano Haussmann, considerando seus idealizadores), período que ficou marcado pelos projetos de embelezamento monumental, como também pelo higienismo, com forte atuação do médico sanitarista como profissional responsável também pelo planejamento que justificasse as intervenções urbanísticas, visando propiciar à cidade um ambiente urbano saudável.

No Brasil, o marco inicial de planos de melhoramento é 1875, quando foi produzido o primeiro documento (plano geral) a partir de um primeiro relatório apresentado pela Comissão de Melhoramento da cidade do Rio de Janeiro. Esse plano representou a proposta de:

[...] organizar um *plano geral* [grifo nosso] para o alargamento e retificação de várias ruas desta capital e para a abertura de novas praças e ruas com o fim de melhorar suas condições higiênicas e facilitar a circulação entre seus diversos pontos, dando ao mesmo tempo mais beleza e harmonia às construções (Reis, 1977, p. 15-17 apud Villaça, 1999, p. 194).

Segundo Villaça (1999), esse plano passou a ser conhecido como “as propostas de Pereira Passos”, que foi posto em prática quando da sua nomeação, pelo então presidente Rodrigues Alves, como prefeito do Rio de Janeiro, em 3 de janeiro de 1903, e que durou até o final da sua gestão como prefeito da cidade, no ano de 1906. O plano teve forte influência francesa, inspirando-se nas reformas da cidade de Paris no século XIX, visando o saneamento, a abertura de novas avenidas e a construção de praças e monumentos, com o objetivo de acrescentar à cidade do Rio de Janeiro as características de uma cidade moderna.

Aquela reforma acabou por expulsar os pobres das áreas centrais da cidade para as áreas mais periféricas, gerando uma segregação socioespacial, semelhante ao que ocorreu na França, como esclarece Santos (2006, p. 56): “[...] as áreas beneficiadas com as obras passariam a receber usos de solo mais nobres, enquanto a população de menor renda era deslocada dali”.

O planejamento urbano nesse período unia a política de embelezamento com a saúde coletiva e higienista, como justificativa para as intervenções urbanísticas de demolição de edificações desordenadas ou mesmo em condições insalubres que poderiam contribuir para a proliferação de doenças. É importante pontuar que essas intervenções, à medida que garantiam condições higiênicas mais favoráveis, elevavam também o preço da terra, ou seja, essas “cirurgias urbanas” tanto criavam uma nova fisionomia urbana, pensada por uma elite econômica, quanto acentuavam a seletividade socioespacial, devido aos custos fundiários.

Trazendo a ideia dos planos de embelezamento e intervenções sanitárias para entender a realidade de Sobral, na segunda metade do século XIX, pode-se observar que não se tem na cidade um plano de intervenção urbanística, embora isso não signifique que não houve intervenções de embelezamento e de ações sanitárias na cidade nesse período.

Segundo Rocha (2017), com a elevação à categoria de cidade no ano de 1841, seguido do aumento populacional, na segunda metade do século, surge a necessidade tanto de ordenamento quanto de aformoseamento urbano. O autor levanta alguns tópicos, baseado nas Atas da Câmara Municipal, sobre o tratamento que foi dado ao embelezamento da cidade nesse período, apontando como sendo os seguintes: “embelezamento das praças; teatro como indicador de modernidade e a demolição de casebres e edifícios ruinosos evitando uma ‘*vista desairoza*’ [grifo nosso] (Rocha, 2017, p. 161).

Não é intenção fazer nesse momento um detalhamento dessas praças, ou mesmo a espacialização e o mapeamento dessas intervenções. O que se tenta constatar nesse momento é se a cidade de Sobral acompanhou a tendência de planejamento desse período, o que se pôde cons-

tatar a partir de pontuadas intervenções na área central, com embelezamento de praças e construções no estilo europeu, como dos casarões, o teatro São João e igrejas, formando um conjunto de papel monumental.

Nas intervenções de cunho sanitarista na cidade de Sobral, em meados do século XIX, observa-se uma preocupação com as epidemias, noticiadas da Europa como de cidades brasileiras, e nota-se nesse período uma significativa importância dada à questão da limpeza urbana e higiene pública na prevenção das doenças, a partir das posturas e das Atas da Câmara Municipal, como os artigos 85 e 86 da resolução nº 327 de 19 de agosto de 1844:

Artigo 85: Todos os moradores da cidade, ou senhorios, ou inquilinos são obrigados no fim de cada mez à apresentar varridas, e limpas as calçadas de suas casas, e suas correspondentes até meios dellas, bem como os oitões, e fundos dos quintais, por onde haja trânsito público. Os contraventores pagarão por cada vez a multa de mil réis, ou soffrerão dois dias de prisão.

Artigo 86: Fica prohibido lançarem-se nas ruas, praças, beccos, e edificios públicos, e particulares immundicies de qualquer natureza. Os contraventores, além de obrigação de fazer retirar tais objetos soffrerão a multa de mil réis por cada vez (Ceará, 1844 apud Oliveira; Barbosa, 2009, p. 399-400).

Além dos artigos acima citados, outras leis de posturas foram aprovadas voltadas para a salubridade urbana, por exemplo, na especificação das demarcações dos locais das esterqueiras e dos depósitos de lixo (municipal), a proibição da permanência das salgadeiras no interior da cidade (Lei nº 357, de 03 de setembro de 1845), como medida de prevenção da cólera, além de outros remanejamentos de atividades insalubres.

No geral, percebe-se que a cidade de Sobral foi influenciada, e acabou vivenciando à sua maneira, um processo de embelezamento urbano mesmo sem um plano, e assim foram também as intervenções sanitaristas no núcleo urbano. O que se percebe com os planos de embeleza-

mento e melhoramento é que na verdade eles foram pensados para áreas específicas da cidade, geralmente onde residia a classe mais abastada ou incorporando áreas de interesse da classe dirigente.

### ***Segundo período (1930 - 1992)***

Villaça (1999) divide esse segundo período em três fases distintas: a primeira é conhecida como planos de conjunto (1930 - 1965); a segunda fase é a do planejamento integrado e superplanos (1965 - 1971); e a terceira fase é a dos planos sem mapa (1971 - 1992). Assim, torna-se importante entender o essencial desse período, procurando contextualizar as ideias principais dessas fases à realidade de Sobral, procurando refletir se houve possíveis influências para as práticas de planejamento urbano municipal.

Os planos de conjunto, que têm início no Brasil na década 1930, surgem com o objetivo de substituir os antigos planos de embelezamento e melhoramento, que eram pensados e executados com intervenções pontuais no espaço urbano. No discurso dessa nova fase, os planos deveriam abranger toda a cidade, e o foco não seria tão somente o embelezamento, mas sim a modernização e a funcionalidade das infraestruturas, principalmente de saneamento e transportes, que caracterizaram os planos para as duas maiores cidades do Brasil, respectivamente, Rio de Janeiro (Plano Agache) e São Paulo (Plano de Avenidas de Prestes Maia). Mas é importante dizer que o suposto discurso “inovador”, trazido pela classe dominante, de abordar a cidade inteira:

Mantém-se, entretanto, o interesse pelas oportunidades imobiliárias que as remodelações urbanas oferecem, e nesse sentido o centro da cidade ainda é o grande foco de atenção dos planos (Villaça, 1999, p. 207).

É a partir dessa fase que começam a surgir os discursos sobre os chamados problemas urbanos, que irão prevalecer nos discursos sobre planejamento urbano durante a segunda metade do século XX. Segun-

do Villaça (1999, p. 206), nessa fase “[...] já se insinua o ‘caos urbano’, o ‘crescimento descontrolado’ e a necessidade do ‘planejamento’”.

A partir da década de 1940, a exemplo das duas maiores cidades, outras capitais passaram pelo processo de produção de seus planos, conforme explica Villaça (1999), citando as cidades de Salvador, com o seu Plano Urbanístico, do engenheiro Mário Leal Ferreira, aprovado em 1942, e Porto Alegre, com o Plano de Urbanização, do engenheiro Arnaldo Gladosch, aprovado em 1943. No entanto, pode ser incluída também como exemplo dessa fase a cidade de Fortaleza, com o Plano de Remodelação e Extensão, de Saboya Ribeiro, de 1947.

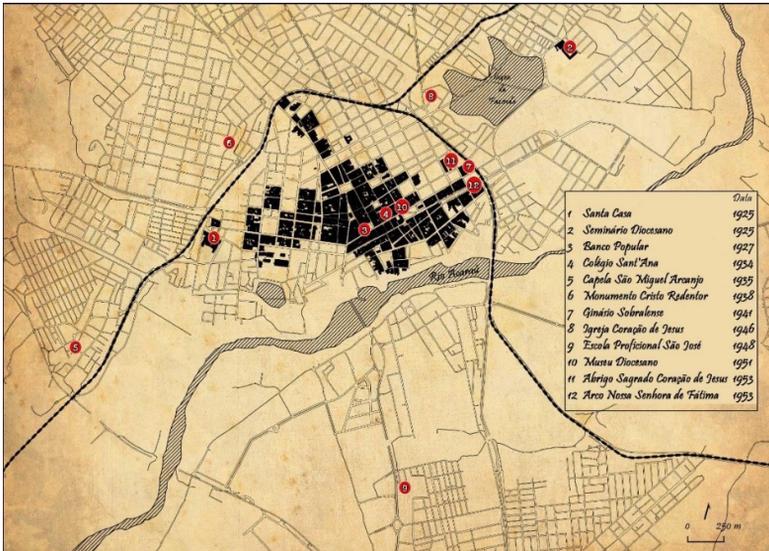
Uma semelhança entre essas cidades é que a sua população, no ano de 1940, ou já tinha passado de 200 mil habitantes ou estava bem perto desse número, como é o caso da cidade de Fortaleza, que registrava pouco mais de 180 mil habitantes, segundo o censo do IBGE. Quando analisado, a partir dos dados populacionais, que a cidade de Sobral na referida data, tinha pouco mais de 13 mil habitantes (conforme a Tabela 1), entende-se que talvez a cidade ainda não dispunha das condições necessárias para um plano urbanístico ou mesmo de plano de expansão urbana, embora isso não queira dizer que não houvesse intervenções urbanas com características de indução de eixos de expansão. Um exemplo disso são os objetos técnicos construídos entre os anos de 1925 e 1953 (pela Diocese de Sobral), para além do intra-trilhos e o Rio Acaraú (perímetro urbano de fato naquele período), que mais tarde se consolidaria como novos bairros da cidade (segunda metade do século XX), conforme observado no mapa abaixo.

**Tabela 1** - População das cidades no ano de 1940

Cidade	População 1940
Rio de Janeiro	1.764,141
São Paulo	1.326,261
Salvador	290.443
Porto Alegre	272.232
Fortaleza	180.185
Sobral	13.625

**Fonte:** IBGE, Censos 1872 / 2010.

Mapa 1 - Mancha urbana de Sobral na primeira metade do século XX



Fonte: Alves, W. G. (2018).

A segunda fase, conhecida como a dos Planejamentos Integrados e Superplanos, tem início no ano de 1965 e vai até 1971. Segundo Villaça (1999), o marco inicial da fase tecnocrática é a entrega do Plano do Rio de Janeiro, “elaborado por Doxiadis”, justamente no ano de 1965.

Essa nova fase também se caracteriza como a passagem dos planos que eram executados (reconhecidos como plano de obras) para um novo paradigma, conhecido como o “planejamento-discurso”, conforme identifica Villaça (1999). Isso, de certa maneira, era resultado do descolamento das propostas desses novos planos tecnocráticos dos problemas reais da população mais pobre, como também pelo desconhecimento das condições operacionais e administrativas municipais, uma vez que eram elaborados por técnicos de escritórios privados de empresas de consultoria, sem nenhum vínculo com a administração pública. Essa vai ser a representação e a cara dos chamados Superplanos, caracterizados pelo distanciamento crescente entre, de um lado, os planos e suas propostas e, do outro, as possibilidades de suas implementações por parte da administração pública.

Diferentemente dos anteriores planos de execução de obras, entendidos como sendo objetivos e práticos quanto a sua realização pelo poder executivo, os Superplanos, segundo Villaça (1999, p. 213) “[...] passaram a apresentar enorme quantidade de ‘recomendações’ sobre todos os aspectos da cidade. Essa fase corresponde aos primeiros anos da ditadura militar no país, que entendia o planejamento como instrumento fundamental para a modernização da atuação do Estado brasileiro, e assim foram criadas secretarias de planejamento e fundações públicas, como suporte para a ação planejada do governo” (Ferreira, 2007).

Essa fase do planejamento urbano foi inclusive da atuação das empresas de consultoria na elaboração dos planos diretores, e a criação e atuação do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), no ano de 1964, juntamente com o Banco Nacional de Habitação (BNH), como parte do processo de institucionalização do planejamento urbano no Brasil. O órgão foi criado pelo Governo Militar em meio ao crescimento acelerado da população urbana brasileira e os problemas urbanos nas cidades, servindo também para atender às reivindicações dos profissionais de urbanismo, principalmente os arquitetos urbanistas, pela institucionalização do planejamento, e da atuação desses profissionais nas equipes multidisciplinares.

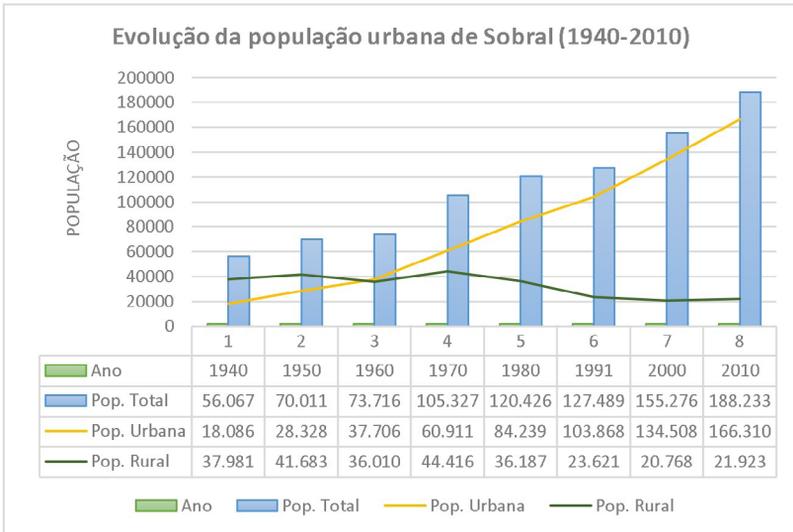
Durante essa fase, no processo de planejamento urbano, Sobral teve a elaboração do seu primeiro plano diretor no ano de 1967, na gestão do então prefeito Jerônimo de Medeiros Prado. Assim como os planos típicos dessa fase, foi elaborado por uma equipe técnica externa, composta por uma geógrafa, uma médica, uma assistente social, uma filósofa, um agrônomo, um engenheiro químico, um arquiteto, um engenheiro sanitário e um engenheiro civil. Corresponde justamente com o período em que a cidade de Sobral se expandia para além do seu núcleo urbano oficial, delimitado entre a linha férrea e o Rio Acaraú (o que hoje é oficialmente o bairro Centro).

Essa expansão da cidade, nesse período, não foge à regra da conjuntura dos países subdesenvolvidos e de muitas cidades brasileiras, com aumento acelerado do processo de urbanização e conseqüentemente

dos problemas de infraestrutura, de assistência, de planejamento e da capacidade técnica e financeira de muitos municípios em atender prontamente a demanda crescente de carência de toda ordem.

Nesse período, a população urbana de Sobral teve um aumento significativo a partir da década de 1960 em comparação à população rural, que até a década de 1950 representava 59,54% da população do município (tabela 3). Em meados do século XX, Sobral permanece como uma das mais importantes cidades do interior do Estado do Ceará, com uma economia que se firmou por meio da pecuária e do algodão (respectivamente, séculos XVIII e XIX), mas tendo a segunda um maior papel dinamizador da economia e do comércio local. Essa atividade impulsionou o desenvolvimento dos sistemas de engenharia, primeiramente com implantação da via férrea (1882)<sup>2</sup> e posteriormente pela construção da fábrica de tecidos Ernesto Deocleciano (1895).

**Tabela 3 -** Evolução da população urbana de Sobral (1940-2010)



**Fonte:** IBGE, Censos 1940 / 2010.

Já a partir da década de 70, os planos passam por um processo de simplificação, quanto a sua elaboração. É o que Villaça (1999) identifica

<sup>2</sup> Corresponde à inauguração do trecho entre Sobral – Camocim.

como sendo a terceira fase do segundo período do planejamento urbano no Brasil, conhecida como a fase dos Planos sem Mapa (1971 - 1992).

Nos anos de 1970, os planos passam da complexidade, do rebuscamento técnico e da sofisticação intelectual para o plano singelo, simples – na verdade, simplório – feito pelos próprios técnicos municipais, quase sem mapas, sem diagnósticos técnicos ou com diagnósticos reduzidos se confrontados com os de dez anos antes. Seus dispositivos são um conjunto de generalidades. Novamente, o plano inconseqüente (Villaça, 1999, p. 221).

Essa nova fase, com a tendência de simplificação dos planos, seria uma evidência do fracasso dos planos locais integrados, inseridos nos padrões tecnocráticos exigidos pelo SERFHAU e da obrigatoriedade do plano para o recebimento do financiamento do BNH? Em parte, pode-se dizer que sim, primeiramente, porque, como a maioria das prefeituras não dispunha de um corpo técnico capacitado para elaboração dos estudos, essa parte ficava por conta de empresas privadas, somado ao fato de que esses planos muitas vezes não atendiam às necessidades reais da população e/ou dos interesses da administração pública, e eram simplesmente engavetados. Mas isso não significa que tenha ocorrido uma mudança de forma abrupta, ou mesmo homogênea em todo o país, inclusive com a continuidade da elaboração de planos diretores por empresas privadas, embora possa ter sido esse um critério preponderante para o fracasso dos planos daquele período. Maria Adélia de Souza afirma que “[...] uma das razões pelas quais o SERFHAU não atingiu seus objetivos, ocorreu em virtude de as empresas privadas elaborarem seus Planos procurando atender determinados interesses particulares” (Vizioli, 1998, p. 51).

Segundo Villaça (1999), a fase dos “planos sem mapa” corresponde à continuidade da ideologia da classe dominante em criar uma impressão de aperfeiçoamento na concepção das práticas de planejamento, porém o que fica claro é que o planejamento urbano passa a ser simplesmente

um discurso ideológico, “Descolando-se da realidade e adquirindo autonomia, as ideias contidas nos planos passam a ser portadoras da ideologia dominante sobre os problemas que atingem as maiorias urbanas” (Villaça, 1999, p. 222).

A partir da década de 1970, foi se fortalecendo no Brasil a consciência popular urbana, fruto dos movimentos sociais urbanos, cuja Igreja católica, segundo Maricato (2001), teve um papel importante nesse processo de despertar as camadas populares, pela Teologia da Libertação, por reforma urbana e, conseqüentemente, gestando uma nova etapa de possibilidades com a chegada dos anos 80 e as mobilizações crescentes para a elaboração da nova Constituição do país.

Os movimentos populares ganham força nesse momento na luta pela reforma urbana, trazendo como pauta as propostas das camadas mais pobres, contra os já conhecidos problemas urbanos. Segundo Maricato (2001, p. 100), “A maior conquista social resultante das mobilizações que marcaram os anos 80, que se refere à política urbana, foi a inserção dos artigos 182 e 183 na Constituição Federal de 1988”. Porém, a regulamentação desses dois artigos (que tratam da política urbana) só foi possível mais de uma década depois, com a promulgação do Estatuto da Cidade, pela Lei Federal nº 10.237/2001. E é justamente esse intervalo, entre a aprovação da Constituição de 88 e o Estatuto da Cidade em 2001, que Villaça (1999) vai identificar como sendo o terceiro período do planejamento urbano no Brasil.

### ***Terceiro período (1992 - final do século XX)***

Segundo Villaça (1999), a década de 1990 marca o início do processo de politização da discussão do planejamento urbano no Brasil, como resultado da conscientização e organização dos movimentos populares. Para o autor, os problemas que devem ser tratados nos planos diretores são de cunho político e não técnico, pois para ele “O plano diretor não é uma peça puramente científica e técnica, mas uma peça política” (*ibidem*, p. 237).

É importante que se diga que durante os anos 1990, após a redemocratização do país, com a promulgação da “Constituição Cidadã” e a inclusão dos dois artigos referentes à Política Urbana, houve um pequeno avanço, como afirma Villaça (1999), na possibilidade de o plano diretor ser o instrumento que define se a propriedade urbana está ou não cumprindo sua função social. Porém, os instrumentos com essa finalidade (Parcelamento ou edificação compulsórios, IPTU progressivo no tempo e Desapropriação com pagamento em títulos), trazidos nos artigos da Constituição, foram condicionados à necessidade de uma lei Federal para a regulamentação do plano diretor.

O Projeto de Lei nº 5.788, de autoria do Senador Pompeu de Souza, conhecido como Estatuto da Cidade, foi uma tentativa de agilizar essa demanda por política urbana, mas devido à morosidade e outras tantas dificuldades, só foi aprovada no ano de 2001, conforme já mencionado. Foi durante esse terceiro período que a cidade de Sobral passou pelos estudos e pela elaboração do seu Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, aprovado em janeiro de 2000.

Depois de três décadas, desde o primeiro Plano Diretor de 1967, é que Sobral vai ter novamente um estudo para elaboração do seu segundo plano diretor, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU, de 2000, promulgado no último ano do primeiro mandato do então prefeito Cid Ferreira Gomes, limitado ao planejamento e ações para a área urbana do município. Os estudos para elaboração da proposta PDDU ocorreram ainda no final dos anos 1990, tendo sua aprovação na Câmara Municipal no dia 25 de janeiro de 2000 e promulgado pela Lei Complementar nº 005 de 01 de fevereiro de 2000, no último ano do primeiro mandato do então prefeito Cid Ferreira Gomes. Foi elaborado pelo consórcio Fausto Nilo / Espaço Plano, sob coordenação geral do arquiteto Fausto Nilo.

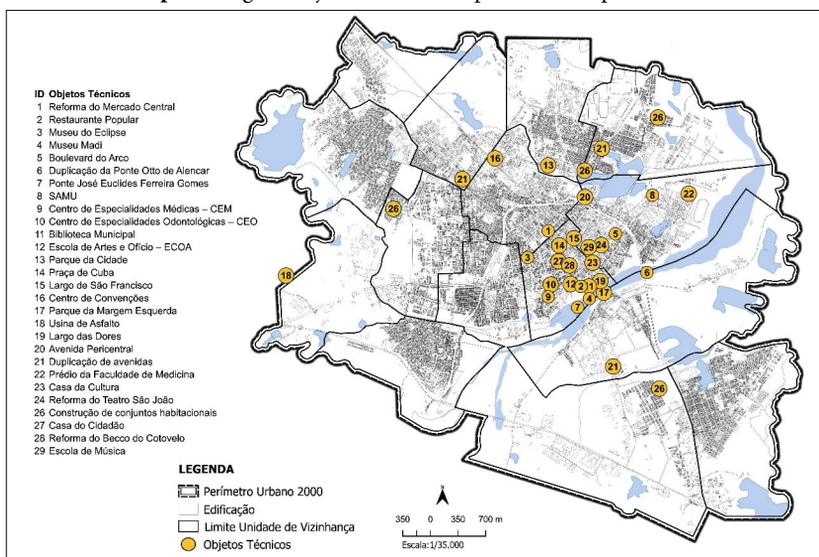
Pode-se dizer que o objetivo do Plano foi a estruturação Urbana que propôs e efetivou para a cidade um conjunto de intervenções de caráter “físico-urbanísticas”, com investimentos nos sistemas de engenharia, de modo a dotá-la de novos fixos, dando forma a um novo conjunto de ob-

jetos técnicos, que possibilite a renovação dos sistemas de ações, a partir de novos usos do território. Alves (2011, p. 182) esclarece que “Foi com o PDDU que Sobral mais viu seu território ser refuncionalizado. Entendê-lo é um passo para perceber como Sobral se encontra no presente”.

Durante o período de vigência do PDDU (de 2000 a 2008), correspondendo ao final do primeiro mandato do prefeito Cid Ferreira Gomes até o último ano do primeiro mandato do prefeito Leônidas Cristino, quando o plano foi revisado, observa-se uma importância do Plano de 2000 para a implementação de um novo sistema de objetos e ações e para o planejamento urbano da cidade de Sobral.

Dentre alguns objetos técnicos que representam o processo de dinamização do território sobralense, construídos e requalificados durante os oito anos de vigência do PDDU, pode-se citar: 1. Reforma do Mercado Central, 2. Restaurante Popular, 3. Museu do Eclipse, 4. Museu Madi, 5. Boulevard do Arco, 6. Duplicação da Ponte Otto de Alencar, 7. Construção da Ponte José Euclides Ferreira Gomes, 8. SAMU, 9. Centro de Especialidades Médicas – CEM, 10. Centro de Especialidades Odontológicas – CEO, 11. Biblioteca Municipal, 12. Escola de Artes e Ofício – ECOA, 13. Parque da Cidade, 14. Praça de Cuba, 15. Largo de São Francisco, 16. Centro de Convenções, 17. Parque da Margem Esquerda, 18. Usina de Asfalto, 19. Largo das Dores, 20. Avenida Pericentral, 21. Duplicação de avenidas, 22. Prédio da Faculdade de Medicina, 23. Casa da Cultura, 24. Reforma do Teatro São João, 25. Construção de escolas e postos de saúde, 26. Construção de conjuntos habitacionais, 27. Casa do Cidadão, 28. Reforma do Beco do Cotovelo, 29. Escola de Música etc. (ver mapa a seguir).

Mapa 2 - Alguns objetos técnicos implementados pós PDDU



Fontes: Alves 2011 / PMS 2022. Elaboração: Wellington Galvão Alves (2022).

Observa-se como a área central da cidade foi o principal foco das intervenções de embelezamento e de investimentos públicos em infraestrutura urbana. Fica claro que o PDDU serviu de referência e sustentação para o plano estratégico de tornar a cidade mais atraente e competitiva, a partir da modernização dos sistemas técnicos, melhorando a fluidez do território, a criação de novas centralidades e zonas de renovação urbana (principalmente nas áreas centrais). No entanto, não conseguiu, mesmo com a descentralização de equipamentos públicos e obras de infraestrutura, solucionar os problemas de desigualdade socioespacial da periferia urbana.

### ***Quarto período (criação do Estatuto da Cidade - 2001)***

A partir da criação do Estatuto da Cidade, é fortalecido o papel dos municípios como principais responsáveis pela política de desenvolvimento urbano no país (Batista Filho; Gasperoto, 2004), quando o plano diretor passa por uma ressignificação, no âmbito do planejamento urbano no Brasil, à medida que passa a ser regulamentado como “[...] o ins-

trumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana” (Brasil, 2001, p. 13).

Os instrumentos previstos na Constituição Federal de 1988, com o objetivo de se fazer cumprir a função social da propriedade urbana, foram ampliados e regulamentados pelo Estatuto da Cidade e submetidos à lei específica do plano diretor. Ou seja, o plano diretor passa a ser legalmente o principal instrumento de lei, responsável por agregar, especificar e direcionar territorialmente os instrumentos da Política Urbana, previstos no Estatuto, que melhor atendam às necessidades e interesses do planejamento municipal.

O território de abrangência do plano diretor é ampliado com o Estatuto da Cidade em comparação com a Constituição Federal. O Estatuto da Cidade, no parágrafo 2º do artigo 40, diz que: “O plano diretor deverá englobar o território do Município como um todo”. Nesse sentido, ampliando a abrangência do plano diretor para todo território municipal, mas também incluindo outros critérios obrigatórios, como por exemplo, “[...] aos municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, às áreas de especial interesse turístico e às áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional” (Carvalho, 2001, p. 131).

Após a aprovação do Estatuto da Cidade, os planos diretores passaram a dar ênfase ao termo participativo, ficaram conhecidos como os Planos Diretores Participativos (PDP), reafirmando o interesse no processo participativo e apostando que dessa maneira a população mais pobre pudesse redefinir prioridades no planejamento dos municípios.

A cidade de Sobral aprovou, no ano de 2008, o seu Plano Diretor Participativo - PDP como sendo a revisão do PDDU de 2000. Esse plano foi elaborado pela própria equipe técnica da Prefeitura Municipal de Sobral e teve realmente no processo participativo o seu ponto forte.

A obrigatoriedade do processo participativo trazida pelo Estatuto da Cidade para a elaboração dos planos diretores pode não ser a solução

dos problemas urbanos, assim como os planos diretores até agora não foram, mas pode-se considerar como um avanço, como um primeiro passo, pois a desigualdade socioespacial é resultado de um sistema desigual e de políticas elitistas, que sempre calaram a voz do povo ou mesmo o fizeram crer na ideologia dominante daqueles que sabem quais são os problemas da população, enquanto o *status quo* permanece inalterado.

Os estudos para a revisão do PDDU de 2000 foram iniciados já em 2005, ainda no primeiro ano da gestão do prefeito Leônidas Cristino, mas aprovado na Câmara Municipal somente no final daquele mandato, pela Lei Complementar nº 028 de 15 de dezembro de 2008. Contudo, antes de abordar o PDP propriamente dito, torna-se necessário fazer alguns apontamentos das mudanças ocorridas na Lei do PDDU, mais especificamente na de organização territorial<sup>3</sup>, logo após a aprovação do plano.

As mudanças ocorridas na lei de organização territorial, logo nos anos seguintes à aprovação do Plano de 2000 pelas Leis Complementares nº 13 de 01 de outubro de 2001 e nº 20 de 15 de dezembro de 2003<sup>4</sup>, revelam dois pontos importantes: primeiro, que o estudo de elaboração do PDDU não levou em consideração a espacialização dos loteamentos já homologados pelo município, deixando de fora do perímetro proposto, os loteamentos, Planalto Cachoeira (1983), Nova Colina (1984) e Parque das Flores (1987), todos esses aprovados na gestão do então prefeito Joaquim Barreto Lima (1983 – 1988), além de parte do loteamento Brisa da Serra (1999) que tinha sido recém aprovado, já na gestão do prefeito Cid Gomes.

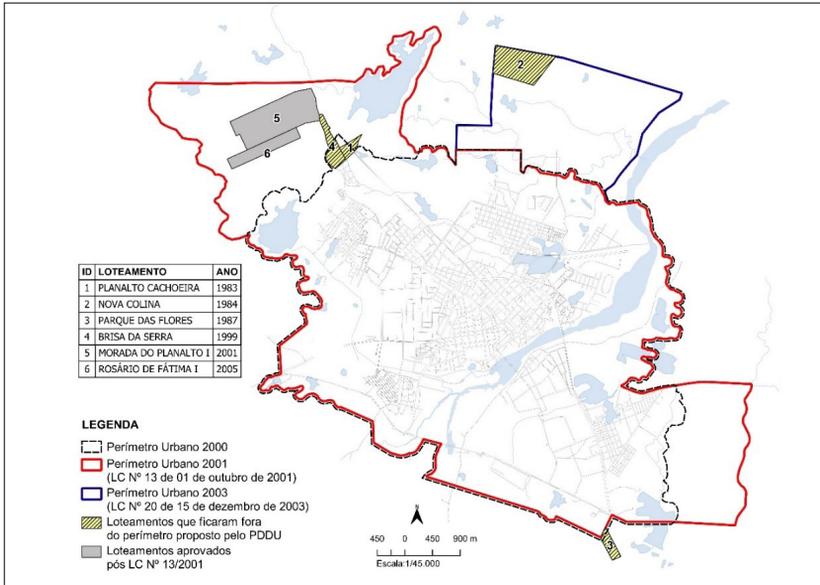
O segundo ponto importante a ser observado é justamente a expansão do perímetro urbano no sentido Serra da Meruoca, claramente ocorrida pela pressão do setor imobiliário, a partir de novos loteamentos, e no setor Norte no sentido Massapê, como forma de incluir o loteamento Nova Colina e uma futura expansão das instalações da Grendene.

---

3 Lei nº 008 de 01 de fevereiro de 2000

4 As duas LC serviram para a expansão do perímetro urbano no setor norte, ainda na gestão do prefeito Cid Gomes.

Mapa 3 - Expansão do perímetro urbano nos anos de 2001 e 2003



Fontes: LC Nº 13/2001 e LC Nº 20/2003. Elaboração: Wellington Galvão Alves (2022).

Nota-se como o perímetro urbano proposto no PDDU, por mais que se justificasse tecnicamente, não se adequava à realidade da cidade naquele momento, nem com a tendência de crescimento em curto e médio prazo, inviabilizando totalmente a lei de organização territorial. Ou seja, quando se deu início aos estudos para a elaboração do Plano Diretor Participativo, já estavam claras as modificações ocorridas a partir das Leis Complementares, assim como da necessidade de adequação das zonas e mudança da Lei de Organização Territorial.

O Plano Diretor Participativo de 2008 foi financiado pelo Ministério da Cultura, e Sobral foi contemplada pelo “Programa Monumenta”, em razão de a cidade contar com sítio histórico tombado pelo IPHAN desde 1999. Um detalhe importante, também, é que o plano foi elaborado pela Equipe Técnica Municipal, com a contratação de apenas alguns consultores da área de urbanismo.

## Considerações finais

O território urbano é marcado por características socioespaciais complexas, e frente a isso, o planejamento e a elaboração de políticas de desenvolvimento urbano visam amenizar as carências de toda ordem, no que se refere ao crescimento das cidades e municípios, de forma a vislumbrar uma melhor qualidade de vida para seus habitantes.

O debate sobre o planejamento, desde muito tempo, reúne forças técnicas, políticas e parte significativa da intelectualidade, mas para se buscar a complexidade que envolve a cidade nesta contemporaneidade nos referidos aos planos, uma organização para proporcionar momentos de participação social na contribuição para elaboração dos mesmos. Pode-se dizer que existe, hoje em dia, um consenso sobre a importância do planejamento urbano para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, onde as parcelas mais pobres da população possam ter voz e participação nas discussões sobre as políticas públicas necessárias para um desenvolvimento urbano mais igualitário. Tanto é que isso faz parte dos direitos constitucionais da sociedade brasileira. O planejamento abordado nessa perspectiva é o planejamento público (Municipal, Estadual e Federal), pois o privado não daria conta da complexidade.

O planejamento procura fazer a mediação entre passado, presente e futuro, e para isso, necessita também fazer no espaço geográfico, conforme ensina Souza (2021). É nesse ponto que parte-se para uma reflexão sobre a importância da geografia como ciência no processo de planejamento urbano, de como a compreensão do seu objeto de estudo pode abrir caminhos para uma melhor leitura do território e consequentemente para um planejamento mais adequado e justo.

## Referências

ALVES, M. do C. **Planejamento Urbano e Formação Territorial: Sobral e suas contradições**. Campinas: Territorial, 2011.

BATISTA FILHO, N. P.; GASPEROTO, H. H. J. Política Urbana e Seus Instrumentos. **Revista UNAR** - Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson, 2014. Disponível em: [https://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol9\\_n2\\_2014/12.Politica%20Urbana%20e%20Seus%20Instrumentos.pdf](https://revistaunar.com.br/cientifica/documentos/vol9_n2_2014/12.Politica%20Urbana%20e%20Seus%20Instrumentos.pdf).

BRASIL. **Lei Federal 6766/79**: Lei do parcelamento do solo urbano

CARVALHO, S. N. de. Estatuto da cidade: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000400014&lng=pt&nrm=isso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400014&lng=pt&nrm=isso).

FERREIRA, Mauro. Planejamento urbano nos tempos do SERFHAU: o processo de construção e implementação do plano diretor de desenvolvimento integrado de Franca. 218f. 2007. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Carlos/SP, 2007. Mauro Ferreira; orientadora Sarah Feldman - São Carlos, 2007. 218p.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**: alternativas para a crise urbana. Ermínia Maricato. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, A. L. de; BARBOSA, I. C. (Org.) **Leis Provinciais**: Estado e Cidadania (1835-1861). Compilação das leis provinciais do Ceará: compreendendo os anos de 1835 a 1861 pelo Dr. José Liberato Barroso. Fac-símile da edição de 1863. Fortaleza: Inesp, 2009.

ROCHA, E. **A industrialização no interior do Ceará**: experiência em ambientes planejados. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal do Ceará. Fortaleza/CE, 1988, p. 126.

ROCHA, H. V. **Contribuição para o estudo do desenho urbano de Sobral**: século XIX. 355 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

SOUZA, M. A. A. de. Geografia e Planejamento: Uma Estratégia Espaço Tempo. Natal: **Sociedade e Território**, Natal/RN, v. 33, n. 1, p. 7-30, jan./abr., 2021.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. **O Processo de Urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999.

VILLAÇA, F. Dilemas do plano diretor. *In: O município no século XXI: cenários e perspectivas*. São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima - Cepam, 1999. Edição especial.

VIZIOLI, S. H. T. **Planejamento urbano no Brasil**: a experiência do SERFHAU enquanto órgão federal de planejamento integrado ao desenvolvimento municipal. 1998. 209 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

## CAPÍTULO 8

# ERGUEM-SE OS MUROS, ABREM-SE OS NEGÓCIOS: LOTEAMENTOS FECHADOS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM SOBRAL-CE

Doi: 10.35260/54212175p.179-202.2025

*Jailson Lopes Albuquerque*  
*Francisco Clébio Rodrigues Lopes*

### Introdução

Os loteamentos fechados são uma tipologia residencial marcada pela presença de muros em seu entorno. Entretanto, essa forma é considerada como uma nova realização do urbano, pois é algo que separa, a partir de uma estrutura física e social, os cidadãos. Essas novas modalidades de morar estão baseadas na separação radical com o restante da cidade. Na cidade de Sobral, esses novos produtos imobiliários chegam a partir de 2010<sup>1</sup>. Sua instalação ocorreu em direção à Serra da Meruoca: um dos vetores de expansão urbana e imobiliária. Desse modo, a chegada dessas tipologias no mercado imobiliário local representa a lógica da produção imobiliária capitalista, que produz, para a classe média, novas formas de morar.

---

1 Um loteamento foi lançado no bairro próximo ao Renato parente, o Nossa Senhora de Fátima. Como atesta Rodrigues (2012), sua comercialização deu-se através da comercialização do lote. Consideram-se esses loteamentos fechados como algo “inédito”, na cidade Sobral, pois são grandes empreendimentos que ocupam uma enorme gleba de terras e tiveram sua homologação pela Prefeitura.

A chegada desses novos empreendimentos em áreas periféricas revela como esses produtos se instalam em áreas de expansão urbana. Por muito tempo, a cidade era conformada pelo rio Acaraú e os trilhos da ferrovia, o que levou a criar os espaços “intra-trilhos”, onde habitavam os prestigiosos, grandes empresários, políticos, dentre outros. Em relação aos espaços “extra-trilhos”, estes eram formados pela precarização das populações que residiam naquele local, evidenciando, assim, um espaço urbano segregado, onde os mais abastados vivem sem precariedade e os pobres conviviam com a miséria. Após os anos de 1960, o espaço urbano dividiu seu espraiamento e ultrapassou o espaço “intra-trilhos”.

Neste capítulo, será discutida a chegada dessa nova tipologia residencial como um fator da expansão imobiliária capitalista, que seguiu em direção ao sopé da Serra da Meruoca. Para os procedimentos metodológicos, partiu-se para uma abordagem qualitativa. Dessa maneira, pesquisa bibliográfica, mapeamento e entrevistas semi-diretivas foram realizados.

Este texto está dividido em três partes e as considerações finais. No primeiro momento, discutiu-se sobre a produção do espaço urbano. No segundo momento, tratou-se acerca da expansão urbana de Sobral, em especial, a partir da década de 1960. A terceira parte do texto discutiu a chegada dessa nova tipologia residencial e as suas contradições na produção do espaço. Por fim, têm-se as considerações finais.

### **A produção do espaço urbano: breves considerações**

O espaço urbano capitalista é permeado, pois, por contradições, e, no mesmo momento em que é destinado para ser reprodução do capital, esse espaço é o local da realização da vida. Como salienta Carlos (2017, p. 18), “[...] o espaço é produzido e reproduzido de um lado enquanto espaço de dominação e de outro enquanto mercadoria reprodutível”.

Segundo Botelho (2007), o espaço é determinante para existência e reprodução do ser humano, mas o modo de produção capitalista tem sido utilizado para a realização e geração da mais-valia, além de ser

consumido. Esse espaço, fulcral para o momento de reprodução da sociedade, na atualidade, vai gerando uma enorme desigualdade entre o proletariado e a burguesia.

Pensar o espaço em uma sociedade sob a doutrina econômica diante dos pressupostos capitalistas é ter a compreensão de que é comercializado, despedaçado e vendido em parcelas (Lefebvre, 2008). Assim, esse espaço é fruto das desigualdades, em que grande parte da população é concentrada em locais com menores infraestruturas ou insalubres; o acesso tende a se tornar desigual para outros espaços da cidade, visto que o espaço, como mercadoria, impede que a maioria da população tenha acesso a essas parcelas, produzindo uma cidade cada vez mais desigual e segregada.

A produção do espaço urbano, na atualidade, revela um espaço por demais desigual, remetendo a um mosaico irregular. Existem áreas com opulência, padrões arquitetônicos que evidenciam a riqueza de uma pequena burguesia; todavia, neste mesmo espaço, aparecem pobreza, miséria e habitações sem serviços públicos eficientes. Essa é a característica fundamental do espaço urbano na contemporaneidade.

Harvey (2014) é assertivo quando sinaliza que a riqueza, tendo sua polarização, produz um espaço que lhe é característico, e isso é visível nas formas espaciais. O espaço urbano tem a segregação residencial como marca, quando se observam imensos assentamentos precários sem o mínimo de habitabilidade e grandes projetos residenciais contendo todas as amenidades possíveis para seus moradores, que são os que somente conseguem pagar por ele.

Além disso, Carlos (1994) evidencia que a produção espacial na contemporaneidade é uma justaposição entre riqueza e pobreza, ou, melhor exprimindo, o espaço expressa a exploração do trabalhador, deixando sobreviver com as misérias e a riqueza gerada por essa exploração concentrada em poucas mãos.

O espaço urbano, nos moldes de produção capitalista, é produzido onde o uso não é prioridade, somente o valor de troca, pois a mercado-

ria é mais importante, e a moradia é o principal exemplo. Para alguns, é a reprodução da vida e, quando entra na troca mercantil, dificulta o acesso de milhares de pessoas que não obtêm uma renda para entrar no mercado imobiliário formal (Pádua, 2019). Desse modo, esse espaço urbano tem sua produção na base da desigualdade, e os espaços isolados refletem a justaposição entre riqueza e pobreza.

Vale ponderar que o espaço urbano capitalista e, conseqüentemente, sua mercantilização, ocasionaram variadas ocupações neste espaço, haja vista que a moradia como mercadoria redefiniu a maneira como cada qual a acessa. Como salienta Carlos (2011), para ter o acesso, em seu primeiro momento, ligado à moradia, a pessoa necessita compreender que, quanto mais hierarquizada estiver essa sociedade, menos chances a classe trabalhadora tem de se inserir nessa cidade; algo que, para as elites, não é um problema a ser enfrentado para acessá-la sob a égide da propriedade privada.

Nesse sentido, será discutida a reprodução desigual do espaço urbano de Sobral e sua expansão urbana até o sopé da Serra da Meruoca, transpondo os espaços delimitados de “intra-trilhos”. Após os anos de 1960, o espaço urbano teve seu espraiamento, e com isso, a sua reprodução desigual.

### **Expansão urbana e imobiliária: a reprodução desigual em Sobral-CE**

Como bem evidencia Carlos (2020, p. 28), “A expansão do tecido urbano se faz sentir através do movimento do mercado imobiliário em direção à periferia”. Nesse momento, vê-se a lógica da produção imobiliária capitalista, uma vez que, com a escassez de incorporar novas áreas centrais, dirigem-se para locais periféricos para seguir na racionalidade de acumulação capitalista.

A expansão urbana de Sobral foi ocasionada pela implementação de novas indústrias, loteamentos privados, assentamentos precários e conjuntos habitacionais. A chegada desse novo período industrial trou-

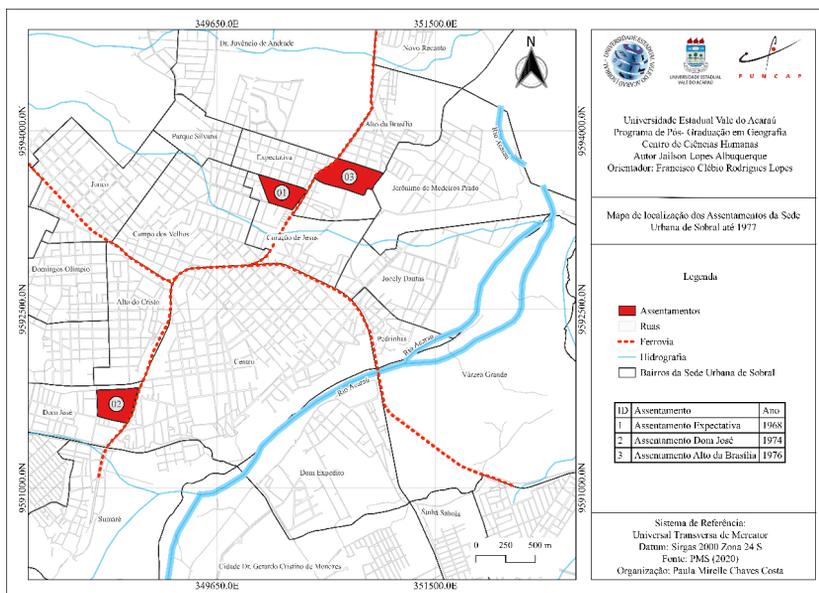
xe um novo dinamismo para o espaço urbano, que foi sua expansão, transpondo aquele arco formado pelos trilhos e o rio. Ao mesmo tempo, porém, que o tecido urbano teve seu espraiamento, a área do “intra-trilhos” teve manutenção e renovação, e a cidade, que crescia para “extra-trilhos”, foi ocupada pelas classes trabalhadoras.

É verificado por Alves (2022), quando exprime que a expansão de seu tecido urbano, especialmente, nos ‘70, ‘80 e ‘90, ocorreu por intermédio de loteamentos privados que eram distribuídos sem qualquer tipo de infraestrutura para seus moradores. Os assentamentos precários de iniciativas públicas estavam sendo entregues sem qualquer tipo infraestrutural digna para a população mais carente e conjuntos habitacionais que tiveram uma expressão significativa para ampliação da malha urbana (Holanda, 2007).

Com essa expansão urbana, por meio de loteamentos privados, assentamentos precários e os conjuntos habitacionais, é possível compreender como ocorreu essa periferização da cidade, além de entender os vetores de expansão que levaram para seu crescimento urbano. Nessa perspectiva, impende analisar como ocorreu essa expansão ante a chegada de indústrias, loteamentos privados, assentamentos precários e conjuntos habitacionais.

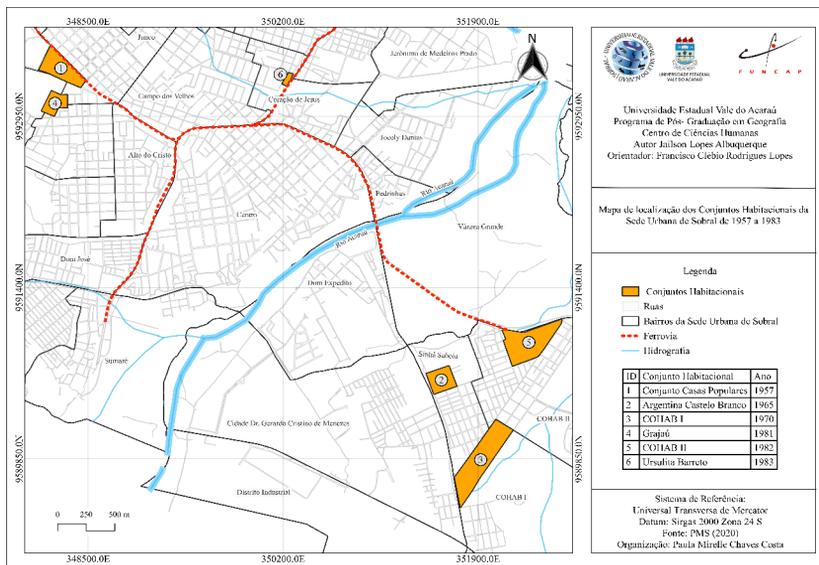
Então, nesse período pós-década de 1960, vê-se como aconteceu a expansão urbana de Sobral para variados eixos por via de conjuntos habitacionais, assentamentos precários de iniciativa pública e loteamentos privados (ver Figuras 33, 34 e 35).

**Figura 29 - Mapa de Localização dos Assentamentos precários, na Sede de Sobral-CE até 1977**



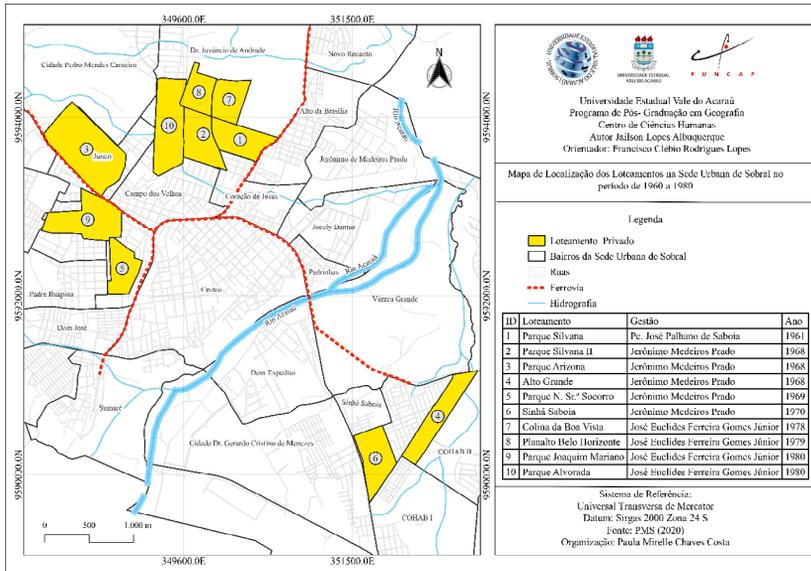
Fonte: Albuquerque (2024).

**Figura 30 - Mapa de localização dos Conjuntos Habitacionais da Sede de Sobral-CE: 1957 a 1983**



Fonte: Albuquerque (2024).

**Figura 31 - Mapa de Localização dos Loteamentos na Sede de Sobral-CE, no período de 1960 a 1980**



Fonte: Albuquerque (2024).

Rocha (2003) considera que, na chegada dos anos de 70, a área correspondente ao “intra-trilhos” estava completamente edificada, sem espaços vazios para que a classe dominante construísse qualquer equipamento. Nesse sentido, o que restou foram áreas, como lagoas, terrenos sem utilização e várzeas (Rocha, 2003). Desse modo, a classe dominante também foi para o “extra-trilhos”.

Percebe-se que a expansão territorial urbana de Sobral, nesse período, deu-se por meio de loteamentos privados e de conjuntos habitacionais em distintas porções do território. Contudo, essa expansão para áreas periféricas foi ocupada sem quaisquer amenidades para garantir o bem-estar social daqueles moradores que chegaram para morar nas áreas de avanço da mancha urbana.

Conforme Costa (2023), os anos de 1980 coincidiram com um período marcante para se compreender a expansão urbana. Houve verdadeira explosão dos loteamentos privados, além de novos conjuntos habitacionais que tentaram suprir o déficit habitacional. Esses loteamentos

formaram diversos bairros de classe média e média alta, e os bairros operários foram constituídos por assentamentos precários de iniciativas públicas e os conjuntos habitacionais.

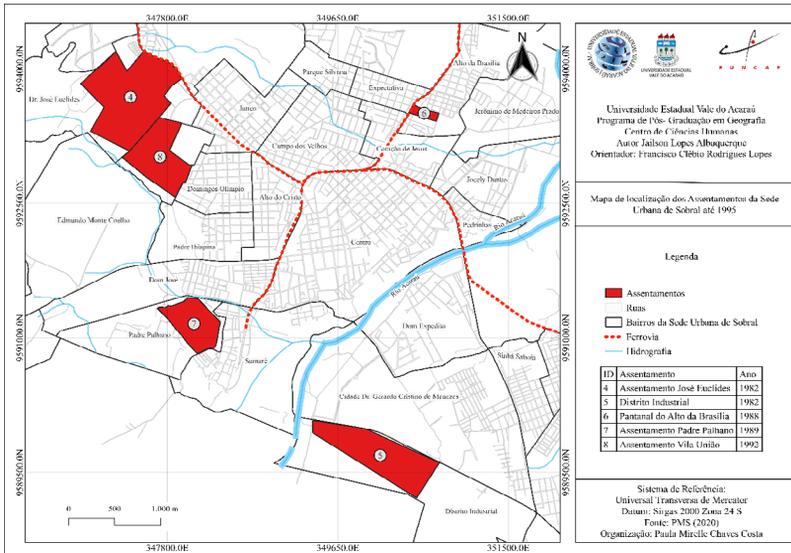
Holanda (2007) assevera que os conjuntos habitacionais que emergiram em Sobral, a COHAB I, II, III e os demais construídos de 1970 a 1980, trouxeram uma relevância para expansão da cidade em distintas direções. Todavia, essa expansão carregou moradias precárias, insalubridade e uma periferia pobre com amontoados de pessoas sem as mínimas condições de sobrevivência.

Essa expansão urbana nos inícios dos anos de 1980 já demonstra que o espaço urbano era habitado desigualmente. Com isso, as camadas mais abastadas procuravam viver em lugares com amenidades; já os trabalhadores obtiveram suas moradias em assentamentos precários. Naquele momento, existia um marco para os espaços “extra-trilhos” com a inauguração da parte norte, criada diante do bairro Colina da Boa Vista, lugar então destinado para residências de padrão elevado, e desse modo “acolheu” as populações mais abastadas que já procuravam morar fora do Centro (Holanda, 2007).

Freitas (2005, p. 170) observa que “[...] os prestigiosos também seguiram este movimento, mas, logicamente, não para os mesmos lugares”, ou seja, o autor pretende enfatizar que as camadas médias e médias altas começavam a sair daquele espaço onde o rio e a ferrovia delimitavam. No entanto, foi diferente em relação à classe trabalhadora, que foi morar nesses espaços com diversas precariedades. Ao chegar aos anos de 1980, tem-se ainda conformação da expansão do tecido urbano, em ultrapasse àquele arco formado pelo rio e o trilho, pois compreendem espaços muito além dos “intra-trilhos” que foram ocupados densamente pelas moradias (Holanda, 2007). Nesse período, entretanto, não somente a população carente que chegava para morar além dos trilhos eram os prestigiosos, inaugurando, assim, mais um momento da expansão desigual do espaço urbano.

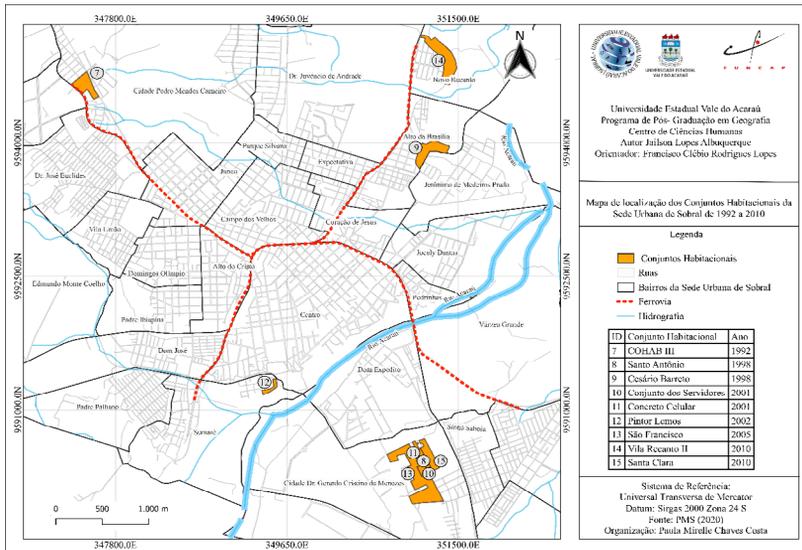
As Figuras 36, 37 e 38 demonstram a expansão do tecido urbano em diferentes direções, através dos loteamentos privados, conjuntos habitacionais e assentamentos precários, após a década de 1980.

**Figura 32 - Mapa de Localização dos Assentamentos precários na Sede de Sobral-CE de 1982 a 1995**



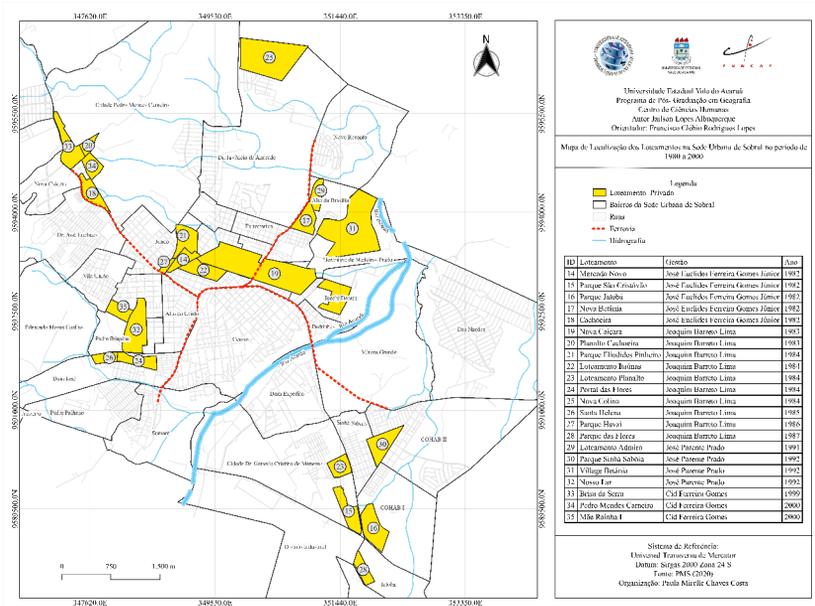
Fonte: Albuquerque (2024).

**Figura 33 - Mapa de localização dos Conjuntos Habitacionais da Sede de Sobral-CE 1992 a 2010**



Fonte: Albuquerque (2024).

**Figura 34 -** Mapa de Localização dos Loteamentos na Sede de Sobral-CE, no período de 1980 a 2000



Fonte: Albuquerque (2024).

Como foi verificado anteriormente, presenciou-se o aumento da expansão urbana para um espaço além do arco delimitado pelo rio e os trilhos, que teve início com a população da classe trabalhadora procurando edificar suas casas perto dos espaços fabris. Todavia, como visto, os prestigiosos seguiram em direção ao “extra-trilhos” sem enfrentar os mesmos problemas.

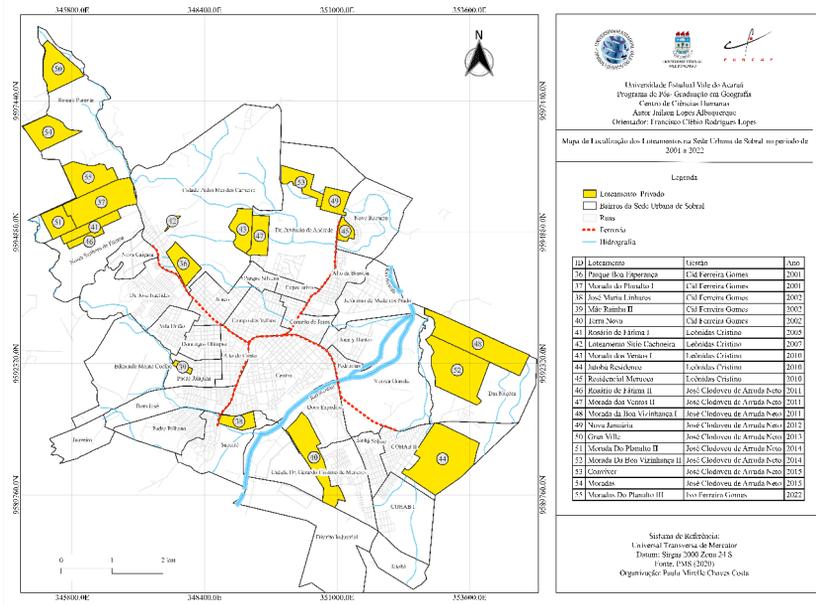
Sob esse aspecto, a cidade teve seu espraiamento diante do movimento do mercado imobiliário, que obteve, nas áreas periféricas, uma nova realização de acumulação de capital, rendas e juros. Os diversos loteamentos privados que surgiram depois dos de 1990 levaram para o espraiamento do tecido urbano em distintas direções. Com isso, entende-se que a reprodução do espaço urbano foi desigual.

A expansão da periferia social e geométrica no espaço urbano de Sobral está, sobretudo, ligada às adjacências das indústrias, com a exploração da classe operária, em riachos e também próximos ao rio, as-

sentamentos precários, loteamentos privados e conjuntos habitacionais. Desta maneira, a expansão urbana de Sobral teve em seu decurso uma produção baseada pela desigualdade, a qual se arrima onde a população, em uma cidade capitalista, foi morar em espaços de fragilidades de equipamentos, infraestrutura e serviços.

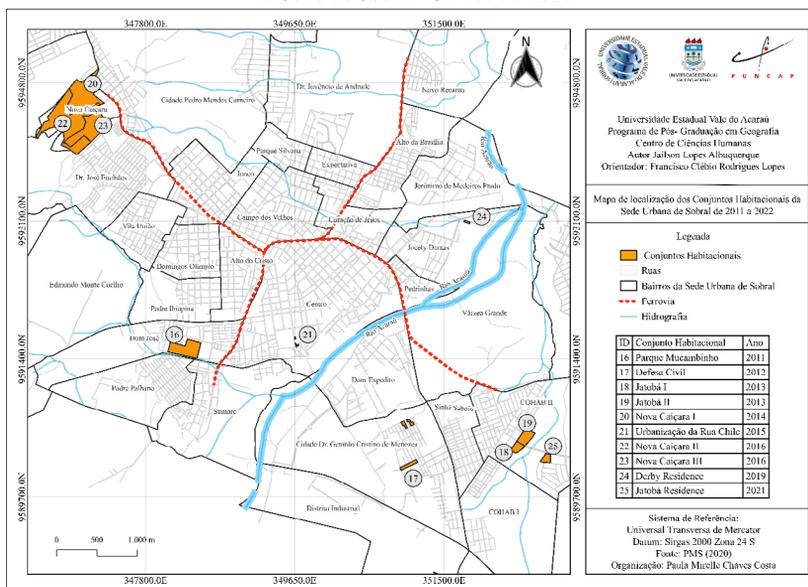
Desse modo, percebe-se que a expansão urbana de Sobral se deu fragmentada e segregadamente. Entrementes, diversos conjuntos habitacionais e assentamentos precários foram entregues sem nenhuma infraestrutura e com isso houve a proliferação de moradias precárias sem qualquer tipo de habitabilidade. As Figuras 39 e 40 mostram aberturas de loteamentos e conjuntos habitacionais nos últimos anos que demonstram a expansão urbana em distintas direções.

**Figura 35 -** Mapa de Localização dos Loteamentos na Sede de Sobral-CE, no período de 2001 a 2022



Fonte: Albuquerque (2024).

**Figura 36 -** Mapa de localização dos Conjuntos Habitacionais da Sede de Sobral-CE 2011 a 2022



**Fonte:** Albuquerque (2024).

O século que se iniciava seguia uma tendência apontada desde os anos de 1980, isto é, os “extra-trilhos” são espaços para abrigar as chamadas camadas solváveis (Costa, 2023). Então, o mercado imobiliário implantou diversos loteamentos privados no espaço urbano. Logo no início dos anos de 2000, muitos loteamentos privados apareceram no espaço urbano, e isso fomentou, ainda mais, a expansão urbana.

Esses loteamentos que emergem, no entanto, estão em locais periféricos e fronteiriços. Assim, ao habitar essas franjas do espaço urbano, as pessoas encontram espaços com infraestruturas, entre outras amenidades asseguradas. Logo em seguida, após 2010, também aparecem diversos loteamentos privados. Desse modo, o mercado imobiliário começou a seguir distintos sentidos, fazendo com que houvesse o espraiamento do tecido e formando novas incorporações em terras periféricas.

Nesse ensejo, dito espraiamento do tecido urbano chegou até o sopé da Serra da Meruoca, com a chegada da lógica da produção capitalista do imobiliário. Assim nasce o bairro Renato Parente, que emergiu ante

da necessidade de ocupar áreas rurais para implementação de mais loteamentos.

Nesta perspectiva, com a incorporação de novas áreas para produção de moradias na cidade de Sobral e seguindo a lógica da expansão imobiliária capitalista, surgiu o bairro Renato Parente. Este teve uma importância bastante expressiva no espraiamento do tecido urbano, uma vez que chegou até o sopé da Serra da Meruoca, com os loteamentos fechados.

### **Erguem-se os muros, abrem-se negócios**

O bairro Renato Parente emergiu dessa expansão imobiliária, que seguiu diferentes direções, dado que a expansão urbana de Sobral se deu em diversas direções, como citado anteriormente. Porém, a frente setentrional aumentou exponencialmente e chegou ao sopé da Serra da Meruoca. Nesse momento, surgiram os grandes empreendimentos, como os loteamentos fechados, marcando um novo estilo de morar para os prestigiosos.

Nos últimos anos, o bairro Renato Parente é considerado um dos que mais trouxeram impactos para o espraiamento do tecido urbano da cidade; porquanto, na medida em que se expande, há uma materialização de novos formatos de moradias, tornando-se um negócio rentável para os investidores.

A moradia intramuros, em Sobral, deve ser considerada recente. O primeiro condomínio horizontal surge no início dos anos 2000. O padrão dessa nova tipologia residencial, que chegava ao espaço urbano, é marcado pela exclusividade de um produto de luxo.

Nesta perspectiva, os loteamentos fechados, como mencionado no início desta seção, são considerados algo “inédito” na produção do espaço urbano de Sobral, haja vista que esse tipo de empreendimento chegou como uma novidade ao mercado imobiliário, até então nunca presenciado. Esse novo tipo habitacional ensejou que pessoas com melhor condição de renda comprassem terrenos longe do Centro movimentado e agitado, tendência apontada desde os anos de 1990.

Desse modo, o primeiro loteamento fechado que o mercado denomina de alto padrão foi o Granvile Residence, da empresa Nova Sobral Desenvolvimento Imobiliária Ltda. A incorporadora do empreendimento é uma sociedade empresarial com quatro sócios que está sediada na capital, Fortaleza-CE, e no momento tem atuação em Sobral com esse loteamento fechado. O Granvile é composto por 455 lotes e está dividido em 22 quadras, com uma área total de 537.625,70 m<sup>2</sup>. O loteamento tem como estrada principal artéria viária a CE-440, que liga Sobral a Meruoca. Está distante, aproximadamente, 8 km do Centro.

Quando esse empreendimento surgiu e escolheu se instalar próximo ao sopé da Serra da Meruoca, gerou inúmeras críticas pelo fato de estar muito longe da mancha urbana. Esse loteamento fechado, ao ficar nas franjas da cidade, provocou uma descontinuidade do tecido urbano.

Por trazer algo diferencial para o mercado imobiliário sobralense e, por conseguinte, atrair essa camada solvável, a incorporadora optou por atrair essa camada com uma maior dimensão dos lotes. Em uma entrevista com a representante da empresa em Sobral, ela pontuou esse diferencial, como demonstra a fala a seguir: “[...] *Os nossos lotes são os lotes maiores da cidade de Sobral, são valores diferenciados nossos lotes padrão tem 15x35, mas tem lotes de esquinas que são bem maiores*” (Entrevista realizada em 21 de março de 2023).

Com esse discurso, entende-se o modo como esse novo produto imobiliário cria condicionantes para atrair essa camada solvável. Como salienta Silva (2022), a cidade capitalista com esses novos produtos imobiliários tem dois vieses principais, o primeiro ligado à capacidade de a pessoa apropriar-se desse novo produto com base nas suas qualidades, enquanto o segundo reside, de igual modo, na maneira de os capitalistas obterem novos lucros e rendas.

No ano de 2015, foi aprovado um loteamento fechado, pela Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (SEUMA), denominado Condomínio Moradas, que também esteve em direção ao Renato Parente. A implementação desse recente loteamento fechado deu-se por meio da incorporadora Mãe Rainha Urbanismo Ltda. Sua localização tam-

bém foi em direção à Serra da Meruoca. Ele é composto por 368 lotes com 16 quadras; está ligado à margem esquerda da CE-440, realizando uma ligação entre Sobral e Meruoca.

Nessa perspectiva, a incorporadora Mãe Rainha possui sua sede em Fortaleza, e é uma das empresas de maior impacto no espaço urbano de Sobral. Sua atuação começou em Sobral, no ano de 2001, com a chegada do loteamento Morada do Planalto. A primeira atuação no setor imobiliário sobralense teve um enorme impacto, haja vista que originou um bairro em áreas periféricas e posteriormente foi responsável por introduzir o segundo loteamento fechado da cidade. No transcurso, a empresa realizou diversos empreendimentos em Sobral, e a maioria dos loteamentos na cidade de Sobral é realizada pela Mãe Rainha.

Entende-se, no caso desse loteamento fechado lançado pela Mãe Rainha, que se trata de um produto imobiliário que seguiu a orientação dos demais loteamentos no bairro Renato Parente, ou seja, o estoque de terras naquela porção do espaço pela incorporadora teve um papel terminante para o surgimento dessa tipologia, haja vista que tinha disponibilidade de terra.

Esse monopólio das terras no bairro Renato Parente, no entanto, possibilitou a geração de enormes lucros para a incorporadora, que, ao longo dos anos, produziu loteamentos que valorizaram as terras, contribuindo para o lançamento de mais produtos imobiliários, de modo que a produção do espaço é feita desigualmente na sociedade sobralense.

Esse novo produto imobiliário exprime, sobretudo, a necessidade de reprodução do capital, adquirindo-se novos valores de uso e valor de troca. Esse movimento por interesses de capital condiciona uma cidade a ser segregada habitacionalmente, espoliada com espaços desiguais e, principalmente, a justaposição riqueza/pobreza.

Nesta linha, como demonstra Pádua (2015), essas novas realizações do urbano ante o aparecimento de novos produtos imobiliários, como os loteamentos fechados, exigiram um novo padrão, relativamente a sua localização, uma vez que, ao lançarem no mercado de trabalho este tipo

de moradia, não foi procurada uma área central; além de ser muito valorizada, era escassa a produção de um empreendimento desse porte, com isso exigindo uma direção para as franjas da cidade. Esse simples movimento revela a lógica da cidade e do imobiliário capitalista, visto que, ao procurar áreas de expansão para realizar essas novas tipologias, seu principal objetivo é o lucro.

Nota-se que a lógica da produção imobiliária capitalista em Sobral teve como principal intuito converter a terra barata em áreas bem distantes do Centro, consolidado e com predominância rural, em empreendimento de alta lucratividade, gerando, assim, um fenômeno com necessidade de acumulação de capital e rendas.

Desse modo, essa nova tipologia residencial do espaço urbano de Sobral é uma moradia que não abarca todas as pessoas da cidade, uma vez que esses preços dos lotes são alto que nem todos têm acesso, o que limita a acessão. Por conseguinte, os loteamentos fechados são produtos imobiliários para alguns.

Fator característico da venda dessa nova tipologia no bairro Renato Parente é a maneira como o mercado imobiliário procurou reelaborar a mercadoria casa (Lopes, 2012). Desse modo, esse mercado teve como intuito realizar novos valores de uso para sobrepujar as antigas residências na cidade. Assim, percebe-se que a chegada desses novos produtos imobiliários redefine Sobral, revelando os espaços dos que conseguem adquirir uma moradia, enquanto os demais ocupam espaços periféricos pobres, sem habitabilidade.

No que concerne a quem adquire esse empreendimento, percebe-se que são pessoas com melhores condições de renda. Nas entrevistas com corretores, é traçado o perfil das pessoas que conseguem adquirir esse novo produto imobiliário:

*Primeiro de tudo é um público mais específico de poder aquisitivo maior, porque só uma taxa de condomínio desses condomínios fechados vai girar em torno de R\$ 800,00 reais. São lotes de padrão maior, padrão mais elevado, os novos ricos, as pessoas que querem um pouco mais de segurança,*

*casais que tem filhos querem deixar os filhos mais à vontade, porque você vai ter um condomínio totalmente fechado com segurança, vai ter também a questão de quem entra dentro do condomínio precisa de uma identificação, o acesso é controlado* (Entrevista realizada em março de 2023).

Com amparo nessa entrevista, averigua-se que a chegada desse produto imobiliário está, sobretudo, ligada aos grupos sociais de melhor poder aquisitivo, como uma classe média. “[...] *É alto padrão, médicos, advogados e investidores, o perfil muito alto, mesmo porque você ali a condição de além comprar um lote, você tem o condomínio para manter [...] em média a renda de 5 e 6 salários para cima*” (Entrevista realizada em outubro de 2023). Assimila-se, então, que essas pessoas de melhor poder aquisitivo procuram essas tipologias residenciais para uma clara demonstração de sua condição social. Um bom exemplo reside nas moradias dentro do loteamento, na medida em que suas casas são diferentes.

Percebe-se haver certo padrão de moradores nesses loteamentos fechados, pessoas com um melhor poder aquisitivo. A partir da entrevista, nota-se que os respondentes condôminos, ao falarem de seus amigos, disseram que se tratava de pessoas com escritórios no Centro da cidade, professores de universidades e empresários que migraram para essas tipologias.

Ademais, o poder de consumo dessas pessoas aceita que acessem os melhores espaços da cidade, e sua conexão com os demais é perdida. No Renato Parente, os loteamentos estão desconexos em relação ao próprio bairro, as trocas entre estes são marcadas por muros, e não há somente a distância física, mas a social também.

Em tais circunstâncias, entende-se que essa nova tipologia emersa no espaço urbano de Sobral é uma mercadoria limitante, destinada a um público bastante específico. Sendo assim, é produto desigual:

*[...] porque o público que vai para lá, é um público que tem um o poder aquisitivo muito alto, então se você pegar a população de Sobral não vai ter tantas pessoas com esse poder aquisitivo para comprar. Em algum momento ele vai limi-*

*tar, ele já é limitado tanto que você vê as casas que estão lá dentro dos dois condomínios principais são poucas, poderia ter mais tem muitos lotes disponíveis, mas não tem tanta construção por conta que é um público limitado (Entrevista realizada em março de 2023).*

Partilha-se, assim, as palavras de Alvarez (2015), ao exprimir a ideia de que uma cidade, quando é produzida com os objetivos de obter lucro e a acumulação de capital, nega a cidade para os sujeitos. Isso é entendido com o surgimento dos loteamentos fechados, uma vez que destinados para um público específico e reproduzindo um espaço urbano desigual.

Nas palavras de Harvey (2014, p. 141), “[...] os ricos têm o hábito de trancar-se em condomínios fechados em que determinados comuns excludentes são definidos”. Com essa assertiva do autor, compreende-se que esses sujeitos procuram os condomínios e os loteamentos fechados para isolar-se do restante da Cidade, à demanda da homogeneidade social no espaço urbano marcado pelas diferenciações sociais.

Essa nova tipologia residencial chega com uma novidade no espaço urbano. O maior número de residentes está concentrado no condomínio Moradas. É notório que o loteamento, de fato, está sendo ocupado de maneira acentuada nos últimos anos, pois quem realmente comprou um lote tem interesse em edificar sua casa e não somente esperar uma futura valorização. O síndico/administrador do loteamento pontuou que “[...] *Hoje morando lá, nós temos em torno de quarenta e cinco famílias, tem mais quarenta que estão em construção de imóveis [...] é um número bastante expressivo e fora os que frequentam e não residem e não estão construindo e tem os lotes, e podem frequentar livremente*” (Entrevista realizada em dezembro de 2023).

Por isso, a cidade capitalista é habitada desigualmente. Ao terem acesso aos loteamentos fechados, percebe-se que são pessoas com melhor poder aquisitivo, que, por meio de seu poder de compra, escolhem onde irão ocupar um espaço, ao mesmo tempo em que, quem não tem esse poder aquisitivo, muitas vezes, vive na ilegalidade. Portanto, esses

novos produtos imobiliários reproduzem um urbano baseado na negação e falta de sociabilidade, realizando uma demonstração da capacidade de ocupar os melhores espaços.

Os loteamentos fechados representam uma nova tipologia no espaço urbano, e uma das suas principais características é a mercadoria segurança. Uma das estratégias do mercado imobiliário é criar um valor de uso e um valor de troca, a segurança aliada à moradia. Com isso, é pertinente analisar essa mercadoria segurança nos loteamentos fechados no Renato Parente.

A segurança é um dos principais elementos encontrados em conversas com os moradores, os corretores e as incorporadoras para vender essa nova tipologia residencial em Sobral. Assim, a mercadoria segurança implantada é o diferencial em relação às demais tipologias residenciais no mercado imobiliário sobralense.

Graham (2016) chama atenção para as mudanças pragmáticas na sociedade em tempos de guerras, quando o ataque e ameaças são ocorrentes a qualquer momento e em diferentes lugares. Esse foi o estopim para a criação de um urbanismo militar. Isso conduz a pessoa a procurar diversas maneiras de se proteger desses inimigos, capazes de comprometer sua segurança, seja na habitação, trabalho ou lazer.

Os loteamentos fechados que se utilizam dessas ideias militares para inibir aquele considerado inimigo louvam-se num jeito de tentar capturar o sujeito que está se sentindo inseguro na cidade, com o medo constante de ataques e ameaças. Essas ideias adentram a comercialização desses novos produtos imobiliários em Sobral. De acordo com a fala do síndico/administrador, pode-se observar como funciona a mercadoria segurança no loteamento:

*Segurança, o condomínio ele é todo fechado por muros, em cima do muro temos a cerca com concertina e nós temos vigilância armada 24 horas, temos o monitoramento por câmeras e temos vigilância armada 24 horas tanto na portaria e como ronda de moto. Nós temos, várias por exemplo*

*para pessoa entrar ou sair, é obrigatoriamente ser cadastrado no “Severino” que é um aplicativo que a gente usa, seu eu convidar alguém eu já autorizo, se vou eu vou cadastrar um delivery de pizza e de entrega de gás e seja o que for a gente tudo utiliza o aplicativo para fazer esse cadastro de acesso (Entrevista realizada em dezembro de 2023).*

Na contemporaneidade, morar em loteamento fechado e em condomínio passou a ser a solução encontrada para se proteger da violência que assola o urbano. Essa nova tipologia que chega a Sobral, na verdade, intenta vender a ideia de que a segurança para a pessoa e sua família é estar intramuros, e essa nova tipologia denota um novo jeito de viver longe dos perigos urbanos. Em Sobral, a comercialização desse novo produto imobiliário parte como princípio para a mercadoria segurança, pois morar em espaço como é o loteamento fechado passou a ser a condição ideal, para resolver o problema de afastamento da violência e os perigos.

Assim, esses empreendimentos demandam por aquilo que não dependa do seu entorno, por isso, a vigilância privada é algo que esses moradores buscam para negar a cidade em seu entorno. Promove-se, com isso, um urbanismo militar que aponta sempre o próximo como inimigo, em espacial, os mais pobres, sempre com a noção estereotipada de que ele vai cometer algum crime.

Com efeito, entende-se que a mercadoria habitação é um importante elemento sob a hierarquização de classes na cidade, visto que o acesso demonstra, muitas vezes, como a sociedade é desigual. Isto posto, Silva (2022) esclarece que uma sociedade que tem acessos diferenciados, em especial, a habitação, é a clara a demonstração dessa fragmentação, o que é observado no espaço urbano na contemporaneidade.

Desse modo, essa nova tipologia residencial do espaço urbano de Sobral é uma moradia que não abarca todas as pessoas da cidade, haja vista que os preços desses lotes são algo que nem todos têm acesso, o que limita a acessão. Por conseguinte, os loteamentos fechados são produtos imobiliários para alguns. Esse foi o momento em que a habitação como

mercadoria redefiniu o modo como os sujeitos acessam e produzem a cidade capitalista, dado que os que conseguem entrar no mercado formal de habitação, sempre procuram os melhores bairros.

## Considerações finais

Os loteamentos fechados, produzidos pelo setor imobiliário, aparecem como uma modalidade ideal para perpetuar uma nova forma de morar na cidade. Ademais, o poder de consumo dessas pessoas aceita que acessem os melhores espaços, e sua conexão com os demais é perdida. No Renato Parente, os loteamentos estão desconexos em relação ao próprio bairro, as trocas entre estes são marcadas por muros.

Em seu formato, os loteamentos fechados procuram levar aos consumidores a nova maneira de morar, um retorno para uma vida tranquila e sossegada, um avesso à cidade contemporânea. Os muros representam a distância física e social, aparente em Sobral, refletindo-se na reprodução desigual do espaço urbano. Esse antídoto – encontrado pelo setor imobiliário para realizar essa demanda pelo idílico no espaço urbano caótico e inseguro – remansa em criar jeitos distintos de morar. Embute a ideia de voltar a viver em comunidade, tranquilidade e sossego, sendo assim, resgatando desejos adormecidos para quem acha a cidade perigosa e entende o outro como hostil.

A demanda por essa nova condição de morar leva, muitas vezes, a procurar alguma coisa que é somente o irreal, mas isso diz muito sobre a sociedade atualmente, pois essa camada solvável intenta, incansavelmente, alcançar condições para manter longe o que é passível de ser desagradável, e os loteamentos fechados representam o modo como essa camada solvável procura, incessantemente, seu novo jeito de viver.

Esse modelo de habitar expõe, ultimamente, a cidade como capitalista, não como um local para os pobres. Além de manterem distância, os de “fora” são tidos como perigosos, e o fenômeno do loteamento fechado, enfatizado pela cidade-mercadoria, é o resultado da subordinação da vida ao capital.

O presente estudo evidencia que a expansão imobiliária para áreas periféricas, onde o interesse do mercado imobiliário seguiu em busca de novos lucros, produziu a reprodução desigual do espaço, pois, nesse viés, a moradia se tornou um elemento fundamental para compreender essas desigualdades.

Conferimos, contudo, que a chegada dessas novas tipologias é uma nova modalidade de entender a produção do espaço urbano de Sobral. São produtos que fragmentam a cidade, possibilitando a formação de uma Sobral cada vez mais segregada, e essas novas tipologias conformam uma ideologia de negação da cidade e do outro. Na fase fluente do capitalismo, esses produtos imobiliários evidenciam as contradições em nossa sociedade.

## Referências

ALVAREZ, I. P. A produção e reprodução da cidade como negócio e segregação. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.). **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, p. 65-80, 2015.

ALVES, W. G. **Das experiências geográficas sobre o planejamento urbano, a leitura dos planos diretores da cidade de Sobral-CE**. 2022. 190f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROP GEO, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE, 2022.

BOTELHO, A. **O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário**. São Paulo: Annablume, Fapesp, 2007.

CARLOS, A. F. A. **A (Re)produção do espaço urbano**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. O urbano “desigual e combinado”: uma interpretação, possível, da urbanização brasileira. In: CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da (Org.). **Brasil presente**. São Paulo: FFLCH/USP, 2020. 19-49. Disponível em: <https://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/618>. Acesso em: 28 ago. 2023.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo da vida cotidiana na metrópole**. São Paulo: Labur Edições, 2017. Disponível em: [https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espa%C3%A7o-Tempo%20da%20Vida%20Cotidiana%20na%20Metr%C3%B3pole\\_.pdf](https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/Espa%C3%A7o-Tempo%20da%20Vida%20Cotidiana%20na%20Metr%C3%B3pole_.pdf). Acesso em: 23 jun. 2023.

COSTA, P. M. C. **A outra face de Sobral/CE: ocupações irregulares e a política de regularização fundiária de interesse social**. 2023. 224 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – PROP GEO, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE, 2023.

FREITAS, N. A. **O sabor de uma cidade: práticas cotidianas dos habitantes da cidade de Sobral**. 2005. 297 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2005.

GRAHAN, S. **Cidades sitiadas: o novo urbanismo militar**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HOLANDA, V. C. C. de. **Modernização e espaços seletivos no nordeste brasileiro**. Sobral: conexão lugar/mundo. 2007. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2007. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23102007-150426/publico/TESE\\_VIRGINIA\\_C\\_CAVALCANTE\\_HOLANDA.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23102007-150426/publico/TESE_VIRGINIA_C_CAVALCANTE_HOLANDA.pdf). Acesso em: 02 jan. 2023.

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOPES, F. C. R. **Fortaleza (CE) vai continuar andando para o leste: suburbanização, ideologia e cotidiano**. 2012. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo/SP, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-11032013-114603/pt-br.php>. Acesso em: 01 mar. 2023.

PÁDUA, R. F. Produção estratégica do espaço e os “novos produtos imobiliários”. In: CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D.; ALVAREZ, I. P. (Orgs.) **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, p. 145-163, 2015.

PÁDUA, R. F. O habitar como horizonte utópico. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, [S. l.], v. 23, n. 3, p. 478-493, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/162950>. Acesso em: 12 set. 2023.

ROCHA, H. **O lado esquerdo do Rio**. São Paulo: Hucitec, 2003.

RODRIGUES, A. H. V. **Especulação imobiliária na cidade de Sobral, Ceará**: um estudo dos loteamentos Morada do Planalto e Rosário de Fátima. 2012. 10. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza/CE, 2012.

SILVA, O. T. de. **A lógica da produção imobiliária capitalista**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022.

## CAPÍTULO 9

# JARDINS BIOFILTRANTES DO RIACHO PAJEÚ, SOBRAL-CE: ANÁLISE DA EFICIÊNCIA OPERACIONAL E A MANUTENÇÃO SUSTENTÁVEL

Doi: 10.35260/54212175p.203-224.2025

*Úrsula Priscyla Santana Nóbrega  
Kemmison Luiz Paula de Sousa  
Fernanda Elias Fernandes  
Cícera Sarah Moura Farias*

### Introdução

As mudanças climáticas, impulsionadas pelo aquecimento global e atividades antrópicas, estão gerando eventos climáticos extremos com impactos globais. Esses riscos se tornam particularmente críticos em áreas urbanas. Esta condição não é fortuita, haja vista que, ao longo da transição do século XX para o século XXI, a maioria substancial da população mundial passou a residir nas zonas urbanas (Trigueiro, 2017).

No cenário abordado, Trigueiro (2017) ressalta que o processo acelerado de urbanização global impõe inúmeros desafios à humanidade e, simultaneamente, estabelece uma assertiva fundamental: toda e qualquer proposta para modificar o quadro de crise iminente inevitavelmente perpassa as áreas urbanas. Este fenômeno é justificado pelo fato de que é nas zonas urbanas onde se registra a máxima utilização de energias e recursos naturais, além do expressivo consumo de bens e serviços.

Adicionalmente, destaca-se a relevância de observar que praticamente a totalidade dos resíduos sólidos, efluentes, poluição atmosférica e hídrica origina-se nessas localidades. Em escala global, são nas áreas urbanas que se originam a predominância das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEEs), as disparidades socioespaciais, as lacunas no ordenamento territorial e as acentuadas intervenções antrópicas nos ecossistemas naturais (Britto; Pessoa, 2023).

No que tange à crise climática, é imperativo ressaltar que, além de seu caráter predominantemente urbano, encontra-se intrinsecamente relacionada à maneira como o sistema capitalista manteve-se ao longo de seu processo de desenvolvimento. Conforme observado por Lefebvre (2008), o capital persistiu na absorção do que lhe era preexistente, abrangendo elementos como a agricultura, o solo e o subsolo, as edificações e as realidades urbanas de origens históricas. Nesse contexto, as cidades despontam como o palco central para o crescimento da força produtiva, cujo capital expressa sua potência, mesmo que isso ocorra à custa da degradação ambiental, dentre outras consequências.

Vale destacar, que o problema não está na transformação da natureza pelo homem. Não se busca aqui enfatizar a necessidade ou defender a ideia de uma separação, tampouco endossar uma teoria distópica de uma natureza intocada. Pelo contrário, concorda-se com o posicionamento de Machado (2022), o qual argumenta que não faz sentido considerar a transformação da natureza como um problema em si, mas ressalta que os modos específicos de produção conduzem a transformações insustentáveis do ponto de vista social e ecológico.

Assim, observa-se que o modo hegemônico e capitalista propicia uma acumulação da riqueza em muitos territórios, porém, em escala global, a consequência é a externalização dos custos sociais e ambientais, resultando na promoção da pobreza e da insustentabilidade em âmbitos socioambientais globais. Mesmo diante de um cenário pouco animador, Machado (2022) apresenta uma perspectiva mais otimista para desvenilhar a humanidade desse contexto. Para ele, é fundamental rever as abordagens sustentáveis sob uma perspectiva de ecologia política.

Em suma, esta perspectiva fundamenta-se na premissa de que todos os seres são partes integrantes da natureza, e toda política deve ser pensada considerando sua territorialidade específica (Moscovici, 2011 apud Machado, p. 32). Nesse sentido, os seres humanos são parte intrínseca da natureza e têm a capacidade de agir em equilíbrio com ela para atender às suas necessidades. Dessa forma, reconhece-se a interconexão entre as ações humanas e o ambiente circundante, buscando uma aproximação mais holística e sustentável.

Não por acaso, instituições financeiras e instâncias governamentais têm inserido em suas discussões, de maneira mais recorrente, a importância de apoiar políticas e ações que reconheçam os aspectos específicos de cada territorialidade. Essa abordagem ressalta a necessidade de considerar as peculiaridades e particularidades de cada localidade ao desenvolver e implementar iniciativas voltadas para a sustentabilidade e o desenvolvimento socioeconômico (Machado, 2022).

Nesse contexto, a preocupação com a territorialidade ganha destaque, uma vez que cada região possui características ambientais, sociais e econômicas únicas que devem ser consideradas na formulação de políticas e práticas sustentáveis. A compreensão dessas particularidades fortalece a perspectiva da ecologia política como um arcabouço conceitual relevante para orientar ações que visem à harmonia entre as atividades humanas e o meio ambiente.

No âmbito das possíveis estratégias para operar em equilíbrio com o planeta, sobressaem-se as Soluções Baseadas na Natureza (SBNs), emergindo como um percurso significativo para assimilar, reproduzir e ajustar os ciclos naturais. Essa abordagem visa, portanto, reconfigurar a dinâmica do relacionamento humano com o meio ambiente. As SBNs propõem uma metodologia que se alinha com os processos naturais, buscando inspiração na biodiversidade e nos ecossistemas para desenvolver abordagens sustentáveis e resilientes.

O conceito de Soluções Baseadas na Natureza (SBNs) vem ganhando notoriedade e aplicação prática em diversas partes do mundo. Nesse processo de dispersão, esse conceito chegou a Sobral-CE, onde se materia-

lizou efetivamente no projeto dos Jardins Biofiltrantes do Riacho Pajeú. Este projeto não apenas exemplifica a aplicação das SBNs, mas também destaca o interesse das instituições financeiras no avanço de iniciativas ambientais sustentáveis, como evidenciado pelo financiamento obtido junto ao Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF.

Desse modo, o presente artigo busca apresentar uma análise sobre a implementação dos Jardins Biofiltrantes, examinando como essa iniciativa pode contribuir para a recuperação e manutenção de áreas degradadas em ambientes urbanos, tendo como exemplo o Riacho Pajeú. Além de refletir sobre as potencialidades e os desafios inerentes à gestão do projeto, a partir deste exame, pretende-se contribuir para fornecer *insights* valiosos sobre a aplicação de soluções baseadas na natureza para a mitigação dos problemas ambientais urbanos em cidades médias.

## **SBNS e a implementação em Sobral**

As Soluções Baseadas na Natureza (SBNs) como conceito emergiram dentro do campo das ciências ambientais na última década. Em síntese, as SBNs configuram-se como ações que buscam proteger, gerenciar e restaurar, de maneira sustentável, os ecossistemas naturais ou modificados (Mascaró, 2016; Herzog; Rosa, 2010). A inspiração das SBN provém dos processos naturais que regulam diferentes elementos do ciclo hídrico, visando aprimorar a gestão da água por meio da mimetização de suas dinâmicas naturais, numa perspectiva integrada de evaporação, precipitação e absorção pela superfície do solo (Machado, 2022).

Nessa abordagem, Machado (2022) afirma que, ao invés da prática do sistema linear de extração, distribuição, consumo, coleta, tratamento e descarte de água, o fluxo circular potencializa a produtividade desse recurso (água), reduzindo os riscos ao ambiente, à saúde e aos custos de operação. De maneira sintética, Cohen-Shacham et al. (2016) apresentam os princípios das SBNs, que incluem a adoção de normas de conservação da natureza, a possibilidade de implementação isolada ou integrada a outras soluções, a designação conforme os recursos naturais

e contextos culturais, incluindo saberes tradicionais locais e científicos, a equidade, a justiça, a transparência e a ampla participação dos benefícios sociais gerados, a conservação da biodiversidade biológica e cultural, bem como a capacidade evolutiva dos ecossistemas, a aplicação na escala de uma paisagem/território, o reconhecimento e a resolução de compensação entre a produção de benefícios econômicos e as ações futuras em prol dos ecossistemas, e a integração em projetos de políticas e medidas voltadas a um desafio específico.

Machado (2022) destaca que as SBNs pressupõem planejamento e governança sustentáveis e participativos, possibilitando a integração ecológica e social. Em resumo, as SBNs mimetizam processos da natureza a fim de mitigar as alterações climáticas e enfrentar outros desafios da sociedade, mediante intervenção adaptativa ao contexto local, sempre reconhecendo e enfatizando a base local e mobilizando, quando possível, tecnologias territorializadas e promovendo a inclusão social.

Como resultado, as SBNs proporcionam melhorias nos serviços ecossistêmicos e geram resiliência local aos impactos das mudanças climáticas, bem como resiliência econômica pelo uso sustentável dos recursos naturais, contribuindo para a longevidade das ações. A aplicabilidade das SBNs pode ser diversa, contemplando soluções aplicáveis no contexto de rios, tratamento de efluentes, drenagem das águas pluviais, entre outras possibilidades.

O Jardim Biofiltrante do Riacho Pajeú (JBRP) é um exemplo de aplicabilidade de uma tipologia de SBN. Localizado na sede urbana de Sobral, cidade cearense situada a 220 km da capital do estado, Fortaleza (ver Figura 37), Sobral configura-se como a cidade mais populosa da região norte do estado do Ceará e vem se destacando nos últimos anos pelas suas políticas na área da educação e saúde. Com ofertas de serviços diversos e o maior comércio da região, a cidade ainda se destaca por sediar grandes fábricas, como a Grendene, Votorantim, Rações Golfinhos, dentre importantes instituições de saúde e ensino, como a Universidade Estadual Vale do Acaraú, a Universidade Federal do Ceará e o Hospital Regional Norte.

Figura 37 - Localização do Município de Sobral



Fonte: Acervo da Agência Municipal do Meio Ambiente de Sobral, 2022.

No próximo segmento, proceder-se-á à apresentação detalhada do funcionamento dos Jardins Biofiltrantes do Riacho Pajeú, englobando uma análise de sua implantação, custos associados, fontes de financiamento e eficácia operacional. Essa abordagem permitirá uma compreensão abrangente do projeto, contemplando suas nuances práticas, considerações financeiras e desempenho funcional.

## Os jardins biofiltrantes do Riacho Pajeú

Os Jardins Biofiltrantes do Riacho Pajeú foram implantados pela Prefeitura Municipal de Sobral, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Socioambiental (PRODESOL)<sup>1</sup>, com financiamento do Banco de Desen-

1 O Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Sobral – PRODESOL, em execução pela Secretaria de Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente – SEUMA de Sobral, viabilizado por meio do Contrato de Empréstimo - CFA 10569, firmado entre a Prefeitura Municipal de Sobral e o Banco de Desenvolvimento da América Latina – CAF, nasceu como uma proposta de superação e mitigação dos problemas socioambientais do município de Sobral, e tem como objetivo principal melhorar a qualidade dos serviços públicos por meio de investimentos em saneamento básico e ambiental, gestão socioambiental e requalificação da infraestrutura urbana do Município. O Programa conta com a quantia de US\$ 62.500.000,00, sendo US\$ 50.000.000,00 provenientes de empréstimo do Banco de Desenvolvimento de Américas Latina - CAF e de US\$ 12.500.000,00 de contrapartida da Prefeitura Municipal de Sobral.

volvimento da América Latina e Caribe (CAF). O Programa tem como objetivo principal melhorar a qualidade dos serviços públicos por meio de investimentos em saneamento básico e ambiental, gestão socioambiental e requalificação da infraestrutura urbana do Município, e está estruturado em cinco componentes de investimento e dois componentes de Gestão do Programa e outros gastos, cujos objetivos delineiam-se a seguir:

- Componente 1 – Saneamento Ambiental: Este componente tem por objetivo expandir e melhorar os sistemas de esgotamento sanitário e água potável, bem como o sistema de coleta de resíduos sólidos
- Componente 2 – Gestão Ambiental: Este componente tem por objetivo melhorar as condições urbanas e a gestão ambiental
- Componente 3 – Mobilidade Urbana: Este componente tem por objetivo melhorar a mobilidade urbana
- Componente 4 – Infraestrutura Social: Este componente tem por objetivo melhorar os equipamentos de Saúde, formação esportiva e de lazer
- Componente 5 – Fortalecimento Institucional: Este componente tem por objetivo melhorar as condições de Segurança Cidadã
- Componente 6 – Gestão do Programa: Este componente envolve ações de Supervisão Técnica e Ambiental de Obras, apoio a Unidade de Gerenciamento do Programa e Auditoria Externa
- Componente 7 – Outros Gastos: Esse componente envolve os gastos destinados à Comissão de Financiamento e Custos de Avaliação e Estruturação

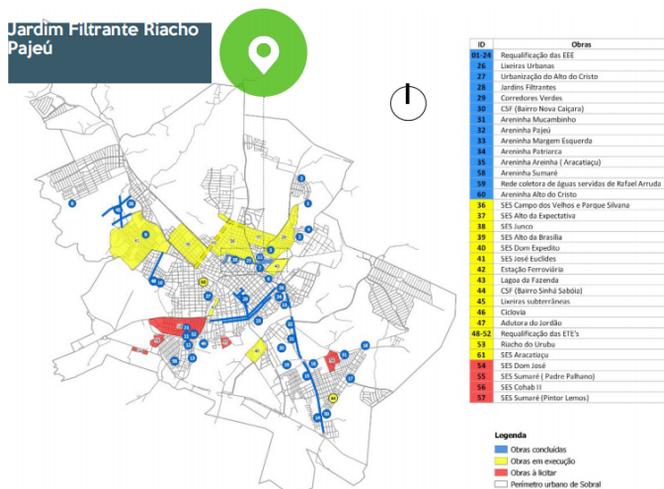
No que diz respeito ao Componente de Gestão Ambiental, os investimentos foram alocados em requalificação urbana, recuperação de áreas degradadas, arborização e educação ambiental, com montante total na ordem de R\$ 45 milhões, aproximadamente, que são executados pelas secretarias do Urbanismo Habitação e Meio Ambiente (SEUMA), de Infraestrutura (SEINFRA), da Conservação e Serviços Públicos (SESEP) e pela Agência Municipal de Meio Ambiente (AMA).

Dentro desse componente, tem-se como resultado a construção e/ou reforma de cinco importantes parques e espaços públicos de Sobral, a saber: Parque Lagoa da Fazenda, com extensão superior a 175 mil metros quadrados; Parque Alto do Cristo, importante ponto turístico de Sobral, com cerca de 20.500 metros quadrados; reforma do Parque da Cidade, com área superior a 68 mil metros quadrados; Parque da Estação, com 36.700 metros quadrados; e Parque Pajeú, com 51 mil metros quadrados. Além disso, foi executada a obra de urbanização do entorno do Riacho do Urubu, no bairro Dom José, resultando no Parque da Integração.

Importante salientar que, ainda, no âmbito do Componente de Gestão Ambiental, associado aos métodos tradicionais de tratamento de efluentes, a gestão pública investiu no sistema alternativo de tratamento de esgoto, notadamente às Soluções Baseadas na Natureza, por meio da implementação do primeiro Jardim Biofiltrante no município. Foram investidos R\$ 2.379.408,96 para a construção dos sistemas, contando com vegetação, escavação, impermeabilização e assentamento.

Na Figura 38, apresenta-se a espacialização das obras de saneamento com destaque para localização do JBRP.

**Figura 38** - Localização das Obras de Saneamento, em Destaque a Localização do Jardim Biofiltrante do Riacho Pajeú



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal de Sobral, 2022.

O Riacho Pajeú percorre todo o Parque da Cidade e o Parque Pajeú. As obras de implantação do JBRP foram finalizadas em 2020, o qual foi implementado em 1,19 quilômetros lineares, totalizando 12 mil metros quadrados de área, sendo considerado o maior jardim biofiltrante em área pública da América Latina à época de sua construção. Pode-se observar a dimensão de sua área na Figura 39, que apresenta uma vista aérea do trecho do jardim implantado ao longo do Parque Pajeú.

**Figura 39** - Vista aérea do Jardim Biofiltrante do Riacho Pajeú



**Fonte:** Acervo da Prefeitura Municipal de Sobral, 2020.

O projeto dos jardins biofiltrantes em questão visa purificar as águas do riacho Pajeú utilizando uma combinação de Sistemas de Alagados Construídos (SACs) e Sistemas de Alagados Naturais (SANs). Esses sistemas, conhecidos como *wetlands*, integram plantas nativas e exóticas adaptadas com propriedades filtrantes, pedras e britas para otimizar a qualidade da água. O processo de biofitorremediação empregado no projeto utiliza essas plantas não apenas para filtrar, mas também para transformar poluentes em nutrientes, beneficiando-se de mecanismos físicos, químicos e biológicos.

Nestes sistemas, a microbiota que se desenvolve naturalmente no leito dos alagados desempenha um papel crucial na degradação da matéria orgânica. As raízes das plantas, por sua vez, contribuem signifi-

cativamente para a remoção de poluentes, interagindo com o meio, a água, os microrganismos e os contaminantes. Este processo de biofitorremediação é resultado de uma série de ações: físicas, como filtração e sedimentação; químicas, como absorção e oxidação; e biológicas, como degradação por microrganismos e absorção pelas plantas.

Salutar registrar que, no ano de 2022, o projeto dos Jardins Biofiltrantes do Riacho Pajeú recebeu a premiação de 1º lugar na categoria “Combate à poluição nas águas”, no 9º Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente. No ano seguinte, o projeto recebeu outra premiação pela Agência Nacional das Águas (ANA) na categoria tratamento de água.

Neste contexto, é importante destacar ainda, que o Projeto Jardins Filtrantes do Riacho Pajeú está em consonância com as iniciativas voltadas para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU, refletindo o comprometimento do Município de Sobral com tais objetivos.

Avalia-se que o Projeto contribui para o alcance das seguintes metas ODS:

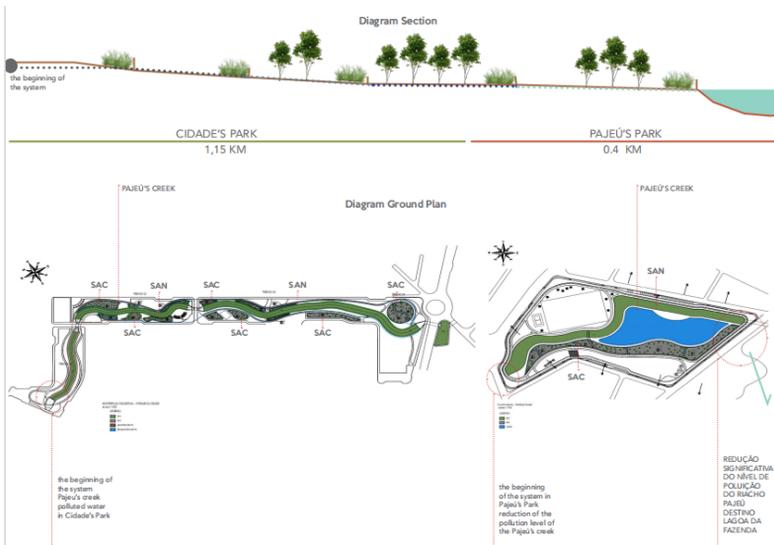
- Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos;
- Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
- Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos; e
- Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

## Sistemas de Alagados Construídos (SACs)

Os SACs consistem em áreas escavadas e impermeabilizadas, preenchidas com substrato poroso para criar um alagado construído, onde as plantas com funções fitorremediadoras são introduzidas e a água é distribuída por meio de tubulações. Os SANs se estendem pelo leito natural do riacho, com fluxo de água natural, e prevêm o plantio dessas espécies vegetais (Hidrobotânica, 2019).

É perceptível que a eficiência do sistema está diretamente ligada à manutenção diária, que considera fatores locais – como o controle do crescimento das plantas, a gestão de espécies invasoras – e fatores externos – como a destinação inadequada de resíduos sólidos, que pode resultar na obstrução das tubulações do sistema. Na Figura 40, é representado um corte esquemático e uma vista superior do Parque da Cidade e Parque Pajeú, em que é possível identificar o SAN e SAC. Ainda na citada figura percebe-se que o sistema não possui bombeamento mecânico, sendo o processo de passagem e transferência da água realizado por gravidade.

Figura 40 - Vista aérea do Jardim Biofiltrante do Riacho Pajeú



Fonte: Acervo da Agência Municipal do Meio Ambiente de Sobral, 2022.

A operação do Jardim é realizada pela Agência Municipal do Meio Ambiente, e as melhorias e reparos no sistema são executados pela equipe de manutenção da agência, sendo custeados pelo Fundo Socioambiental do Município de Sobral (FUNSAMS).

A eficiência do sistema está sendo avaliada por meio da observação e comparação dos indicadores de qualidade da água coletada no início e no final do sistema. Dentre os parâmetros observados, incluem-se o Oxigênio Dissolvido (OD), Demanda Biológica de Oxigênio (DBO), Turbidez, Coliformes Totais, Fósforo e Nitrogênio. As análises da qualidade da água são realizadas em três diferentes pontos do sistema e evidenciam uma maior eficiência dos SACs no polimento das águas (Sobral, 2021).

O primeiro ponto de coleta é no início do sistema, na Caixa de Areia, denominado como 01CA. É na Caixa de areia onde ocorre o tratamento preliminar para remoção de sólidos grosseiros através do gradeamento. O segundo ponto de coleta é no final do sistema, no último alagado construído, denominado de último tanque (02 UT). O terceiro e último ponto de coleta encontra-se no leito do riacho Pajeú, logo após a água tratada pelos SACs ser despejada no riacho, representando a etapa final do processo de tratamento.

Durante a análise desses parâmetros, observa-se que as intervenções de aprimoramento do Sistema de Alagados Naturais (SANs) contribuem para a otimização do próprio SAN, e qualquer melhoria desse sistema ocorre independentemente do SAC. Pode-se observar que iniciativas como a instalação de ecobarreiras, que promovem a oxigenação do sistema, e o plantio de macrófitas<sup>2</sup> em todo o leito são medidas fundamentais para o polimento da água nesse sistema.

---

2 As macrófitas aquáticas são vegetais que durante sua evolução retornaram ao ambiente aquático, e apresentam grande capacidade de adaptação e amplitude ecológica (Jesus et al., 2015). Estes vegetais influenciam o metabolismo dos ecossistemas aquáticos continentais de várias maneiras, por exemplo, através da redução da turbulência da água, que compreende a sedimentação de grande parte do material de origem alóctone (Demarco, 2016, p. 23).

## ***Sistemas de Alagados Construídos (SAC)***

Em relação ao Sistema de Alagado Construído (SAC), nota-se que o sistema opera eficientemente em quase todos os testes. Entretanto, alguns resultados são suscetíveis a influências externas, uma vez que o sistema é aberto e pode ser impactado pelo volume de chuva e até mesmo pelo tipo de alimentação dos animais que habitam o sistema, o que impacta na quantidade e no tipo de coliformes totais. Ainda em relação ao SAC, em algumas amostras realizadas periodicamente, houve uma redução de até 50% nos coliformes totais (ver Gráfico 1).

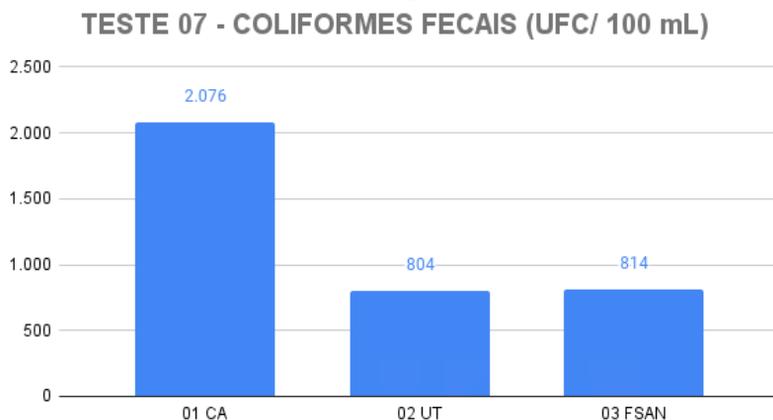
**Gráfico 1** - Comparativo do parâmetro de coliformes totais em fevereiro de 2022



**Fonte:** Acervo da Agência Municipal do Meio Ambiente de Sobral, 2022.

Em média, os parâmetros de fósforo e nitrogênio são os que apresentam as melhorias mais consideráveis (ver Gráfico 2). A turbidez, dentre todos os parâmetros, é a que mais se destaca, conforme evidenciado nas avaliações. A Figura 41 ilustra as amostras coletadas no início e no final do sistema de alagados construídos, destacando de maneira expressiva os resultados alcançados na redução da turbidez ao final do sistema.

**Gráfico 2** - Média dos parâmetros de análise da água entre 2021 e 2022 em escala logarítmica

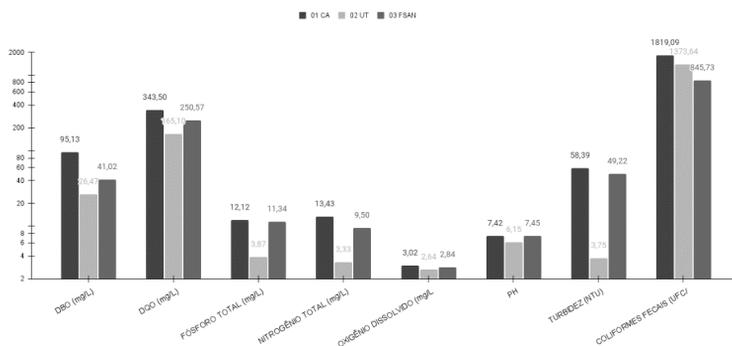


VALOR DE REFERÊNCIA: ---

**Fonte:** Acervo da Agência Municipal do Meio Ambiente de Sobral, 2022.

**Figura 41** - Fotografias de amostras coletadas no início do sistema (01 CA), recipiente à esquerda (tampa vermelha), e no final do SAC (02 UT), recipiente à direita (tampa verde)

Gráfico comparativo da média dos resultados por ponto (de julho de 2021 à junho de 2022)



**Fonte:** Acervo da Agência Municipal do Meio Ambiente de Sobral, 2022.

Na avaliação comparativa dos diferentes pontos do sistema de tratamento de água, os resultados obtidos por meio dos Sistemas de Alagados Construídos (SACs) mostram-se mais eficazes na maioria dos parâmetros analisados, superando tanto os índices do início do sistema quanto os do Sistema de Alagados Naturais (SAN). Uma exceção notável é observada nos níveis de coliformes totais, em que o SAN apresenta

uma melhoria mais acentuada. É importante salientar que os coliformes totais, por definição, incluem bactérias presentes em animais diversos, e não apenas humanos. Para uma avaliação mais precisa sobre a contaminação fecal de origem humana, faz-se necessário expandir a análise para incluir especificamente os coliformes fecais. Esta ampliação no escopo dos parâmetros analisados é essencial para obter uma compreensão mais detalhada sobre a efetividade dos diferentes sistemas no tratamento de contaminantes específicos, especialmente aqueles de origem humana, no processo de depuração da água.

Mesmo ainda não estando completamente implementado, conforme o projeto original, o Sistema de Alagados Naturais (SAN) já demonstra um desempenho positivo na melhoria da qualidade da água. Esta observação é particularmente notável quando comparamos a água tratada pelo SAN com a água inicialmente poluída, coletada na Caixa de Areia, no começo do sistema. Esta comparação evidencia que, apesar de não estar em sua capacidade plena, o SAN já contribui significativamente para a redução da poluição da água, indicando um potencial ainda maior de tratamento e purificação quando estiver totalmente implementado de acordo com o projeto.

Outro aspecto que merece ser investigado nas análises de eficiência dos SACs é o processo de colmatação. Esta envolve a perda de porosidade do meio devido à acumulação de sólidos orgânicos, o que pode impactar a remoção de poluentes da água (Matos et al., 2018). Para entender melhor esse fenômeno, é essencial conduzir estudos mais detalhados que avaliem a necessidade de intervenção nos tanques ao longo do tempo, além de examinar diversas variáveis que influenciam a eficácia do sistema, como a análise da taxa de acumulação de sólidos ao longo do sistema e no decorrer do tempo.

Embora os Sistemas de Alagados Construídos (SACs) tenham demonstrado eficácia no tratamento da água, a vazão atual ainda não atende plenamente às necessidades para a completa depuração da água do riacho Pajeú sem a total implementação do Sistema de Alagados Naturais (SAN). Diante desta constatação, e baseando-se nas experiências

práticas de campo e manutenção, está planejada a construção de uma cisterna. Essa estrutura será destinada ao reuso da água já tratada pelos SACs, com o objetivo de irrigar os jardins do parque onde se localizam os sistemas de jardins biofiltrantes. Tal iniciativa não só otimiza o uso da água tratada, mas também contribui para a sustentabilidade e eficiência do próprio sistema de tratamento, reforçando o ciclo de manejo responsável dos recursos hídricos dentro do ambiente do parque.

Para além dos indicadores de qualidade da água, registros fotográficos e visitas diárias ao jardim evidenciam também que a área está se consolidando como um *habitat* propício para pequenos répteis, aves e insetos. Essas espécies encontram abrigo e fontes de alimentação nos tanques do sistema. A Figura 42 apresenta fotografias de algumas das espécies observadas nesses tanques.

**Figura 42** - Fotografias de algumas espécies observadas no JFRP



Papa-arroz (*Chrysomus ruficapillus*)



Papa-capim (*Sporophila nigricollis*)



Teiú ou Tejo-d'água (*Tupinambis merianae*)



Tejubina (*Ameiva ameiva*)



Beija-flor-tesoura (*Eupetomena macroura*)



Freirinha (*Arundinicola leucocephala*)



Anu-preto (*Crotophaga ani*)

**Fonte:** Acervo da Agência Municipal do Meio Ambiente de Sobral, fotografias de José André Neto, 2022.

Após o acompanhamento por meio da análise comparativa dos resultados e do reconhecimento do aumento da biodiversidade na área que abrange a implantação do jardim, pode-se afirmar que, enquanto solução capaz de regenerar áreas e ampliar sua biodiversidade, é possível reconhecer o potencial do projeto. Adicionalmente a isso, a experiência dos jardins biofiltrantes em Sobral revelou outra possibilidade: a manutenção de um jardim úmido durante todo o ano, mesmo nos períodos de baixa pluviometria.

A presença da água nos tanques e a existência das plantas macrófitas contrastam com a paisagem do parque, especialmente durante os períodos de escassez de chuva, revelando a potencialidade paisagística no projeto. Esse aspecto foi reconhecido pela equipe de manutenção como algo interessante, visto que a manutenção de jardins úmidos durante todo o ano em ambientes semiáridos recorre à necessidade de uma considerável quantidade de água. Essa observação revela a potencialidade desses jardins como soluções paisagísticas em ambientes semiáridos.

Quanto aos Sistemas de Alagados Naturais (SANs), observa-se que eles foram projetados para desempenhar um papel complementar fundamental aos SACs, considerando a presença de contribuições irregulares de esgoto ao longo do curso do riacho, que estão sendo removidas gradualmente por meio das obras de expansão da rede de esgotamento sanitário tradicional. Além disso, devido à alta vazão de águas pluviais durante o período de chuvas na região, a vegetação no leito e margens do riacho é arrastada pela força da água. Para obter um desempenho adequado dos SANs, é essencial implementar um plano de plantio que ocorra duas vezes ao ano, antes e após o período de chuvas, bem como a construção de ecobarreiras para contornar resíduos sólidos e auxiliar na oxigenação da água no final.

Isso ressalta a necessidade de uma abordagem sistêmica que inclua a implementação de outras infraestruturas para melhorar a eficiência do Sistema. Nesse sentido, as infraestruturas verdes, como jardins de chuva, que aumentam a capacidade de infiltração e reduzem a velocidade do escoamento superficial de água pluvial nas áreas mais elevadas

da microbacia do riacho Pajeú, tornam-se cruciais. Os sistemas de drenagem tradicionais (infraestrutura cinza) apenas coletam e direcionam rapidamente as águas para o destino final.

Pode-se perceber, ao final, que considerar apenas a análise da água sem reconhecer a necessidade de avaliar os aspectos de manutenção e a condição de um sistema aberto não pode ser feito exclusivamente na análise desse tipo de sistema. Os jardins biofiltrantes do riacho Pajeú são uma solução paisagística bastante interessante do ponto de vista estético e sustentável, visto que possibilitam um jardim verde e úmido durante todo o ano, mesmo nos períodos de seca. Contudo, necessitam de uma manutenção constante e sistemática para uma operação eficiente. A eficiência total do sistema está plenamente conectada à operação conjunta do SAN e SAC, reconhecendo que, no caso do riacho Pajeú, o SAN é fundamental para a melhoria da qualidade do riacho, e o SAC pode se integrar a soluções de reúso de água com diversas finalidades, sendo uma opção sustentável a manutenção de gramados e jardins sem representar custos ou uso de água tratada.

## Considerações finais

Em resumo, apesar de o objetivo principal dos Jardins Biofiltrantes ser a despoluição das águas do Riacho Pajeú, sua eficácia depende da ampla requalificação dos sistemas convencionais de esgotamento e drenagem e do pleno funcionamento do SAN em conjunto com outros tipos de infraestrutura verde.

Além disso, destaca-se a importância de adotar um design centrado no local em projetos desse tipo, evitando a simples replicação de modelos padronizados, garantindo a adaptação às circunstâncias locais e a otimização das potencialidades ambientais específicas da região em análise. Esse aspecto é fundamental, e como enfatizado por Machado (2022), é um fundamento da SBN.

Por fim, as águas tratadas pelo Sistema podem ser aproveitadas para reúso na irrigação das áreas verdes dos parques onde estão instalados.

Dessa forma, a operação dos Jardins Biofiltrantes em Sobral abre novas perspectivas, especialmente ao considerar sua implantação em espaços públicos e nas condições climáticas do semiárido brasileiro, representando um caminho promissor para uma gestão mais consciente e eficiente dos recursos hídricos urbanos.

## Referências

ALIER, J. M. **Varieties of Environmentalism**. London: Earthscan Publications Ltd, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5706**: Coordenação Modular da Construção– Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 1977.

BRITTO, A. L. N. de P.; PESSOA, Z. S. Crise climática, cidades e reforma urbana: estado da arte de estudos e pesquisas. **Cad. Metrop.**, São Paulo/SP, v. 25, n. 58, p. 797-804, set./dez. 2023.

COHEN-SHCHAM, E. et al. (eds.). **Nature-Based Solutions to Address Global Spicential Challengens**. Gland, Suíça: Unión Internacional para la Conservción de la Naturaleza and Natural Resources (IUCN), 2016. Disponível em: <https://portals.iucn.org/library/sites/library/files/documents/2016-036.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2024.

DEMARCO, C. F. **Seleção de macrófitas aquáticas com potencial de fitorremediação no arroio Santa Bárbara**, município de Pelotas/RS. Pelotas, 2016. (Trabalho de Conclusão de Curso) - Universidade Federal de Pelotas, Curso de Engenheiro Ambiental e Sanitarista. Pelotas/RS, 2016.

HERZOG, C. P.; ROSA, L. Z. Infraestrutura Verde: Sustentabilidade e resiliência para a paisagem urbana. **Revista LABVERDE**, [S. l.], n. 1, p. 92-115, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistalabverde/article/view/61281>. Acesso em: 15 out. 2023.

HIDROBOTÂNICA. **Descritivo do Polimento de águas difusas do riacho Pajeú (Parques da Cidade e Pajeú) através de sistemas de alagados construídos (SACs) e sistemas de alagados naturais (SANs) - Revisão 04**. Miracatú, São Paulo, 2019.

JESUS, T. B.; SOUZA, S. S., SANTOS, L. T. S. O.; AGUIAR, W. M. Avaliação da Potencialidade de Utilização de Espécies de Macrófitas como Acumuladoras de Metais Pesados. **Revista Virtual de Química**, v. 7. n. 4, p. 1102-1118, 2015.

LEFEBVRE, H. Espaço, a produção do espaço, a economia política do espaço. *In*: LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

MACHADO, G. **Somos Natureza: Soluções Baseadas na Natureza para o Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: Bambual, 2022.

MARQUES, T. H. N.; RIZZI, D.; FERRAZ, V.; HERZOG, C. P. Soluções Baseadas na Natureza: Conceituação, Aplicabilidade e Complexidade no Contexto Latino-Americano, Casos do Brasil e Peru. **Revista LAB-VERDE**, FAUUSP, São Paulo, v. 11, n. 01, e189419, 2021.

MASCARÓ, J. L. (Org.). **Infraestrutura verde para o século XXI**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2016.

MATOS, M. P. de; VON SPERLING, M.; MATOS, A. T. de; DIAS, D. F. C.; SANTOS, C. R. S. Colmatação e desempenho de sistemas alagados construídos de escoamento horizontal subsuperficial ao longo de oito anos de operação. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 23, n. 6, p. 1227-1237, dez., 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/esa/a/bZM4rThxN-9W9wWp3kdQWmhN/?format=pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2024.

SOBRAL. Prefeitura Municipal de Sobral. **Jardins biofiltrantes dos parques da Cidade e Pajeú começam a apresentar resultados**. Disponível em: <https://www.sobral.ce.gov.br/informes/principais/jardins-biofiltrantes-dos-parques-da-cidade-e-pajeu-comecam-a-apresentar-resultados>. Acesso em: 23 out. 2023.

SOBRAL. Due Diligence. **Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Sobral**. 2017.

TRIGUEIRO, A. **Cidades e Soluções**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2017.



## CAPÍTULO 10

# CONFORTO TÉRMICO E CORREDORES VERDES NA CIDADE DE SOBRAL-CE: UMA ANÁLISE TERMOHIGROMÉTRICA DO PERÍODO SECO A PARTIR DO USO DE TRANSECTOS MÓVEIS

Doi: 10.35260/54212175p.225-246.2025

*Jander Barbosa Monteiro*

*Isabela Gomes Parente*

*Maria Antônia Xavier Soares*

### Introdução

Historicamente, as cidades brasileiras experimentaram, em grande parte, um crescimento desordenado, não devidamente planejado, impulsionado pela urgência em transformar espaços naturais em áreas para o desenvolvimento econômico (Muniz, 2016). Tal fenômeno acabou contribuindo para o desenvolvimento de centros urbanos que, em determinadas situações, acabaram negligenciando a qualidade de vida dos cidadãos, priorizando a expansão da urbanização.

Consequentemente, observam-se, de forma constante nas cidades brasileiras, sejam elas grandes ou médias, problemas ambientais diversos, desde aqueles associados à impermeabilização do solo, verticalização, degradação ambiental e até mesmo o desconforto térmico. Este último vem ganhando forte repercussão e apelo nas últimas décadas, em virtude do contexto de crise/emergência climática e efeitos

associados, representando um dos principais problemas da sociedade hodiernamente.

Na cidade, observa-se um clima específico, denominado clima urbano, distinto das áreas rurais adjacentes e produzido a partir da conjunção de diversos fatores, tais como: remoção de cobertura vegetal, impermeabilização do solo, pavimentação asfáltica, elevado fluxo de pessoas e veículos, entre outros elementos que geralmente contribuem para elevar a carga térmica desses ambientes.

Diante desse cenário, falar em cidades sustentáveis tornou-se um dos assuntos mais debatidos em inúmeras pastas, inclusive no planejamento e na gestão do espaço urbano. Afinal, ao abordar o cenário urbano, a qualidade de vida dos cidadãos torna-se um fator essencial a ser considerado, especialmente quando o contexto de emergência climática figura como pano de fundo do debate, em que os extremos climáticos são registrados com maior frequência e intensidade nesses espaços.

A ocorrência de extremos climáticos não apenas interfere no bem-estar dos cidadãos, mas também afeta o cotidiano na cidade. Diante da exposição e vulnerabilidade das áreas urbanas a tais adversidades, destaca-se a importância de buscar estratégias para tornar as cidades mais resilientes e sustentáveis, ainda que tal objetivo represente um grande desafio.

A manutenção de corpos hídricos e ampliação de áreas e corredores verdes representam importantes ações que visam à melhoria das condições ambientais no meio urbano (Mascaró; Bonatto, 2013), podendo oferecer rebatimento em diversas esferas, seja ecológica, recreativa, cultural, estética, produtiva e que, segundo Ferreira (2010), se mostram eficazes na reestruturação de espaços ecologicamente frágeis, onde a urbanização desenfreada predomina.

Os corredores verdes possuem tanto funções ecológicas quanto funções sociais, pois vão se apresentar úteis, por exemplo, na manutenção da biodiversidade, na proteção dos ventos e a regulação de brisas, no arrefecimento da temperatura da água e do ar (a partir do sombreamento e evapotranspiração), colaborando para a infiltração da água no solo,

proporcionando maior conforto térmico, entre outros benefícios (Ferreira, 2010). Ademais, estes geralmente ocorrem em espaços voltados para o lazer e prática de exercícios, melhorando também a qualidade do ar, além de contribuir para a manutenção e valorização da qualidade estética da paisagem.

Diante da importância da implementação e manutenção dos corredores verdes em espaços urbanos, objetivou-se aqui analisar a influência dos corredores verdes na amenização do desconforto térmico em uma cidade média inserida no semiárido cearense: Sobral. Para subsidiar esta análise, realizou-se caracterização termohigrométrica (considerando o período seco) a partir de transectos móveis que contemplaram em seu trajeto vias com corredores verdes, bem como aquelas que não apresentavam tal intervenção. Foram realizados três transectos, com tempo médio de duração de 45 minutos e em diferentes horários (às 6h, 15h e 20h), a fim de aferir a umidade relativa do ar e a temperatura no mês de novembro (período seco - primavera).

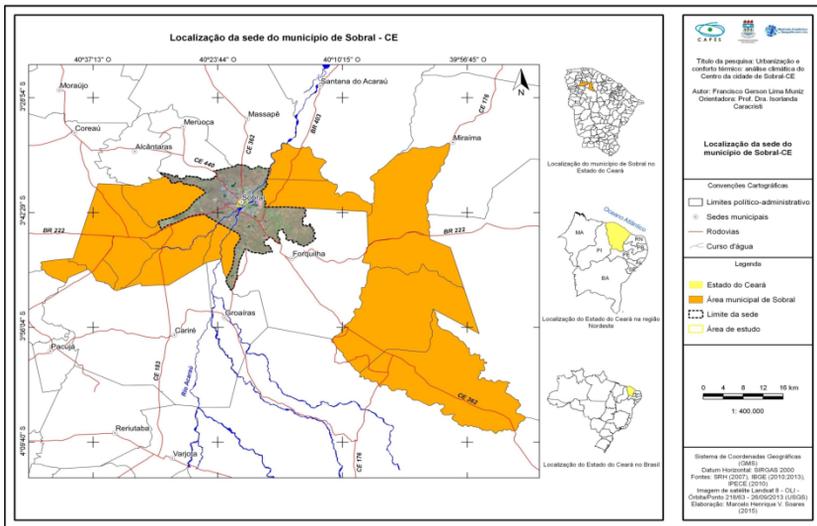
A pesquisa justifica-se por apresentar grande relevância no contexto do semiárido, uma vez que permite avaliar se tais intervenções realmente contribuem para minimizar o desconforto térmico, especialmente no período seco, quando geralmente registram-se extremos de temperatura e baixos índices de umidade. Acredita-se, hipoteticamente, que tais áreas verdes e com presença de corpos hídricos podem minimizar o desconforto térmico, produzindo um microclima específico nos ambientes em que se encontram, arrefecendo tais localidades e seu entorno, criando um ambiente relativamente mais ameno e confortável.

## A área de estudo

Sobral, localizada na região noroeste do Estado do Ceará (Figura 43), a uma distância aproximada de 235 km de Fortaleza (capital), apresenta coordenadas de latitude -3.68913 e longitude -40.3483, abarcando uma extensão territorial total de 2.122,897 km<sup>2</sup>. Inserida em um contexto de semiaridez, as localidades mais densamente urbanizadas em

Sobral (caso das porções que englobam o centro comercial da cidade e entorno) já foram apontadas como as mais desconfortáveis em pesquisas anteriormente realizadas no âmbito da Climatologia Geográfica, como de Muniz e Caracristi (2018), Paiva *et al.* (2023) e Monteiro *et al.* (2023), evidenciando a preocupação sobre a elevada carga térmica dos ambientes com maior adensamento urbano na cidade e com elevado fluxo de pessoas e veículos.

**Figura 43** - Localização geográfica da cidade de Sobral-CE/Brasil



**Fonte:** Muniz e Caracristi (2018).

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2022, o município conta com uma população de 203.023 habitantes, posicionando-se como o quinto mais populoso do estado e o segundo em termos de área na porção interiorana. Destaca-se, ainda, por ostentar uma taxa de urbanização de 88,35%, consolidando-se como o segundo município mais urbanizado no contexto estadual.

A vegetação predominante na região é característica do bioma semiárido, especialmente a floresta caducifolia espinhosa, com presença de matas de transição em pontos específicos. Ao longo das margens dos rios, observa-se a presença da chamada mata de galeria, uma vegetação

original que se destaca pela umidade em contraste com áreas circunvizinhas mais secas.

No ambiente urbano, a vegetação restringe-se principalmente a alguns corredores verdes, além de praças e parques urbanos, tais como o Parque Urbano Lagoa da Fazenda, Parque da Cidade e Parque Pajeú. Curiosamente, estas áreas não apenas propiciam o adensamento da vegetação, mas também se configuram como espaços de lazer.

Apesar de apresentarem espécies nativas, também se observa nesses espaços a presença de espécies que são consideradas invasoras, como o *Neem* indiano, inseridas anteriormente em razão do rápido crescimento e considerável área de sombreamento que proporcionam. Paulatinamente, tais espécies estão sendo substituídas por espécies nativas, a partir de planejamento estabelecido no Plano de Arborização Urbana de Sobral (PAS).

Quanto ao clima, Sobral caracteriza-se como uma região de clima semiárido, quente e seco, com chuvas escassas e mal distribuídas ao longo do ano, totalizando uma média pluviométrica de aproximadamente 889,7 mm/ano, concentrados especialmente entre os meses de janeiro e maio. As temperaturas, por sua vez, variam de acordo com a estação do ano e localidade, apresentando mínimas de 21°C e máximas de 39°C, com temperatura média entre 26°C e 28°C, de acordo com a Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Muniz; Caracristi, 2023).

Na cidade de Sobral, é possível perceber as variações na sua paisagem, que inclui desde elementos artificiais produzidos a partir da intervenção humana, presença de alguns corpos hídricos, além da ocorrência e da ausência de vegetação em alguns pontos da cidade, o que confere uma particularidade, dinamicidade e complexidade características do Sistema Clima Urbano (Monteiro, 1976), produzido, aberto e dinâmico.

Em períodos de altas temperaturas e baixa umidade relativa do ar, os cidadãos tendem a sentir maior desconforto térmico. Tal cenário evidencia a necessidade do desenvolvimento de medidas mitigadoras e políticas públicas que colaborem para a minimização do desconforto térmico

característico de Sobral. Inclusive, algumas destas intervenções/políticas públicas estão sendo implementadas nos últimos anos, especialmente associadas ao Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Sobral (PRODESOL) e Plano de Arborização Urbana de Sobral (PAS).

## Os corredores verdes de Sobral

Os espaços verdes, no contexto urbano, têm adquirido crescente relevância, desempenhando um papel significativo na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e na promoção da sustentabilidade territorial. Conforme destacado por Camargo *et al.* (2013), em um cenário contemporâneo caracterizado pelo crescimento exponencial das cidades, as infraestruturas verdes urbanas se contrapõem a esse fenômeno, uma vez que fornecem áreas que atuam como zonas de amortecimento climático, acolhimento da fauna e espaços de lazer. Nesse sentido, a implementação de corredores verdes emerge como uma estratégia crucial para mitigar o desconforto térmico, ao mesmo tempo em que oferece refúgio à fauna local ameaçada diante do avanço do desenvolvimento urbano.

De acordo com Laera (2013), as áreas verdes desempenham um papel significativo na malha urbana de uma cidade, atuando como aliada crucial na criação de zonas de amortecimento e no estabelecimento de equilíbrio entre as áreas edificadas e o meio natural. Nesse contexto urbano, emerge o conceito de corredor verde, o qual, em uma análise inicial, demonstra-se capaz de contribuir substancialmente para o aprimoramento da qualidade ambiental nas cidades.

Segundo Ahern (2003), os corredores verdes podem ser entendidos como elementos lineares da paisagem, planejados ou não, que permitem desempenhar vários usos de caráter ecológico, social e cultural, desde que sejam compatíveis com o uso sustentável da terra. Essas estruturas oferecem oportunidades de lazer e qualidade ambiental dos bairros.

Cecília Herzog (2008) ressalta a importância da presença de árvores em solos urbanos, uma vez que elas retêm as partículas poluentes, amenizam as ilhas de calor e proporcionam um maior conforto ambiental através do

sombreamento, resultando em melhorias no clima urbano. A autora ainda enfatiza a importância da participação comunitária e da integração de corredores verdes nas políticas públicas de planejamento urbano.

Em 2018, a Prefeitura Municipal de Sobral instituiu o Plano de Arborização de Sobral (PAS), uma iniciativa que incorporou a participação popular, visando à formulação de um plano mais alinhado com a realidade local. O PAS aborda uma variedade de espécies vegetais que apresentam melhor adaptação ao clima da região, objetivando prevenir a supressão vegetal em longo prazo.

Durante a implementação e a ampliação dos corredores verdes e parques urbanos na cidade (Figura 44), o Plano de Arborização de Sobral desempenhou um papel fundamental. Nesses espaços, foi imprescindível realizar um levantamento minucioso para identificar as espécies arbóreas mais adequadas ao ambiente, considerando a otimização do espaço disponível, a demanda por manutenção, a periodicidade necessária, dentre outros fatores. Dessa forma, a análise criteriosa antecedeu o plantio de algumas árvores, visando prevenir potenciais complicações futuras.

**Figura 44** - Obras de implementação de corredor verde em via pública de Sobral-CE



Fonte: Sales (2021).

Em 2019, foi criada a Lei municipal nº 1.939 (de 19 de novembro de 2019), que dispõe sobre a obrigatoriedade de implantar o Plano de Arborização nos parques urbanos, estimulando a preservação da vegetação local e integrando a população, com o intuito de quebrar o paradigma sobre a independência do meio ambiente, estimulando a expansão de áreas verdes na cidade, reduzindo a sensação de desconforto térmico, crescimento da diversidade animal, além da melhoria da qualidade de vida da população.

Há diversas leis referentes à preservação ambiental no município, dentre elas a Lei nº1.485, de 26 de junho de 2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade no uso de placas nas áreas verdes. Elas são úteis para estimular a população a preservar o meio ambiente, por intermédio de avisos voltados à conscientização ambiental, bem como a identificação de espécies nativas.

O Decreto municipal nº3.235, de 25 de agosto de 2023 dispõe sobre o Compromisso Verde, que responsabiliza empresas privadas e sociedade civil a conservar as áreas verdes da cidade. Com esse decreto, todos podem participar da manutenção e conservação dessas áreas. Recentemente, também foi criado um projeto de adoção de praças públicas. Assim, todos podem apoiar o município em relação à manutenção desses espaços que são muito benéficos para os habitantes.

Tais ações e medidas estão em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que foram concebidos com a finalidade de instruir os países membros das Nações Unidas na consecução de metas direcionadas à sustentabilidade, contando com a colaboração da sociedade, governantes e empresas, contribuindo na preservação de áreas e para a qualidade de vida dos cidadãos, inclusive no que compete ao conforto térmico.

No âmbito específico da área em estudo, alguns destes objetivos se alinham com o atual cenário. Dentre eles, destacam-se saúde e bem-estar, consumo e produção sustentáveis, vida na água, vida terrestre, ação contra a mudança global do clima, além de parcerias e meios de implementação.

A Prefeitura de Sobral tem adotado projetos sustentáveis, por vezes com financiamento externo e parceria público/privada, procurando inserir a sociedade nos projetos de forma que as comunidades possam participar ativamente das ideias para reduzir os impactos ambientais na cidade. Tal movimento é visto, por vezes, com demasiado espanto, uma vez que este cenário não representa a realidade da maioria das cidades brasileiras. Contudo, cidades médias como Sobral apresentam grande potencial para intervenções desta natureza.

Na cidade, a expansão dos corredores verdes e parques urbanos (Figura 45) já têm proporcionado benefícios notórios, como ampliação das áreas de lazer, maior fluxo de cidadãos que passaram a usufruir de tais espaços, redução da violência, surgimento de novas espécies de animais que anteriormente não frequentavam aquele local, melhorias no âmbito do conforto térmico, beleza cênica, entre outros.

**Figura 45** - Registro no período seco de corredor verde implementado na Av. Dep. Frederico Ferreira Gomes e Parque Urbano (Parque da Cidade), respectivamente



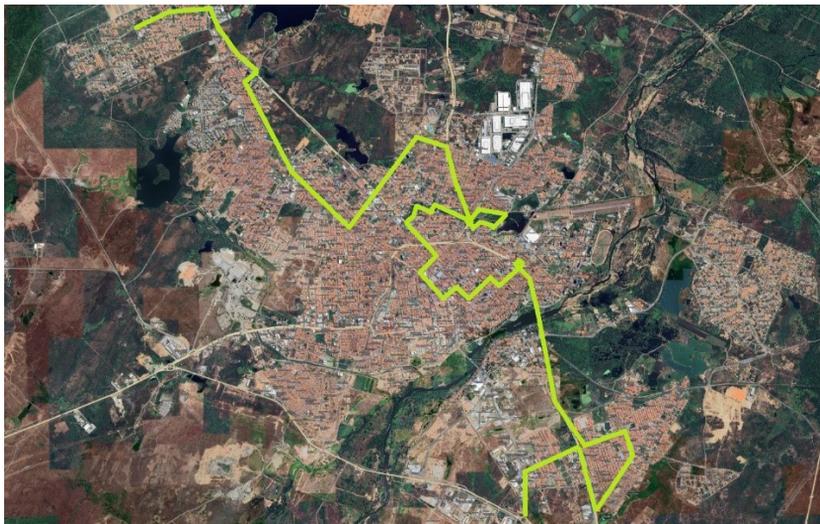
Fonte: Autores (2024).

Diante da expansão urbana e da industrialização de Sobral, que também acabam por desencadear impactos ambientais diversos, investir em tais políticas públicas e medidas mitigatórias representam uma importante alternativa na tentativa de minimizar os problemas ambientais urbanos, entre eles o desconforto térmico, característicos das cidades em pleno desenvolvimento.

## As aferições termohigrométricas: transectos móveis, equipamentos utilizados, dados primários produzidos e análises no período seco

A pesquisa, de caráter quantitativo e exploratório, primeiramente compreendeu um levantamento bibliográfico, no qual se fez uma revisão a respeito de infraestruturas verdes em espaços urbanos, especificamente sobre corredores verdes e seu papel atenuante no desconforto térmico. Adicionalmente, procedeu-se com uma investigação de campo, a fim de definir trajeto que contemplasse vias que já possuíam corredores verdes implementados e bem desenvolvidos, vias sem a presença de corredores verdes, além daquelas em processo de implementação (com espécies que foram recentemente inseridas). A definição do trajeto (Figura 46) resultou em perfil com 179 pontos catalogados, considerando registros realizados a cada cem metros em diferentes pontos da cidade.

**Figura 46** - Perfil do trajeto realizado a partir da transecto móvel na cidade de Sobral-CE



**Fonte:** Elaborado pelos autores (2024)

O Trajeto inicia-se às margens da BR-403, em uma das principais vias de acesso à cidade de Sobral (Av. Monsenhor José Aloísio Pinto), percorrendo bairros como Gerardo Cristino de Menezes, Sinhá Sabóia e

Cohab I, privilegiando vias com corredores verdes em direção ao centro da cidade. Foram incluídos no trajeto pontos bastante conhecidos dos cidadãos (como o Arco de Nossa Senhora de Fátima, Praça de Cuba e Mercado Municipal), contornando dois importantes Parques Urbanos (Parque da Cidade e Parque Pajeú) em direção aos corredores verdes localizados nas imediações da Vila Olímpica (Avenida Dep. Frederico Ferreira Gomes) e, na sequência, contemplando as Avenidas John Sanford e Cleto Ferreira da Ponte, adentrando o Bairro Renato Parente, adjacente ao Maciço Residual da Meruoca.

Os transectos móveis foram executados durante o período de estiagem, em 23 de novembro de 2023, mediante a utilização de dois equipamentos de aferição automática de temperatura e umidade (dataloggers) dispostos em abrigos de madeira na coloração branca. Os equipamentos, da marca Akso, modelo AK170, possuem certificado de calibração e exatidão de  $\pm 0.5^{\circ}\text{C}$ , medição de  $-30$  a  $70^{\circ}\text{C}$  e resolução de  $0.1^{\circ}\text{C}$ , além de memória para 43000 registros. O trajeto foi realizado em três horários: 6h00, 15h00 e 20h00, em veículo automotor, com velocidade não superior à 30km/h (evitando interferência nos registros pelo atrito com o ar/vento) e duração média de 45 minutos, a fim de obter análises em diferentes condições de tempo durante o dia.

Os termohigrômetros digitais automáticos capturaram os dados (temperatura e umidade) em intervalos de 2 segundos, sendo a utilização de abrigos meteorológicos confeccionados em madeira (na cor branca) destinada a prevenir e minimizar possíveis interferências nas aferições conduzidas em campo. Este procedimento foi adotado para garantir a precisão e a integridade dos dados coletados durante as análises no contexto da pesquisa.

Adicionalmente, utilizou-se o software Avenza Maps, previamente instalado nos dispositivos móveis dos pesquisadores, para identificação e registro das coordenadas dos 179 pontos ao longo do trajeto, georreferenciados em intervalos regulares de 100 metros. Após o registro dos dados, estes foram tabulação (Figura 47) utilizando os Softwares LogPro (para descarregar os registros dos dataloggers) e Microsoft Excel

(para a produção de conteúdo gráfico e estatístico), a fim de melhor realizar análise termohigrométrica do trajeto e avaliar o conforto térmico, a partir da utilização do Índice de Desconforto Térmico de Thom (1959), com adaptações de Santos (2011).

**Figura 47** - Preparo dos dataloggers nos abrigos, realização de transecto móvel e tabulação/análise dos registros termohigrométricos, respectivamente



Fonte: Autores (2023).

Tal escolha justifica-se a partir da necessidade do emprego de metodologias quantitativas que permitam mensurar o conforto térmico de forma clara e objetiva, adotando-se índices e confortogramas, embora a percepção de desconforto térmico apresente-se, até certo ponto, como um fenômeno subjetivo, influenciada por fatores como idade do indivíduo, vestimenta, preferências térmicas, interpretação individual do clima etc. O Índice de Desconforto Térmico (IDT) é obtido pela seguinte equação:

$$IDT = T - (0,55 - 0,0055 UR) \cdot (T - 14,5)$$

Considerando a equação, T representa a temperatura do ar expressa em graus Celsius (°C) e UR é a umidade relativa do ar (%). Para a caracterização do nível de desconforto térmico, utilizou-se a classificação apresentada por Santos (2011), adaptada para regiões tropicais (Figura 48):

**Figura 48** - Níveis de desconforto térmico a partir da aplicação do IDT

IDT	NÍVEL DE DESCONFORTO TÉRMICO
IDT < 24	CONFORTÁVEL
$24 \leq \text{IDT} \leq 26$	PARCIALMENTE CONFORTÁVEL
$26 < \text{IDT} < 28$	DESCONFORTÁVEL
IDT $\geq 28$	MUITO DESCONFORTÁVEL

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Santos (2011).

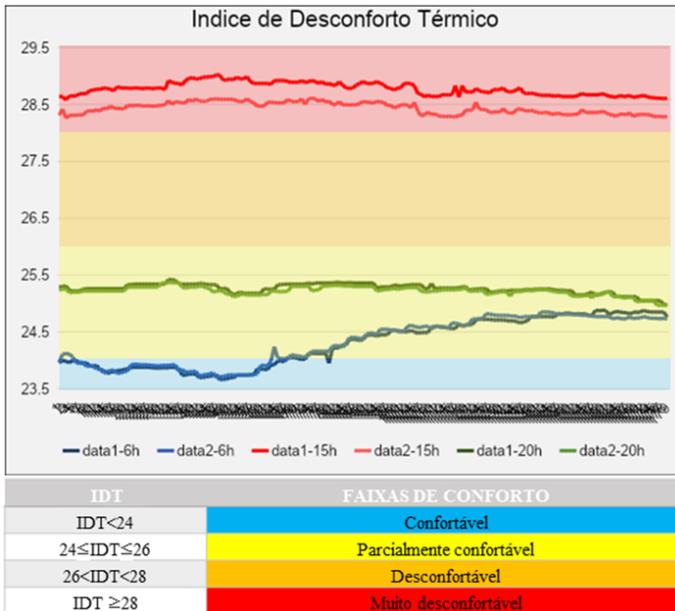
## Resultados e discussões

A partir dos registros obtidos com a realização dos transectos móveis no período seco e suas respectivas análises termohigrométricas, observou-se que durante o período da manhã, no transecto das 6h00, não ocorreu variação significativa na temperatura, registrando-se amplitude máxima de 1,5° C entre os pontos. Contudo, a umidade apresentou diferença mais significativa, com quase 5,8% de amplitude entre alguns pontos, o que já permite inferir que os pontos com maior presença de vegetação e ocorrência de corpos hídricos contribuíram para incrementar os registros de umidade.

Com relação ao IDT, este figurou na faixa entre 23,66 (índice mais baixo registrado, correspondente ao ponto 48, na Av. Sen. Fernandes Távora) e 24,88 (índice mais elevado, registrado em mais de um ponto). Desse modo, os níveis de desconforto figuraram na faixa do confortável e parcialmente confortável.

Quando analisados os dados da tarde, no transecto das 15h00, observaram-se maiores níveis de desconforto, o que já era esperado. As temperaturas, mais elevadas chegaram a máximas de 37,8° C em alguns pontos, somada à baixa umidade que não ultrapassou os 33,5% (em alguns pontos registrou-se umidade abaixo dos 30%). O IDT acabou figurando em níveis muito desconfortáveis (Figura 49).

**Figura 49** - Gráfico do IDT verificado no período seco (novembro de 2023)



**Fonte:** Autores (2024).

Por sua vez, no transecto noturno, iniciado às 20h00, observa-se uma queda na temperatura e um aumento nos índices de umidade, fazendo com que o IDT fique compreendido entre 25,05 e 24,97, categorizado como parcialmente confortável.

Conforme evidenciado na Figura 49, o período de maior desconforto térmico ocorreu às 15h00, uma vez que entre 12h00 e 15h00 observa-se uma maior absorção de radiação, ampliando a sensação de desconforto térmico. A temperatura no transecto variou entre 36,8° C e 37,7° C, e a umidade relativa do ar entre 33% e 28%, com IDT figurando na faixa do muito desconfortável. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), índices de umidade entre 20% e 30% caracterizam um estado de atenção, podendo desencadear efeitos diversos para os cidadãos, como náuseas, rinites alérgicas, sangramento nasal, garganta seca e irritada, ressecamento de pele e vermelhidão nos olhos.

Apesar do estado de atenção em alguns pontos, observou-se uma diminuição desse desconforto nos intervalos dos pontos 105 a 112, 148

a 152 e 163 a 179, respectivamente. O primeiro intervalo corresponde aos pontos próximos à Lagoa da Fazenda e Parque Pajeú; o segundo está localizado na Rua José Inácio Parente Filho, caracterizada por uma maior presença de árvores; e o terceiro refere-se a uma área também rica em vegetação arbórea. Assim, considerando o contexto semiárido de Sobral no período seco, é possível inferir que locais com corredores verdes mais desenvolvidos apresentaram um índice de desconforto térmico mais baixo, mesmo durante os períodos mais quentes das aferições.

Por outro lado, alguns pontos foram relacionados aos maiores níveis de desconforto, caracterizados pela quase ausência de vegetação, forte adensamento urbano, construções de poucos pavimentos, pavimentação asfáltica, entre outros elementos que contribuem para incrementar a carga térmica do ambiente (Figura 50). Em tais ruas, com paisagem mais artificializada e pouca ou nenhuma vegetação, geralmente verificam-se temperaturas mais elevadas e a umidade mais baixa.

**Figura 50** - Imagem que representa ponto com elevado desconforto térmico



**Fonte:** Autores (2023).

Assim, em condição mais amena, as áreas que apresentam corredores verdes, vegetação mais adensada (como no caso dos Parques Urbanos) e presença de corpos hídricos, contribuíram especialmente para o aumento da umidade relativa do ar e até mesmo uma redução da tem-

peratura (ainda que no período seco tal redução geralmente se apresenta de forma mais tímida). A imagem a seguir (Figura 51) representa um belo exemplo de amenidade no âmbito do desconforto, registrada em área próxima a um Parque Urbano (Parque Pajeú) com presença de vegetação e corpos hídricos adjacentes, além de possuir pavimentação em paralelepípedo (o que também representa uma amenidade quando comparado a pavimentação asfáltica).

**Figura 51** - Imagem que representa ponto com menor desconforto térmico



**Fonte:** Autores (2023).

Ainda de acordo com o transecto realizado no horário das 15h00, um fato curioso precisa ser considerado, justificando o posicionamento de dois dataloggers no veículo (um do lado esquerdo e outro do lado direito). O datalogger 02 obteve registros de temperatura entre 36,7°C e 37,6°C e umidade relativa do ar entre 27,1% e 29,1%. Apesar de o equipamento ser perfeitamente calibrado (com certificação), apresentando os mesmos registros do datalogger 01 (quando submetido às mesmas condições de temperatura e pressão) e passando pelos mesmos procedimentos, os resultados foram um pouco mais amenos, pois em alguns pontos houve menor exposição à radiação em virtude da presença dos corredores verdes e posição aparente do sol (fazendo com que, em alguns momentos,

fosse verificada maior exposição à radiação, especialmente no datalogger 01), que contribuíram para pequenas variações, mas que não foram significativas, uma vez que todos os registros ainda figuraram dentro da faixa mais desconfortável, apresentando pequenos desvios.

No que se refere ao transecto móvel das 20h00, o datalogger 01 registrou variações de temperatura entre 28°C e 29°C ao longo de todo o percurso, enquanto a umidade relativa do ar apresentou um comportamento crescente, de 51% para 57%. O Índice de Desconforto Térmico (IDT) nesse horário figurou na faixa do confortável. Uma relevante observação nesse transecto diz respeito à queda na temperatura e ao aumento significativo na umidade relativa do ar nos quatro últimos pontos do percurso, localizados no bairro Renato Parente. Essas variações podem ser imputadas à proximidade do bairro com o Maciço Residual da Meruoca, permitindo trocas interessantes entre a serra e o vale a partir dos sistemas de brisa vale-montanha, que contribuem para um maior arrefecimento da localidade.

## Considerações finais

A partir do experimento realizado no período seco, em localidade semiárida (Sobral-CE), foi possível observar a influência da vegetação e a presença de corpos hídricos na minimização do desconforto térmico, especialmente incrementando os níveis de umidade relativa do ar. As amplitudes nos registros de temperatura observadas entre os pontos também foram notificadas, embora estas se apresentem de forma mais tímida no período seco. Ainda assim, acredita-se que em outros períodos do ano tais amplitudes sejam relativamente maiores, o que se pretende investigar na sequência, a partir de campos realizados no período de pré-estação chuvosa, período chuvoso e pós-estação chuvosa de 2024.

A título de avaliação do conforto térmico, de forma objetiva, o IDT apresentou-se como uma alternativa que permitiu mensurar tal variável. A maioria dos índices é voltada para regiões frias e, no caso do IDT,

este se apresenta como uma metodologia já bastante difundida e utilizada em diversas localidades brasileiras e no âmbito do semiárido nordestino, ainda que esta seja alvo de questionamento por não ser construída considerando a realidade local.

Atualmente, tem-se estudado a possibilidade de criar índices que sejam mais próximos à realidade semiárida, algo que pode servir de objeto de investigação em pesquisas futuras. Tal padronização regional seria importante a fim de melhor dimensionar níveis de desconforto térmico mais próximos do contexto semiárido, auxiliando em análises mais precisas no Nordeste, inclusive de forma comparativa entre as localidades.

Também cabe considerar que os projetos capitaneados pela gestão pública municipal e que apresentam relação com a minimização do desconforto térmico (caso da implementação dos corredores verdes) são relativamente recentes. Alguns dos corredores verdes da cidade de Sobral-CE acabaram de ser implementados e ainda assim foram considerados no trajeto/transecto. Tal observação é de extrema relevância, uma vez que os corredores implementados em 2017/2018 ainda podem obter maior desenvolvimento das espécies, oferecendo rebatimento futuro no conforto térmico. Inclusive, os dados produzidos a partir das vias mais recentemente contempladas com corredores verdes poderão também ser comparados nas próximas décadas, a fim de avaliar como o desenvolvimento das espécies pode contribuir para amenizar o desconforto térmico.

Os benefícios associados à implementação dos corredores verdes em Sobral ultrapassam a esfera da amenização do conforto térmico. Além dos benefícios climáticos e ambientais, os corredores verdes também promovem um estilo de vida mais ativo, tornando-se locais atrativos para a prática de exercícios físicos. Isso não só contribui para a saúde física, mas também para o bem-estar mental dos moradores. Curiosamente, tais espaços foram ressignificados e mais valorizados pelos cidadãos no início da década de 2020, especialmente em razão da Pandemia associada à covid-19, quando muitos habitantes priorizaram a utilização de espaços abertos para práticas de lazer e realização de ati-

vidades físicas, na medida em que a ciência condenava as aglomerações em ambientes fechados.

Em razão do contexto de semiaridez e sazonalidade climática em que Sobral se insere, além da crise/emergência climática que emerge como pauta prioritária de muitos governos, sabe-se que o investimento em ferramentas de planejamento urbano-ambiental, a adoção de políticas sustentáveis que promovam cidades mais resilientes, o estabelecimento de diretrizes que contemplem os aspectos relacionados ao clima urbano e conforto térmico nos Planos Diretores Municipais, nos Planos de Arborização Urbana e na Educação Ambiental, representam importantes frentes de atuação que certamente irão contribuir para a qualidade de vida dos cidadãos. Afinal, todo o conjunto dessas diretrizes, ações e políticas públicas também contribuem para a garantia do mais elementar direito da vida urbana: o direito à cidade, especialmente se esta for sustentável e resiliente.

## Agradecimentos

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, pelo financiamento da pesquisa (Edital 04/2022 – Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica).

## Referências

- AHERN, J. Greenways nos EUA: teoria, tendências e perspectivas. *In: Ecológico Redes e Vias Verdes: Conceito, design, implementação.* JONGMAN, R. & PUNGETTI, G. (eds.). Imprensa da Universidade de Cambridge, Cambridge, 2003.
- ALVALÁ, R. C.; BARBIERI, A. F. Desastres naturais. **Mudanças climáticas em rede: um olhar interdisciplinar.** São José dos Campos, SP: Inpe, v. 1, 2017.

CAMARGO, M. et al. A sustentabilidade urbana analisada através do estudo de implantação de corredores verdes em dois logradouros da cidade de Cruz Alta/RS. **Rev. GEDECON-Gestão e Desenvolvimento em Contexto**, v. 1, n. 1, p. 127-135, 2013.

FERREIRA, J. C. A. Estrutura Ecológica e Corredores Verdes - estratégias territoriais para um futuro urbano sustentável. *In*: CONGRESSO LUSOBRASILEIRO PARA O PLANEAMENTO URBANO, REGIONAL, INTEGRADO, SUSTENTÁVEL, 4, Faro-Portugal. **Anais [...]**, Faro, 2010

HERZOG, C. P. **Corredores verdes**: expansão urbana sustentável através da articulação entre espaços livres, conservação ambiental e aspectos histórico-culturais. Coleção Paisagens Culturais–Materialização da Paisagem através das Manifestações Sócio-Culturais. Rio de Janeiro: UFRJ-EBA, 2008.

IBGE. **Sobral-CE - IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/panorama>. Acesso em: 19 dez. 2023.

LAERA, L. H. N. Mudanças Climáticas e as Responsabilidades, Atribuições e Ações do Poder Público na Cidade do Rio de Janeiro. **Rev. Direito da Cidade**, v. 5, p. 137-152, 2013.

MASCARÓ, J. J.; BONATTO, D. do A. M. Infraestrutura Verde como Estratégia de Desenvolvimento Sustentável e Qualificação Urbana: estudo de caso de Passo Fundo-RS. *In*: ENCONTRO LATINOAMERICANO DE EDIFICAÇÕES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS, 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2013.

MONTEIRO, C. A. de F. **Teoria e clima urbano**. São Paulo: USP/IG, 1976. 181p.

MONTEIRO, J. B.; SOUZA, A. C.; SILVA, F. J. M.; PAIVA, F. I. C. Conforto térmico humano em Parques Urbanos e Praças Públicas de Sobral-CE: uma análise sazonal microclimática. **Geoconexões**, v. 1, p. 314-338, 2023.

MUNIZ, F. G. L.; CARACRISTI, I. As transformações urbanas e a sazonalidade: produtores do conforto térmico do centro da cidade de Sobral-CE. **Geografia, Ensino & Pesquisa**, v. 22, p. 1-12, 2018.

MUNIZ, F. G. L.; CARACRISTI, I. Caracterização climática da cidade de Sobral/CE a partir de dados oficiais. **Rev. OKARA: Geografia em debate**, v. 17, p. 77-88, 2023.

MUNIZ, F. G. L. **Urbanização e conforto térmico na cidade de Sobral (CE): análise sazonal microclimática em meio às modificações urbanas**. 2016. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE, 2016.

PAIVA, F. I. C.; SILVA, F. J. M.; MONTEIRO, J. B. Caracterização termohigrométrica em espaços abertos de lazer: uma análise do período seco em praças e parques urbanos na cidade de Sobral-CE. **Rev. Geo-Sertões**, v. 7, p. 10-33, 2023.

SALES, A. Corredores verdes estão sendo cultivados em bairros de Sobral-CE (2021). **Agência Econordeste**. Disponível em: <https://agenciaeconordeste.com.br/corredores-verdes-estao-sendo-cultivados-em-bairros-de-sobral/>. Acesso em: 03 jul. 2023.

SANTOS, J. S. **Campo térmico urbano e sua relação com o uso e cobertura do solo em uma cidade tropical úmida**. 2011. 108 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, Paraíba, 2011.

SOBRAL. **Lei nº 1.939**, de 19 de novembro de 2019. Política de Arborização Urbana no Município de Sobral. Seção II, Sobral, CE, ano 2019, p. 1-20, 19 jan. 2024. Leis Ambientais.

SOBRAL. **Lei nº 1.485**, de 26 de junho de 2015. Identificação de áreas verdes. Sobral, CE, ano 2015, p. 1-2, 19 jan. 2024. Leis Ambientais.

SOBRAL. **Decreto nº 3.235**, de 25 de agosto de 2023. Compromisso verde. Sobral, CE, ano 2023, p. 1-3, 19 jan. 2024. Leis Ambientais

THOM, E. C. The discomfort Index. **Weatherwise**, v. 12, p. 57-60, 1959. Disponível em: <https://scirp.org/reference/referencespapers?referencid=1694667>. Acesso em: 20 dez. 2023.



## CAPÍTULO II

# IMIGRANTES VENEZUELANOS EM SOBRAL-CE

Doi: 10.35260/54212175p.247-264.2025

*Luz Maritza Mantilla Chanagá*

*Aldiva Sales Diniz*

*Virgínia Célia Cavalcante de Holanda*

### Introdução

A migração, em grande parte dos casos, está associada a um processo de construção e interação territorial em rede. Dessa forma, a mobilidade espacial da população leva à formação de territórios interconectados entre si, tanto em termos econômicos quanto culturais e políticos. Para Saquet e Mondardo (2008), o surgimento de territórios em rede, a mobilidade, as relações entre os territórios de origem e destino são moldadas e mantidas por meio dos laços e contatos estabelecidos entre migrantes e não migrantes por meio de uma interação em rede. Essas relações impulsionam a teia de forças que dão origem aos territórios e redes no contexto da migração.

De acordo com o geógrafo Marandola Júnior (2011), a Geografia desempenha um papel significativo nos estudos migratórios, especialmente no que se refere às análises espaciais da migração. Essas análises abrangem tanto o processo de deslocamento das populações (origem dos fluxos migratórios) quanto a assimilação desses fluxos e as transformações espaciais no local de destino.

Na atualidade, com a dinâmica migratória em pleno vigor, os fluxos migratórios têm aumentando em diversas partes do mundo. Entre esses

fluxos, destacam-se os imigrantes do Norte da África e da Turquia que se aventuram na travessia do Mar Mediterrâneo para chegar à Europa, principalmente à Itália. A fronteira entre os Estados Unidos e o México, uma das mais movimentadas, constantemente foco de notícias e debates políticos da sociedade norte americana. Na América do Sul, na região entre Colômbia e Panamá, encontra-se o passo fronteiro de difícil acesso da “*selva del Darien*”, onde sul-americanos se aventuram em busca do sonho americano iniciando a travessia para os Estados Unidos.

No caso do Brasil, a migração não é alheia à realidade mundial, com milhares de pessoas chegando ao norte do país. Através do município de Pacaraima, no Estado de Roraima, na fronteira com a Venezuela, mulheres, homens e crianças provenientes do país vizinho vêm em busca de alimentos, na esperança de acesso à educação, trabalho, serviços de saúde e outros direitos fundamentais que têm sido violados em seu país de origem.

Esta situação nacional tem sido tratada nas Políticas Federais, buscando atender às demandas dos venezuelanos em matéria de direitos fundamentais, enquanto os Estados e Municípios empreendem seus maiores esforços logísticos para responder às necessidades dessa população. Em uma das ações realizadas, o Ministério da Cidadania, criou em 2018 a “*Operação Acolhida*”, com o objetivo de oferecer assistência social aos refugiados e imigrantes da Venezuela. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se modalidades de interiorização, como a Vaga de Emprego Sinalizada - VES, na qual a pessoa refugiada é encaminhada pela *Operação Acolhida* para a cidade ou município onde começará a trabalhar após ser sinalizada com uma vaga de emprego por uma empresa brasileira. Outra forma de assistência é a “reunificação familiar”, que consiste em fornecer logística para que os refugiados se reencontrem com suas famílias no Brasil, possibilitando que possam acolhê-las e fornecer-lhes alimentação.

O marco legal das migrações no Brasil é a Lei nº 13.445, de 25 de maio de 2017, que se constitui pelos aspectos de indivisibilidade, universalidade e interdependência dos direitos humanos; repúdio à xeno-

fobia e à discriminação; não criminalização da migração; promoção da entrada regular; acolhida humanitária; igualdade de tratamento e oportunidade; inclusão social e laboral; acesso aos serviços públicos; proteção ao emigrante no exterior; cooperação internacional; promoção do reconhecimento acadêmico e repúdio a práticas de expulsão ou deportação coletivas, entre outros. Esse marco sinaliza, pelo menos em parte, o direcionamento das discussões abordadas aqui. Destaca-se que o acolhimento ao imigrante deve ocorrer desde a perspectiva do “abrigo”, envolvendo não apenas a acolhida humanitária, mas a efetivação desse acolhimento.

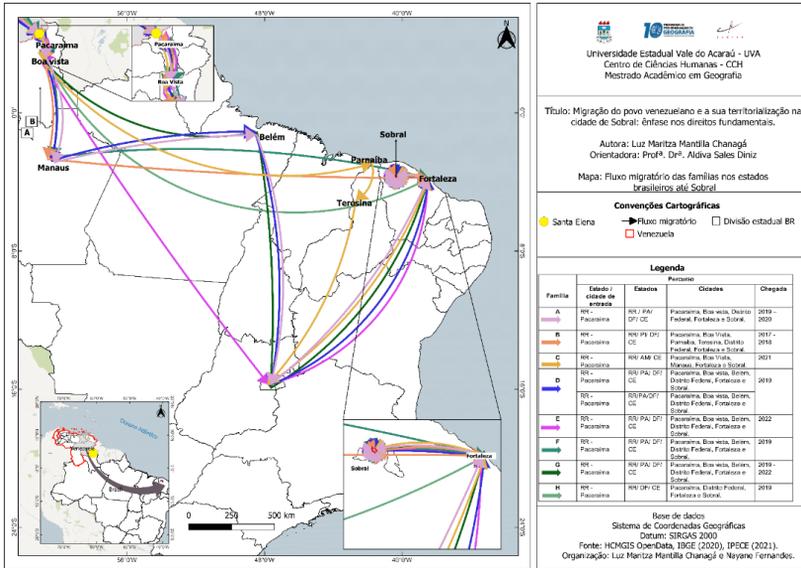
A cidade de Sobral, no Ceará, e comumente etiquetada como cidade acolhedora, nas duas últimas décadas ocupa papel de destaque em veículos de comunicação pelos dados positivos no campo da Educação, Equipamentos de Saúde, Espaços Públicos de Lazer, etc. Esse destaque faz parte das conversas cotidianas dos residentes em Sobral e fora dela, afinal, desde sua gênese, a cidade funciona como um ímã na atração de pessoas, inicialmente pela sua situação urbana, e no presente continua a reforçar sua centralidade no Noroeste Cearense.

Essa atração de migrantes para Sobral até 2017, estando circunscrita predominantemente ao território cearense, está entrando na rota da imigração dos venezuelanos, em sua maioria vinda dos estados de Sucre e Bolívar, bem com de Carabobo, Monagas e Anzoátegui. De maneira geral, os imigrantes percorreram entre 600 e 1200 quilômetros dentro da Venezuela para aceder à fronteira com o estado de Roraima, conforme mostra a Figura 52.

Em 2021, elaborou-se um projeto de pesquisa voltado a entender a territorialização desses venezuelanos em Sobral. A pesquisa foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, tendo como perguntas norteadoras: Como os imigrantes venezuelanos são recebidos em Sobral? Quais as particularidades desse acolhimento na perspectiva do imigrante? Onde se fixam na cidade esses imigrantes? As ações públicas de Sobral seguem o comportamento nacional em matéria de acolhi-

mento e territorialização? O olhar dos autores entrelaça-se a ferramentas da pesquisa científica e à emoção advinda dos contatos com esses migrantes.

**Figura 52 - Fluxo migratório das famílias nos estados brasileiros até Sobral**



## Apontamentos teóricos e metodológicos da pesquisa

As ações do governo brasileiro em diferentes escalas alteram o fluxo migratório, com rebatimento no processo de territorialização. Assim, os conceitos de território e territorialização são pedras angulares para a compreensão da situação da população venezuelana estudada.

O território, em uma perspectiva analítica, envolve as inter-relações de poder e cultura política especializada. Nesta visão, ancora-se na discussão realizada por Mordado (2018) na qual o território é uma produção de apropriação simbólica, de construção de identidades sociais/territoriais por meio de um imaginário e de uma identificação espacial. De modo semelhante, também ao posicionamento de Gottmann, (2012) e sua visão do território atrelada ao trabalho como atividade humana, expandindo o horizonte às fronteiras de outras atividades-direitos.

Como geógrafo, sinto que seja indispensável definir território como uma porção do espaço geográfico, ou seja, espaço concreto e acessível às atividades humanas. Como tal, o espaço geográfico é contínuo, porém repartido, limitado, ainda que em expansão, diversificado e organizado. O território é fruto de repartição e de organização. Tal como todas as unidades do espaço geográfico, ele deve ser, em teoria, limitado, embora seu formato possa ser modificado por expansão, encolhimento ou subdivisão (Gottmann, 2012, p. 525).

Ademais, apoia-se ainda no conceito de território em rede e territorialização, presente nos estudos de Haesbaert, (2004, p. 253-254), , que assevera que:

[...] um território, antes de ser uma fronteira, é primeiro um conjunto de lugares hierarquizados, conectados a uma rede de itinerários. [...] A territorialização [...] engloba ao mesmo tempo aquilo que é fixação {enraizamento} e aquilo que é mobilidade, em outras palavras, tanto os itinerários, quanto os lugares (Haesbaert, 2004, p. 253-254).

A territorialidade está intimamente associada com a atividade humana. O ser humano é territorialista em essência, isto é, há desejo de estabelecimento num dado território, não apenas no físico, mas transcendendo as barreiras físicas e adentrando no sentir, no “*ser humano*”. Assim, cientes da indissolubilidade do território e territorialidade, será utilizado o conceito espacial-geográfico como articulador das discussões sobre o território e territorialidade da população migrante venezuelana na cidade de Sobral-CE, mas com especial cuidado em relatar o sentir dos imigrantes na apropriação do território no sentido mais amplo da palavra territorialidade. As percepções desse migrante sobre as atividades próprias do território em moradia contribuem para colocar luz ao *subdimensionamento estrutural do fenômeno migratório* em que estamos imersos, local, nacional e mundialmente.

A pesquisa com os migrantes venezuelanos em Sobral ocorreu em 2022 e 2023. No intuito de conhecer a realidade vivenciada pelos sujeitos e sua visão do acolhimento recebido pelo poder público e pelo morador da cidade, optou-se pela técnica da observação participante. Inicialmente, contou-se com o maior número possível de migrantes, mas no momento seguinte manteve-se mais proximidade com os que aceitaram participar da pesquisa, embora não se tenha perdido o contato com os não participantes.

A pesquisa caracteriza-se de cunho qualitativo, por meio da observação participante e da entrevista semiestruturada. Segundo Queiroz *et al.* (2007), na observação participante são registradas três etapas, em que o pesquisador e o grupo pesquisado se encontram em momentos diferentes, com especial cuidado e atenção. Na primeira etapa, as pesquisadoras estabeleceram contato com o grupo social, criando a aproximação; na segunda, as pesquisadoras tiveram uma visão global dos sujeitos em seus espaços de moradia ou de trabalho, sendo utilizados alguns elementos auxiliares para registrar informações, como captura de imagens, entrevistas, enquetes, conversas por *Whatsapp*, dentre outros; na terceira etapa, resultante das etapas anteriores, reuniram-se todas as informações, levantamentos e observações de forma ordenada e cuidadosa. Para este artigo, foram selecionadas oito famílias, três delas residentes em um mesmo bairro, duas em outro bairro e as demais cada uma em um bairro diferente.

Desde o primeiro momento, pessoas chegaram de forma orgânica para aportar informações, facilitando conexões com pessoas que passaram a participar também desta investigação. O início da notícia dos venezuelanos na cidade foi um fato marcante para os sobralenses, tema que ficou na memória das pessoas, sendo comum as que tiveram algum episódio na memória envolvendo um venezuelano, até porque estavam em muitos dos semáforos da cidade.

No trabalho de campo, a primeira entidade não governamental procurada foi a Caritas Diocesana de Sobral. Uma interlocutora passou informações valiosas sobre o contacto inicial e humanitário fornecido

ao grupo de venezuelanos que apareceu, situação que rendeu capa de jornal<sup>1</sup>. O grupo foi acolhido pela Arquidiocese da cidade, ficando um Padre encarregado da assistência humanitária. Segundo informação dessa fonte, eram Indígenas Warao<sup>2</sup>, grupo que foi atendido, mas decidiu sair de Sobral por vontade própria e questões ligadas a sua cultura: “Acho que eles se sentiam presos e obrigados a fazer coisas que eles não gostavam de fazer, tipo, cozinhar no fogão” (Interlocutora da Caritas Diocesana, Sobral, 2022).

Chegou-se, por indicação de um colega, a um Indígena Warao, de 19 anos de idade. O contato foi realizado via *Whatsapp* por cerca de quatro meses, em que foi possível um maior conhecimento de como eles viviam em Sobral e de como eram assistidos pelo poder público municipal. Ele indicou uma Assistente Social da Prefeitura de Sobral, a qual intermediou contato com uma interlocutora da Coordenadoria de Direitos Humanos, com quem se manteve uma amizade durante os dois anos de pesquisa. A interlocutora, sempre prestativa, era bem atenta nas falas sobre os venezuelanos. Ela forneceu dicas sobre o bairro onde residiam três famílias venezuelanas, com as quais se manteve contato e se desencadearam as demais conexões que formam uma rede de oito famílias.

O contato primeiro foi com a “D” (mulher de 28 anos de idade), em seu trabalho, momento em que lhe foi apresentada a pesquisa e que prontamente topou em contribuir. Foi “D” quem repassou o contato de “C” (homem de 50 anos de idade), e em uma das visitas a sua casa, mostrou a casa de “E” (mulher de 57 anos de idade), que foi receptiva e manifestou interesse em participar. Já “F” (mulher de 34 anos de idade) se mostrou desconfiada, mas mesmo assim manifestou interesse em participar.

- 
- 1 Manchete do Jornal Diário do Nordeste “Grupo de 30 venezuelanos se refugia em Sobral, na Região Norte, em prédio abandonado. O Grupo vai ficar em casa cedida pela paróquia do Município”. 18 de Novembro de 2019. Caderno Região.
  - 2 Grupo étnico formado há mais de oito mil anos na região do delta do Rio Orinoco, sendo a segunda maior etnia da Venezuela com cerca de 49 mil pessoas. Fonte: Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR). Nota informativa para municípios sobre chegadas espontâneas de população venezuelana, incluindo indígenas. Brasília: ACNUR/Ministério da Cidadania, 2019.

O trabalho de campo e indagações próprias da observação levaram a “M” (mulher de 19 anos de idade), mãe de dois meninos que frequentavam a o Centro de Educação Infantil - CEI Dona Raimunda Olga Monte Barroso, no bairro Parque Silvana. Ela partilhou por 4 meses e depois conectou a pesquisa a “B” (mulher de 30 anos de idade), que posteriormente a apresentaria a “A” (mulher de 28 anos de idade). Essas duas também participaram da pesquisa. O contato com “H” (sexo masculino de 61 anos de idade) levou a pesquisa à migrante “G” (mulher de 22 anos de idade).

Selecionaram-se trechos das entrevistas que corresponderam às percepções sobre a acolhida dos venezuelanos por parte dos sobralenses e a questões ligadas à territorialização, inicialmente como moradia. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com oito pessoas, responsáveis pela família, mas ao final aprofundou-se no cotidiano de quatro famílias. As entrevistas foram autorizadas e reconhecidas pelos entrevistados por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

## **Os migrantes venezuelanos em Sobral**

As famílias entrevistadas são pardas e mestiças. Quanto ao grau de estudo, na sua maioria, cursou apenas o ensino médio completo; já no que consiste à faixa etária e gênero, pode ser verificado na Tabela 4: são oito famílias venezuelanas, apontadas com as letras A, B, C, D, E, F, G, H; faixa etária: 0-2, 3-5, 5-12, 13-17, 18-25, 26-40, 41-59, 60>; gênero Masculino e Feminino, sendo 14 masculinos e 13 femininos, totalizando 27 participantes; foram representados por um membro da família, maior de idade, que de forma voluntária decidiu participar. A faixa etária de 26-40 agrupa adultos e jovens, concentrando mais integrantes, pais ou mães; portanto, responsáveis pelo sustento da família.

**Tabela 4** - Integrantes das famílias por faixa etária e gênero

<i>Familia</i>	<i>0_2</i>	<i>3_5</i>	<i>6_12</i>	<i>13_17</i>	<i>18_25</i>	<i>26_40</i>	<i>41_59</i>	<i>60&gt;</i>	<i>Ma</i>	<i>Fe</i>	<i>T/Familia</i>	
<i>A</i>	0	1	0	0	0	2	0	0	0	1	2	3
<i>B</i>	0	1	1	0	0	2	0	0	0	1	3	4
<i>C</i>	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1
<i>D</i>	2	1	0	0	0	2	0	0	0	3	2	5
<i>E</i>	0	1	2	0	0	1	1	0	0	1	4	5
<i>F</i>	0	1	1	1	1	1	0	0	4	1		5
<i>G</i>	1	0	0	0	2	0	0	0	2	1		3
<i>H</i>	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1
	<b>3</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>14</b>	<b>13</b>		<b>27</b>

**Fonte:** Pesquisa Direta.

**Elaboração:** Chanagá.

Partindo do fato que o imigrante nem sempre é acolhido nos lugares por onde transita ou se instala, o abrigo da população imigrante de venezuelanos em Sobral deve ser compreendido, pois este é, muitas vezes, determinante no percurso da migração, nos laços dos imigrantes com os territórios e no estabelecimento de fluxos migratórios entre países, regiões ou estados.

O momento da chegada do imigrante produz várias sensações, que poderiam ir desde a emoção ao medo, esperança e alegria. As impressões iniciais podem ser então repassadas aos familiares e conterrâneos. Na tentativa de avaliar esse primeiro momento e as percepções dos imigrantes sobre o abrigo por parte da população sobralense, foram capturadas as falas por meio das entrevistas.

De maneira geral, as perguntas foram: Quais eram as sensações da chegada no Ceará? Fale sobre a sua chegada à cidade quem e como o receberam:

Saber que já tinha chegado ao local de destino foi uma sensação de tranquilidade, meu sogro e meu namorado foram lá em Fortaleza me trazer para casa (**G - Mulher de 22 anos**).

Senti muita felicidade ao chegar no Ceará, na hora pensei na oportunidade de mudar a vida, lá em Fortaleza estavam as pessoas de Direitos Humanos, quando a gente chegou em Sobral o pessoal de direitos humanos nos recebeu, eles

já tinham a casa alugada com várias coisas de doações e a gente se sentiu muito bem para começara trabalhar. O acolhimento foi uma benção, eu estive vários dias na rua com meus filhos, meu sobrinho e ainda um bebezinho de dias de nascido, graças a Deus fui acolhida, lá tínhamos comida, um teto e segurança, eu até fiz um curso da empresa “Renner” e hoje em dia trabalho com eles, no refúgio têm convênios que ajudam as mulheres e por causa disso estou aqui em Sobral, a vida tem mudado totalmente para mim de lá para acá (F - **Mulher de 34 anos**).

Nas narrativas dos migrantes, emergem, como eventos importantes do acolhimento, o suporte no momento da chegada ao Brasil e a qualificação no tempo de permanência no refúgio. No momento da resposta, uma emoção toma conta da entrevistada, que se mostra muito comovida, coloca a mão no peito, e com a voz embargada, demonstra gratidão à empresa que a treinou e a contratou:

Ao chegar fiz o curso que tinha vários componentes, português, técnicas de vendas, atenção ao cliente, vendas de balcão, diálogos com pessoas dos Recursos Humanos, dentre outros (F - **Mulher de 34 anos**).

Quando comparado o Brasil com outros países do mundo, o país se diferencia no que diz respeito ao acolhimento responsável. “O Brasil tem muitas boas práticas, e segue com esse compromisso de fortalecer a proteção internacional. O Brasil vai ser um campeão, seguramente a nível regional, mas também a nível global” (Nações Unidas Brasil, 2024).

O acolhimento na cidade de Sobral teve participação de familiares já residentes na cidade, mas também houve participação da comunidade local e do poder público, conforme pode ser identificado no depoimento a seguir:

Quando a gente chegou foi na casa de um conhecido, um companheiro me convidou para vir lá da fronteira,

na casa deles ficamos dois dias, logo nós fomos para um apartamento no Residencial Caiçara, ali foi fabuloso, os vizinhos chegaram na porta com mercado, foi farinha, feijão, muita coisa, até calabresa, uma tarde bateu na porta uma senhora e o filho dela, o rapaz trouxe uma TV de 22 polegadas, a senhora entregou e me disse: se você não tem mesa para colocar a TV venha na minha casa, eu vou arrumar uma mesa para o senhor, imagina a felicidade da gente, fomos pegar a mesa, foi nessa TV que eu comecei a aprender português (**H- Homem de 61 anos**).

Elementos importantes do abrigo é a interação, em que as pessoas já territorializadas em um bairro, como o Caiçara, formado em sua maioria por migrantes de municípios vizinhos a Sobral, identificam-se com os migrantes venezuelanos, entendendo suas carências e tentando ajudar como podem, em um ato de acolhida humanitária. Elementos como o anseio pela integração a partir da busca pela comunicação, mesmo sem o conhecimento da língua, evidencia a vontade de se territorializar:

Super bem! Graças a Deus os sobralenses são acolhedores, são muito agradáveis, prestativos, são de ajudar as pessoas, aqui não tem isso de fazer sentir menos aos Venezuelanos, nunca tenho vivido uma xenofobia em Sobral, todas as pessoas que conheço me fazem sentir muito bem, como se estivesse na minha casa (**B-Mulher de 30 anos**).

O relato da entrevistada B toca nos elementos enunciados na Lei da Migração, sobre o repúdio à discriminação e comportamentos xenofóbicos. Um elemento importante é a incorporação de palavras em português, mesmo que a conversa tenha sido realizada em espanhol. Essa ação que, se junta a outras, mostra que há apropriação da língua portuguesa na cotidianidade dos imigrantes. Prova disso, uns meninos chegaram perto e indagaram: “*Como você fala?*” A resposta, que era em espanhol, deixou-os surpresos, afastaram-se e deram uma risada. A mãe disse: “*Eles não falam mais espanhol, eu até falo em espanhol, mas as res-*

*postas são sempre em português*” (Nota de campo, 2022). Na população infantil, foi geral o domínio do português e a perda da oralidade em espanhol, até mesmo no núcleo familiar.

Essa observação também é extensiva a alguns hábitos alimentares e costumes próprios dos brasileiros e que são, em alguma medida, adotados pelos venezuelanos. Não houve qualquer representação típica da Venezuela nas visitas realizadas aos lares. Outra observação importante é o consenso geral sobre a intenção de permanecer no Brasil. Neste ponto, assume-se que há apropriação territorial dos imigrantes venezuelanos residentes em Sobral, o que demonstra que o processo de acolhida por parte dos entes territoriais e pela população sobralense tem sido efetivo, ou pelo menos em grande medida, nas famílias entrevistadas residentes nos bairros, conforme Tabela 5.

**Tabela 5** - Distribuição espacial das Famílias entrevistadas por bairros na cidade de Sobral

<i>Família</i>	<i>Bairros</i>	<i>Integrantes</i>	<i>Vínculo-imóvel</i>
<i>A</i>	Campos dos Velhos	3	Locatária
<i>B</i>	Campos dos Velhos	4	Locatária
<i>C</i>	Cohab	1	Locatário
<i>D</i>	Dom Expedito	5	Locatária
<i>E</i>	Dom Expedito	5	Locatária
<i>F</i>	Dom Expedito	5	Locatária
<i>G</i>	Domingos Olímpio	3	Locatária
<i>H</i>	Nova Caiçara	1	Proprietário
		27	

**Fonte:** Pesquisa Direta. **Elaboração:** Luz Chanagá.

Na Tabela 5, observa-se que três famílias se concentram no mesmo bairro; das oito famílias, apenas uma não mora de aluguel, esta residindo no Residencial Caiçara, condomínio popular edificado pelo programa Minha casa, Minha vida, com 3.200 unidades (Figura 53). As indagações sobre a escolha do bairro apresentam diversos posicionamentos, porém há coincidências no tocante ao valor do aluguel e proximidade com o trabalho. Os venezuelanos entrevistados pagam em média R\$ 390,00 pelo aluguel, e essa despesa representa aproximadamente 24% da renda bruta familiar, constituindo assim o segundo maior gasto, atrás somente da alimentação, com 31,5% da renda bruta familiar.

Figura 53 - Residencial Nova Caiçara-Sobral-CE



Foto: Holanda (2024).

Depois da identificação do perfil etário, gênero, local de moradia e percepção sobre acolhimento, indagou-se: Sobre a relação de vizinhança? Lugares da cidade onde se sentem bem? Como percebe seu reconhecimento no bairro? Identificamos como os espaços coletivos estão carregados de significados para esses migrantes, tendo em vista que são esses os espaços mais frequentados;

Para mim o bairro me faz sentir tranquila, porque é onde vou a passeio com meu filho, posto de saúde, supermercado e trabalho do meu marido (**G-Mulher de 22 anos**). Os lugares que mais gosto em Sobral são: a Serra da Meruoca, parque da cidade, escola das crianças, posto de saúde, supermercado, farmácia no centro lá perto do mercado, a Serra me faz sentir feliz (**A - Mulher de 28 anos**). Aqui as pessoas sabem que sou venezuelana que trabalho no *Shopping*, elas me reconhecem como prestativa e vem me buscar quando precisam de alguma coisa que eu posso resolver (**D - Mulher de 28 anos**).

Aqui no bairro me reconhecem, é claro só quem sabe que sou de outro lugar, outras pessoas me perguntam de onde sou? já tem pessoas que me reconhecem por exemplo no mercantil no mercadinho, as vizinhas me perguntam

como que eu tô e sempre são agradáveis e são muito respeitosas (G - **Mulher de 22 anos**).

Ao procurar “G” em seu lugar de residência, uma moradora da casa do lado ficou atenta à chamada e, depois de uns minutos, veio e disse: “Procurando alguém?” E completou: “A menina está aí dentro, porque do meu quintal dá para ver e tem barulho. Vou chamar”. Gritou o nome da jovem até ela aparecer. Já dentro de casa, ao ser questionada sobre a senhora, “G” respondeu que era “gente boa” e que sempre se coloca à disposição: “Se precisar de mim a qualquer horário pode gritar o meu nome que venho na hora”. Houve certo alívio por parte das entrevistadoras por ela ter essa vizinha atenta, pois a jovem tem 22 anos, com um bebezinho de colo, e não tem parentes além do marido e do sogro (diário de campo, 2023).

Sobre a moradia, os entrevistados foram assim questionados: “Fale sobre a casa onde você reside”. Para ilustrar a percepção dos entrevistados sobre o acesso à moradia, foram selecionadas algumas falas, apresentadas a seguir.

Aqui nesta casa estamos bem, gostamos da casa mais já temos que ir embora o dono mandou a gente procurar outro canto para morar, aqui temos um cômodo, sala e cozinha, serviço de banheiro, pia um quintal que fica do lado do rio Acaraú, na enchente e ‘muito grande a gente tem medo da água vir aqui dentro de casa (E - **mulher de 57 anos**).

Na verdade, a casaque moramos não tem boas condições para se habitar, mais com um salário não dá para pagar algo melhor, tem um cômodo só, eu moro com mais quatro meninos, tenho o menino, mas velho dormindo na sala num colchonete, os serviços sanitários estão danificados, a casafica do lado do rio Acaraú, pelo menos o menino de 14 anos vai lá tomar banho, nadar com as outras crianças do bairro (F - **mulher de 34 anos**).

Aqui a casa é bonita, não temos luxo, mas não precisamos nada, a casa tem três cômodos para nós três, no iní-

cio achei que era grande para mim, agora com meu filho acho que os espaços são necessários, temo o que precisamos, água, luz, internet e gás e o melhor fica perto do trabalho do meu marido (G - **mulher de 34 anos**).

A moradia é um direito social cuja competência é comum da União, dos Estados e dos Municípios, cabendo a estes, em cooperação, promover e executar programas de construção de moradias populares atendendo as necessidades da população. Em sentido contrário, notícias divulgadas pela mídia nacional e pela ONU evidenciam que famílias de imigrantes venezuelanos encontram dificuldades para obter moradias dignas nas cidades de Boa Vista, Cuiabá e Porto Alegre, entre outras. São moradias precárias, sem água encanada e/ou energia elétrica. De maneira semelhante, Domiciano e Fleury (2023) constataram que, em Aparecida de Goiânia-GO, na prática, o direito à moradia não está sendo efetivado aos imigrantes venezuelanos que, para subsistirem no município, colocam suas vidas em risco por residirem em casas precárias e com alto risco de serem eletrocutados. Como os imigrantes venezuelanos vêm se espalhando em cidades de diferentes escalas, tem sido difícil capturar seus diferentes desafios.

## Considerações finais

Levando em conta as observações de campo, as conversas informais, as entrevistas, entre outros, há uma satisfação dos imigrantes venezuelanos com o acolhimento recebido na cidade de Sobral. O morador da cidade que muitas vezes é também migrante é visto como revelado na fala da entrevistada “B”: “pessoas prestativas que gostam de ajudar ao próximo”. Isso faz com que a cidade de Sobral tenha, além dos atrativos já percorridos aqui, um reconhecimento ligado ao respeito pela pessoa humana, compatível com as normas internacionais da dignidade humana e com a própria constituição do Brasil.

Identificaram-se problemas na precariedade das suas moradias, estando associados, em um dos casos, à falta de emprego. No entanto,

apresentam serviços básicos, contando com rede de esgoto, assim como serviço de energia elétrica, acesso aos Equipamentos de Saúde e de Educação. Uma das maiores preocupações em relação ao local de residência é a distância do centro tradicional, onde as ofertas de emprego são maiores, exigindo o uso do transporte para se deslocar.

De maneira geral, identificou-se o reconhecimento social dos entrevistados nos bairros onde vivem, ocorrendo entrosamento junto à comunidade, o que parece levar à aderência dos costumes locais, ao exercício do poder simbólico e ao processo de territorialização, que avança de maneira natural. Acredita-se que uma integração social seja possível e positiva na cidade de Sobral, por meio da troca de cultura e de convívio.

## Referências

- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BRASIL. **Lei nº 13.445**, de 24 de maio de 2017. Institui a lei de migração.
- DOMICIANO, F. A.; FLEURY, N. M. Do Direito Social à Moradia: uma análise das moradias dos imigrantes venezuelanos residentes no setor Vale do Sol em Aparecida de Goiânia (UFMS). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 20, **Anais [...]**, Campo Grande/MS: UFMS, p. 1–2, 2023.
- GLESNE, C. **Becoming Qualitative Researchers: An Introduction**. 2015.
- GOTTMANN, J. A evolução do conceito de território. **Boletim Campi-neiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523–545, 2012.
- HAESBAERT, R. Territórios, redes e aglomerados de exclusão In: **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- MARANDOLA JÚNIOR, E. Migração e Geografia. **R. bras. Est. Pop.**, v. 28, n. 1, p. 245–247, 2011.
- MONDARDO, M. L. Da transculuração à transterritorialidade. In: RAMALHO, M. **Territórios de Trânsito**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2018. p. 360p.

NACIONES UNIDAS. **Migración internacional y desarrollo**. Nueva York, 1997.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J.; SOUZA, Â. M. A.; VIEIRA, N. F. C. Observação Participante Na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicações na Área da Saúde Participante Observation *In: Qualitative Research: Concepts And Applications In Health*. 2007.

SAQUET, M. A.; UNESP, F. C. T.; MONDARDO, M. L. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais A migração e a construção de territórios em rede : considerações teórico. **Rev. NERA**, v. 11, n. 13, p. 118–127, 2008.



## CAPÍTULO 12

# MANIFESTAÇÃO DO CAMPO NA CIDADE: UM OLHAR A PARTIR DA FEIRA LIVRE NOS ARREDORES DO MERCADO PÚBLICO DE SOBRAL-CE<sup>1</sup>

Doi: 10.35260/54212175p.265-288.2025

*Thaysslorranny Batista Reinaldo*  
*Virgínia Célia Cavalcante de Holanda*

### Introdução

Em tempos de globalização, a relação campo-cidade tem sido modificada e alicerçada por relações capitalistas de produção, sendo um desafio definir o que seja campo, cidade, rural e urbano. Para entender essas questões tão importantes para a ciência geografia e para a sociedade em geral, geógrafos e outros estudiosos têm se dedicado ao estudo de temáticas envolvendo o campo e a cidade, inclusive das feiras livres como uma expressão das ruralidades no cotidiano da cidade.

Os mercados e feiras são locais de comercialização de diversos produtos oriundos do campo, sejam eles ligados ao setor animal ou vegetal. As feiras e os mercados são identificados por Almeida, Santos e Argentina (2021) como elementos importantes na estrutura do meio urbano, pois são constituintes de uma dinâmica específica de ocupação do espaço. O mercado geralmente é um espaço público aberto ou construído

---

1 O presente artigo faz parte das pesquisas que estamos desenvolvendo em dois projetos que contam com apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP, (Edital 04/2022 – Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e à Inovação Tecnológica) e (Edital 09/2023 – Bolsa de Pós-Doutorado).

onde são ofertados produtos e serviços, no qual existem diferentes relações sociais e econômicas.

A relação campo e cidade, no caso de Sobral, pode ser observada a partir do Mercado Público, localizado no centro da cidade. Este é administrado pela Prefeitura de Sobral, por meio da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico (STDE), segundo o site<sup>2</sup> oficial, atendendo tanto a população sobralense quanto moradores de municípios circunvizinhos, assim como turistas que desejem conhecer o local. São ofertados diversos produtos alimentícios, roupas, produtos de limpeza, prestações de serviços, dentre diversas outras atividades. Portanto, no presente estudo, pretende-se analisar a relação campo-cidade a partir da feira livre que ocorre na parte externa do Mercado Público de Sobral.

No que concerne à metodologia, partiu-se de uma análise qualitativa com utilização de pesquisa bibliográfica em teses, dissertações, livros e artigos científicos, pesquisa documental em sites e documentos, bem como trabalho de campo realizado no dia 17 de fevereiro de 2024 em que foi entrevistado um total de 11 (onze) feirantes de diferentes idades.

O público-alvo é composto por homens e mulheres feirantes que trabalham diretamente com produtos oriundos do campo, como aqueles que vendem frutas, legumes, temperos, ervas e plantas medicinais, com o intuito de ter uma melhor visão das relações que ocorrem nesses espaços e a percepção de cada um sobre toda a dinâmica da feira. Na ocasião, também foram feitos alguns registros fotográficos, e a sistematização dos dados resultou em um mapa de espacialização da origem dos produtos comercializados pelos entrevistados.

## A relação campo-cidade

A ciência geográfica desenvolve pesquisas sobre diferentes áreas do conhecimento, sendo as questões agrárias e urbanas uma delas. No Brasil, muitos estudos sobre o campo e a cidade direcionam diversos

---

2 Disponível: <https://www.sobral.ce.gov.br/informes/principais/mercado-publico-de-sobral-passa-a-funcionar-tambem-no-horario-da-tarde>.

teóricos, os quais contribuem com o entendimento das questões que perpassam nesses espaços.

Os estudos acerca da cidade e do campo atravessam a história e as sucessivas divisões sociais e territoriais do trabalho que neles vão se realizando. Nesse sentido, é preciso refletir criticamente sobre alguns conceitos utilizados, como: campo, cidade, rural, urbano e as relações complexas que os compõe. Rua (2020) chama a atenção para a importância de inserir nessas reflexões os sujeitos sociais que conduzem essas formas espaciais, uma vez que o campo e a cidade são compostos por pessoas que produzem e vivem nesses espaços, construindo uma vida, trabalho e relações em sociedade.

Segundo Rua (2020), Lefebvre (2001) e Marques (2001), em um primeiro momento, nas sociedades agrárias, a cidade existia enquanto centro político-administrativo, que organizava o meio rural e dele dependia para o seu abastecimento. Ou seja, a cidade aparecia como consumidora e o campo como o lugar da produção.

Para Marques (2002), na Idade Média europeia, as cidades eram, além de políticas, lugar do culto e de encontro, tornando-se centros de vida social e política, enquanto prevalecia seu caráter comercial, seria uma separação entre capital e propriedade da terra. Nessa perspectiva:

O passo seguinte no processo de divisão do trabalho foi a separação entre a produção e o comércio com o surgimento da classe dos comerciantes e com a expansão do comércio para além da vizinhança próxima da cidade. As cidades passam a se relacionar umas com as outras, dando origem a um processo de especialização e a uma divisão do trabalho entre as cidades. A produção agrícola deixa de ser a principal atividade e a riqueza deixa de ser sobretudo imobiliária. A cidade torna-se o *locus* principal da produção, passando a influenciar diretamente o sentido e o ritmo da produção no campo bem como sua forma de organização do trabalho. Completa-se a vitória da cidade sobre o campo (Marques, 2002, p. 105-106).

Nesse contexto, paulatinamente a cidade passou a ser o centro de decisões, exercendo, além da centralidade econômica, o poder político. Em relação à cidade, Carlos (2007) a define como um conjunto de fatores sociais, culturais e as relações nela existentes, por exemplo, ruas, casas, carros, pessoas, comércio, indústrias, instituições de ensino, unidades de saúde, bancos e a própria paisagem da cidade, como, árvores, sons, poluição, eventos, conflitos, entre outros. Nela ocorrem relações boas e ruins, configurando o espaço urbano.

Assim, a cidade revela conflitos, relações de poder e é palco de lutas de classes, movimentos sociais e reivindicações de melhores condições de vida. A esse respeito, Carlos (2007, p. 26) defende que:

A cidade é um modo de pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura. [...]. A cidade aparece como materialidade, produto do processo de trabalho, de sua divisão técnica, mas também da divisão social. É materialização de relações da história dos homens, normatizadas por ideologias; é forma de pensar, sentir, consumir, é modo de vida, de uma vida contraditória.

No que diz respeito ao campo, Oliveira (2007) afirma que tem, como uma de suas características, a capacidade organizativa da classe camponesa e o sustento a partir da lida na terra. Historicamente, é de onde muitas famílias tiram seu sustento, cujo trabalho familiar é marcante. Alguns estudiosos das questões camponesas, como Teodor Shanin, José de Souza Martins, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Carlos Rodrigues Brandão, defendem que, apesar do processo de industrialização e expansão das cidades, o campesinato continuará existindo.

Teodor Shanin (1983) corrobora para pensar no universo das relações sociais do camponês e identifica que algumas de suas características mais gerais, como o trabalho familiar, a economia de subsistência, a tradição oral, geralmente são subservientes a redes sociais mais amplas

e possuem dinâmicas baseadas nos ciclos naturais (ano agrícola) e uma tendência à agriculturação com a expansão comercial. Essas características, conforme aponta o autor, podem ser identificadas em vários lugares do planeta Terra.

Pode-se observar que a vida no campo e na cidade tem dinâmicas diferentes, porém complementares, pois o campo produz o alimento que abastece a cidade, e muitas das necessidades dos camponeses são supridas na cidade, por exemplo, a compra de produtos não produzidos no campo, o acesso ao estudo e ao sistema de saúde, seja para realização de consultas e/ou exames.

Santos (1994) destaca a necessidade de pensar o campo e a cidade como espaços diferenciados que se complementam pelas diferenças que possuem. Nesse caso, as relações de intercâmbio entre campo e cidade, rural e urbano extrapolam a materialidade e o econômico, abrangendo as esferas das relações sociais, das ideias e da cultura. O autor pontua ainda a existência de uma psicoesfera e uma tecnoesfera, utilizados pelo meio técnico-científico para introduzir a racionalidade no próprio conteúdo do território.

É possível entender, a partir da leitura da obra de Santos (1994), que a psicoesfera está atrelada aos elementos de instância econômica e cultural e extrapola os limites da cidade. Nesse caso,

A psicoesfera também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras objetivas de racionalidade ou do imaginário, palavras de ordem cuja construção frequentemente é longínqua. Ela é local pelas pessoas sobre as quais se exerce, mas constitui o produto de uma sociedade bem mais ampla que aquele lugar e cuja inspiração e cujas leis têm dimensões ainda mais complexas (Santos, 1994, p. 46).

O referido autor convida a pensar acerca da existência de regiões urbanas e regiões agrícolas reforçando a ideia de permanência do rural. Dessa maneira:

A região urbana tem sua unidade devido, sobretudo, à inter-relação das atividades de fabricação ou terciárias encontradas em seu respectivo território, às quais a atividade agrícola existente preferencialmente se relaciona. A região agrícola tem sua unidade devido à inter-relação entre mundo rural e mundo urbano. Representado este por cidades que abrigam atividades diretamente ligadas às atividades agrícolas circundantes e que dependem, segundo graus diversos, dessas atividades. [...] nas regiões agrícolas é o campo que, sobretudo, comanda a vida econômica e social do sistema urbano (sobretudo nos níveis inferiores da escala) enquanto nas regiões urbanas são as atividades secundárias e terciárias que têm esse papel (Santos, 1994, p. 67-68).

A discussão em torno do urbano e do rural perpassa, no olhar de Bagli (2006), os limites espaciais tradicionais, pois existem territorialidades urbanas nos espaços rurais e territorialidades rurais nos espaços urbanos. Essa situação se explica na própria troca e complementariedade entre o campo e a cidade, rural e urbano, no entendimento da pesquisadora. A esse respeito, ela esclarece:

Rural e urbano são, pois, os conteúdos que definem e caracterizam o modo de vida específico de seus correspondentes espaços: campo e cidade. Entretanto, não podem ser compreendidos simplesmente como realidades diferenciadas, mas, sobretudo, complementares. Partes de um mesmo todo que, embaladas pela cadência da contradição, se completam justamente pelas diferenças que possuem. E assim, se relacionam. Campo e cidade por comportarem modos de vida específicos se configuram como espaço rural e urbano, respectivamente. Porém, em razão do aprofundamento das relações entre ambos, os limites de cada espaço não podem ser perfeitamente traçados. [...] Os espaços rurais e urbanos comportam qualidades específicas: ruralidades e urbanidades. Estas, entretanto, podem ser encontradas para além de suas realidades de origem. A cidade deixa de ser espaço exclusivamente

urbano, por conter ruralidades; o campo deixa de ser espaço estritamente rural, por comportar urbanidades. Na base dessa rede de relacionamentos e interligações está a territorialidade (Bagli 2006, p. 68-69).

Quando se discute urbano e rural, ruralidades e urbanidades, é preciso levar em consideração o sistema econômico em que se está inserido, no caso o modo capitalista de produção, uma vez que seu surgimento, fortalecimento, expansão, bem como as revoluções tecnológicas contribuíram para a modificação das dinâmicas espaciais no campo e na cidade. Adjetivar ou qualificar o que seja urbano e rural na contemporaneidade é um desafio, pois cada vez mais o urbano está presente no campo e o rural na cidade, e os recursos tecnológicos têm um papel importante nesse processo. Dessa forma, na perspectiva de Bagli (2004), o rural e o urbano extrapolam os limites estabelecidos para o campo e a cidade.

A urbanidade no campo tem uma forte relação com o processo de industrialização do campo, com um aumento significativo da mecanização da produção agrícola. A esse respeito, Rua (2006) e Silva (2014) enfatizam o papel do modo capitalista de produção e do capital financeiro nesses espaços, gerando conflitos e desigualdade social. Cabe destacar ainda que, a partir do momento em que o campo também se moderniza, o modo de vida da população se modifica. No entendimento de Silva (2014, p. 3):

Com a difusão da tecnologia, da informação e da indústria cultural cosmopolita, já não é possível conceber o rural desconectado de certos recursos, como a TV, o rádio, o telefone, a informática e a internet. Acompanhando a transformação tecnológica, percebemos também a mudança nos padrões de produção-consumo e comportamentais dos habitantes das comunidades rurais, que passam a adquirir com maior frequência produtos industrializados, não só bens duráveis, mais também alimentos, roupas, cosméticos e outros itens que caracterizavam um estilo de vida urbano.

Por outro lado, Silva (2014) destaca que o urbano também passa a visualizar o mundo rural com outra perspectiva, especialmente de quem vive em áreas mais agitadas como as metrópoles, que acabam buscando o campo para momentos de descanso. O pesquisador aponta que na atualidade o número de capitalistas que investem em grandes projetos de infraestrutura do campo (hotéis, hostel, etc.) é cada vez maior, bem como a procura por esses espaços por parte de uma pequena parcela da população que mora na cidade, no caso aqueles que podem pagar pelo serviço. O autor elucida que a presença do rural no urbano também ocorre, a exemplo das feiras ecológicas nos centros da cidade.

O rural no urbano pode ser identificado nas atividades econômicas relacionadas à agricultura que ocorrem no perímetro urbano e evidenciam, no olhar de Freire e Ramos (2014), o quanto as cidades têm se tornado foco de concentração da população oriunda do campo. Dentre os elementos que contribuíram/contribuem para com o processo migratório campo-cidade, os autores citam o processo de modernização da agricultura e do êxodo rural. Na cidade, esses sujeitos buscaram reproduzir as territorialidades vivenciadas no campo, um exemplo é o próprio cultivo de alimentos nos quintais de suas residências.

Para Carneiro (1998), o campo, a cidade, o rural e o urbano são expressões sociais que expressam visões de mundo e valores distintos conforme o universo simbólico no qual estão inseridos. É preciso inserir os sujeitos sociais que vivem nesses espaços para entendê-los, pois é cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre cidades e pequenos vilarejos, com base em atividades econômicas e/ou culturais. É preciso compreender que:

O ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de “urbano” e “rural” em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente (Carneiro, 1998, p. 53).

Na perspectiva de Carneiro (1998), as transformações ocasionadas pela intensificação com o mundo urbano (pessoais, simbólicas, materiais, etc.) não resultam necessariamente na descaracterização do sistema social e cultural do campo. A relação campo e cidade está cada dia mais presente no cotidiano da população mundial e nacional.

Uma das representações presentes no espaço urbano da relação campo-cidade é materializada nas feiras livres, onde se vendem produtos oriundos do campo. Essa prática não é recente. Almeida (2009) afirma que desde a Antiguidade, com os gregos e romanos, a comercialização de produtos por intermédio das feiras já existia. Todavia, foi somente com a oficialização das feiras na revolução comercial do século XI, durante a Idade Média, que ocorreu uma maior visibilidade e organização dessa atividade. A função inicial das feiras naquele momento era suprir a população de alimentos primários.

Gonçalves (2019, p. 26) afirma que a “feira, como uma conformação de comércio, tem origem na Idade Média, especificamente, no período do renascimento do comércio, com o aumento da circulação de mercadorias entre as cidades e o campo”. Nessa perspectiva, as feiras surgiram inicialmente devido ao excedente da produção e pela necessidade de troca de produtos. Na Idade Média, o mercado servia como ponto de concentração e comercialização da produção camponesa, e as feiras ocorriam ocasionalmente, podiam ocorrer cerca de uma ou duas vezes ao ano e contribuíram para o surgimento de cidades.

Gonçalves (2021, p. 98) explica que:

A feira teve também um papel fundamental no desenvolvimento das cidades comerciais, sobretudo, na Idade Média, estabelecendo redes de comércio que tinham as grandes feiras como centros distribuidores. Estas, tamanha a grandeza e importância, ficaram conhecidas pela alcunha das cidades que as acolhiam, a exemplo da feira de Lyon ou de Champagne. As feiras atravessaram os séculos, a transição do regime feudal ao do capital, adequando-se à nova lógica como importantes centros de câmbio de

moedas e de crédito entre mercadores e compradores de mercadorias. As feiras transpassaram mares, ganharam outros continentes. Entraram em declínio com o surgimento das bolsas e a substituição do fluxo comercial contínuo no lugar do intermitente. O progresso dos meios de transporte e infraestruturas de apoio permitiram maior eficiência das redes de distribuição de mercadorias.

Assim, entende-se as feiras como fenômenos socioeconômicos e culturais antigos, fazem parte da história da humanidade (Almeida; Santos; Argentina, 2021). No Brasil, o surgimento das feiras remonta ao período colonial, resultado das práticas de comércio trazidas pelos portugueses (Gonçalves, 2021). As feiras serviam naquele momento como centros de compras e vendas para a manutenção de vilas e povoados, cujo funcionamento requeria a plantação de produtos primários e paulatinamente foram surgindo também no interior do território. A comercialização a partir das feiras permaneceu ao longo do tempo e, na atualidade, ainda garante o sustento de milhares de brasileiros. Cabe explicar que:

No contexto da formação social brasileira, a feira foi marcada pelos modos de ocupação e produção dominante no período colonial, isto é, a produção de açúcar para exportação. A feira, no período colonial, destacou-se, principalmente, pelo comércio do gado criado no sertão, longe do plantio de cana, destinado ao abastecimento das regiões monocultoras. Posteriormente, a feira agregou junto a si a produção do campo, das pequenas propriedades, visando ao abastecimento dos núcleos urbanos. Vários desses núcleos tiveram origem no comércio da feira de gado (Gonçalves, 2021, p. 98-99).

Sobral é um dos municípios do território brasileiro e cearense que teve sua formação territorial ligada, por exemplo, à feira e à comercialização do gado (Gonçalves, 2021).

As feiras constituem um elemento de resistência em tempos de modernidade, pois, apesar do avanço técnico-científico-informacional,

elas permanecem sendo um elo entre o campo e a cidade. E em Sobral essa realidade pode ser identificada no Mercado, especialmente na área externa, em seu entorno, onde os feirantes vendem seus produtos, compartilham experiências e tecem relações com a sociedade em geral.

## Aspectos panorâmicos da formação territorial de Sobral

A formação territorial de Sobral tem sua origem ligada às fazendas de gado e às atividades exercidas no campo, seja pela criação de gado, comercialização do charque ou ainda pela produção voltada para a subsistência dos camponeses. Ferreira (2013) contextualiza em sua tese de doutorado que o estabelecimento das fazendas na região fez de Sobral o núcleo agregador e escoador da produção de derivados da criação de gado. Dentre os produtos que se destacavam na época, tinha o couro e a carne salgada (charque), a qual atendia o comércio local, regional e era comercializada com outros mercados localizados nos estados de Pernambuco e Maranhão.

Almeida (2009) explica que desde o século XVIII o território onde atualmente localiza-se Sobral servia de ponto de apoio de tropeiros e boiadas, que utilizavam a Fazenda Caiçara, às margens do rio Acaraú, como lugar de descanso das longas viagens. Nesse contexto, surgiu em 1773 a Vila Distinta e Real de Sobral. As atividades relacionadas à criação de gado contribuíram diretamente para o surgimento de atividades comerciais em Sobral, inclusive Gonçalves (2021) mostra que o surgimento do primeiro mercado sobralense estava relacionado ao comércio do gado. O segundo mercado foi edificado em fevereiro de 1921 com o estabelecimento de regras e normas por parte do poder público local.

[...] com a construção do novo mercado, a Câmara Municipal logo tratou de regulamentar o comércio, estabelecendo horários, controles e onerações. Assim, o comércio de mantimentos e gêneros, como legumes e pescados, só poderia ser realizado num só lugar – a Praça do Mercado

– para onde deveriam ser direcionadas todas as cargas de animais e carros que vinham da zona rural (Gonçalves, 2021, p. 105).

Aos poucos Sobral ia configurando seu espaço urbano, que mantinha uma relação estreita com o campo. Dessa forma, entende-se, a partir da literatura já produzida, que a cidade de Sobral teve sua origem diretamente ligada ao ciclo do gado e ao comércio de couro e da carne salgada. Holanda (2000) ajuda a compreender esse momento ao explicar que no final do século XIX a atividade criatória juntou-se ao cultivo do algodão, formando assim o binômio gado-algodão. Assim, Sobral se tornou um centro coletor de produtos vindos do sertão e das serras do oeste cearense. Logo, Sobral firma-se economicamente a partir das atividades relacionados ao algodão e gado. Nessa perspectiva, Holanda (2007, p. 90) afirma que:

A pecuária foi sem dúvida a atividade preponderante, no processo de formação da vila de Sobral, assim como para a ocupação e organização do espaço cearense. Uma outra atividade de relevância para o crescimento de Sobral foi o cultivo do algodão a partir do século XIX. Para a base alimentar local, o plantio do milho e do feijão. Um aspecto importante é que essas culturas não eram necessariamente extensivas, podendo ocupar pequenas e grandes propriedades (Holanda, 2007, p. 90).

De acordo com Holanda (2007), foi criada inclusive uma indústria de beneficiamento de algodão denominada Companhia de Fiação e Tecidos Ernesto Deocleciano, uma das primeiras no município. À medida que a produção de algodão cresceu, ocorreu um rearranjo no território, e uma ferrovia foi criada para dar suporte ao escoamento da produção por volta de 1870.

Segundo Costa, Neto e Lopes (2021), a construção da Estrada de Ferro de Sobral (EFS) no final do século XIX contribuiu com o fortalecimento da sua centralidade no noroeste cearense, pois, com a im-

plantação da EFS, a escoação da produção de produtos sobralenses foi facilitada. Os produtos eram exportados para Fortaleza-CE e para outros países por meio da integração com a capital cearense e as cidades portuárias de Acaraú e Camocim.

Freire e Holanda (2011) afirmam que no início do século XX aconteciam diversas mudanças em Sobral no que se refere à vida política, econômica, cultural e religiosa. Era um momento em que, paulatinamente, Sobral reforçava seu papel de centro de comércio e serviços para atender à população sobralense e municípios circunvizinhos. Assim,

Sobral mantém sua expressão até a década de 1920, mas sente de forma incisiva os efeitos da seca e do constante crescimento de Fortaleza. A Capital se fortalece pela função administrativa, comercial e de serviços, contribuindo para a fragilidade da rede urbana cearense. Não obstante, Sobral procura manter seu papel econômico ancorado na atividade algodoeira. Essa atividade contribuiu sobremaneira para a implantação de indústrias na cidade de Sobral, ligadas ao beneficiamento de matérias-primas locais, como as indústrias têxtil, de óleo vegetal, sabão, alimentos, etc. Aqui já podemos falar de um meio técnico ampliado (Holanda, 2007, p. 92).

Segundo Holanda (2007), no século XX Sobral continuou sendo uma cidade relevante para a economia cearense, uma vez que, enquanto centro coletor de produtos agrícolas da região norte do estado, já exercia influência na economia regional. Na década de 1990, Sobral se transformou em um marco de mudanças nos aspectos político, econômico e cultural, recebendo novos investimentos e apoio de autoridades locais, passando a ter mais destaque comercial regional. A taxa de urbanização também aumentou após a implantação de indústrias de grande porte em Sobral, a exemplo da Grendene (voltada para a produção de calçados) na referida década. No contexto atual, sobral continua mantendo sua influência enquanto cidade média cearense.

Para Holanda (2000; 2001), a cidade média pensada no plano de escala é vista aqui como sendo aquela cidade que exerce funcionalidade em

relação à sua região, seja em questões econômicas, sociais ou políticas. Sobral se destaca enquanto cidade média, pois recebe um fluxo de pessoas cotidianamente buscando acesso aos serviços de saúde e educação.

## Os feirantes do entorno do mercado público de Sobral

O Mercado Público de Sobral (Figura 54) localiza-se no centro da cidade e passou por algumas revitalizações ao longo do tempo. O prédio tem dois compartimentos que ofertam diversos produtos e serviços para a população sobralense. No piso térreo, funciona a parte de venda de carnes, produtos e serviços variados (assistência técnica de celular, farmácias, lojas de roupas, bijuterias produtos de limpeza, lanchonetes, dentre outros), enquanto em outro setor, venda de roupas para público variado, bancas de frutas, pequenos mercados, vendas de ervas e plantas medicinais.

Figura 54 - Mercado Público de Sobral



Fonte: Reinaldo (2024).

Verificou-se que muitos feirantes, mesmo tendo sua banca na parte interna do mercado, optam por vender nos arredores do mercado por ter um contato mais próximo com as pessoas que transitam pela rua, conhecido popularmente como feira livre. Uma feirante entrevistada explicou essa situação:

Prefiro ficar aqui fora do que lá dentro, aqui as pessoas passam e as vezes nem tem intenção de comprar, mais aí ver os produtos bonitos, as frutas, as vezes lembra que não tem em casa e acabam comprando. Lá dentro do

mercado a gente fica meio isolado, a pessoa precisa entrar e escolher o produto, muitos acabam não indo, as vezes por falta de tempo, sabemos que a correria é grande no dia-a-dia. Por isso mesmo eu e minha mãe tendo banca lá dentro do mercado, prefiro ficar aqui e ter um contato mais direto com as pessoas. Aqui a gente vende mais (Entrevista realizada em fevereiro de 2025 em Sobral-CE).

Nesse espaço, ocorre a comercialização de frutas, hortaliças, carnes, plantas medicinais, temperos, como demonstrado na Figura 55. Os preços dos produtos comercializados na parte interna do mercado não se diferem do preço daquele das calçadas.

**Figura 55** - Produtos comercializados na feira livre nos arredores do Mercado Público de Sobral



Fonte: Reinaldo (2024).

A feira livre é uma das expressões da manifestação do campo no cotidiano da cidade, por meio da comercialização dos produtos oriundo do campo. Além da feira livre, as ruralidades emergem de outras maneiras, seja nos bairros periféricos ou no centro da cidade, através do milho-verde, do leite e da carne suína vendidos ao longo de algumas das avenidas da cidade.

A feira livre que ocorre nos arredores do mercado de Sobral se configura como um local permeado de relações de poder, na qual a relação campo-cidade se evidencia. No entanto, os feirantes comercializam produtos oriundos do campo, mas nem sempre compram direto do produtor. O que ocorre com mais frequência é uma compra por meio dos atravessadores, que são pessoas que compram do produtor e revendem aos feirantes. “Os atravessadores são agentes de comercialização que atuam nas cadeias produtivas como intermediários, nas comercializações dos produtos independentes da origem, entre os produtores e os consumidores” (Oliveira; Mayorga, 2005, p. 2).

Oliveira e Mayorga (2005) veem as feiras como um elemento que contribui com a produção do espaço urbano, e acreditam que elas representam uma imagem simbólica entre o campo e a cidade. Além das trocas comerciais, as feiras costumam ser locais de encontro e partilha de saberes e informações. Na feira livre que ocorre na parte externa no mercado municipal de Sobral, esse contato para além da comercialização também ocorre, com trocas de experiências, diálogos e modos de vida repassados entre as gerações.

Nesse levantamento de campo, foi possível identificar, entre as 11 (onze) pessoas entrevistadas, que nove eram filhos de feirantes e tinham aprendido o ofício com o pai, mãe ou algum familiar; um trabalhava de maneira informal para a dona da banca, no caso a feirante; outro era o primeiro na família que trabalhava na lida com a feira (Quadro 7).

**Quadro 7** – Pergunta 1

Pergunta: Esse tipo de venda já era feito por seus antepassados?	Nº de respostas
Pai, mãe ou outros familiares eram feirantes	9
É o primeiro a ser feirante na família	1
Trabalham de maneira informal para o feirante e nenhum parente já foi ou é feirante.	1

**Fonte:** Dados levantados em campo, fevereiro (2024).

As respostas acima contribuem para uma reflexão importante, o conhecimento popular repassado entre as gerações e o trabalho asso-

ciativo que existe entre as famílias, existindo um trabalho coletivo na dinâmica da feira. Por exemplo, quando alguém precisa, por algum motivo, se ausentar da sua banca, o feirante vizinho olha seu produto, ou quando é preciso trocar algum dinheiro, eles também se ajudam. Da mesma forma, se algum cliente procura um determinado produto e a pessoa não tem, geralmente indica algum conhecido feirante que o tenha. A proximidade entre as bancas facilita essa troca de favores entre os feirantes. É um momento em que trocam experiências, dialogam sobre os problemas, sonhos e desafios da vida. Ou seja, na feira também encontram-se relações de afeto.

Essa realidade, identificada no cotidiano da feira livre, já foi descrita e encontrada em outras obras literárias sobre feiras, como no texto de Sato (2007), no qual explica que:

A proximidade geográfica possibilita o estabelecimento de acordos entre vizinhos de banca. Entre si constroem regras de convivência específica, em geral válidas apenas para os feirantes que as definem, sendo impraticável qualquer tentativa de generalização. Elas englobam desde a definição de horários de montagem e desmontagem das bancas até a faixa de preços praticados (Sato, 2007, p. 99).

No que concerne à feira enquanto ponto de encontro, recorre-se a Ibdaiwi *et al.* (2023) ao destacarem que há diversas relações sociais, representações da cultura popular através da comercialização dos produtos oriundos do campo, na sua maioria, ou ainda por meio dos hábitos, costumes e identidades que são criadas e molda a vida de quem dela vive e retira seu sustento. Assim, as feiras representam um conjunto de atividades e singularidades que remetem tanto à comercialização quanto a afetividades e trocas de experiências.

Portanto, as feiras representam uma ligação do campo e da cidade, e na feira livre do mercado municipal de Sobral essa relação é observada na própria presença da produção oriunda do campo nas bancas expostas para venda. É um espaço também permeado de relações de poder e

de interesses políticos e econômicos, seja na venda do atravessador, que busca ter novos clientes (feirantes) que comprem a produção que ele traz de outros municípios, ou quando os próprios feirantes buscam conquistar sua clientela, as pessoas que passam pela calçada e pelas ruas nos arredores do mercado. A busca por clientela por vezes pode gerar conflitos entre os próprios feirantes, pois cada um que vender seu produto.

Concorda-se com Sato (2007) ao afirmar que há relações de cooperação e de competição entre os feirantes, pois, durante o trabalho de campo com os feirantes sobralenses, um desses momentos foi observado. Mesmo que indiretamente, discutiam por clientela, e por horas essa competição era evidenciada pela voz, quem falava mais alto em outros momentos ao pegar o produto na mão e mostrar para os clientes. Ou seja, cada feirante usa uma estratégia para chamar atenção e tentar vender seu produto.

Nas onze entrevistas realizadas, constatou-se que os produtos comercializados por esses feirantes vêm dos seguintes municípios do estado do Ceará: Tianguá, Itapagé, Acaraú, Novo Oriente, Fortaleza, Sobral e Meruoca. Destes, apenas os dois últimos pertencem à Região Metropolitana de Sobral (RMS), conforme apresentado no Mapa 4.



se eleva o preço. É a chamada lei da oferta e da procura, uma das características do sistema capitalista.

Cotidianamente, o trabalho na feira livre possui uma dinâmica própria, em que as pessoas geralmente chegam bem cedo, por volta das seis da manhã, e trabalham todos os dias da semana. Na maioria das vezes, não tiram um dia de descanso, nem nos feriados, nem aos domingos, pois, como disse um feirante: “se não trabalhamos, o dinheiro não entra, não conseguimos levar comida para casa. Só ganhamos o dia em que trabalhamos, e isso se alguém comprar nossos produtos” (Entrevista realizada em fevereiro de 2024, Sobra-CE). Existe uma lógica, um acordo, mesmo que seja informal entre os feirantes. No cerne da organização das feiras, de uma maneira geral, Sato (2007, p. 99) afirma que:

A feira livre deve ser compreendida, então, como um contínuo organizar, baseado em acordos e negociações, em cooperação e competição e na execução de regras tácticas. Isso garante a agilidade, a extrema adaptabilidade e a criatividade de formas de se fazer a feira livre.

Na feira encontram-se tanto homens quanto mulheres de todas as idades, crianças acompanhando os pais, idosos que lá buscam uma forma de complementar a renda da família ou ter a renda principal desta. No diálogo com os interlocutores da pesquisa, no caso os 11 (onze) feirantes entrevistados, identificou-se que a maioria tem mais de dez anos de feira. Somente uma pessoa respondeu que tem menos de 10 anos de feira, trata-se de um funcionário da banca de uma feirante; 2 (dois) falaram que têm entre 10 e 20 que exercem a atividade de feirante; 4 (quatro) relataram que têm entre 21 e 30 anos de vida como feirante; 2 (dois) entre 31 e 40 anos que exercem essa atividade e que aprenderam com os pais, indo desde criança com os familiares trabalhar na feira; e somente 1 (um) entrevistado(a) falou que tem mais de 41 anos que trabalha como feirante. Este não é aposentado ainda e nem recebe o Bolsa Família, cuja principal fonte de renda é o trabalho como feirante.

Quando o assunto é o tempo de trabalho dos feirantes, é importante discutir a precarização vivenciada por esses batalhadores, uma vez que a maioria não tem seus direitos mínimos garantidos, a exemplo da aposentadoria e do seguro desemprego. São trabalhadores e trabalhadoras informais que, na maioria das vezes, fazem suas refeições na banca, mesmo atendendo os clientes, pois não têm um tempo destinado a isso. Além disso, também não conseguem acompanhar os filhos e filhas na escola, ou precisam deixá-los sobre cuidados de terceiros ou ainda do irmão mais velho, no caso do primogênito, por não ter condições de pagar alguém para cuidar deles.

### Considerações finais

Foi possível perceber que, apesar das inovações tecnológicas e de Sobral ser considerada uma cidade média, algumas práticas tradicionais permanecem no cotidiano da cidade, a exemplo da feira de livre que ocorre nos arredores no mercado público, a qual garante o sustento de muitas famílias que ali trabalham diariamente.

O cotidiano na feira livre contribui para entender a relação campo-cidade em Sobral e a organização do espaço urbano da cidade. Trata-se, pois, de um ambiente permeado de relações de poder, interesses políticos e econômicos, cuja figura dos atravessadores se apresenta como símbolos do poder econômico, uma vez que são eles que fazem a ligação entre produtor e feirante, regulando muitas vezes o valor do produto ao repassá-lo para os feirantes. Ou seja, o feirante fica refém do valor da mercadoria repassada pelo atravessador, pois é ela que serve de parâmetro para vender ao consumidor.

Apesar de a lógica capitalista dominar a feira, notam-se momentos de afetos e trocas de favores entre os feirantes, seja em momento de descontração ou durante diálogos em curtos intervalos de tempo em que não estão atendendo os clientes. Identificou-se, ainda que as condições de trabalho, muitas vezes, são insalubres e precisam de um olhar mais atento do poder público.

## Referências

ALMEIDA, M. G. de; SANTOS, S. A. dos; ARGENTINA, I. C. Um encontro com singularidades culturais e tradicionais moçambicanas no mercado central de Chibuto. *In*: MENEZES, S. de S. M.; ALMEIDA, M. G. de (Orgs.). **Vamos às feiras: Cultura e ressignificação dos circuitos curtos**. Aracaju, SE: Criação Editora, p. 27-58, 2021.

FERREIRA, D. L. **A (re)invenção de uma cidade: Cid Marketing e a requalificação urbana em Sobral-CE**. 2013. 316f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2013.

GONÇALVES, L. A. A. **A metamorfose da feira nordestina: a inserção da confecção popular**. São Paulo: Blucher/Edições UVA, 2019.

HOLANDA, V. C. C. **Dinâmica sócio-espacial de uma cidade média – Sobral-CE**. Dissertação (Mestrado) – Mestrado Acadêmico em Geografia, Universidade Estadual do Ceará, 2000.

HOLANDA, V. Em busca dos sentidos que permeiam a cidade média. **Revista Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 2/3, n. 1, p. 17-22, 2000/2001. Disponível em: <https://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/48/106>. Acesso em: 13 set. 2023.

HOLANDA, V. C. C. de. **Modernizações e espaços seletivos no Nordeste brasileiro**. Sobral: conexão lugar/mundo. Tese (Doutorado em Geografia Humana) Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2007.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo/SP, a. 18, n. 19, p. 95-112, jul./dez. 2002.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

RUA, J. Relações cidade-campo e urbano-rurais: rerepresentando as urbanidades no rural como elementos constitutivos do espaço em metropolização. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, 2020. Disponível: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/45717>. Acesso: 13 set. 2023.

RUA, J. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia/MG, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev., 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SATO, L. **Feira livre: organização, trabalho e sociabilidade**. 2006. Tese (Livro de Graduação) – Universidade de São Paulo, São Paulo/SP, 2006.

SHANIN, T. **La clase incómoda**. Sociología política del campesinato en una sociedad en desarrollo (Rusia 1910-1925). Tradução TAPIA, Fernando Andrada. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

SILVEIRA, I. Í. S. **Importância e comercialização das centrais de abastecimentos**. 2022. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2021.

SPÓSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. *In*: SPÓSITO, M. E. B. (Orgs.). **Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, p. 111-130, 2010.



# CAPÍTULO 13

## **IMPLICAÇÕES DA MOBILIDADE GEOGRÁFICA DA FORÇA DE TRABALHO A PARTIR DA EMPRESA CALÇADISTA GRENDENE NA CIDADE MÉDIA DE SOBRAL-CE**

Doi: 10.35260/54212175p.289-314.2025

*Maria da Penha dos Santos Costa  
Glauciana Alves Teles*

### **Introdução**

A indústria de calçados no Brasil é identificada como uma força motriz para muitos estados, tanto para os polos tradicionais de produção, como São Paulo e Rio Grande do Sul, como para aqueles recém-formados, a exemplo do Ceará. Por se tratar de um tipo de indústria tradicional, que demanda um grande quantitativo de trabalhadores, mesmo incorporando tecnologias em seu processo produtivo, a indústria calçadista se constitui como uma produção artesanal, que demanda configurações organizacionais específicas.

Ante as dinâmicas do mercado internacional, essa indústria realizou, em meados dos anos de 1990, importantes transformações organizacionais e territoriais no Brasil, ao deslocar para o nordeste grandes unidades produtivas, que, desde então, deram novos significados econômicos e sociais para a região. A desconcentração da produção calçadista brasileira transformou o nordeste em um novo ponto de interesse do capital produtivo no país.

A produção de calçados em grande escala no nordeste é uma atividade industrial recente, consolidada nas quatro últimas décadas, como resultado da reestruturação produtiva, que o segmento, em escala mundial e, posteriormente nacional, experimentou ainda em 1970.

Dentre as motivações que tornaram a região atrativa para essas empresas do ramo calçadista, estiveram, acima de tudo, as buscas por posições estratégicas importantes no mercado global, pelo fato de a região apresentar fatores que possibilitaram a essas empresas uma maior margem de lucratividade em comparação com as regiões tradicionais. O deslocamento de empresas calçadistas para o nordeste foi motivado, sobretudo, pela redução dos custos salariais, incentivos fiscais e proximidade geográfica com o mercado externo, bem assim com o mercado norte e centro-norte do Brasil (Loayza, 2011).

Entre todas as regiões, é em estados do nordeste que empresas calçadistas encontraram “[...] condições mais favoráveis de financiamento, incentivos fiscais e menores custos do trabalho” (Garcia, 2001, p. 4). Esse movimento, entretanto, não é recente, uma vez que, desde os anos de 1960 e 1970, o Nordeste já havia atraído diversas empresas, via Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, todavia, sendo observado somente em 1990 um deslocamento mais intenso de empresas de médio e grande porte provenientes do Sul e Sudeste, como Grendene, Paquetá, Dakota, Vulcabrás/Azaleia, Aniger, Democratas, Dass, HB Betarello, Becker Calçados, Sugar Shoes, dentre outras. Além das unidades fabris mencionadas, nos últimos anos, inúmeras pequenas firmas também foram atraídas para o Ceará com a finalidade de atender as demandas advindas de tais empresas industriais (Pereira Júnior, 2011; Teles; Costa, 2023).

Com isso, no Brasil, estabeleceram-se dois padrões de organização da atividade produtiva, um de caráter mais tradicional com base nas redes locais de produção realizada por pequenas e médias empresas, especificamente nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, e outro constituído no nordeste por empresas de grande porte, com a finalidade de captação de menores custos de produção, no que concerne à força de

trabalho e aos benefícios fiscais para se tornarem internacionalmente mais competitivas (Guidolin *et al.*, 2010).

A reestruturação produtiva e territorial do ramo calçadista projetou, no Ceará, novas e importantes modificações, tendo sido a indústria de calçados a principal responsável por mudanças significativas em muitos municípios cearenses no quesito emprego formal, (re) produção dos espaços urbanos, nas novas relações de trabalho e na configuração das mobilidades.

O movimento realizado no espaço cearense pelas fábricas calçadistas citadas fez com que as cidades se reestruturassem espacialmente para atender a demanda exigida por esse agente, enquanto, no chão da fábrica, os trabalhadores foram submetidos às novas lógicas do capital e da produção, além das outras relações estabelecidas entre o local e o global no âmbito da produção, tornando essas cidades globalmente importantes para o circuito de produção e distribuição de calçados.

No rol de municípios cearenses incluídos no circuito da produção de calçados esteve Sobral, no estado do Ceará, mediante a instalação da empresa calçadista Grendene S.A. Atualmente, a cidade de Sobral figura como um dos mais importantes territórios da produção de calçados no Brasil, em razão do volume da produção de calçados e do quantitativo de trabalhadores contratados.

Por se constituir como motriz industrial da região norte cearense, a Grendene é a maior “consumidora” da força de trabalho à “venda” na supramencionada região, onde, desde sua instalação, dispôs de um grande contingente de trabalhadores dispostos a “satisfazer” aos seus desejos produtivos e de acumulação, são trabalhadores advindos de vários municípios do Ceará e até mesmo de outras unidades da Federação, sobretudo do norte e nordeste do Brasil.

A grande massa trabalhadora atraída para a Grendene é composta por homens e mulheres contratados para desempenharem distintas funções na fábrica, sobretudo as atividades de montagem dos calçados, setor com a maior concentração de mão de obra. Diferente de como

ocorre na obtenção de outras mercadorias, a mercadoria força de trabalho adquirida pela Grendene provém expressivamente da região norte do estado, tal como, em menor número, de outros municípios.

Este artigo, assim, integra parte da pesquisa realizada no decorrer do Mestrado acadêmico em Geografia no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), realizado entre os anos de 2020 e 2022, intitulada *Reestruturação Produtiva e Territorial da empresa Grendene em Sobral, CE*.

O artigo objetiva analisar os conteúdos do trabalho e a mobilidade da força de trabalho com base na Grendene S.A, localizada em Sobral-CE. Para tanto, se fez i) pesquisa bibliográfica de conceitos concerne ao tema, ii) levantamento de dados primários coletados em trabalho de campo, bem como iii) análise *in loco* da cidade de Sobral, unidades fabris da Grendene e visita ao Sindicato dos calçadistas de Sobral.

Organizado em seis seções, incluindo a introdução e as considerações finais, o manuscrito aborda questões pertinentes ao trabalho e à força de trabalho calçadista, tendo como objeto de estudo a empresa calçadista Grendene na cidade média de Sobral. Na primeira seção, teceram-se algumas considerações sobre a mobilidade da força de trabalho, sob uma perspectiva marxista, porquanto que na segunda parte realizou-se uma breve apresentação da cidade de Sobral, a partir da atividade industrial calçadista. Na terceira e quarta seção, a análise se direciona para o trabalhador da Grendene, tal como a sua mobilidade.

## **Considerações sobre a mobilidade da força de trabalho**

No decurso da história, a relação capital e trabalho inferiram em inúmeras transformações no mundo do trabalho e no espaço geográfico, pois a subjunção do trabalho ao capital ocasionou a mobilidade da principal mercadoria do sistema de capital, a força de trabalho. Como mercadoria, a força de trabalho constitui-se, ao mesmo tempo, como um valor de uso e um valor de troca, em que o trabalhador dispõe ao comprador a sua capacidade física, mental e humana em prol da criação

de valor, ou seja, a mercadoria força de trabalho difere das demais mercadorias por ser peculiar e a única a ter capacidade de criar valor.

Para Gaudemar (1977), a força de trabalho é “[...] como uma mercadoria que o homem possui ou ainda o conjunto de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem”, que ele põe em movimento a favor da produção de algo. Portanto, a força de trabalho é uma mercadoria que possui a função de transformar dinheiro em capital, possuindo, assim, um valor que é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção (Gaudemar, 1977, p. 189).

Para a transformação do dinheiro em capital, faz-se necessário que o trabalhador seja uma pessoa livre no sentido de dispor livremente a sua força de trabalho como uma “mercadoria que lhe pertence”, sendo essa, pois, a única mercadoria que ele pode vender a quem está disposto a pagar por ela.

Acerca da liberdade da força de trabalho, Gaudemar (1977) aponta para a existência de dois tipos de liberdades, uma positiva e outra negativa. Na liberdade positiva, a força de trabalho pertence ao trabalhador, pois ele é responsável pela própria liberdade e poder de decisão, enquanto na liberdade negativa, mesmo a mercadoria pertencendo ao trabalhador, a alternativa disponível é a venda da sua força de trabalho, visto que não há mais nada para vender, ou seja, o trabalhador está diante de uma difícil situação: “ou vende a sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre” (Gaudemar, 1977, p. 190). Sendo assim, mesmo livre detentor da força de trabalho, o trabalhador é induzido, por pura necessidade, a vender a sua mercadoria.

Uma das condições para o exercício da liberdade em prol do capital é a mobilidade da força de trabalho, que viabiliza, do ponto de vista do aspecto positivo, a “[...] possibilidade de o trabalhador escolher o seu trabalho e o local onde exercê-lo”, enquanto no aspecto negativo tende a conduzir “[...] as exigências do capital e ao seu poder de despedir em qualquer altura um trabalhador, ou de transformar o seu trabalho assim como as condições em que ele exerce”. Para isso, a principal característi-

ca a ser agregada à força de trabalho é a condição de ser móvel e apta às bruscas deslocamentos e transformações (Gaudemar, 1977, p. 190).

De todas as mercadorias, a força de trabalho é a única que por si tem a capacidade de ir ao mercado, sendo os homens, mediante sua mobilidade, ao alimentarem o mercado de sua força de trabalho. Assim, a força de trabalho constitui-se como uma mercadoria de caráter duplo e particular em que “[...] o seu uso produtivo cria um valor superior ao seu valor de troca”. No entanto, diferentemente das outras mercadorias, ela própria se apresenta no mercado, pois é a única mercadoria “livre” para se deslocar ao lugar de venda da sua escolha (Gaudemar, 1977, p. 201).

Entendido como o deslocamento de indivíduos pelo espaço geográfico, o termo mobilidade remete a múltiplos significados, que vão ao encontro dos deslocamentos, seja do ponto de vista espacial, que corresponde à circulação de pessoas pelas diferentes esferas do espaço, seja sob o prisma dos deslocamentos que ocorrem no âmbito das funções no processo produtivo.

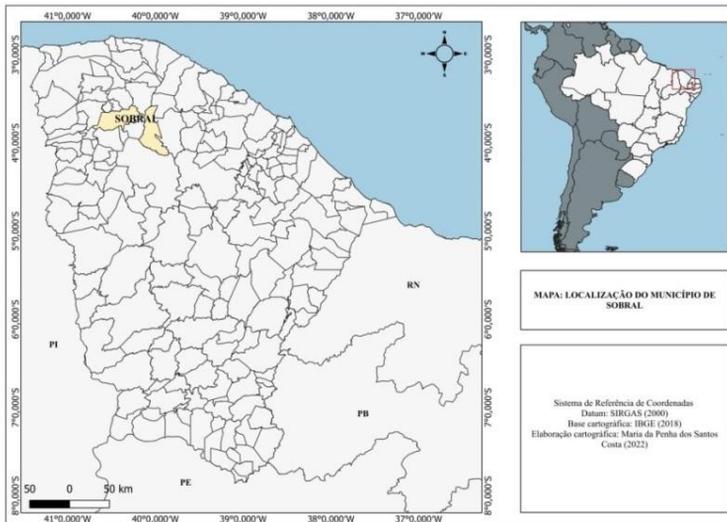
Gaudemar (1977) defende o argumento de que a mobilidade da força de trabalho é por si uma característica do trabalhador ao se subordinar ao capital e, por conseguinte, ao modo de produção capitalista, porquanto que “[...] ela funda a condição de exercício da força de trabalho como mercadoria”, fazendo com que a mobilidade da força de trabalho seja uma condição essencial da gênese do capitalismo.

Essa discussão subsidia a leitura que será feita em torno da mobilidade da força de trabalho da Grendene de Sobral, que assume posição de destaque no que concerne à subjunção do trabalho ao capital na região norte do estado do Ceará, uma vez que o raio de influência de Sobral alcança 55 municípios da área. Embora a maioria da força de trabalho seja do norte cearense, outras regiões e estados do país também disponibilizam trabalhadores para atuarem na produção de calçados da Grendene em Sobral.

## Atividade industrial calçadista em Sobral - Ceará

Sobral é um município brasileiro localizado na Mesorregião noroeste do Ceará, inserida na região de planejamento do Sertão de Sobral, que polariza 17 municípios. Distante aproximadamente 239 km da capital, Fortaleza, e a 220 km do Porto do Pecém, no Ceará, Sobral se apresenta como um importante polo econômico para a região norte cearense.

Figura 56 - Localização do Município de Sobral-Ceará



Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

De acordo com dados do censo de 2010, Sobral possuía 188.233 habitantes e uma densidade demográfica de 88,67 hab/km<sup>2</sup>. Em 2021, a estimativa é de que esse quantitativo tenha chegado a 212.437 habitantes, 88,35% (166.310) residindo na sede e outros 11,65% (21.923) na área rural. Sobral ocupa a quinta posição no ranque de maiores índices populacionais do Ceará (Ipece, 2017; IBGE, 2020).

A reestruturação produtiva e territorial, bem como as políticas neoliberais consolidadas no Brasil nos anos de 1990, representou o início da incorporação de Sobral ao mais recente processo de expansão industrial, que teve como característica primordial a intermediação direta de governos de unidades da federação, por intermédio da guerra dos

lugares, na atração de investimentos industriais, em que Sobral também foi inserida.

Aponta-se, como marco inicial desse período, a instalação da Grendene S.A em 1993, no bairro da Expectativa, atrelada aos incentivos financeiros do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) na contextura estadual e as articulações entre agentes políticos locais. No âmbito político, Sobral dispunha de dois importantes nomes sobralenses, os irmãos Ciro Ferreira Gomes e Cid Ferreira Gomes, que, respectivamente, ocupavam na época os cargos de Governador do Ceará e Deputado Estadual.

A instalação da Grendene em Sobral esteve subordinada às políticas industriais do Governo de Ciro Gomes de transformar Sobral no maior polo produtor de calçados do estado. O projeto, que predizia o desenvolvimento socioeconômico de Sobral, surgiu no decurso da política de regionalização e urbanização das cidades médias, que teve como finalidade preparar o território para a expansão da indústria pelo Estado (Ferreira, 2013).

O período mais recente da expansão industrial promoveu em Sobral uma completa transformação no contexto da cidade média, incluindo-se novos elementos do capital exógeno, pois a expressão regional se tornou ainda mais densa, desde a instalação do complexo industrial calçadista da Grendene, ao tornar Sobral à fração mais importante do circuito produtivo da empresa, o da produção.

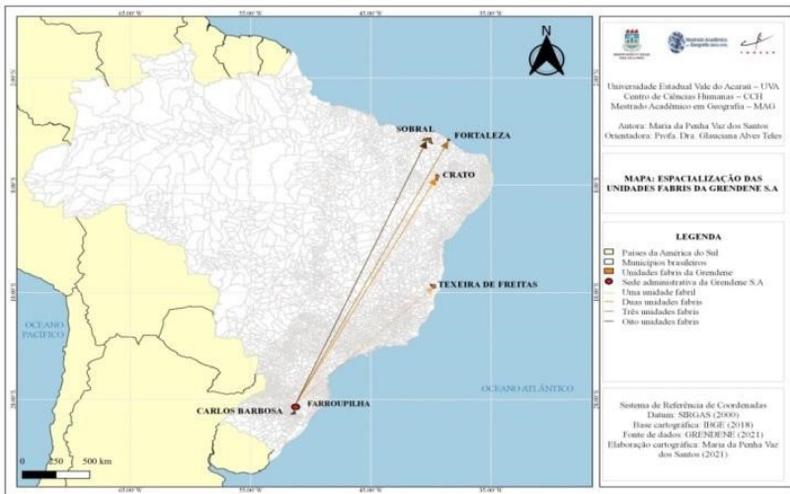
## **Grendene e a força de trabalho calçadista**

De capital aberto, a Grendene é uma empresa calçadista de origem gaúcha que desenvolve, produz e comercializa calçados sintéticos para os segmentos feminino, masculino e infantil. A empresa possui sede administrativa em Farroupilha, no Rio Grande do Sul, e uma sede social em Sobral, no Ceará. No total, a Grendene contabiliza 18.340 trabalhadores no Brasil (Grendene, 2020).

No decorrer dos anos de 1990, buscando consolidar estratégias de competitividade, justificada pela abertura comercial brasileira e, por

consequente, fortalecimento nos mercados internacionais, a Grendene migrou para a região nordeste unidades produtivas que passaram a possibilitar a expansão da empresa em seus termos produtivos, lucrativos e competitivos, tanto no plano nacional como global, do mesmo modo que desenvolveu uma estrutura produtiva espacialmente dispersa que articula, por via da produção de calçados, as regiões Sul e Nordeste do Brasil ao mundo, como mostra a Figura 57.

**Figura 57** - Localização das unidades produtivas da Grendene no Brasil



**Fonte:** Elaborado pelas autoras (2021).

Somente no nordeste, no intervalo 1990 - 1997, a Grendene instalou no Ceará unidades fabris nas cidades de Fortaleza (1990), Sobral (1993), Crato (1997) e, mais recentemente, em Teixeira de Freitas (2007), na Bahia. Na região nordeste, todas as unidades da Grendene receberam subsídios dos Governos federal e estadual.

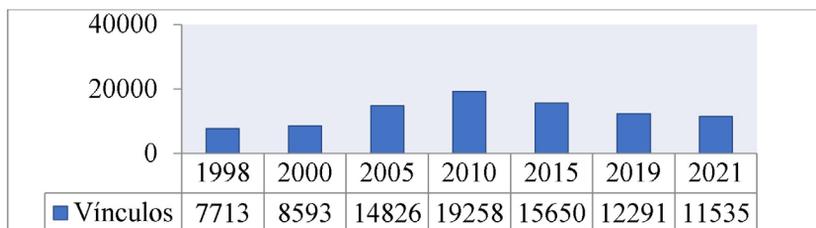
A Grendene é detentora de marcas de expressão nacional e internacional, como Melissa, Grendha, Zaxy, Rider, Cartago, Ipanema, Pega Forte e Grendene Kids, todas produzidas no Ceará. Cabe ressaltar, ainda, que, para a comercialização de sandálias Melissa, a empresa dispõe de uma rede de franquias que totalizam 348 “clubes Melissa”. Além do Brasil, a Grendene expandiu o clube Melissa para os Estados Unidos e visualiza ainda a expansão de suas lojas para a China até 2022 (Grendene, 2020).

Em Sobral, a Grendene dispõe de oito fábricas em uma área aproximada de 200.000 m<sup>2</sup>. A unidade conta com áreas de produção industrial, almoxarifado, estoque, área para administração, recrutamento e Gestão de Recursos Humanos, setor social que abriga o refeitório e o atendimento sociofuncional, além de um centro de distribuição (Aragão; Rocha, 2018).

Por meio de entrevistas realizadas no decorrer do ano de 2021, foram coletados importantes dados acerca dos trabalhadores da Grendene de Sobral para uma melhor compreensão das particularidades que permeiam a esfera do trabalho da empresa, os quais auxiliaram na compreensão do perfil dos agentes produtores de calçados, ou melhor, os novos sapateiros (Meneleu Neto, 2000)<sup>1</sup> do século XXI. Estes, por sua vez, foram submetidos à lógica do capital.

Antes mesmo de finalizar os anos de 1990, cinco anos após a sua instalação em Sobral, a Grendene já somava 7.713 trabalhadores empregados na empresa, e, no ano 2000, chegou a 8.593, representando um aumento de 11,4% entre os respectivos anos. A Figura 58 sintetiza o número de trabalhadores contratados pela Grendene nas últimas décadas em Sobral, especificamente nos anos de 1998, 2000, 2010 e 2021.

**Figura 58** - Mão de obra empregada pela Grendene-Sobral (de 1998 a março de 2021)



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2021.

Até 2010, a Grendene apresentou um expressivo aumento no número de trabalhadores contratados na cidade de Sobral, tendo registrado em 2010 o maior percentual de mão de obra empregada, contabilizando um total de 19.258, o maior desde sua instalação em Sobral. De 2000 a 2010,

<sup>1</sup> Os novos sapateiros são os operários ligados às fábricas de calçados instaladas no Ceará.

a Grendene duplicou o número de trabalhadores, saltando de 8.593 para 19.258 empregos formais registrados pela empresa, somente em Sobral.

Após esse período, na década seguinte observou-se um decréscimo em relação às contratações pela Grendene em Sobral, fato que se deu em razão da crise econômica brasileira e o enfraquecimento da competitividade da indústria calçadista diante do mercado externo. De 2010 a 2015, a redução registrada foi de aproximadamente 18,74% (2.932), enquanto de 2015 a 2019 o decréscimo esteve em torno de 21,4% (3.358), chegando a 2021 com uma queda de 6,1% (755), o menor percentual registrado desde 2010.

No que se refere ao gênero da mão de obra empregada, no ano de 2021, 61,23 % (7.063) são do gênero masculino, enquanto o gênero feminino representa 38,77% (4.472). Nesses percentuais, são incluídos os estudantes que realizam estágios pelo programa social Jovem Aprendiz, supervisionados, remunerados e não remunerados de cursos técnico e superior de instituições localizadas em Sobral e municípios circunvizinhos, a exemplo da EEEP Profa. Lysia Pimentel Gomes Sampaio Sales e a EEEP Monsenhor José Aloysio Pinto, ambas localizadas em Sobral, além de escolas profissionalizantes dos municípios de Forquilha, Maspapé e Santana do Acaraú.

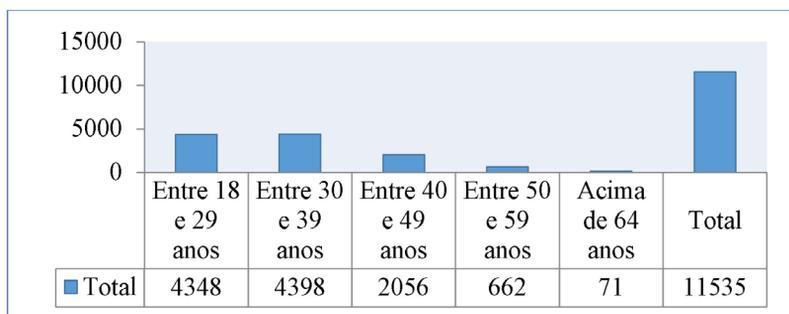
No caso dos estágios obrigatórios, estes são realizados de acordo com o curso técnico que o discente está cursando, com concentração em diversas áreas, sobretudo nas administrativas, técnicas, mecânicas e de logística. Enquanto isso, os estagiários do Programa Jovem Aprendiz são direcionados para atuarem na própria linha produção, que se divide em dois eixos: 1) aprendiz confeccionador de calçados, lotado em setores diversos da produção; e 2) aprendiz do polímero (injeção), que realiza a parte prática do curso no setor de injeção. O maior número de estagiários está por via do Programa Jovem Aprendiz. Assim, das 593 vagas ocupadas por estagiários na Grendene de Sobral, 15,35% (91) são preenchidas por estudantes dos estágios supervisionados obrigatórios, enquanto 84,65% (502) do total são provenientes do Programa Jovem Aprendiz, que representam a maioria.

De acordo com a empresa, após a finalização das turmas do “Jovem Aprendiz” e dos estágios obrigatórios, uma significativa parte dos jovens estagiários é admitida pela empresa conforme a disponibilidade de vagas. Já aqueles que não são admitidos de imediato ficam em um “banco de espera” prioritário da empresa, e vão sendo convocados para a contratação, em razão de já possuírem experiência adquirida durante o período de estágio.

Além dos estagiários, 5% da força de trabalho da Grendene, unidade industrial de Sobral, é composta por Pessoas com Deficiência (PcD), que contabilizam 548, sendo 79 delas com deficiência auditiva, 397 com deficiência física, 71 com deficiência visual e uma com deficiência mental, atuantes nos setores administrativos e no processo direto de produção de calçados.

No que se refere à faixa etária dos operários (Figura 59), tendo como referência o ano de 2021, constata-se a predominância de uma mão de obra jovem, que representa expressivamente 76% (8.746) do total, sendo assim distribuídas: 37,7% (4.348) na faixa etária de 18 a 29 anos; 38,1% (4.398) entre 30 e 39 anos; e as demais faixas etárias respondem por 24% das contratações. Assim, 23,56% (2.718) encontram-se de 40 a 59 anos, enquanto o menor registro de trabalhadores corresponde à idade acima de 64 anos, 0,62% (71).

**Figura 59** - Faixa etária dos trabalhadores da Grendene

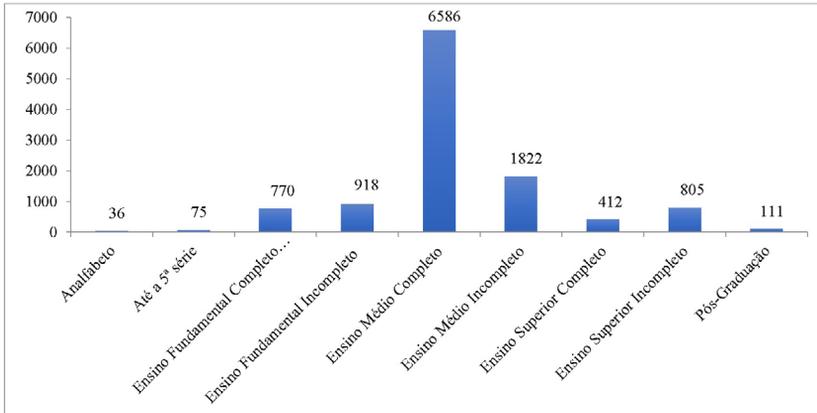


**Fonte:** Pesquisa de campo, 2021.

A Figura 60 revela uma diversificação quanto ao nível de escolaridade da força de trabalho da Grendene, cuja maioria, 57,10% (6.586), pos-

sua escolaridade no ensino médio. Embora a maioria dos trabalhadores possua uma formação escolar de nível médio completo, ainda há um expressivo percentual de trabalhadores de nível fundamental (completo e incompleto) e médio incompleto, chegando a 31,39% (3.621).

**Figura 60** - Escolaridade dos trabalhadores da Grendene



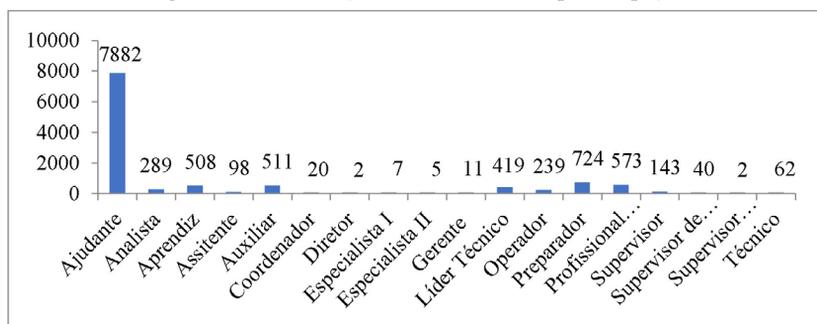
**Fonte:** Pesquisa de campo, 2021.

Assim, menos de 1% dos trabalhadores são analfabetos ou estudaram até a 5ª série, 6,68% (770) concluíram o ensino fundamental e aproximadamente 8% (918) possuem o ensino fundamental incompleto, enquanto outros 15,8% (1822) não concluíram o ensino médio. Os trabalhadores com nível superior completo representam 3,57% (412), enquanto quase 7% (805) não chegaram a concluir o ensino superior. No plano de pós-graduação, aproximadamente 1% (111) dos trabalhadores contam com essa formação.

No âmbito das capacitações para atuação na Grendene, foi inaugurada, no ano de 2017, a Universidade Grendene, que tem a finalidade de desenvolver as competências profissionais dos trabalhadores por meio dos cursos: a) Escola industrial; b) Escola de negócios; c) Escola de liderança e gestão; d) Soluções emergentes; e e) Soluções institucionais. A capacitação ofertada pela Grendene aos trabalhadores é uma das estratégias de melhoria no processo produtivo e alinhamento do trabalhador aos anseios competitivos da empresa (Grendene, 2020).

No que concerne à distribuição das funções (Figura 61), verifica-se que o maior contingente de trabalhadores contratados pela Grendene é para ocupar os cargos de ajudante de produção, que somam 68,33% (7.882) do total. Por se tratar de um cargo polivalente (exerce várias funções no processo produtivo), para ocupar a função de ajudante de produção, a exigência mínima requerida pela Grendene é que o candidato possua o ensino médio. O ajudante é o operário responsável pela produção e montagem do calçado, podendo estar nos trabalhos de injeção, costura e colagem ou atuando em outras funções. O ajudante, assim, se constitui naquele trabalhador que possui múltiplas habilidades e capacidade de se adaptar aos vários setores, sendo um cargo característico nas indústrias e empresas que têm como cerne a extração ampla de produtividade.

**Figura 61** - Distribuição dos trabalhadores por ocupação



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2021.

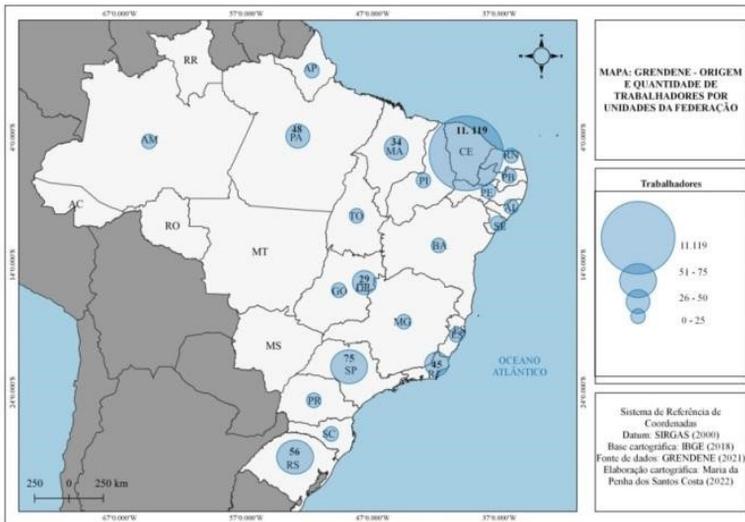
Ainda no que se referem às funções desempenhadas pelos trabalhadores, 6,28% (724) destes são preparadores de processos de produção, de modo que os profissionais técnicos e auxiliares somam, respectivamente, 5% (573) e 4,43% (511). Juntos, os cargos de líder técnico (419), analista (289), operador (239), supervisor (143) e assistente (98) correspondem a 10,3%. Já os cargos hierarquicamente mais altos da empresa, em razão de exigirem distintas formações, como técnico (62), supervisor de operações (40), coordenadores (20), gerentes (11), especialistas de nível I e II (7 e 5), supervisor técnico (2) e diretor (2) aproximam-se de um 1,3% (149).

## Mobilidade da força de trabalho na Região Norte cearense: Grendene e o fluxo dos trabalhadores calçadistas

No tocante à mobilidade de força de trabalho, embora a maior parcela da mão de obra empregada pela Grendene seja da região norte, Sobral recebe trabalhadores de todo o Brasil. A atração desses operários vindos de longe se explica pelo o que Gaudemar (1977) identifica como condição móvel do trabalhador, que, ante sua liberdade, é forçado a se deslocar pelo espaço em busca de novas oportunidades, em virtude de o capital o ter transformado em mercadoria, como já discutimos.

As mobilidades geográficas da força de trabalho da Grendene decorrem de parte dos estados da região Norte e Centro-oeste e de todos os estados do Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil (Figura 62). O deslocamento com destino a Sobral figura como uma particularidade mediada pela Grendene, que, mesmo absorvendo a mão de obra local, ainda continua a “consumir” o trabalho especializado e exógeno, sobretudo das regiões centrais, como Sul e Sudeste.

**Figura 62** - Grendene: Origem e quantidade de trabalhadores por unidades da federação



**Fonte:** Trabalho de campo, 2021. Elaborado pelas autoras.

Os trabalhadores procedentes de outros estados contabilizam 410, tendo uma maior participação dos estados das regiões sudeste e nordeste, seguidos pelo sul, norte e centro-oeste, como espacializado na Figura 62. De todas as regiões, o sudeste é a origem de 33,66% (138) dos trabalhadores externos ao Ceará, com ênfase para São Paulo, estado de origem de 18,29% (75) deles. Após São Paulo, vêm o Rio de Janeiro, com aproximadamente 11% (45), e Minas Gerais, 13,7% (13). Do sudeste, o estado com menor percentual registrado é o Espírito Santo, com 1,22% (5).

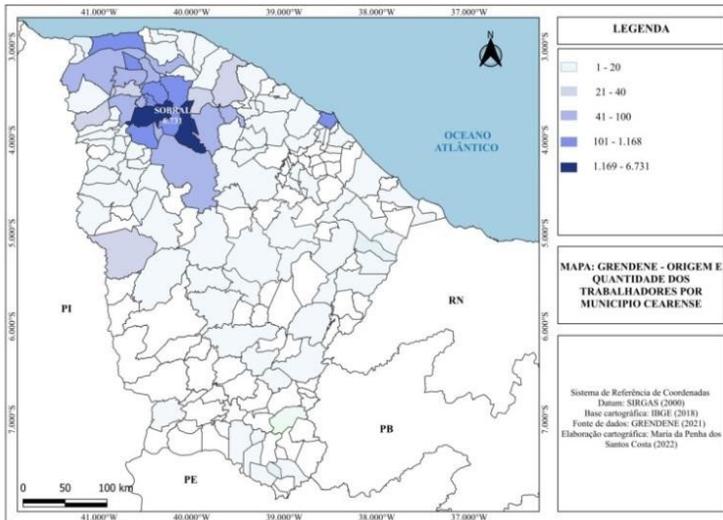
No rol de origem dos trabalhadores, conforme regiões, a segunda a apresentar grande participação é o nordeste, dos quais 27,32% são de estados dessa região, com maior quantitativo proveniente do Maranhão, que figura a maior participação, com 34, tal como os estados do Piauí e Pernambuco, origem de outros 45 trabalhadores, sendo 24 do primeiro e 21 do segundo. Além destes, 13 trabalhadores são da Paraíba e 11 da Bahia. Da região nordeste, somente Alagoas (4), Rio Grande do Norte (4) e Sergipe (1) não tiveram registro superior a cinco trabalhadores.

A região sul, berço da Grendene, desponta como origem de 17,32% (73) dos trabalhadores de outros estados. Embora haja a contratação de trabalhadores advindos dos três estados que compõem a região, é do Rio Grande do Sul o maior registro, com 13,66% (56). Dos trabalhadores de origem sulina dos demais estados, 2% (8) são do Paraná e outros 1,7% (7) de Santa Catarina. Cabe ressaltar que as contratações para alguns cargos de áreas administrativas, como gestores, ainda procedem do Rio Grande do Sul, que continua a reservar para Sobral uma mão de obra “seletivamente gaúcha” para exercer algumas funções estratégicas.

Na Grendene também atuam trabalhadores vindos das regiões norte e centro-oeste, juntos totalizando 21,7% (89), que atualmente estão engajados na produção de calçados em Sobral. Da região norte, o Pará é o estado de origem de 11,7% (48) dos operários da Grendene, e em menor quantidade há ainda registros do Amazonas (4), Tocantins (2) e Amapá (1), enquanto do centro-oeste a empresa conta com 8,3% (34), sobretudo do Distrito Federal e Goiás, com um percentual de 7% (29) e 1,2% (5), respectivamente.

O maior percentual de empregos da Grendene de Sobral precede de todas as macrorregiões do Ceará (Figura 63), todavia sendo da macrorregião do Sertão de Sobral e a RMS a maior fornecedora da mão de obra contratada pela Grendene. A centralidade de empregos atrai para Sobral um grande contingente de operários que, em busca de inserção no mercado de trabalho formal, se submetem à lógica do trabalho fabril.

**Figura 63** - Grendene: Origem e quantidade dos trabalhadores por município cearense



**Fonte:** Trabalho de campo, 2021. Elaborado pelas autoras.

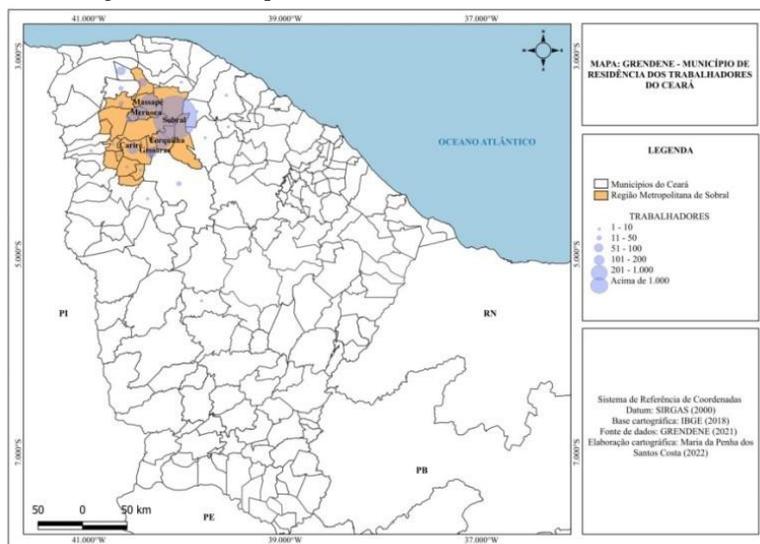
De todos os trabalhadores atualmente contratados pela Grendene, 96,5% (11.133) nasceram no Ceará, com destaque para Sobral, com 58,35% (6.731) de toda a força de trabalho da empresa. O mapa apresentado na Figura 64 espacializa todos os municípios circunvizinhos a Sobral, apontando significativa participação na disponibilidade de mão de obra para a indústria calçadista. Após Sobral, os maiores registros advêm de Massapê (1.168), Meruoca (522), Santana do Acaraú (483), Fortaleza (351), Forquilha (329), Cariré (170), Martinólope (111) e Camocim (110).

A Região Metropolitana de Sobral (RMS) concentra, incluindo a Sede metropolitana, próximo de 85% (9.810) do total de funcionários

da supracitada empresa, assim distribuídos: 3.079 oriundos dos outros dezessete municípios e 6.731 da Sede metropolitana, Sobral. Das cidades influenciadas pelo raio metropolitano, a Grendene possui 1.168 (11,9%) trabalhadores nascidos em Massapê, 522 (5,3%) de Meruoca, 483 (4,9%) de Santana do Acaraú; vindos de Forquilha e Cariré são, respectivamente, 329 (3,3%) e 170 (1,7%). Em seguida, estão Alcântaras e Groaíras, com 91 trabalhadores cada, e demais municípios, que totalizam 153, com menor participação de Pires Ferreira, Graça, Pacujá e Frecheirinha, com menos de cinco trabalhadores contratados.

Além desses dados, também espacializamos, no mapa da Figura 64, o município de residência dos trabalhadores. A Grendene engendra fluxos nunca antes vistos na região, em especial aqueles relacionados ao movimento pendular dos trabalhadores com destino ao complexo industrial da Grendene. Conforme dados coletados no decorrer da pesquisa, aproximadamente 66,8% (7.699) dos trabalhadores atualmente residem na cidade Sobral, enquanto outros 33,2 % (3.833) não residem no supramencionado município, mas em municípios circunvizinhos; portanto, todos os dias deslocam-se rumo à cidade de Sobral.

**Figura 64** - Município de residência dos trabalhadores do Ceará



**Fonte:** Trabalho de campo, 2021. Elaborado pelas autoras.

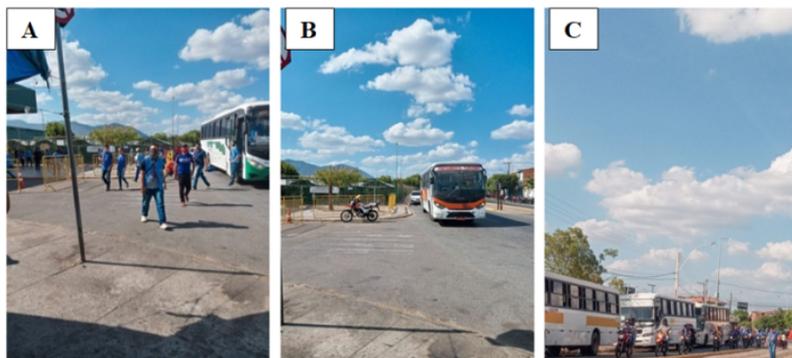
Dos municípios da RMS, Massapê (1.701), Forquilha (805) e Meruoca (427) se apresentam como local de residência de 2.933 trabalhadores da Grendene, fato justificado em virtude da proximidade com Sobral, que possibilita a predominância de um dinâmico movimento pendular. Em seguida, em menor número, aparecem os Municípios de Santana do Acaraú (213), Groaíras (200), Cariré (129), Senador Sá (84), Alcântaras (64), Martinópole (57) e Coreau (48), que formam o eixo Sobral-Região metropolitana, pois praticamente todos esses municípios, exceto Martinópole, estão nos limites do raio de influência metropolitana de Sobral.

Desse modo, verifica-se nesses dados a centralidade da Grendene no noroeste do Ceará, uma vez que os trabalhadores partem de todas as regiões de planejamento que circundam a supramencionada cidade, como do litoral norte e da serra da Ibiapaba. A oferta de trabalho impulsionada pela Grendene acarreta grande fluxo de trabalhadores advindos de pelo menos 43 municípios próximos a Sobral. São trabalhadores que, de ônibus e motocicletas, diariamente, se mobilizam para o complexo industrial da Grendene, configurando uma região atraída pela comercialização da força de trabalho no norte-noroeste do Ceará.

Os trabalhadores residentes na região metropolitana – cujos fluxos são mais intensos do que o observado nos demais municípios – chegam a Sobral em ônibus que realizam a rota da cidade de residência dos trabalhadores com destino à Grendene, transportes custeados pelos próprios trabalhadores, visto que a empresa não disponibiliza vale-transporte. Então, os trabalhadores são “obrigados” a extrair de seus salários os custos mensais com deslocamento ou combustível para se mobilizar até o posto de trabalho.

Os trabalhadores vindos de outros municípios e distritos de Sobral chegam à Grendene minutos antes de a sirene tocar, em ônibus de empresas autônomas vindos de praticamente todos os municípios circunvizinhos a Sobral, que, nos minutos que antecedem o início de suas atividades, constroem uma territorialidade móvel (Souza, 2018) nas proximidades dos portões de acesso ao complexo. Conforme percebido na Figura 65, os ônibus de transporte formam filas para o desembarque dos trabalhadores nos portões 2 e 6 da empresa.

**Figura 65** - Trabalhadores desembarcando no portão da fábrica 6 da Grendene



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2021.

No horário de troca de turnos, a dinâmica dos bairros que sediam a Grendene e os que ficam próximos ao complexo de fábricas, rapidamente, se transforma, visto que o fluxo mediano dá lugar ao intenso fluxo de veículos que percorrem as principais avenidas da cidade com trabalhadores de distintos locais que encontram em Sobral acesso ao mercado de trabalho fabril. Nesses períodos do dia, as avenidas são quase que “reservadas” para os trabalhadores da Grendene, uma vez que os ônibus, vans, motocicletas e bicicletas ocupam praticamente todas as vias que dão acesso aos portões do estabelecimento (Figura 66).

**Figura 66** - Trânsito durante a troca de turnos da Grendene



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2021.

Após a entrada dos trabalhadores no complexo industrial, os ônibus vindos de outros municípios ficam estacionados em acostamentos nas

proximidades dos portões que dão acesso às fábricas, aguardando o embarque de outros trabalhadores que finalizaram o expediente (Figura 67 - B). Percebe-se que a maioria dos ônibus responsáveis pelo transporte dos operários não possui qualquer tipo de identificação acerca do itinerário percorrido, havendo apenas uma placa identificando ser de “fretamento de turismo”. Muitos desses ônibus encontram-se em precárias condições de uso, mas, mesmo assim, ainda estão em circulação.

Observa-se que o meio de transporte mais comum utilizado pelos trabalhadores de outros municípios continua a ser o transporte coletivo, porquanto os trabalhadores residentes em Sobral possuem a motocicleta e a bicicleta como principal meio de transporte, tal como outra parcela utiliza diariamente o Veículo Leve Sobre Trilhos (VLT). No caso dos trabalhadores que possuem motocicletas, muitos deles optam por dividir os custos de combustíveis com parentes ou colegas de trabalho com o intuito de reduzir os gastos de transporte.

Na primeira quinzena do mês de outubro de 2021, foi realizada uma visita ao Sindicato dos Calçadistas de Sobral – SINDCALÇADISTAS (Figura 67), na qual se conversou com o vice-presidente da referida entidade acerca da participação da entidade em prol dos trabalhadores da Grendene. No âmbito da entrevista, foi informado que o Sindicato conta com aproximadamente três mil associados residentes na cidade de Sobral, em razão de não haver interesse dos trabalhadores de outros municípios nas ações realizadas.

**Figura 67** - Sindicato dos Calçadistas de Sobral



Fonte: Pesquisa de campo, 2021.

Constatou-se que, por meio do Sindicato, os associados têm acesso à assistência médica, jurídica, cursos profissionalizantes, clube de lazer e academia. Dentre os serviços ofertados na área médica estão consultas com médicos especialistas, exames laboratoriais e de imagem. Na área de capacitação profissional, o Sindicato possui parcerias com institutos de ensino superior privado e técnico de Sobral, e, dentre os cursos técnicos disponíveis para os associados, há cursos de informática, eletromecânica e corte de cabelo.

A instalação de um equipamento industrial de grande porte como a Grendene mobilizou, nos últimos anos, um grande contingente de trabalhadores que, mediante a necessidade de mobilidade, demandaram a construção de infraestruturas viárias capazes de comportar o fluxo diário realizado pelo trajeto interurbano, da RMS, do intraurbano, bairros de Sobral até o bairro Dr. Juvêncio de Andrade, onde se localizam as unidades fabris da Grendene. Resultante de tal demanda, o território foi equipado com o Anel Viário Pericentral e o Anel Viário Pericentral, cicloviárias, além da expansão dos modais de transporte intra e interurbano, como o Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e o TRANSOL, o que adequou o urbano às premissas da indústria que requer uma cidade ajustada às suas necessidades de fluxos.

Para isso, muitos foram os investimentos públicos para a (re)configuração espacial, que culminaram na produção de um espaço urbano estritamente interligado à indústria. Observa-se que a Grendene exerce grande centralidade no planejamento urbano de Sobral e é “beneficiada” com melhorias urbanas em favor da fluidez material imposta por via das dinâmicas que empreende.

## Considerações finais

No Brasil, a reestruturação produtiva foi aparelhada pela expansão das políticas neoliberais em prol do desenvolvimento econômico, tanto em escala nacional quanto estadual. Acompanhando esses ritmos, a indústria calçadista foi conduzida a mobilizar para o nordeste grandes es-

tabelecimentos industriais que lhe concederam a classificação de maior produtora de calçados em volume do país, com destaque para o Ceará e, mais especificamente, Sobral.

Em razão desse oportuno panorama, a Grendene instalou um complexo industrial produtivo voltado para a fabricação de calçados de marcas licenciadas pela empresa, como Melissa, Grendha, Cartago, Ipanema e outras. Sobral responde por, praticamente, 92% de toda a produção da empresa, sendo também expressiva na geração de emprego e renda na cidade e na sua região de influência, composta por 43 municípios, entre aqueles pertencentes à RMS e à macrorregião sobralense.

No caso da força de trabalho, constatou-ses que a Grendene atrai para Sobral trabalhadores procedentes de todas as macrorregiões do Ceará, com maior participação de Sobral e de sua região de influência, que integra desde aos municípios circunvizinhos aos mais distantes. Em ultrapasse a essa área, há, ainda, trabalhadores procedentes de todos os estados do nordeste, sul e sudeste, e, ainda que em menor quantidade, a “Grendene sobralense” conta ainda com uma força de trabalho oriunda do norte e centro-oeste do Brasil.

A atividade industrial realizada pela Grendene em Sobral impôs um novo conjunto organizacional na esfera do trabalho e, conseqüentemente, nas relações laborativas ocorrentes com amparo na combinação entre o fordismo e a acumulação flexível. Outro fator importante é que o complexo de fábricas estimulou, com maior intensidade, a mobilidade da força de trabalho e suas projeções no contexto da cidade média.

Assim, pode-se afirmar que a mobilidade da força de trabalho é considerada uma variável primordial para compreender a centralidade da cidade de Sobral na porção noroeste do Ceará. Isso contribui, em parte, para compreender a territorialidade e a expressão regional da Grendene na cidade de Sobral.

## Referências

ARAGÃO, F. E.; ROCHA, H. V. Notas sobre os impactos da implantação e crescimento da Grendene na infraestrutura urbana de Sobral: 1993-2018. In: ALBUQUERQUE, I. M; RANGEL, A. L. P. G (Org.). **A Implantação da Grendene em Sobral: Reflexões históricas, sociais e econômicas**. Sobral: Edições UVA, 2019. v. 1. 120p.

FERREIRA, D. L. **A (re)invenção de uma cidade: Cid Marketing e a requalificação urbana em Sobral-CE**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Ciências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2013.

GARCIA, R. C. **Vantagens competitivas de empresas em aglomerações industriais: um estudo aplicado à indústria brasileira de calçados e sua inserção nas cadeias produtivas globais**. 2001. 204 f. Tese (Doutorado em economia). – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 2001.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação do capital**. Tradução: Maria do Rosário Quintela. Lisboa: Ed. Estampa, 1979.

GRENDENE. **Relatório de administração**. 2020. Disponível em: <http://ri.grendene.com.br/PT>. Acesso em: 14 set. 2021.

GUIDOLIN, S. M.; COSTA, A. C. R. DA; ROCHA, E. R. P. Indústria calçadista e estratégias de fortalecimento da competitividade. **BNDES setorial**, v. 31, p. 147–184, 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. **IBGE Cidades, Sobral/Ceará**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/panorama>. Acesso em: 10 maio 2021.

IPECE. Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará. **Perfil Básico Municipal – 2017**. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/perfil-municipal-2017>. Acesso em: 19 maio 2021.

LOAYZA, A. C. V. **Fatores determinantes do deslocamento de setores intensivos em mão de obra para o Nordeste: o caso das grandes empresas calçadistas brasileiras a partir dos anos de 1990**. 2011. 170f. Dissertação (Mestrado em Economia)- Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara/SP, 2011.

MENELEU NETO, J. **Novos sapateiros**: os trabalhadores e a reestruturação do capital. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2000.

PEREIRA JÚNIOR, E. A. **Território e economia política** – uma abordagem a partir do novo processo de industrialização do Ceará. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente/SP, 2011.

TELES, G. A; COSTA, M. P. S. Circuito espacial da produção de calçados e interações territoriais da empresa Grendene, Sobral, Ce. **Mercator**, Fortaleza/CE, v. 22 de fevereiro 2023. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e22002>. Acesso: 12 jun. 2023.



## CAPÍTULO 14

# O ACESSO E O CONSUMO CULTURAL DISCENTE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL VALE DO ACARAÚ, SOBRAL-CE, BRASIL<sup>1</sup>

Doi: 10.35260/54212175p.315-336.2025

*Luiz Antonio Araújo Gonçalves*

### Introdução

O município de Sobral é dotado de um rico patrimônio cultural, artístico, arquitetônico, urbanístico que é refletido nos diversos equipamentos e agentes culturais. A origem da cidade remonta ao século XVIII com o avanço da ocupação colonial sobre o interior do território, sobretudo, das ribeiras do rio Acaraú. O marco que deu origem ao município foi a Fazenda Caiçara e Macacos, que cresceram com o desenvolvimento da pecuária, gerando o povoado que foi elevado a Vila Distinta e Real de Sobral em 1773, tornando-se cidade em 1841.

A cidade de Sobral, posteriormente, constituiu rico adensamento de casarios, sobrados e templos religiosos, fruto também do desenvolvimento do comércio de importação e exportação, principalmente, do algodão, o “ouro branco” que formou uma elite local que, ao se apropriar da cultura hegemônica, ditava os modos e costumes de vida vindos do exterior. Parte dessas práticas culturais teve expressão nos espaços pú-

---

<sup>1</sup> O presente artigo foi publicado originalmente no *Journal of Education and Learning* com o título: *The Access and Cultural Consumption of Students at the State University Vale do Acaraú, Sobral, Ceará, Brazil*, disponibilizado nessa obra em português.

blicos e de sociabilidade da cidade, como a praça do Teatro São João ou o Grêmio Recreativo Sobralense (Palace Clube), frutos de uma classe que buscava se distinguir das demais que, de modo geral, eram consideradas “sem cultura”.

Hoje a cidade média de Sobral é um centro urbano de expressão regional pela dinâmica do comércio e dos serviços, além da geração de empregos pela indústria calçadista. A cidade goza ainda da presença de vários equipamentos culturais, como bibliotecas, centros de línguas estrangeiras, escolas de música, museus, galerias e salas de exposição, além do teatro São João, igrejas católicas e espaços públicos que compõem o centro histórico, o qual foi tombado como Patrimônio Cultural pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN em 1999.

Dentre os equipamentos culturais, destaca-se o Museu do Eclipse, que juntamente com o Planetário de Sobral, ambos situados no largo da Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio, fazem referência ao Eclipse ocorrido em 1919, que ajudou a comissão científica enviada pelo físico Albert Einstein a comprovar a Teoria da Relatividade. Em razão disso, pode-se afirmar que o evento ocorrido em Sobral posiciona a cidade na geografia da Ciência, ao passo que a projeção do Meridiano de Greenwich, em Londres, Inglaterra, o foi para o estabelecimento da longitude 0°, dos fusos horários e da padronização da hora mundial.

No período atual, a cidade de Sobral abriga três Instituições de Ensino Superior públicas (UVA, UFC e IFCE) e duas privadas (Uninta e FLF), que lhes atribui referência na formação universitária. Vale destacar que o acesso ao ensino superior foi uma conquista do século XX para a sociedade brasileira e prosseguiu no início do século XXI, sobretudo, com o aumento do número de Instituições de Ensino Superior e de matrículas. Esse esforço alcançado no campo educacional também é almejado em relação aos direitos culturais.

A Constituição Brasileira de 1988, no artigo 215, garante a todos “[...] o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e difusão das manifesta-

ções culturais” (Brasil, 2019). Visando o cumprimento do texto constitucional e conforme estabelece o Plano Nacional de Cultura, que visa alcançar o desenvolvimento cultural, as ações do poder público devem ser conduzidas para a:

[...] I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; II - produção, promoção e difusão de bens culturais; III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; IV - democratização do acesso aos bens de cultura; V - valorização da diversidade étnica e regional (Brasil, 2019).

A democratização do direito à cidadania cultural, conforme aponta Chauí (1995), perpassa por ações que possam garantir o direito dos sujeitos à participação nas decisões públicas sobre a Cultura. Nesse sentido, o presente artigo buscou analisar, justamente, os indicadores de acesso e consumo cultural dos estudantes da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, situada na cidade média de Sobral, Ceará, Brasil.

## **Materiais e métodos**

O presente ensaio é resultado do Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão Cultural, em 2020, fruto do convênio entre a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, a Universidade Estadual Vale do Acaraú e a Quitanda das Artes. Optou-se pela apresentação de um artigo cujo resultado das análises pudesse contribuir para o desenvolvimento de um Plano Institucional de Cultura para a UVA.

O trabalho analisou os indicadores de acesso e consumo cultural discente da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, situada no município de Sobral, no estado do Ceará, Brasil. Para isso, foram analisados os questionários socioeconômicos preenchidos pelos alunos matriculados referentes ao 1º semestre de 2019. Do questionário socioeconômico aplicado pela UVA, destacaram-se as questões referentes aos indicadores socioeconômicos e de consumo cultural dos alunos. Assim,

foram selecionados sete indicadores relacionados ao acesso e consumo cultural discente, são eles: a renda familiar e do aluno; a leitura de livros; o acesso a meios de comunicação; o conhecimento de línguas estrangeiras; a posse de computador na residência; o meio de acesso à internet; e se recebe algum benefício social do governo.

Esperava-se que a análise dos dados e resultados pudesse auxiliar na reflexão e no fomento das ações culturais no âmbito da UVA e suscitasse o planejamento e desenvolvimento de uma política cultural que considere o acesso dos estudantes à cultura e suas diversas manifestações como fator necessário na formação.

Este artigo foi delineado em quatro tópicos: o primeiro compõe esta introdução do tema ao leitor. O segundo tópico aponta uma breve revisão das noções de cultura e das práticas de ação cultural. No terceiro tópico, apresentam-se alguns dados e elementos para refletir sobre a cidadania e o consumo cultural a partir do acesso aos bens de consumo. No quarto tópico, são expostos os indicadores de acesso e o consumo cultural dos estudantes da UVA. Por fim, são tecidas as considerações finais.

Busca-se, nesse primeiro momento, balizar brevemente as noções de cultura e ação cultural para partir para o tratamento dos dados e análise crítica dos indicadores institucionais de acesso e consumo cultural.

## **O entendimento de cultura e as práticas de ação cultural**

Traçar uma compreensão da noção de Cultura, ou seja, de onde partir para pensar e refletir sobre as práticas e consumo culturais dos estudantes da UVA, foi uma primeira tarefa no sentido de avançar no debate e melhor qualificar a argumentação sobre o tema e, se possível, ao final, poder tecer algumas considerações.

De modo geral, concorda-se com Santos (1987, p. 37) quando afirma que a cultura é “[...] uma dimensão do processo social, da vida de uma sociedade. Não diz respeito apenas a um conjunto de práticas e concep-

ções, como se poderia dizer da arte. Não é apenas uma parte da vida social como por exemplo se poderia falar da religião”. Dessa maneira, a cultura é uma “[...] construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, a cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana” (Santos, 1987, p. 37).

Ao afirmar que nem tudo é cultura, Coelho (2008) reforça esse conceito como uma produção humana. Ele toma, por base, a formulação do antropólogo britânico Edward Burnett Tylor, que destaca o sentido etnológico mais amplo, de maneira que a cultura ou civilização é todo esse “[...] complexo que compreende o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, o direito, os costumes e outras capacidades ou atitudes adquiridas pelo homem enquanto membro da sociedade. Em outras palavras, tudo. Tudo que é humano” (Coelho, 2008, p. 17).

O projeto de modernidade cultural promoveu um duplo espaço cultural. O primeiro, marcado pela circulação restrita, direcionada a uma minoria de origem aristocrática, que idealizava uma concepção de criação artística, restrita aos museus e palácios. A outra parcela foi enquadrada na cultura popular, no artesanato e nas tradições culturais (Canclini, 2019[1997]).

Já Stuart Hall (1997) argumenta que o sujeito que tinha uma identidade unificada e estável passou a participar, de modo fragmentado, de várias identidades que, por conseguinte, passaram a compor outras “necessidades” com novos significados e valores, formando outras paisagens sociais que causam certo estranhamento. Para esse autor, o sujeito pós-moderno pode ser definido pela “celebração móvel” dos encontros e confrontos com os sistemas culturais. Assim, não se trata de uma identidade fixa, permanente, mas instável, mutável, dinâmica.

Canclini (2019[1997], p. 349) atenta para a dificuldade crônica de avaliação política das práticas culturais “[...] como ações, ou seja, como intervenções efetivas nas estruturas materiais da sociedade”. Para esse autor, as práticas culturais

[...] Representam, simulam as ações sociais, mas só às vezes operam como uma ação. Isso acontece não apenas nas atividades culturais expressamente organizadas e reconhecidas como tais; também os comportamentos ordinários, agrupados ou não em instituições, empregam a ação simulada, a atuação simbólica (Canclini, 2019 [1997], p. 350).

A ponderação do autor é importante, pois contribui para refletir sobre as ações culturais que ora são consideradas como ações afirmativas, formadoras e muitas vezes pretenciosas de levar até as pessoas envolvidas a outro patamar cultural. Dialogando com Canclini, espera-se que a ação cultural promovida pela Universidade traga ao público “tomadas de consciência” e “mudanças reais em suas condutas”.

Como antecipa o autor, quase sempre nos frustramos pela ineficácia da mensagem pretendida. Nesse sentido, é preciso sensibilidade do olhar e observar o diálogo do campo cultural ao político, da mescla e intercâmbio daquilo que, em dado contexto, é denominado cultura erudita e popular, dos limites que estabelecemos para o moderno e o tradicional, entre os gêneros puros e impuros, e de como tudo isso pode ser representativo de desejo amplo de democracia cultural.

Teixeira Coelho (2001) questiona o tipo de cultura presente nos centros de cultura distribuídos nas cidades país afora. Para ele, quando os grupos no poder “[...] sob a capa do Estado ou da iniciativa privada, abrem seus teatros e museus ‘ao povo’, quase nunca pensam em criar condições para esse povo chegar à criação, mas apenas cultivar novos espectadores e admiradores, quer dizer, novos públicos, novos consumidores” (Coelho, 2001, p. 9-10).

A democratização da cultura é uma expressão muito usual nos discursos e nas falas tanto de notáveis quanto de anônimos. Teixeira Coelho já questionava, nos anos 1980, o sentido disso. Primeiro, quando se falava em cultura, o que de fato era democratizá-la e, em segundo, o que deveria ser democratizado? Qual seu conteúdo? A quem serviria? Para esse autor, uma política cultural ou uma política de ação cultural

pressupõe um conjunto de medidas que mantêm relações entre si e atua, em parte ou integralmente, no sistema de produção cultural, ou seja, a produção do bem cultural, sua distribuição em locais de contato com eventuais usuários, a troca ou comércio do bem cultural e sua aquisição ou consumo efetivo. Para o autor, a ação cultural constitui-se num “[...] conjunto de conhecimentos e técnicas com o objetivo de administrar o processo cultural – ou sua ausência, como é mais comum entre nós... – de modo a promover, digamos, uma distribuição mais equitativa da cultura, de suas apregoadas benesses” (Coelho, 2001, p. 10-11).

No entanto, haveria diferença entre uso cultural e consumo cultural? Para Coelho (2008, p. 18), a diferença é que “[...] no uso a coisa de cultura é interiorizada e transformada em substância vitalizadora em virtude de algum metabolismo de seu receptor (o que pressupõe a existência de um resto eventual a jogar fora)”. Já o consumo cultural é marcado por um

[...] contato epidérmico entre receptor e coisa cultural, contato mediante o qual a coisa de cultura desliza pela superfície do receptor sem afetá-lo interiormente seja como for e é em seguida eliminada, posta fora, sem que tenha havido qualquer trabalho (alteração de estado) na coisa cultural por parte do receptor e no receptor em virtude de sua exposição à coisa cultural (Coelho, 2008, p. 18).

Canclini (2019[1997]) aponta uma questão relevante que diz respeito, do ponto de vista da comunicação da cultura, a como interpretar a divergência entre a ação ofertada por uma instituição e como ela é recebida e apropriada pelos diversos públicos. Desse modo, faria sentido falar em *desaquisição cultural* na perspectiva que Coelho (2008) coloca o debate? Ou, ainda, dos processos de *descolecionamentos* e *desterritorializações* que conduzem a uma hibridação intercultural, como aponta Canclini (2019[1997])?

Para Chauí (1995), a democracia cultural aponta na direção contrária da violência histórica e contemporânea produzida neste país. Nesse sentido, a autora idealiza a cultura como direito dos cidadãos e a política

cultural com o dever de garantir o direito à cultura, em específico, o direito de acesso e de fruição dos bens culturais através das instituições públicas de cultura; o direito à criação cultural; o direito de se reconhecer como sujeito cultural; o direito à participação das decisões públicas sobre a cultura. Assim, o projeto cultural deveria visar à democratização da cultura como “[...] direito à fruição, à experimentação, à informação, à memória e à participação” (Chauí, 1995, p. 82).

Desse modo, a política cultural, ao apoiar-se na noção de cidadania cultural, também deve envolver o direito de participação nas decisões, definição de diretrizes e orçamentos públicos e acesso à produção cultural pelos cidadãos (Chauí, 2009). A autora, assim, leva a capturar a dimensão e o alcance do acesso à cultura como alcance da cidadania cultural. Mas, quais indicadores poderiam melhor refletir o alcance do acesso à cultura e o consumo cultural? Tais dados serão explorados no tópico a seguir.

### **A cidadania cultural e o acesso aos bens de consumo**

Para Santos (2007), a cidadania é aprendida e se torna plena quando incorporada à cultura, tornando-se um estado de espírito. Para esse autor, um estado visiona um modelo cívico formado, essencialmente, por dois componentes, sejam eles: a cultura e o território. Para ele, o componente cívico “[...] supõe a definição prévia de uma civilização, isto é, a civilização que se quer, o modo de vida que se deseja para todos, uma visão comum do mundo e da sociedade, do indivíduo enquanto ser social e das suas regras de convivência” (Santos, 2007, p. 80).

O componente territorial pressupõe uma “[...] instrumentação do território capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e de outro lado, uma adequada gestão do território, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada” (Santos, 2007, p. 81).

Milton Santos (2002) já apontava que a democracia brasileira, ao longo de sua trajetória, também produziu deficientes cívicos. A leitura empreendida pelo autor sobre o papel do sistema ideológico parece bem atual na medida em que a ideologia passou a

[...] mostrar-se como aquela metafísica suscetível de aparecer como uma empiria. Há 25 anos atrás, empolgava-nos a assimilação da diferença entre o veraz e o não verdadeiro, entre a aparência e a existência, entre o ideológico e o real. Hoje a ideologia se tornou realidade, o que complica nossa tarefa de análise, porque se impõe à produção da história concreta dos homens a partir de um discurso único perfeitamente elaborado, e que se torna acreditável a partir do bombardeio das mídias, mas também a partir da chancela da Universidade (Santos, 1999, p. 11).

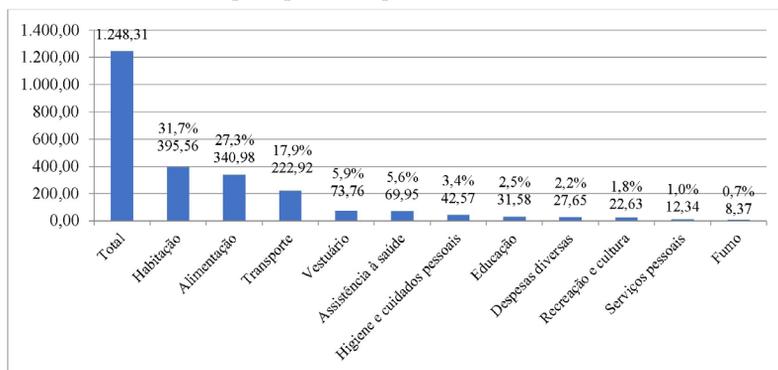
Diante da fragmentação da realidade, Sennet (2006) afirma que a cultura entra em cena para questionar quais valores e práticas são capazes de manter as pessoas unidas justamente quando as instituições em que vivem se fragmentam. Para ele, a comunidade “[...] não é a única maneira de manter coesa uma cultura; parece evidente, por exemplo, que os estranhos de uma mesma cidade convivem numa mesma cultura, ainda que não se conheçam pessoalmente. Mas o problema de uma cultura que realmente nos sirva de base não se limita a uma questão de tamanho” (Sennet, 2006, p. 13).

Para Santos (2007, p. 150), a geografização da cidadania necessita levar em conta no mínimo “[...] dois tipos de franquias, a serem abertas a todos os indivíduos: os direitos territoriais e os direitos culturais, entre os quais o direito ao entorno”. O estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE em parceria com o Ministério da Cultura resulta no Sistema de Informações e Indicadores Culturais que teve o objetivo de “[...] apresentar resultados a partir da sistematização de dados, produção de indicadores e análise de informações setoriais, nacionais e regionais, relacionadas ao setor cultural, baseadas nos dados das pesquisas realizadas pelo IBGE, referentes, em geral, aos anos de 2007 a 2010” (IBGE, 2013, p. 8).

De outro modo, visando apreender a economia da cultura a partir do consumo, destacam-se os bens de consumo, ou melhor, as despesas de

consumo<sup>2</sup> captadas na Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, realizada pelo IBGE no ano de 2008-2009. A partir dessa pesquisa, pode-se analisar o gasto médio e as despesas de consumo realizadas pelas famílias cearenses, inclusive, com recreação e cultura (Gráfico 3). A média de despesas das famílias registrada pela pesquisa foi de R\$ 1.248,31 distribuídas em 11 itens (Alimentação, Habitação, Vestuário, Transporte, Higiene e Cuidados Pessoais, Assistência à Saúde, Educação, Recreação e Cultura, Fumo, Serviços Pessoais e Despesas Diversas). A POF de 2008-2009 também apontava que a despesa de consumo com recreação e cultura foi em média de R\$ 22,63, ou seja, 1,8% do orçamento familiar da população cearense. Outros gastos foram considerados como mais prioritários como: habitação, alimentação, transporte, vestuário, assistência à saúde, higiene e cuidados pessoais, educação e despesas diversas.

**Gráfico 3** - Despesa de consumo monetária e não monetária média mensal familiar (em R\$) – por tipos de despesa - Ceará - Ano 2008-2009



**Fonte:** IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009.

No que diz respeito às despesas com recreação e cultura, é importante saber como a nota técnica da POF de 2017-2018 define esse gasto que se refere a

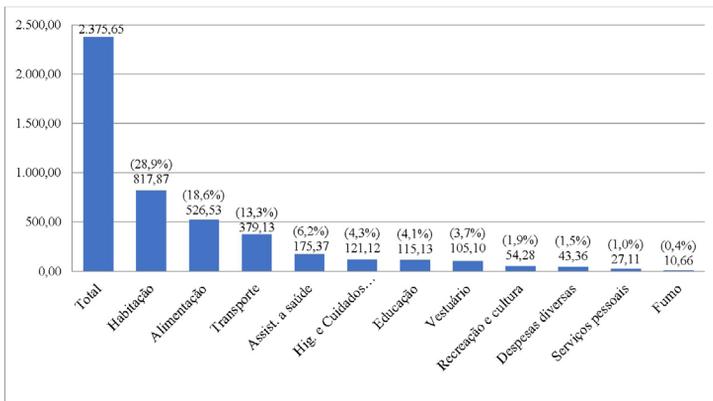
[...] brinquedos e jogos (bola, boneca, *software*, etc.), celular e acessórios (aparelhos e acessórios de telefonia

2 Para o Sistema de Informações e Indicadores Culturais do IBGE, as despesas de consumo são aquelas realizadas “[...] pela unidade de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período da pesquisa” (IBGE, 2013, p. 165).

celular), livros, revistas e periódicos não didáticos (jornais, revistas infantis, etc.). Inclui, ainda, despesas com recreações e esportes (cinema, teatro, futebol, ginástica, artigos de caça, pesca, *camping*, etc.). Na linha 'outras', estão agregadas as despesas com instrumentos musicais, equipamentos esportivos, artigos de acampamento e demais despesas similares (IBGE, 2019, p. 19).

Já o Gráfico 4 aponta o resultado da POF realizada pelo IBGE nos anos de 2017-2018. Nessa pesquisa, a renda média do cearense melhorou, passando para R\$ 2.375,65. Entretanto, algumas mudanças foram observadas na ordem de prioridade de gastos. A habitação permaneceu como gasto prioritário no orçamento familiar, entretanto, as variáveis transporte, assistência à saúde, higiene e cuidados ganharam maior relevo no gasto das famílias. A educação também passou a ser um gasto de maior importância, mas o mesmo não ocorreu com o vestuário, que tinha maior representação no gasto familiar em 2008. Já a despesa de consumo com recreação e cultura foi em média de R\$ 54,28 e, embora tenha tido aumento numérico em relação à pesquisa anterior, manteve praticamente o mesmo percentual (1,9%) do gasto da POF de 2008-2009. Esse gasto, contudo, teve maior relevância frente a outros, como despesas diversas e com serviços pessoais.

**Gráfico 4** - Despesa monetária e não monetária média mensal familiar, segundo os tipos de despesa - Ceará - Ano 2017-2018



Fonte: IBGE - Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

A realidade dos estudantes da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, cujos campi estão situados na cidade de Sobral-CE, é distinta de outras IES estaduais e federais. Os alunos são oriundos de mais de 54 municípios da região Noroeste do Ceará e, em muitos casos, chegam a percorrer trajetos acima de 100 quilômetros para acessar o ensino superior. Sales (2016), ao estudar o comportamento de consumo de bens culturais dos alunos da Universidade Federal do Ceará – UFC, verificou que a utilização de bens culturais disponibilizados pela Universidade tende a aumentar o consumo de bens culturais, que também tem relação com os anos de estudo dos agentes nos cursos de graduação. Lima (2018) vai destacar as experiências no campo da cidadania cultural com as políticas culturais na cidade de São Paulo, na gestão do Prefeito Fernando Haddad. A experiência de São Paulo foi expandida para o plano nacional com a chegada de Marta Suplicy no Ministério da Cultura - MinC com uma ação afirmativa que foi a implantação do Vale Cultura.

As reflexões teóricas e a explanação de dados realizados até aqui ajudou a compreender melhor o papel que a cultura e a ação cultural tem na produção da cidadania a partir da política pública promotora do acesso aos bens culturais, haja vista a realidade dos orçamentos familiares e o baixo percentual dedicado à recreação e cultura. Nesse sentido, entende-se que as políticas culturais também devem ser pensadas no âmbito universitário e, para isso, busca-se explorar melhor os indicadores institucionais de acesso e consumo cultural dos estudantes da UVA.

### **Os indicadores de acesso e o consumo cultural dos estudantes da UVA**

A Universidade Estadual Vale do Acaraú dispõe de equipamentos culturais e programas de extensão e cultura que desenvolvem atividades culturais para o público universitário e também para as comunidades onde atua. Não foi intenção, nesse momento, estudar em que medida os estudantes participam dos projetos e/ou acessam esses equipamentos, assim, buscou-se analisar os indicadores de acesso e consumo cultural

dos estudantes, contidos nos questionários socioeconômicos preenchidos pelos alunos matriculados cursando disciplinas, inclusive aqueles com matrícula institucional no período do semestre 2019.1.

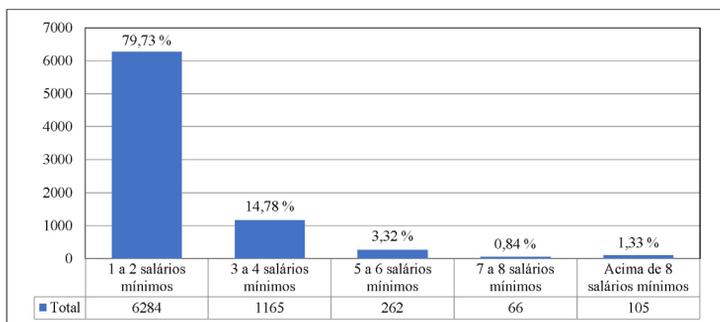
Do questionário socioeconômico aplicado pela UVA, foram selecionadas as questões que tratam dos indicadores socioeconômicos e de consumo cultural dos alunos e alunas. Assim sendo, destacaram-se sete indicadores relacionados ao acesso e consumo cultural, a saber: a renda familiar e do aluno; a leitura de livros; o acesso a meios de comunicação; o conhecimento de línguas estrangeiras; a posse de computador na residência; o meio de acesso à internet; e, por último, se recebe algum benefício social do governo.

Com relação ao perfil socioeconômico dos alunos que têm vínculo cursando disciplinas ou com matrícula institucional, quando tratada a renda mensal familiar, pode-se verificar, no Gráfico 5, que quase 80% dos alunos têm renda familiar de até dois salários mínimos, cerca de 14% das famílias têm renda na faixa de 3 a 4 salários mínimos e menos de 6% dos alunos têm renda familiar de 5 a 8 salários mínimos ou mais. Somente 1,33% das famílias dos discentes têm renda acima de 8 salários mínimos.

Essa informação é importante quando se busca comparar com as despesas de consumo das famílias apresentadas tanto pela POF de 2008-2009 quanto a de 2017-2018, pois ajuda a captar e refletir sobre as mudanças das prioridades de gasto no orçamento familiar.

Ora, os principais itens de despesa das famílias cearenses em 2008-2009 foram com alimentação, habitação e transporte, seguidos por vestuário, assistência à saúde e higiene e cuidados pessoais. O consumo com recreação e cultura compunha apenas 1,8% do gasto da renda familiar, ou seja, cerca de R\$ 22,63. Na POF de 2017-2018, esse gasto aumentou numericamente para R\$ 54,28, mas permaneceu no mesmo percentual de gasto (1,9%).

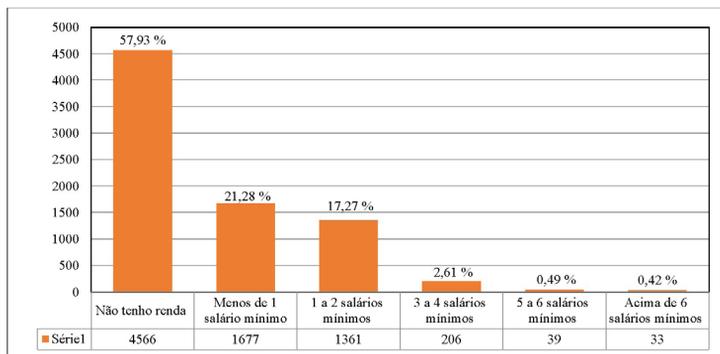
**Gráfico 5 - Faixa de renda mensal da família do aluno**



**Fonte:** Relatório do questionário socioeconômico do aluno - 2019.1.

Ao tratar do público universitário da UVA, intui-se que esse gasto foi menor ainda. Observando o Gráfico 6, que aponta a faixa de renda do aluno, mais da metade declarou não ter renda, que representa jovens ainda em formação, porém chama atenção um percentual de alunos com renda abaixo de um salário mínimo superior a 20%.

**Gráfico 6 - Faixa de renda mensal do aluno**



**Fonte:** Relatório do questionário socioeconômico do aluno - 2019.1.

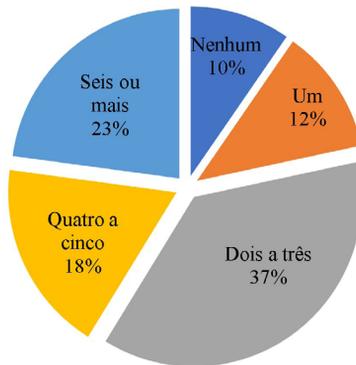
Do percentual de estudantes que possui renda entre 1 a 2 salários (17, 27%), parece já ter vínculo no comércio, serviços ou indústria. Ou, ainda, terem em estágios ou em ocupações temporárias e de regime sem vínculo empregatício. Apenas uma pequena parcela dos alunos abaixo de 4 % apresenta renda de 3 a 6 salários mínimos ou mais.

Considerando, assim, o perfil de baixa renda da maioria das famílias dos universitários, constata-se que é baixa a possibilidade de as famílias

fazerem despesas com recreação e cultura. Nesse sentido, eventos de emancipação dos municípios, dentre outras festas populares, acabam tendo grande apelo como atividade cultural acessível.

No que se refere à quantidade de livros que os alunos leram após ingressarem na Universidade, com exceção dos livros acadêmicos, o Gráfico 7 apresenta o resultado em que quase 50% dos alunos leram até três livros; 18% leram de quatro a cinco livros; 23% leram seis ou mais livros. Contudo, o dado mais preocupante foi que 10% dos alunos informaram não ter lido nenhum livro. Esse indicador não permite saber se o livro foi adquirido pelo aluno como um bem de consumo cultural ou se tomou emprestado na biblioteca central da UVA ou de um colega. Entende-se que esse dado quantitativo precisa ser mais bem analisado, visto que não qualifica o tipo de obra, se obra literária ou não, se foi acessado nas bibliotecas da UVA. Esse dado já ajudaria no direcionamento de uma política para aquisição de novas obras.

**Gráfico 7** - Quantidade de livros lidos ao ingressar na universidade – média por ano\*



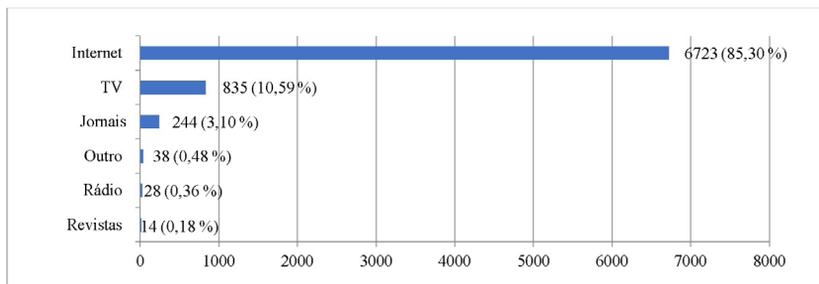
**Fonte:** Relatório do questionário socioeconômico do aluno - 2019.1.

\* Exceto os livros escolares.

No questionário, ainda consta um item em que os alunos respondem sobre como se atualizam sobre os acontecimentos do mundo. O Gráfico 8 aponta que, dentre os meios utilizados, a internet é usada por 85% dos alunos. A TV é o segundo meio utilizado, embora seja usada por apenas 10% dos alunos. Outros meios de comunicação, como jornais, rádios e revistas, são utilizados por apenas 1% dos alunos. As redes sociais (Instagram, Facebook, dentre outras) e *blogs* informativos com conteúdo

diverso da região de entorno de Sobral têm sido um canal direto de comunicação e interação com o público de estudantes da UVA. A Universidade oferta uma rede de internet aberta à comunidade acadêmica (WifiUVA), porém esta tem acesso restrito, ou seja, sem acesso do público externo (visitantes). São poucos os setores da UVA que têm canais ou redes sociais de modo a melhor explorar a comunicação institucional.

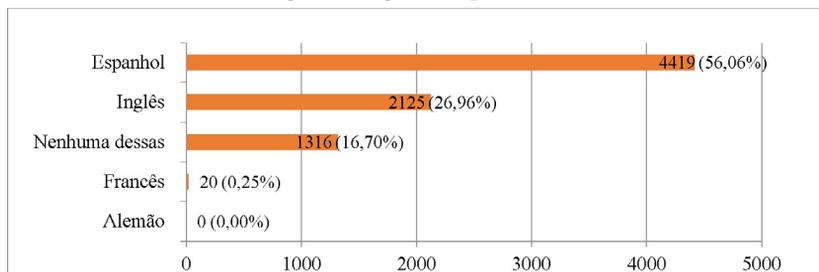
**Gráfico 8** - Meio mais usado para se atualizar dos acontecimentos no mundo



**Fonte:** Relatório do questionário socioeconômico do aluno - 2019.1.

Entende-se que o aprendizado de uma língua estrangeira permite a abertura para a cultura e a arte produzida por outras nações, de outros sistemas culturais. O acesso dos estudantes aos cursos de língua estrangeira da UVA ocorre por meio de seleção e pagamento de mensalidades. O indicador constante no questionário não permite saber se o aluno faz ou já fez um curso de língua estrangeira. Desse modo, também não é possível saber se os alunos fazem uso cultural da língua ou acessam o Núcleo de Línguas Estrangeiras da UVA – NUCLE/UVA, visto que o questionário solicita apenas que informe em qual língua é capaz de se comunicar.

**Gráfico 9** - Qual língua estrangeira é capaz de melhor se comunicar

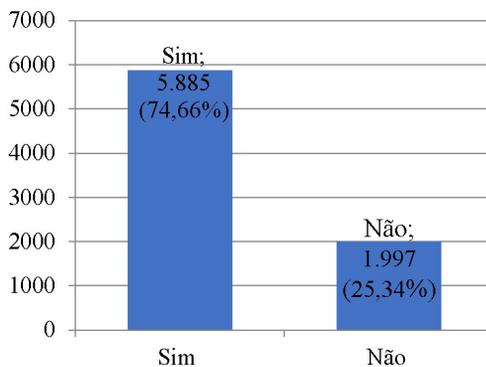


**Fonte:** Relatório do questionário socioeconômico do aluno - 2019.1.

Do ponto de vista da diversidade de cursos ofertados e acessados pelos alunos, os cursos de espanhol e inglês parecem ser os mais acessados, embora também não seja possível afirmar que tais alunos fazem o curso de língua no NUCLE/UVA. Vale ressaltar o pouco acesso às línguas francesa e alemã, bem como as demais línguas, o que sugere pouco incentivo institucional, haja vista que quase 17% dos alunos afirmaram não ter conhecimento de nenhum desses idiomas. Isso aponta para um conhecimento reduzido de outras culturas e pouca possibilidade para atividades de intercâmbio acadêmico ou de diálogo intercultural, de apreciação de outras culturas ou mesmo de visitas de curta duração.

Para os estudantes, a posse de um computador ou celular *smartphone* parece ser a porta de contato com “outros mundos”. O Gráfico 10 apresenta, assim, a despesa necessária de consumo com um computador, e se correlacionando com a condição de renda das famílias e dos alunos, a aquisição de um computador não foi possível para cerca de  $\frac{1}{4}$  (um quarto) dos alunos que informaram não possuir um computador em casa.

**Gráfico 10** - Possui computador na sua residência

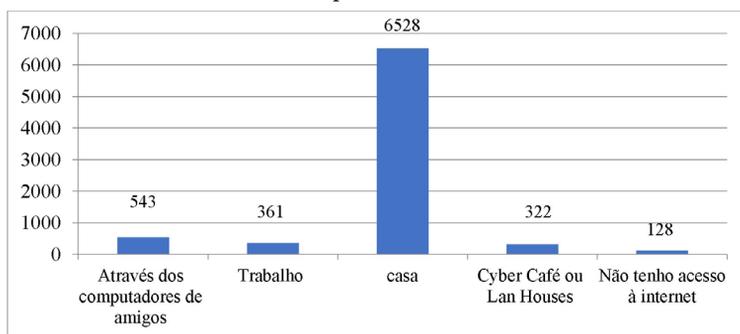


**Fonte:** Relatório do questionário socioeconômico do aluno - 2019.1.

O acesso à internet a partir de *smartphones* também parece ser a estratégia usada por muitos alunos para acessar conteúdos científicos e informacionais. O Gráfico 11 aponta a própria residência como principal local que o estudante utiliza para acessar a internet, o que reforça o entendimento de que esse serviço é indispensável para as famílias e

parte do gasto dos orçamentos familiares. Entretanto, os alunos ainda recorrem a outros espaços, como *cybercafés*, *lan houses* e até mesmo no trabalho para acessá-la. Uma parcela menor dos alunos mostrou não ter computador próprio, nem serviço de internet, utilizando, assim, o computador de amigos para ter acesso à internet. Fora de casa, utilizam o wifiUVA como opção de acesso, e isso também pode estar associado à dificuldade financeira para adquirir um Computador Pessoal. No período da pandemia de Covid-19, essa realidade se mostrou mais latente com a restrição da circulação e o isolamento social. O governo anunciou a distribuição de tablets e chips com pacotes de dados para aulas remotas, mas essa política atendeu em parte os estudantes universitários e de modo retardatário.

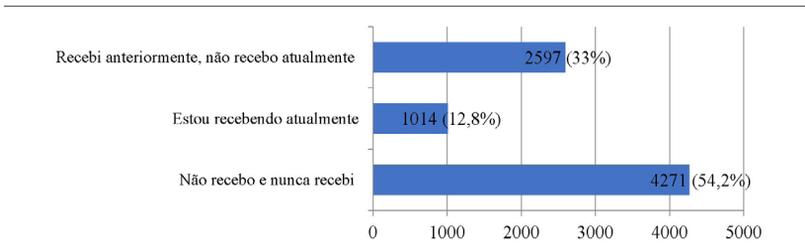
**Gráfico 11** - Principal meio de acesso à internet



**Fonte:** Relatório do questionário socioeconômico do aluno - 2019.1.

O Gráfico 12 revelou um perfil de alunos carentes. Acerca da ajuda dos programas de transferências de renda, 33% dos estudantes responderam ter recebido benefício, mas não recebiam mais; 12,8% estavam recebendo algum benefício social; enquanto 54,2% dos estudantes nunca receberam benefício. Esse dado revela um contrassenso, pois, como visto, os dados de renda apontam um perfil de aluno que precisa ser alcançado pela política pública de transferência de renda.

**Gráfico 12** - Recebe algum benefício social



**Fonte:** Relatório do questionário socioeconômico do aluno - 2019.1.

No intuito de promover uma política cultural de acesso aos bens culturais, a experiência da política de distribuição de um vale-cultura, ocorrida inicialmente em São Paulo, poderia ser repetida para os estudantes da UVA, por meio de um vale-cultura local, seja em parceria com a Prefeitura Municipal de Sobral, seja com recursos do Governo do Estado do Ceará, mediante o Fundo Estadual de Combate à Pobreza-FECOP. O uso desse vale-cultura valeria ao acesso dos equipamentos culturais da cidade (cinemas, museus, teatros, livrarias, casas de shows etc.), gerando incentivo do acesso a espaços culturais. Esse debate, entretanto, deve prosseguir em outros âmbitos e ser discutido também pelos agentes envolvidos, ou seja, os estudantes.

## Considerações finais

A discussão dessa temática poderia se estender por caminhos diversos que versam do campo da cultura ao papel social da Universidade. Nesse sentido, compreende-se que a promoção do acesso à cultura pode ser uma ação potencializadora de valores formativos e ético-profissionais no ambiente universitário.

Dentre as ações desenvolvidas pelo setor da cultura da UVA, desde a criação da Pró-Reitoria de Cultura, no início dos anos 2000, até sua fusão com a Pró-Reitoria de Extensão, em 2016, muitos projetos culturais foram desenvolvidos, porém a descontinuidade dessas ações e poucos registros preservados induzem ao lapso da perda da memória coletiva e representatividade social da UVA.

Desse modo, as ações culturais na UVA devem ser incentivadas com políticas culturais efetivas que não sofram descontinuidade e/ou inconsistências no seu fluxo e registro. Acredita-se que uma ação prioritária passa pelo investimento na construção e reestruturação dos equipamentos culturais da UVA, mas também de custeio dos projetos culturais a serem desenvolvidos por esta Universidade.

A análise empreendida permitiu constatar que o perfil de baixa renda da maioria das famílias dos universitários impede um maior gasto do orçamento familiar com recreação e cultura. Nesse sentido, é importante que haja uma política cultural que promova o acesso desse público à cultura em suas mais diversas manifestações. A proposta de um vale-cultura local poderia ser uma opção a fim de promover o acesso e consumo cultural discente na UVA.

O questionário socioeconômico dos estudantes apresenta indicadores de acesso e consumo cultural generalistas, que não permitem tecer uma análise mais detalhada e, por conseguinte, que possam contribuir para um planejamento futuro das políticas culturais da Universidade. Nesse sentido, é preciso rever com atenção os indicadores de práticas e consumo cultural que constam nos instrumentos de captura do perfil socioeconômico dos estudantes matriculados na UVA. A necessidade de revisão e atualização dos indicadores de acesso e consumo cultural deve ter alinhamento com as políticas culturais no âmbito municipal, estadual e nacional, podendo conduzir a um Plano Institucional de Cultura para a UVA. É necessário também envolver os sujeitos envolvidos – os estudantes – no processo de participativo que discuta as políticas culturais no âmbito da Universidade.

Os dados produzidos e analisados antes da pandemia do novo coronavírus (Covid-19), que teve início em 2020 e ainda produzia restrições de circulação e convívio até meados de 2023, permitiu fazer o recorte que deverá ser confrontado no período atual com a continuação da pesquisa. Haja vista todas as dificuldades geradas pela pandemia, esse momento também ampliou as possibilidades, sobretudo, do uso das ferramentas tecnológicas e dos ambientes remotos. Contudo, é preciso

saber melhor em que medida o consumo cultural individual ou remoto de maior acesso à internet e o desenvolvimento de recursos de interação remota atendeu ou promoveu a dimensão formativa que o acesso e democratização da cultura no ambiente universitário.

Com relação ao acesso dos estudantes da UVA à cultura, as questões seguem abertas ao debate visando à formulação de políticas públicas que promovam a garantia de condições mínimas de acesso aos bens culturais pelos estudantes, considerando o acesso à cultura como política pública necessária para a formação cidadã.

## Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 101, de 03 de julho de 2019. Brasília, 2019.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão, Ana Regina Lessa. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2019.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. 2 ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, São Paulo/SP, n. 9, v. 23, p. 71-84, 1995.

COELHO, T. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

COELHO, T. **A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras: Itaú Cultural, 2008.

FURTADO, C. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HALL, S. **A identidade cultural na Pós-Modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: despesas, rendimentos e condições de vida**. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

IBGE. **Sistema de informações e indicadores culturais 2007-2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: primeiros resultados. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LIMA, L. P. B. Cidadania cultural e direito à cidade: as políticas culturais em São Paulo na gestão Fernando Haddad. *In*: CASTRO, F. F. de.; RODRIGUES, L. A. F.; ROCHA, R. (Orgs.). **Políticas culturais para as cidades**. Salvador: EdUFBA, 2018.

SALES, T. A. **Um estudo acerca do perfil de consumo cultural dos alunos da Universidade Federal do Ceará** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil, 2016.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, M. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. Organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. **Geographia**. Niterói/RJ, v. 1, n. 1, p. 7-13, 1999.

SANTOS, M. As cidadanias mutiladas. *In*: LERNER, J. (Ed.). **O preconceito**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1996/1997.

SENNET, R. **A cultura do novo capitalismo**. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 2006.

# CAPÍTULO 15

## OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA: ALGUMAS MUDANÇAS NO PEQUENO COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM SOBRAL-CE

Doi: 10.35260/54212175p.337-362.2025

*Joffre Fontenelle Filho*

### Introdução

O espaço geográfico, nas mais diversas escalas, tem passado por inúmeras modernizações, tanto no campo como nas cidades. No entanto, a modernização atual tem promovido mudanças globais e um domínio cada vez mais avassalador por parte do capital, devido à implantação de sistemas técnicos desenvolvidos a partir dos avanços da técnica, da ciência e da informação (Lima, 1996).

Essas modernizações são seletivas e promovem um desenvolvimento desigual e combinado. Isso tem sido uma realidade, especialmente quando consideramos o processo de urbanização no Brasil. Percebemos a ampliação da rede urbana, composta por cidades de variados graus de modernização, e a intensificação da natureza relacional (Silveira, 2014) daquilo que Santos (2008) chamou de os circuitos da economia urbana.

A teoria dos circuitos da economia urbana, conforme Santos (2014), considera que as modernizações impostas sobre o espaço geográfico geraram dois subsistemas dentro do sistema global, que se evidenciam cla-

ramente na cidade. Esse sistema global é regido pelo modo de produção capitalista que produz riquezas à custa da exploração de uma massa de trabalhadores que vivem com o mínimo necessário para desenvolverem suas atividades laborais.

O circuito superior seria o resultado direto das modernizações que, ao criarem novas estruturas, possibilitam a reprodução do capital de forma mais eficaz, o que inclui as atividades ligadas aos “negócios bancários, comércio de exportação e indústria de exportação, indústria urbana moderna, comércio moderno, serviços modernos, comércio atacadista e transporte” (Santos, 2014, p. 97).

Por sua vez, o circuito inferior seria o resultado indireto das mesmas modernizações, pois os supostos benefícios advindos delas não podem ser usufruídos por todos de forma igual. Esse circuito é constituído “por formas de fabricação ‘de capital não intensivo’, por serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em pequena escala e não moderno” (Santos, 2014, p. 97).

A existência dos dois circuitos não se configura um dualismo, pois ambos possuem a mesma origem e estão fortemente interligados. Essa natureza relacional tem sido constatada, principalmente, nas grandes cidades do mundo subdesenvolvido. No entanto, com o aumento da importância das cidades médias no contexto da rede urbana brasileira, tem ocorrido tanto o aumento dos circuitos da economia urbana nessas cidades, como também a intensificação de sua natureza relacional, que pode se manifestar tanto na contiguidade como, também, no alargamento das escalas (Montenegro, 2017).

A existência dos circuitos da economia urbana pode ser compreendida quando consideramos a interface da economia política da urbanização com a economia política da cidade (Silveira, 2015; 2017), mas sua análise pode ser feita dando ênfase aos agentes econômicos que atuam no espaço da cidade (Arroyo, 2008). Considerar as relações existentes entre os agentes econômicos, de diferentes graus de organização, capital e tecnologia, que atuam no comércio de alimentos da cidade de Sobral,

é uma maneira de analisar a organização do espaço urbano e de compreender a sociedade que produz este espaço.

Visto que os grandes supermercados desempenham um papel importantíssimo na reprodução do capital, na medida em que o processo de circulação é acelerado, diferentemente do que acontece com o pequeno comércio de alimentos, que promove a sobrevivência e a sociabilidade ao invés do lucro, levanta-se a seguinte questão: Quais as mudanças percebidas no comércio de produtos alimentícios na história recente de Sobral, especialmente no que diz respeito às relações existentes entre os circuitos da economia urbana? O presente capítulo apresenta uma síntese dessas relações no território sobralense.

## Um pouco da história

Sobral sempre teve no comércio, em especial no comércio de alimentos, uma de suas mais importantes atividades econômicas. Essa atividade esteve presente em todo processo de formação socioespacial da cidade, apesar de não ser a atividade principal, e continua contribuindo com a organização do espaço urbano sobralense com mais intensidade ainda nos dias de hoje.

A localização da cidade, entre territórios de ecossistemas diferentes (serra, sertão e litoral) e beneficiada pela construção de estradas que passavam pela cidade ligando pontos distantes do território nordestino, favoreceu a realização das trocas de produtos, especialmente alimentícios, oriundos de lugares diferentes. A cidade surgiu em um entroncamento viário que possibilitou que ela se tornasse um centro de distribuição da produção para o seu entorno.

A cidade de Sobral surgiu neste contexto da primeira reestruturação socioespacial no Ceará, que ocorreu entre os séculos XVII e XVIII. Nesse período, o espaço indígena, caracterizado pela harmoniosa relação com a natureza e pela realização de atividades extrativas, foi dando lugar ao espaço da pecuária, e isso não se deu sem inúmeros conflitos e inte-

rações entre os colonizadores e os inúmeros povos que neste território habitavam (Araújo, 2015).

O núcleo inicial da cidade de Sobral foi a Fazenda Caiçara. Os historiadores consideram que 1712 foi o ano em que ela começou a ser vista como um povoado, na medida em que foram se fixando às margens do rio Acaraú famílias oriundas do litoral canavieiro e trabalhadores da Fazenda. O povoado de Caiçara foi elevado à categoria de vila no ano de 1773. A “Vila Distinta e Real de Sobral” logo se tornou um importante “nó” de tráfego, funcionando como rota comercial entre Camocim e Acaraú. Dessa maneira, o comércio tornou-se a principal atividade econômica da vila e tinha uma forte relação com a pecuária que se desenvolveu na época.

Conforme Linhares (1922), a população foi crescendo rapidamente devido a vários fatores ligados à sua localização. A vila atraiu pessoas de Portugal e das capitânicas vizinhas (Pernambuco e Rio Grande do Norte), que perceberam a possibilidade de enriquecimento por meio da criação de gado bovino às margens do rio Acaraú e da comercialização da carne.

No século XVIII, a vila de Sobral se tornou um importante cruzamento no traslado do gado entre a parte setentrional do Nordeste e o litoral canavieiro. A carne de charque e outros produtos de domínios morfoclimáticos diferentes que convergiam para a Vila eram exportados através dos portos de Camocim e Acaraú. Por meio destes, também eram importados inúmeros artigos de luxo que eram adquiridos pelos ricos e, em especial, pelos grandes comerciantes da região.

Conforme Oliveira (2015), entre os anos de 1773 e 1799, período em que Sobral era uma vila, delineou-se uma configuração socioeconômica que refletia uma divisão social do trabalho que se impôs com a definição das atividades econômicas desenvolvidas por cada classe social. A criação do gado e a comercialização da carne (principal produto desse momento histórico) para

Pernambuco eram atividades realizadas pelos ricos latifundiários. No entanto, o comércio local de alimentos era feito por pessoas de poucas posses, incluindo também algumas poucas mulheres e alguns ex-escravos<sup>1</sup>. Interessante, porém, considerar o fato de que esse tipo de comércio, apesar das dificuldades, possibilitou a ascensão social de muitos.

Durante o período em que o Brasil foi colônia portuguesa, existiam três categorias de comerciantes, e em Sobral não era diferente:

Na primeira, estavam homens brancos, de origem portuguesa, que exerciam hegemonia sobre os setores de maior capital e especialização. Estes indivíduos dominavam o comércio por grosso, eram proprietários dos estabelecimentos mercantis de maior importância e financiavam a atividade de pequenos comerciantes. Na segunda categoria estavam os homens, também brancos, originários da terra, que se dedicavam ao comércio interno, ligando os portos ao interior da colônia e as regiões de pecuária nordestina e sulista aos grandes mercados consumidores de Minas e Rio de Janeiro. Finalmente, na terceira categoria havia negros, mestiços e forros, especialmente mulheres, que eram numerosos no comércio ambulante e nas vendas da periferia dos núcleos urbanos, comerciando gêneros alimentícios e bebidas (Fonsêca, 2007, p. 105).

Ao destacar a história de Sobral, Duarte Júnior (2012) nos informa que, nas proximidades da praça da Igreja Matriz e às margens do rio Acaraú, encontrava-se o primeiro entreposto comercial da futura cidade, o Mercado da Gangorra, desativado em 1821 para dar lugar ao Mercado Público, que se localizava onde hoje se encontra a Praça da Coluna da Hora e foi demolido em 1935. Esses equipamentos indicam a relevância do comércio para a cidade. Neles, o principal produto comercializado era o charque, produto que abastecia as áreas produtoras

---

<sup>1</sup> Existiam grupos de negros libertos e escravos organizados sustentados por esmolas dos devotos da irmandade. A construção da capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos na segunda metade do século XVIII corrobora essa tese.

de cana-de-açúcar, em especial a cidade de Olinda, em Pernambuco, província responsável por grande parte da produção açucareira e à qual a capitania do Ceará estava submetida.

O autor supracitado destaca, nesse mesmo trabalho, a importância da localização da cidade de Sobral para o desenvolvimento da atividade comercial. Essa vantagem locacional se deu em função da superfície plana, entre a Chapada da Ibiapaba e a Serra de Uruburetama, que favorecia a criação do gado e que se constituía em uma área coletora e distribuidora de produtos oriundos de lugares com características morfoclimáticas diferentes.

Esse papel coletor e distribuidor de produtos (função comercial) se intensificou, mesmo com a diminuição da produção do Charque, que se deu em decorrência das crises climáticas (secas) e da concorrência com a produção de carne do Sul do Brasil. Nesse período, a cidade continuava como rota de comércio e comunicação entre a Serra da Ibiapaba e o porto de Camocim e entre as importantes cidades de São Luís do Maranhão e Olinda, em Pernambuco, o que favorecia ainda mais o crescimento das atividades ligadas ao comércio e o surgimento de uma elite ligada a estas atividades.

Ainda segundo o mesmo autor, a arquitetura da cidade de Sobral, preservada até os dias de hoje, revela a transformação da aristocracia pecuarista rústica em uma burguesia comercial, então, refinada. O comércio possibilitou o enriquecimento de uma elite que teve como manter suas riquezas, e até mesmo ampliá-las, em períodos marcados por intensas dificuldades vivenciadas pela maioria da população cearense. O comércio, em parte, também garantiu a manutenção das desigualdades socioespaciais na cidade, que crescia e se destacava na rede urbana regional.

Entre os séculos XVIII e a segunda metade do século XIX se deu a segunda reestruturação socioespacial do Estado do Ceará. Juntamente com as charqueadas, que passaram a diminuir gradativamente, iniciou-se no território cearense o cultivo extensivo do algodão, que se destinava ao mercado inglês. Esse comércio mais desenvolvido relacionado

ao algodão foi favorecido pelas condições climáticas, pela necessidade de pouca mão de obra e pela interrupção temporária da produção algodoeira nos Estados Unidos, que era o principal fornecedor para a indústria têxtil da Inglaterra.

A vila de Sobral, que se tornou uma cidade em 1841, teve a sua atividade comercial intensificada. Com o advento da primeira Revolução Industrial, na Inglaterra, o espaço sobralense passou a ser fortemente modificado com o ciclo do algodão, produto que era cultivado em pequena escala no território cearense e tinha como principal destino o litoral do Pernambuco.

Diante da demanda internacional de algodão, a cidade de Sobral voltou-se para a produção em larga escala desse produto, que já era produzido nessa região. Com isso, fez-se necessária a implantação de uma ferrovia que ligasse o município de Sobral ao porto de Camocim, acelerando os fluxos de mercadorias, especialmente com a ferrovia.

Diante do crescimento econômico resultante, principalmente, da produção e da exportação do algodão, a cidade de Sobral foi elevada a uma posição de destaque na rede urbana regional. Parte do capital excedente desse período possibilitou uma primeira fase de industrialização no Ceará, que se caracterizou pelo beneficiamento da matéria-prima regional.

A atividade industrial era incipiente, e o comércio tornou-se a atividade econômica mais importante da cidade. Tanto a produção do algodão quanto o seu beneficiamento voltavam-se para abastecer os mercados nacional e internacional. Esse período foi marcado por transformações significativas no espaço urbano de Sobral, incluindo a instalação de indústrias, o aumento do número de ruas e avenidas, a construção da ponte Othon de Alencar e da rodoviária, aumento da frota de veículos etc. Estava ocorrendo uma terceira reestruturação socioespacial no Ceará, que teve início na segunda metade do século XIX e terminou na segunda metade do século XX.

O crescimento econômico de Sobral estagnou-se nos anos de 1950, dentre outros fatores, devido à seca que assolou o Ceará, à consolidação

política e econômica de Fortaleza (Capital), que contribuiu para o declínio econômico da cidade de Sobral, mais recentemente à praga do bicudo, que prejudicou a produção de algodão, e à concorrência imposta por outros países, o que determinou o fim do importante ciclo do algodão.

Enquanto se dava, no âmbito estadual, uma quarta reestruturação socioespacial, marcada pela indústria moderna, pelo agronegócio e pelo turismo, especialmente a partir dos anos de 1980, serviços mais sofisticados e novas relações comerciais foram sendo implantadas no território sobralense. Essa realidade atual resultou de uma série de aspectos geográficos, políticos e históricos. Isso porque, além de ser beneficiada por uma localização privilegiada, a cidade passou a contar com a atuação de um grupo político que conseguiu uma importante projeção no cenário político estadual. A modernização empreendida pelo poder público possibilitou que a cidade voltasse a aproveitar seu papel polarizador na rede urbana cearense (Holanda, 2010).

Com a lógica capitalista do período técnico-científico-informacional, a cidade de Sobral foi selecionada pelas empresas como um novo espaço de investimentos e lucratividade. O poder público municipal, em muito reforçado pelas ações políticas estaduais com participação direta de grupos locais, passou a oferecer oportunidades significativas para determinadas empresas que buscavam, intensamente, melhores condições de lucro com isenções fiscais e da exploração do mais-valor produzido por uma oferta de mão de obra abundante e barata. Em consequência disso, as horizontalidades passaram a ser modificadas continuamente pelas verticalidades, ou seja, pela solidariedade que se cria entre as empresas e o território.

De acordo com Holanda e Maria Júnior (2010), Sobral, como cidade média, apesar da distância em relação às áreas mais dinâmicas do país, foi chamada para “assumir os mesmos padrões de racionalidade capitalista em sua nova etapa, seja produzindo, seja consumindo”. Sobral cresceu dentro de um contexto de mundialização, em que as empresas encontraram em seu território as condições, normalmente preparadas pelo Estado, ideais para a produção, circulação e consumo. Essa ação

ocorreu não só por meio da implantação de um sistema de objetos, mas também pelo estabelecimento de normas que beneficiam o capital, tais como os incentivos fiscais (Holanda; Maria Júnior, 2010).

## **As mudanças recentes no comércio de alimentos em Sobral**

Até então o varejo de alimentos se dava em pequenos estabelecimentos, o chamado comércio de vizinhança. No entanto, Sobral teve seu papel como nó da rede geográfica intensificado, pois continua se apresentando como parte fundamental de um sistema técnico global e de uma nova divisão territorial do trabalho, na qual as cidades médias passam a assumir o papel de produtores e consumidores, o que era quase exclusividade das metrópoles. Embora as horizontalidades estejam presentes na cidade, o que se evidencia cada vez mais é uma forte interferência do mundo (verticalidades) nesse espaço (Santos, 2009).

A capacidade de consumir em Sobral tem se apresentado quantitativa e qualitativamente promissora, especialmente após a chegada, em 1993, da indústria calçadista Grendene, a maior empregadora de mão de obra local. Por essa razão, o comércio moderno se instalou na cidade nos últimos anos. Ao lado, porém, de uma parcela da população que apresenta um potencial de consumo elevado, existe outra parcela que vive de forma precária. Esta, por não possuir renda suficiente para consumir todos os produtos que deseja ou de que necessita, busca de inúmeras maneiras obtê-los.

A atividade comercial que se realiza na cidade de Sobral é continuamente modernizada. Crescem as atividades modernas, mas sobrevivem as tradicionais, que se distinguem pelo grau de capital, tecnologia e organização. Conforme Santos (2008), essas atividades constituem os dois circuitos da economia urbana.

O circuito inferior abriga um significativo contingente de pobres que surge devido à reestruturação produtiva, a qual reduz o número de empregos, ao mesmo tempo em que torna precárias as condi-

ções daqueles que permanecem empregados em postos de trabalho que demandam baixa qualificação. Nesse circuito, encontra-se uma grande quantidade de pequenos estabelecimentos ligados ao varejo de produtos alimentícios, a exemplo das mercearias, das padarias, das quitandas, das bodegas etc. Tais estabelecimentos, além de fornecerem os produtos para o consumo, principalmente dos que possuem baixa renda e eventualmente dos mais favorecidos, também fornecem emprego e renda para aqueles que não foram absorvidos pelo mercado de trabalho.

O pequeno comércio de alimentos ainda é realizado no mercado central e nos bairros, em pontos fixos e não fixos. Devido à proximidade e às características simples da sua organização, preserva vínculos sociais com a sua clientela. Os pequenos comerciantes interagem com os atacadistas instalados no centro da cidade e com os intermediários que fazem o transporte e a distribuição de produtos oriundos de diversos lugares.

O comércio realizado nos bairros de Sobral pelos mercadinhos, bodegas, quitandas, entre outros, aponta para a inserção dos pobres na divisão territorial e social do trabalho. Nos bairros residenciais, tanto o trabalho como o consumo se realizam dentro de uma dinâmica de relações que precisam ser compreendidas com vista a um melhor planejamento que beneficie mais os que nela sobrevivem.

Visto que a modernização não garante empregos para todos, muitos buscam sobreviver no circuito inferior da economia. Nesse circuito, conseguem-se os recursos necessários para consumir os bens de necessidades cotidianas. O poder público, no entanto, preocupa-se principalmente com a arrecadação e, por isso, se empenha para “formalizar” esses inúmeros trabalhadores urbanos.

O comércio moderno, representado principalmente pelos supermercados de maior porte, impôs uma concorrência muito forte com os pequenos comerciantes. Além da concorrência, que se dá pela diminuição dos preços e pelo marketing, também conta em desfavor dos pequenos comerciantes as mudanças nos hábitos de consumo da população que experimenta e vivencia o tempo e o espaço de forma cada vez mais acelerada.

O comércio moderno pertence ao circuito superior da economia urbana e surge dentro de um contexto de uma cultura individualista e de consumo, não apenas dos produtos em si, mas também dos lugares de consumo. Esses diversos estabelecimentos se constituem, do ponto de vista da teoria geográfica, em objetos e formas geográficas que desempenham um papel instrumental de levar a efeito transformações na sociedade, na medida em que carregam em si conteúdos e funções (intencionalidade), que podem mudar sem que se mude a forma. Por meio das formas, pode-se manter a estrutura socioeconômica como também se pode atacá-la (Santos, 2011).

Normalmente, o capital age nas cidades, promovendo a substituição de formas tradicionais de comércio por formas modernas. O discurso usado para legitimar essas ações apresenta-se mascarado por uma fachada de algo moderno e benéfico para a população em geral, mas encobre os danos que causam a uma parcela significativa dos moradores da cidade.

Os maiores supermercados<sup>2</sup> da cidade são: *Assaí Atacadista*, presente na cidade desde 2014 e pertencente ao Grupo Pão-de-Açúcar; *Atacadão*, presente na cidade desde 2015 e pertencente ao grupo francês Carrefour; *Rainha*, supermercado pertencente a um grupo local e atuando desde 1996; *Pinheiro* e *Superlagoa*, oriundos de Fortaleza (CE) e atuando no varejo de alimentos da cidade.

Os dois primeiros, que são apresentados na RAIS como hipermercados, pertencem a grandes grupos econômicos que atuam numa escala mundial, apresentam-se como verticalidades no lugar e representam o circuito superior. Ambos vendem no varejo, mas focam especialmente nas vendas a atacado para os pequenos comerciantes da cidade e da região, e são chamados, muitas vezes, de “*Atacarejos*”. Os dois últimos supermercados atuam fortemente na escala regional e ampliam o circuito superior de Sobral, mesmo que de forma marginal, gerando alguns impactos no pequeno comércio de alimentos na cidade (Assis; Rodrigues, 2008).

---

2 Mais recentemente, em 2022, o grupo Mateus, oriundo do Estado do Maranhão, instalou na cidade de Sobral uma unidade do Mix Atacarejo.

Os grandes supermercados chegaram a Sobral, porque identificaram nesse espaço as condições ideais para o desenvolvimento de suas atividades. Além dos incentivos dados pelo poder público, a cidade passou a apresentar uma crescente parcela da população com melhores condições financeiras. Conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2016), os trabalhadores formais do município de Sobral possuem uma renda média de dois salários mínimos mensais. Comparando esse dado com os dos 5.570 municípios brasileiros, Sobral encontra-se na 1.807ª colocação. Em relação aos 184 municípios cearenses, Sobral encontra-se no 8º lugar e, em relação à microrregião da qual faz parte, é o 1º colocado.

Além disso, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), indicador que leva em consideração a educação, a saúde e a renda, aponta para uma melhora no poder de consumo da população. O IDH de Sobral em 1991 era de 0,406 e passou para 0,714 em 2010, ou seja, apresentou um aumento de 76%.

Não se pode deixar de considerar o fato de que a cidade apresenta, também, um número grande de pobres e uma desigualdade socioeconômica preocupante, muito embora os dados sejam melhores do que os do estado do Ceará. Conforme o censo de 2010, a população extremamente pobre (que possui rendimento domiciliar per capita mensal de até R\$ 70,00) do município de Sobral correspondia a 11,84% do total de sua população e, segundo o censo de 2003, o Índice de Gini era de 0,47.

Contudo, essa parcela da população também é do interesse do comércio moderno. Embora os pobres tenham demandas bem menores do que os ricos, a quantidade daqueles que habitam nas cidades brasileiras compensa a inclinação do mercado para essa parcela da população que deseja consumir, na medida do possível, tanto quanto os ricos. Por essa razão, tornou-se tão comum o crédito desburocratizado por parte dos bancos e das instituições financeiras. No lugar do dinheiro vendido pelos agiotas, surgiram o parcelamento de compras, a disseminação do cartão de crédito, etc.

## Mudanças no pequeno comércio de produtos alimentícios

O pequeno comércio de produtos alimentícios modificou-se desde que os supermercados de grande porte chegaram à cidade. Conforme Santos (2008), as características desse tipo de comércio inerente ao circuito inferior da economia são: as dimensões reduzidas dos estabelecimentos; a pequena quantidade de mercadorias; o baixo grau de capitalização; o uso de tecnologias tradicionais; a organização deficiente; a busca desenfreada pelo dinheiro líquido; a quase inexistência de publicidade; e a ausência de uma contabilidade.

Diante disso, partiu-se da ideia de que “O pequeno comércio é representado por pequenos estabelecimentos mal instalados, mal equipados, e que ocupam individualmente muito pouca mão de obra” (Santos, 2011, p. 93). Ao mesmo tempo, reconheceu-se, desde o início, o fato de que o espaço geográfico, na atual fase de expansão do capital, apresenta-se em um constante processo de modificação. Essa dinâmica espacial aplica-se aos dois circuitos da economia.

O pequeno comércio de alimentos, conforme pesquisa de campo realizada em 2018 e 2019, passou por várias mudanças, especialmente nas seguintes subclasses, que podem ser consideradas representativas: *Comércio varejista de mercadorias em geral, com predomínio de produtos alimentícios – Minimercados, Mercearias e Armazéns; Comércio varejista de carnes – Açougues; Padaria e Confeitaria com predominância de revenda e o Comércio varejista de hortifrutigranjeiros, que denominamos em nosso texto, respectivamente, de Mercadinhos, açougues, padarias e hortifrúteis.*

As subclasses escolhidas para analisar o comércio de produtos alimentícios dentro do circuito inferior apresentaram mudanças, conforme pesquisa de campo. A coleta de informações, por meio de questionário, junto aos donos dos estabelecimentos, possibilitou uma análise desse segmento econômico.

Como foi levada em consideração a proporção de estabelecimentos registrados pela RAIS, utilizou-se um maior número de questionários nos mercadinhos (59,6%), seguidos dos hortifrutigranjeiros (14,9%), dos açougues (12,8%) e das padarias (12,8%). Os estabelecimentos foram escolhidos de forma aleatória nos bairros mais populosos da sede do município.

O Centro de Sobral é notoriamente o bairro onde se concentra a maior parte do pequeno comércio varejista de produtos alimentícios. Os estabelecimentos encontram-se mais próximos uns dos outros, especialmente quando considerados os hortifrutigranjeiros, que ocupam a maior parte do mercado central da cidade.

Mas também, é encontrada uma grande quantidade do varejo de alimentos nos bairros onde predomina uma população de baixa renda. Nestes é comum encontrar estabelecimentos bem próximos uns dos outros, às vezes na mesma quadra e na mesma rua. Já nos bairros habitados pela população com maior renda, observaram-se poucos estabelecimentos, mesmo nos bairros mais distantes dos supermercados.

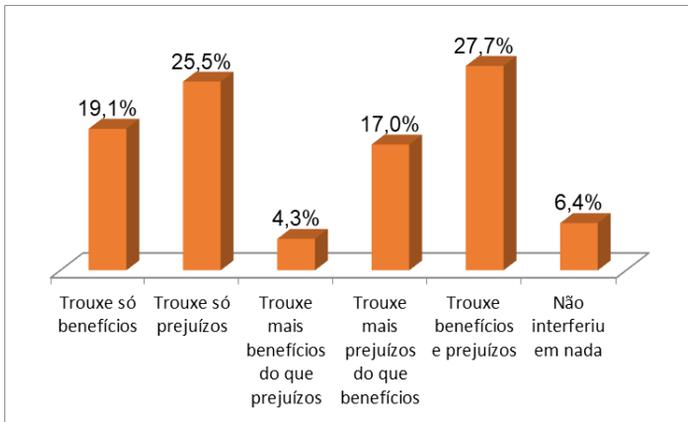
Com os dados produzidos pela pesquisa, traçou-se o perfil do pequeno comércio de produtos alimentícios, mas destacam-se algumas variáveis que apontam para mudanças decorrentes da modernização do setor em função, principalmente, da atuação dos supermercados.

Na opinião de 42,5% dos comerciantes, a chegada dos supermercados destacados na pesquisa trouxe somente prejuízos ou trouxe mais prejuízos do que benefícios, enquanto 23,4% afirmaram que os supermercados trouxeram somente benefícios ou trouxeram mais benefícios do que os prejuízos. Com respeito àqueles que consideram que houve tanto benefícios quanto prejuízos, identificaram-se 27,7%, e apenas 6,4% afirmaram que não houve interferência alguma dos supermercados em seus negócios (Gráfico 13).

O dado anterior é coerente com o fato de que, para a maioria dos comerciantes, a evolução das vendas e a evolução da renda, provenientes dos estabelecimentos, diminuíram, respectivamente, 47% e 36% (Gráfi-

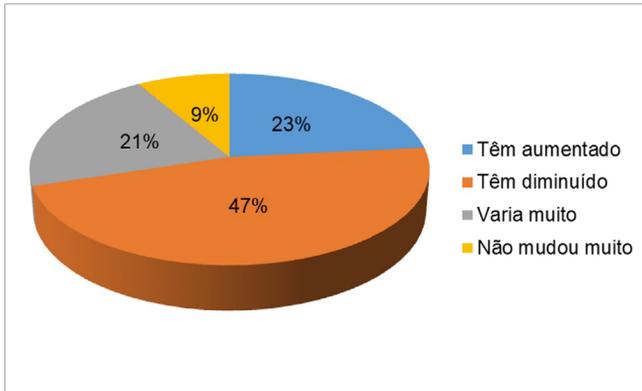
cos 14 e 15). Não se pode negar a influência de outras variáveis no mau desempenho desses estabelecimentos. Questões relacionadas à organização, tecnologia e localização não podem ser descartadas. No entanto, acredita-se que a concorrência imposta pelos supermercados e as mudanças nos hábitos de consumo da população sobralense se constituem em fatores preponderantes.

**Gráfico 13** - Opinião dos pequenos comerciantes sobre a influência dos supermercados em seus negócios



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2018/2019).

**Gráfico 14** - Evolução das vendas dos estabelecimentos relacionadas ao pequeno comércio de produtos alimentícios de Sobral

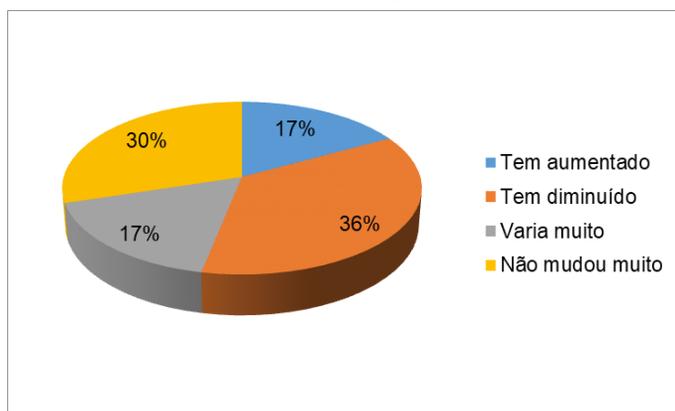


**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2018/2019).

Apesar dos prejuízos declarados pelos pequenos comerciantes, constatou-se que a complementaridade característica da relação entre os dois

circuito se faz de forma intensa no comércio de produtos alimentícios, pois 68,1% dos que participaram da pesquisa afirmaram comprar em pelo menos um dos supermercados instalados na cidade para revender. De fato, esses comerciantes não dependem mais somente das distribuidoras de alimentos, alguns andam, quase todos os dias, à procura do melhor preço. Os poucos que se recusam a comprar nos supermercados o fazem por não possuírem transporte para trazer a mercadoria ou porque possuem outros fornecedores que compensam mais do que os supermercados, como é o caso dos açougues, hortifrutigranjeiros e padarias. No caso de algumas padarias, a compra da farinha de trigo é feita diretamente na indústria, em especial da empresa M. Dias Branco, que, em contrapartida, em parceria com o SEBRAE, oferece capacitação para os padeiros.

**Gráfico 15** - Evolução da renda dos pequenos comerciantes de produtos alimentícios de Sobral



**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2018/2019).

As relações mais intensas dos diversos tipos de mercadinhos são com os “atacarejos” da cidade. De fato, o foco desses grandes estabelecimentos é o pequeno comerciante, tanto da sede do município como também dos distritos e cidades da região do sertão de Sobral. Essa relação de complementaridade proporciona uma ampliação da área de influência do comércio moderno, da indústria e do agronegócio e, com isso, impulsiona o consumo. Este completa o ciclo do processo produtivo e de-

termina a demanda que possibilita a continuidade do processo, e é nele que ocorre a metamorfose do capital-mercadoria em capital-dinheiro (Marx, 2011; 2014).

Ao que tudo indica, o pequeno crescimento dos estabelecimentos do atacado em relação ao varejo decorre do fato de que alguns supermercados/hipermercados vendem tanto no varejo quanto no atacado, oferecendo mais vantagens para os que compram para revender. Esses dados condizem com as mudanças que vêm ocorrendo no capitalismo que se volta para uma nova fase de “compressão do tempo-espaço” (Harvey, 2013), focando-se no consumo de bens e serviços, atividades que precisam ser dinamizadas para acelerar o tempo de rotação do capital.

Constatou-se um modesto aumento das variáveis relacionadas à tecnologia, crédito e publicidade. Com relação ao uso de tecnologia, não se identificou um uso generalizado, mas percebeu-se um avanço considerável. Conforme as informações dos comerciantes, o uso do telefone celular, do WhatsApp, dos programas de computador, do wi-fi, das máquinas de cartão de crédito no lugar das vendas fiadas e de equipamentos eletrônicos de segurança tem se intensificado com vistas a melhorar os negócios (Tabela 6).

O *smartphone*, que possibilita as ligações do celular e a utilização de aplicativos como o WhatsApp, tem sido um diferencial para muitos comerciantes que fazem entregas em domicílio. A disponibilização do wi-fi para os clientes, por parte dos estabelecimentos que oferecem também alimentos prontos para serem consumidos no local, a exemplo das padarias, também se constitui em um diferencial na medida em que oferece um serviço extra para os que ali se demoram.

Os equipamentos eletrônicos de segurança, em especial as câmeras e os sensores, já estão sendo utilizados por um percentual significativo dos pequenos comerciantes. Isso não reflete somente os problemas relacionados à insegurança pública, mas também às relações de subordinação que envolvem os dois circuitos da economia urbana de Sobral. O circuito superior disponibiliza seus produtos para serem consumidos

pelos estabelecimentos comerciais do circuito inferior com mais frequência e com mais intensidade.

**Tabela 6** - Uso de tecnologia no pequeno comércio de produtos alimentícios em Sobral

	Sim	Não
Atendimento por telefone	59,6%	40,4%
Atendimento pelo WhatsApp	40,4%	59,6%
Wi-fi disponível para os clientes	25,5%	74,5%
Uso de computador	10,6%	89,4%
Planilha eletrônica para controle financeiro	8,5%	91,5%
uso de câmeras para a segurança	17,0%	83,0%
Uso de sensor para segurança	2,1%	97,9%

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2018-2019).

Quanto à modernização, os pequenos comerciantes, com o intuito de sobreviverem frente à concorrência, procuram desenvolver novas estratégias que demandam crédito para reestruturarem seus próprios estabelecimentos. Conforme dados fornecidos pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Crediamigo, programa de microcrédito voltado para os microempreendedores, tem sido direcionado, também, para os pequenos comerciantes de alimentos de Sobral, incluindo pessoas físicas. Em 2012, o programa contava com 1.546 clientes ligados ao comércio varejista de produtos alimentícios, bebida e fumo e ao comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de gêneros alimentícios – minimercados, mercearias e armazéns. Esse número subiu para 1.826 em 2017, um aumento de 18%.

As atividades que registraram o maior aumento no número de clientes atendidos pelo programa dizem respeito à padaria e à confeitaria, com predominância de revenda, atingindo 111%, entre os anos de 2012 e 2017. Em consequência disso, o percentual do valor disponibilizado para as padarias e confeitarias, do total de crédito destinado para o comércio varejista de alimentos, aumentou 206%. Esse dado também explica o crescimento do número de padarias na cidade, bem como sua “reinvenção”, mesmo diante da competição do comércio moderno. Por outro lado, a atividade que representa o menor número de clientes li-

gados ao comércio varejista de alimentos é o comércio de hortifruti-granjeiros. Entre os anos de 2016 e 2017, tal setor diminuiu em 50% o número de clientes e em 83% o valor desembolsado pelo banco para essa atividade.

Com as informações repassadas pelo BNB e com o aumento das operações de crédito no município, infere-se que tem ocorrido uma injeção significativa de crédito no circuito inferior da economia. Conforme os dados do IBGE, em 2006, as operações de crédito, em Sobral, somaram R\$ 70.988.781,06 e aumentaram para R\$ 695.825.463,00 em 2016, ou seja, um aumento de 880% em um período de 10 anos.

Dos pequenos comerciantes de produtos alimentícios, 24% já recorreram a algum tipo de crédito para pagar dívidas, repor o estoque, comprar equipamentos e para melhorar o estabelecimento. Além do crédito recebido por alguns pequenos comerciantes, muitos destes pagam juros altíssimos aos atacadistas distribuidores. Donos de pequenos estabelecimentos caracterizados como bodega e, até mesmo, um gerente de um supermercado da cidade, em entrevistas gravadas, revelaram a impossibilidade de o pequeno comércio competir com o comércio moderno, pois enquanto este possui um poder de barganha maior junto aos inúmeros fornecedores, aqueles outros precisam comprar a prazo, o que resulta no pagamento de juros elevados.

Atualmente, os consumidores fazem uso intensivo de cartões de crédito para efetuarem a compra de alimentos, inclusive com parcelamento. Esse crédito desburocratizado permite uma transferência de recursos dos pobres para os bancos e demais operadoras de crédito, com o pagamento de anuidades e juros decorrentes de parcelamentos e atrasos nos pagamentos.

De acordo com informações cedidas por uma importante rede de supermercados que atua na cidade, em um de seus estabelecimentos, as compras efetuadas com cartão de crédito (55%) chegam a ser maiores do que as compras feitas com dinheiro. Do total de compras feitas com cartão de crédito, 48% são parceladas. Além disso, as lojas fornecem cartão de crédito próprio para os clientes, o que contribui ainda mais para alcançar o consumidor de baixa renda.

A economia creditizada, em que o uso do cartão de crédito se difundiu por quase todas as faixas de renda, tem forçado muitos estabelecimentos a aderirem às máquinas de cartão de crédito para impulsionarem suas vendas. Embora as compras fiadas continuem altas (72,3%), muitos a têm trocado pelas vendas no cartão (21,3%), que em alguns casos podem ser parceladas.

Vem ocorrendo também uma sensível mudança na percepção dos pequenos comerciantes em relação à importância da publicidade para alavancar as vendas (Tabela 7). Mas existe ainda uma grande parcela desse grupo que não reconhece a importância dessa variável, e muitos que a consideram importante não fazem por não terem as condições financeiras para tal. Há ainda aqueles que recorrem a chamada “boca a boca”, ou seja, fazem sua publicidade gratuitamente pelos próprios clientes (29,8%), que vão repassando para os outros as notícias sobre novos produtos e promoções.

**Tabela 7** - Publicidade no pequeno comércio de produtos alimentícios em Sobral

	Sim	Não
Fazem algum tipo de publicidade	42,6%	57,4%
Rádio	10,6%	89,4%
Jornais	2,1%	97,9%
Banners	6,4%	93,6%
Redes sociais	6,4%	93,6%
Comunicação entre os clientes	29,8%	70,2%
Mídia indoor	29,8%	70,2%
Possui Mídia indoor no estabelecimento	4,3%	95,7%

**Fonte:** Dados da pesquisa de campo (2018-2019).

Apenas um grupo reduzido investe em publicidade, principalmente rádio (10,6%), jornais (2,1%), banners (6,4%), redes sociais (6,4%) e *mídia indoor* (29,8%). Alguns, especialmente as padarias, por terem se tornado lugares onde ocorre um grande movimento de pessoas, passaram também a fazer a publicidade de outras empresas em seus próprios estabelecimentos por meio da chamada *mídia indoor* (4,3%).

Diante desse quadro, não se pode deixar de considerar o fato de que os circuitos da economia urbana possuem uma natureza relacional e de

que maneiras se dão essas relações no contexto do comércio de produtos alimentícios da cidade de Sobral. A relação existente entre os dois circuitos da economia urbana é de complementaridade, mas também é de subordinação. O último aspecto se torna bastante evidente quando se consideram as finanças e o consumo, variáveis importantíssimas da globalização. Ao relacionar as finanças com o consumo nas cidades, o crédito desburocratizado se torna uma estratégia que faz com que o circuito superior interfira no circuito inferior, estabelecendo uma relação de subordinação ainda maior. O circuito superior tem experimentado uma expansão social e territorial dos seus mercados, evitando capacidades ociosas e invadindo os mercados tradicionalmente pertencentes ao circuito inferior devido à complexa organização financeira apoiada nos sistemas técnicos e na propaganda.

A subordinação é consequência da desigualdade econômica que também caracteriza a realidade de Sobral. A pobreza é estrutural, e o sistema incentiva continuamente, por meio de criativas e atraentes propagandas, o consumo de uma diversidade cada vez maior de produtos, apresentados como necessários para a vida moderna. A procura pelo crédito por parte da população pobre, também por parte de pessoas que se encontram em faixas maiores de renda, tem aumentado cada vez mais. O pagamento de juros exorbitantes por parte dessa população constitui-se em uma verdadeira transferência de renda dos que se abrigam no circuito inferior para os agentes financeiros que atuam no circuito superior da economia.

O mesmo se pode afirmar sobre a publicidade e o uso de tecnologias na segurança. Esses produtos e atividades são desenvolvidos e, muitas vezes, mantidos por empresas ligadas ao circuito superior da economia, que expandem seus mercados cada vez mais entre as diversas camadas da sociedade.

## Conclusão

Pensar as relações presentes na atividade comercial, em especial o comércio de gêneros alimentícios, pode ajudar a adquirir uma com-

preensão mais abrangente do que é o espaço urbano de cidades de diferentes dimensões e em diferentes contextos regionais.

As cidades médias, a exemplo de Sobral, estão cada vez mais se caracterizando como espaços propícios para as atividades comerciais modernas. No entanto, os grandes supermercados, além de imporem um novo padrão de consumo na cidade, impactaram o comércio tradicional, incluindo o de produtos alimentícios, que ainda hoje é feito no centro da cidade e nos bairros, mas com um movimento bem menor do que o de outrora.

A chegada do comércio moderno de gêneros alimentícios (supermercados) a Sobral intensificou as relações de complementaridade e de subordinação existentes entre os circuitos da economia urbana dessa cidade, modificando fortemente o comércio atacadista de alimentos e o pequeno comércio varejista de alimentos no seu intraurbano.

Esses diversos tipos de comércio competem uns com os outros, mas também se complementam dentro da divisão do trabalho que se estrutura na cidade. Por isso, o pequeno comerciante de alimentos, dependendo da sua distância para os supermercados (distância que é reduzida com a construção de vias de acesso pavimentadas), pode ser prejudicado com a concorrência ou pode ser beneficiado com a possibilidade de efetuar compras nesses supermercados com o objetivo de revender para sua clientela que não tem acesso ao comércio moderno.

Mas essa complementaridade não deixa de vir acompanhada de uma subordinação do circuito inferior ao circuito superior. Diante disso, esse mesmo comerciante, com o intuito de sobreviver frente à concorrência, procura desenvolver estratégias que envolvem, dentre outros fatores, a aquisição de técnicas flexíveis (em alguns casos houve a substituição da caderneta pela máquina de cartão de crédito), de financiamentos para reestruturar o seu próprio negócio e de algum tipo de publicidade para tentar aumentar as vendas.

A chegada dos supermercados forçou os pequenos comerciantes da cidade a se reestruturarem diante da competição. No entanto, acreditamos que essas mudanças ocorreram de forma diferenciada no espaço da ci-

dade. Variáveis como distância entre o pequeno comércio e o supermercado, a renda média da população do bairro, onde o pequeno comércio se localiza e a modernização do pequeno comércio, possivelmente, interferem significativamente sobre o grau de influência dos supermercados sobre o pequeno comércio.

No espaço intraurbano de Sobral, as mudanças foram muito intensas, porque os supermercados impuseram uma concorrência muito forte com os pequenos comerciantes, principalmente aqueles que se localizavam nas proximidades desses modernos estabelecimentos e aqueles situados em bairros onde predomina uma população com rendas mais elevadas. Além da concorrência, que se dá pela diminuição dos preços e pelo marketing, também contam em desfavor dos pequenos comerciantes as mudanças nos hábitos de consumo da população, que experimenta e vivencia, de forma cada vez mais acelerada, o tempo e o espaço. Os pequenos comerciantes que de alguma forma não se modernizaram tiveram suas portas fechadas. Os que se localizam distantes dos supermercados, apesar de estarem sofrendo com a concorrência, conseguem sobreviver, porque abastecem, principalmente, uma população pobre que não tem como se deslocar para muito longe, a fim de fazer suas compras.

## Referências

ARAÚJO, M. S. de. **Contribuição indígena Tremembé no processo de formação socioespacial do Ceará**. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral/CE, 2015. 90p.

ARROYO, M. A economia invisível dos pequenos. **Le Monde Diplomatique**, ano 2, p. 30-31, 2008.

ASSIS, L. F. de; RODRIGUES, A. H. V. Os supermercados e o pequeno comércio: transformações e resistências numa cidade média do Nordeste brasileiro - Sobral - Ceará. **Finisterra**, Lisboa/PT, v. 86, p. 69-87, 2008.

FONSÊCA, H. J. Comerciantes e cristãos-novos em festa de nobre: A “transgressão da ordem natural”. **Politeia: Revista de História e Sociologia**. Vitória da Conquista/BA, v. 7, n. 1, p. 103-141, jan., 2007.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna** – Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2013. 348p.

HOLANDA, V. C. C. de.; MARIA JÚNIOR, M. A expressão das cidades médias cearenses. *In*: HOLANDA, V. C. C. de.; AMORA, Z. B. (Orgs.). **Leituras e Saberes sobre o Urbano** – Cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2010.

HOLANDA, V. C. C. de.; MARIA JÚNIOR, M. Sobral/CE: de cidade do sertão às dinâmicas territoriais da cidade média do presente. *In*: HOLANDA, V. C. C. de.; AMORA, Z. B. (Orgs.). **Leituras e Saberes sobre o Urbano** – Cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2010.

LIMA, L. C. Espaço e Modernidade: Uma introdução. Recife: **Anais do X Encontro Nacional de Geógrafos**, 1996.

LINHARES, F. A. Notas históricas da cidade de Sobral. **Rev. Instituto do Ceará**, Fortaleza/CE, a. 36, p. 254-293, 1922.

MARX, K. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011. 774p.

MARX, K. **O capital**: Crítica da economia política – Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014. 754p.

MONTENEGRO, M. R. Da contiguidade ao alargamento das escalas: topologias do circuito inferior no período atual. *In*: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (Org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção**: Um diálogo com a teoria de Milton Santos. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2017. p. 361-386.

OLIVEIRA, A. S. de. **Pecuária, agricultura, comércio**: dinâmica das relações econômicas no termo da Vila de Sobral (1773-1799). 2015. 129 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE. 2015.

- SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 2009. 384p.
- SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. São Paulo: Edusp, 2014. 176.
- SANTOS, M. Milton. **Economia espacial**. São Paulo: Edusp, 2011. 204p.
- SANTOS, M. Milton. **O Espaço Dividido**. São Paulo: Edusp, 2008. 440p.
- SILVEIRA, M. L. A natureza relacional dos circuitos da economia urbana. *In*: OLIVEIRA, F. G.; FREIRE, D. G.; JESUS, G. M de; OLIVEIRA, L. D. (Org.). **Geografia urbana: ciência e ação política**. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, Capítulo 9, p. 155-178, 2014.
- SILVEIRA, M. L. Modernização contemporânea e nova constituição dos circuitos da economia urbana. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 19, p. 245-261, 2015.
- SILVEIRA, M. L. Urbanização latino-americana e circuitos da economia urbana. *In*: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (Org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: Um diálogo com a teoria de Milton Santos**. Natal: Editora Sebo Vermelho, 2017. p. 63-82.



## SOBRE OS ORGANIZADORES



### **Virginia Célia Cavalcante de Holanda**

Professora associada dos cursos de graduação em geografia (bach. /licenc.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGEIO da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. É bolsista do Programa de Bolsa de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica - BPI, financiado pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Fun-cap. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias-ReCiMe e da Rede de Pesquisadores sobre Pequenas Cidades-Mikripoli. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6070-7292>. E-mail: [virginia\\_holanda@uvanet.br](mailto:virginia_holanda@uvanet.br)



### **Luiz Antônio Araújo Gonçalves**

Professor adjunto dos cursos de graduação em geografia (bach. / licenc.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGEIO da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Projeto de pesquisa contemplado pela Chamada Universal CNPq/MCTI/FNDCT nº 18/2021. É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias-ReCiMe e da Rede de Pesquisadores sobre Pequenas Cidades-Mikripoli. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2090-6312>. E-mail: [luiz\\_goncalves@uvanet.br](mailto:luiz_goncalves@uvanet.br)



### **Glauciana Alves Teles**

Doutora e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - PROPGEIO/UECE. Docente do curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGEIO/UVA. Coordena o Projeto de Pesquisa: Desenvolvimento Urbano, Cidades Inteligentes e Sustentáveis no contexto do PDPG III (CAPES/FUNCAP). É coordenadora do grupo de pesquisa Geografia, Ensino e Formação Docente (DGP/CNPq), do Laboratório de Pesquisa e Ensino de Geografia (LAPEGEO) e do Projeto de extensão internacional “Nós Propomos! Educação Geográfica, Inovação e Cidadania Territorial” na UVA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6952-8837>. E-mail: [glauciana\\_teles@uvanet.br](mailto:glauciana_teles@uvanet.br)



## **SOBRE OS AUTORES**

### **Adilson João Tomé Manuel**

Angolano, Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Paulista -UNIP Campus de Bauru. Mestre em Gestão do Espaço Urbano, Universidade São Judas Tadeu- USJT (2016). Coordenador do Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário INTA -UNINTA. Coordena o Núcleo de Experimentações Digitais em Arquitetura e Urbanismo - NEXAU, do Projeto de Pesquisa Inovação e Tecnologia- INTEC-UNINTA (desde 2023).

### **Aldiva Sales Diniz**

Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP. Professora dos cursos de graduação em geografia (bach. /licenc.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PROP GEO da Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA.

### **Andréia Coelho Cela**

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (2019) e é Mestra em Planejamento Urbano pela mesma instituição (2023). Atualmente atua como assessora de gestão na Assessoria de Prevenção à Violência do Governo do Estado do Ceará, onde gerencia a implementação do Programa Integrado de Prevenção e Redução da Violência por meio da cooperação técnica com nove municípios do interior do estado. Tem vivência profissional na área de planejamento e gestão de projetos e, no campo acadêmico, tem trabalhado principalmente nos seguintes temas: produção do espaço urbano, bairros periféricos, violência urbana, vulnerabilidade social, segregação socioespacial, direito à cidade e urbanismo social.

### **Cícera Sarah Moura Farias**

Graduada e Mestre em Arquitetura pela Universidade Federal do Ceará - UFC, foi Gerente de Biodiversidade na Agência Municipal do Meio Ambiente de Sobral (AMA), responsável pela manutenção de praças, parques e unidades de conservação, com ênfase em soluções baseadas na natureza e resiliência climática. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Luciano Feijão.

### **Eloise de Brito Mudo**

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2009) e mestrado acadêmico em Planejamento Urbano e Regional pelo PROPUR UFRGS (2017). É Técnica em Edificações pelo IFCE (1998). Atualmente é docente e gestora de extensão e responsabilidade social no Curso de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário INTA-UNINTA, em Sobral-CE.

### **Fernanda Elias Fernandes**

Graduada em Administração Centro Universitário UNINTA. Possui mais de 15 anos de experiência em gerenciamento de projetos e programas no Setor Público, com financiamento proveniente de recursos internacionais de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe - CAF.

### **Francisco Clébio Rodrigues Lopes**

Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2013). Professor adjunto dos cursos de graduação em geografia (bach. / licenci.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PROPGE da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA.

### **Gabrielle Astier de Villatte Wheatley Okretic**

Professora do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo e responsável pelo setor de Internacionalização do Centro Universitário UNINTA (Sobral-CE). Docente no curso de Engenharia Civil da Faculdade UNINTA Sobral-CE. Realizou estágio Pós-doutoral junto ao

Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (PROP GEO/UVA).

### **Isabela Gomes Parente**

Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Membro do Laboratório de Estudos Ambientais e Climáticos (LEAC - UVA). Foi bolsista BPI - FUNCAP com a pesquisa Caracterização Termohigrométrica e Conforto Térmico Humano em espaços abertos de lazer: uma análise sazonal microclimática em praças públicas de Sobral-CE (2020-2022).

### **Jailson Lopes Albuquerque**

Licenciado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2022). Atualmente encontra-se vinculado ao grupo de estudo Crítica à Economia Política do Espaço ligado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais - LEURB/UVA.

### **Jander Barbosa Monteiro**

Doutor e Pós-Doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará - UFC. Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Possui Graduação em Geografia (Licenciatura) pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Professor adjunto dos cursos de graduação em geografia (bach. / licenc.) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PROP GEO da Universidade Estadual Vale do Acaraú- UVA. É bolsista de Produtividade em Pesquisa, Estímulo à Interiorização e Inovação Tecnológica, da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP.

### **Joffre Fontenelle Filho**

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Graduado em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Atualmente é Professor de Geografia da Rede Pública de Ensino do Estado do Ceará.

### **Kemmison Luiz Paula de Sousa**

Graduado em Engenharia Civil e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Atuando principalmente nos seguintes temas: terraplanagem e pavimentações, Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES), Sistemas de Abastecimento de Água (SAA), Sistemas de Drenagem, resíduos sólidos, serviços de Segurança do Trabalho, Análises Ambientais e recuperação de áreas degradadas e Energias Renováveis.

### **Luciana de Andrade Catunda**

Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2016), desenvolve trabalhos na área de Geografia Humana com foco em Geografia Urbana. No período de 2019 a 2023, exerceu o cargo de Assistente Técnica na Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Sobral - CE. Atualmente, compõe o quadro docente da Faculdade Via Sapiens - FVS.

### **Luz Maritza Mantilla Chanagá**

Possui graduação em Direito da Universidad de Santander (UDES-Colômbia). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA; Diplomada em Direitos Humanos (DDHH) da *Fundación Universitaria de San Gil* (UNISANGIL-Colômbia). Trabalhos em unidades rurais deslocadas pela violência na Colômbia, temas específicos: Migração forçada interna do campo para a cidade, Direitos Humanos, Direitos Fundamentais das vítimas, Avaliação do direito a educação, moradia digna, educação, saúde e trabalho. Facilitadora em Escolas de Campo para Agricultores (ECAs). Integrante do Núcleo de Estudos sobre Acesso e Permanência na Educação (UENF/IFFluminense) . Tradutora de textos ao espanhol no mesmo grupo.

### **Maria Antônia Xavier Soares**

Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Membro do Laboratório de Estudos Ambientais e Climáticos (LEAC). Bolsista BPI - FUNCAP, com a pesquisa O uso de transectos móveis na avaliação do conforto térmico humano: uma análise a partir da implementação de corredores verdes em Sobral-CE (2023-2024).

### **Maria da Penha dos Santos Costa**

Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROP GEO da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. E-mail: penhavaz19@gmail.com. <http://orcid.org/0000-0003-3050-2573>.

### **Maria do Carmo Alves**

Mestre e Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo - USP (2017). Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Atualmente é Professora do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Editora da Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS).

### **Marília Gouveia Ferreira Lima**

Mestre em Engenharia de Transportes - Departamento de Engenharia de Transportes Centro de Tecnologia - Universidade Federal do Ceará UFC-CE. Pós-graduada em Gestão Ambiental Urbana pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará IFCE e graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará. Coordenadora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Luciano Feijão. Foi Secretária do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Seuma) da Prefeitura de Sobral, no período de 2017 a 2024.

### **Nilson Almino de Freitas**

Professor da área de Antropologia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Coordenador do Laboratório das Memórias e das Práticas Cotidianas - LABOME. Professor do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional - Profsocio. Professor do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia -PROP GEO, da Universidade Estadual do Ceará UECE. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0324-3131>. E-mail: nilsonalmino@hotmail.com

### **Samuel Antônio Miranda de Sousa**

Possui graduação (2007), Mestrado (2010) e Doutorado (2021) em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará - UECE. Atualmente é Coordenador dos Cursos de Gestão Ambiental e Gestão da Qualidade EAD Wyden. É professor dos cursos de engenharia e gestão, presencial e EAD no Unifanor. Tem experiência na área de Geociências, com

ênfase em Planejamento e Gestão Ambiental e Planejamento Urbano e Regional.

### **Sara Heline Rodrigues de Brito Silva**

Licenciada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Professora efetiva da Rede Pública Estadual do Ceará - SEDUC-CEARÁ. Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-7357-9562>  
E-mail: saraheline@hotmail.com

### **Thaysslorranny Batista Reinaldo**

Pós-doutoranda pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA com bolsa da FUNCAP Edital 09/2023 de apoio ao Pós-Doutorado. Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Mestre e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. Atuou como professora temporária no curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA de 2021-2023 e na Universidade Federal do Tocantins - UFT de 2017-2019.

### **Úrsula Priscyla Santana Nóbrega**

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2016), com intercâmbio na Kansas State University (2014). Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2022). Atualmente é docente do curso de Arquitetura e Urbanismo na Faculdade Luciano Feijão. Foi Superintendente da Agência Municipal do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Sobral. Atua em planejamento territorial, design urbano e arquitetônico, design gráfico, fotografia e artes plásticas. É membro ativo do grupo artístico “Estrelas do Norte”, responsável pela Bienal Norte de Artes Plásticas, e participou da revisão do Plano Diretor de Sobral (2022-2030). Supervisionou a manutenção dos Jardins Biofiltrantes do Riacho Pajeú e coordenou o desenvolvimento do Plano de Rotas Urbanas de Sobral, premiado pelo IAB Ceará e IAB Brasil.

### **Wellington Galvão Alves**

Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2022). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2018). Atualmente atua como Gerente de

Geoprocessamento na Prefeitura Municipal de Sobral. Tem experiência na área técnica de Planejamento Urbano e Geoprocessamento.

**Yvo Gabriel Sousa Galvão**

Arquiteto e Urbanista pelo Centro Universitário INTA - UNINTA, pós-graduando em Gestão Ambiental Pública, com formação técnica prévia em Meio Ambiente pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE (Campus Crateús) e membro constituinte do Grupo de Estudos URBCOLAB, atuando como Gerente de Licenciamento para Construção na Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente (Seuma) da Prefeitura de Sobral.



Este livro foi composto em fonte Minion Pro, impresso no formato 15 x 22 cm  
em offset 75 g/m<sup>2</sup>, com 372 páginas e em e-book formato pdf.  
Abril de 2025.



Historicamente a cidade de Sobral tem assumido um papel relevante no contexto espacial do sertão nordestino e, particularmente no Estado do Ceará, graças à produção do algodão e à pecuária, que outorgava a Sobral a condição de centro regional na parte setentrional do estado.

Nos dias atuais, anos 20 do século XXI, a cidade de Sobral é colocada em evidência, não mais pela exuberância das atividades tradicionais, mas pela presença marcante na cidade de atividades modernas, relacionadas ao comércio e serviços, o que certamente se coloca como fatores de forte influência na promoção das interações espaciais que Sobral mantém. No contexto dessas interações, é importante sublinhar o papel desempenhado pelos serviços de educação e de saúde, os quais ampliam, consideravelmente, as relações de Sobral, não apenas com a sua região de influência, mas com todo o estado de Ceará e com estados do Piauí e do Rio Grande do Norte.

Diante dessa realidade, podemos afirmar que Sobral continua com seu protagonismo regional, decorrente de um conjunto de dinâmicas resultantes das relações que se estabelecem entre a sociedade e a natureza, as quais analisadas e interpretadas pelos autores dos diversos artigos que compõem o livro **SOBRAL: ENTRELACANDO OLHARES, EXPERIÊNCIAS e SABERES**.



#### Financiamento



#### Apoio



ISBN 978-655421216-8



9

786554

212168

Editora **SERTÃO: CULT**